

ISSN 1516-344x

**REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA
BAHIA**

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Presidente de Honra
Roberto Figueira Santos

Presidente
Consuelo Pondé de Sena

1º Vice – Presidente
Angelina Nobre Rolim Garcez

2º Vice – Presidente
Sylvio de Carvalho Marback

3º Vice – Presidente
Luiz Ovidio Fischer

Secretário Geral
Edmar Torres

Secretário Adjunto
Almir Oliveira

Diretor Financeiro
Wilson Thomé Sardinha Martins

Diretor Financeiro Adjunto
Sérgio Mattos

Orador Oficial
Edivaldo Boaventura

Diretor de Publicações
José Jorge Randam

Diretora da Biblioteca
Esmeralda Maria de Aragão

Diretora do Arquivo Histórico
Zita Magalhães Alves

Diretores Suplentes
Edla Alcântara Angelim
Pedro Faustino de Souza Pondé
Guarani Valença de Araripe

Conselho Fiscal
Jaime Oliveira do Nascimento
Helen Sabrina Gledhill
Soane Nazaré de Andrade

Suplentes
Ellen Melo dos Santos Ribeiro
Aristeu de Almeida
Manoel Antônio dos Santos Neto

**REVISTA DO INSTITUTO
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO
DA BAHIA**

Salvador, v. 106, p. 1-346, jan./dez. 2011

Conselho Editorial Nacional

| | |
|--|---|
| Adinoel Mota Maia Gabinete Português de Leitura | Edivaldo Machado Boaventura Instituto Geográfico e Histórico da Bahia |
| Aidenor Ayres Instituto Histórico e Geográfico de Goiás | José Ibarê Dantas Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe |
| Angelina Nobre Rolim Garcez Instituto Histórico e Geográfico de Goiás | Luis Henrique Dias Tavares Universidade Federal da Bahia |
| Arno Wehling Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro | Maria Nadja Nunes Bittencourt Universidade do Estado da Bahia |
| Consuelo Novais Sampaio Academia de Letras da Bahia | Maria Tereza Navarro Britto Matos Universidade Federal da Bahia |
| Consuelo Pondé de Sena Instituto Geográfico e Histórico da Bahia | Ubiratan Castro de Araújo Fundação Pedro Calmon |
| Cybele Moreira de Ipanema Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro | Zilma Parente de Barros Universidade Federal da Bahia |

Conselho Editorial Internacional

| | |
|--|---|
| Miguel Monteiro Academia Portuguesa da História e Universidade de Lisboa – Portugal | Edmundo Anibal Herédia Universidade Nacional de Córdoba – Argentina |
| Antonella Rita Roscilli Escritora e Jornalista – Itália | Glória Kaiser Escritora – Áustria |
| Berthold Zilly Instituto Latinoamericano da Freie Universitat Berlin – Alemanha | Hendrik Kraay Universidade de Calgary – Canadá |
| Carlos Tasso Saxe-Coburgo e Bragança Academia Portuguesa da História – Portugal | Marcos Noronha da Costa Academia Portuguesa da História – Portugal |
| Stuart Schwartz Yale University – Estados Unidos | |

Comitê Científico responsável por este número

Esmeralda Maria de Aragão
José Jorge Randam
Maria Augusta Cardozo
Maria Nadja Nunes Bittencourt
Consuelo Pondé de Sena
Manoel Antônio dos Santos Neto

Consultor editorial deste número

Ricardo Baroud

Revista do
Instituto
Geográfico e
Histórico da
Bahia

© 2011 Instituto Geográfico e Histórico da Bahia - IGHB

É permitida a reprodução total ou parcial por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida ou modificada, em Língua Portuguesa ou qualquer outro idioma, desde que seja indicada a fonte.

Ficha técnica

Coordenação Editorial | Maria Nadja Nunes Bittencourt | **Assistente de Coordenação Editorial** | Débora Alves Souza | **Projeto Gráfico** | Sidney Santos Silva | **Editores e Normalização** | CVY Consultoria e Empreendimentos | **Diagramação** | Fernando Luiz de Souza Jr. | **Bibliotecárias** | Maria Augusta Cardozo e Esmeralda Maria de Aragão | **Revisão Linguística** | Maria Nadja Nunes Bittencourt e Consuelo Pondé de Sena | **Tradutor da Língua Inglesa** | Edson Miranda

Ficha Catalográfica

Bibliotecária Responsável: Maria Augusta M. Cardozo CRB 5 599

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Ano 1-2 (set./dez., 1894), - Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1894 -

v.: il

Anual

ISSN 1516-344X.

1. Bahia – História. 2. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – Discursos, ensaios e palestras.

CDU: 94(813.8)



FOMENTO À CULTURA
FUNDO DE CULTURA

Eduneb
Editora da Universidade
do Estado da Bahia

Esta Editora é filiada à
ABEU
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE EDITORES UNIVERSITÁRIOS

REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E
HISTÓRICO DA BAHIA – IGHB
Av. Sete de Setembro, 94 A, Piedade
40060-001 - Salvador - BA - Brasil
Telefone: (71) 3329-4463
Fax: (71) 3329-6336

ighb@ighb.org.br – revista@ighb.org.br

EDITORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA
BAHIA - EDUNEB
Rua Silveira Martins, 2555, Cabula
41150-000 - Salvador - BA - Brasil
Telefone: (71) 3117-5342
www.uneb.br – editora@listas.uneb.br

Revista do
Instituto
Geográfico e
Histórico da
Bahia



SUMÁRIO

EDITORIAL 15

ARTIGOS

**Há um século, dois eventos divergentes com um final feliz:
da República Portuguesa ao Colégio Antônio Vieira** 23
Pe. Geraldo Antônio Coelho de Almeida

**Um ensaio de geohistória: ciclo do carro de bois no Brasil,
de Bernardino José de Souza** 49
Antônio Fernando de Araújo Sá

Urbanização e riscos ambientais na cidade de Salvador 65
Miguel Cerqueira dos Santos

**Proclamação da República na Bahia no olhar de um
cientista político** 87
Joviniano S. de Carvalho Neto

**Quimbanda e Calundu: feiticeiros de Angola e
do Brasil denunciados à Inquisição Portuguesa** 115
Luiz Mott

**Considerações conceituais e teóricas sobre o
desenvolvimento regional e local de Canudos** 143
Antônio José Batista de Azevêdo

Educação e mobilidade profissional na diáspora atlântica 183
Maria Gonçalves Conceição Santos

PALESTRA

Palavras da Presidente 207

Consuelo Pondé de Sena

DISCURSO

Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2011 213

Edivaldo M. Boaventura

BIOGRAFIA

José Calasans Brandão da Silva 224

Consuelo Pondé de Sena

ACERVO BIBLIOGRÁFICO

José Calasans 235

DOCUMENTO 241

RELATÓRIO

Relatório do Exercício de 2010 - Biblioteca Ruy Barbosa 245

RESENHA

**O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro:
contribuição ao estudo da campanha de Canudos** 251

José Calasans

GALERIA DE FOTOGRAFIAS 257

MEMORIAL 265

ESPAÇO ABERTO / MEMORIAL 2 DE JULHO

Reverência ao Dois de Julho 273
Consuelo Pondé de Sena

Um encontro singular: ao mestre Calasans 277
Roberto Nunes Dantas

Um velho documento: anotações de um mestre 283
Manoel Antônio dos Santos Neto

Beatos e conselheiros 293
Manoel Antônio dos Santos Neto

Está faltando a biografia de Silva Serva 299
Luiz Guilherme Pontes Tavares

AGENDA

Calendário de Atividades 2011 307

SÓCIOS

Sócios do IGHB 315

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

**Revista do Instituto Geográfico
e Histórico da Bahia** 335

**Aquisição de exemplares e endereço
para correspondência** 343





Revista do Ins
do Instituto
stituição Grá
Geogr e
ráfico e Histó
Histó

Editorial



A Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, neste número 106, mantém-se fiel à sua linha editorial, garantindo a finalidade de divulgar estudos de pesquisa histórica, geográfica e ciências afins, não somente de interesse local como também de suas relações com a história geral do país. Pretende ser um canal de difusão do conhecimento, ser instrumento de comunicação que viabilize a interlocução entre leitores e autores, afim de ampliar a discussão de assuntos significativos de importância do patrimônio histórico-geográfico-artístico-cultural baiano e brasileiro; disseminar e compor a memória geográfica-histórica nacional.

Na sessão **Artigos**, estão reunidos sete textos de grande relevância para esses conhecimentos. Revela, ademais, a responsabilidade e compromisso histórico que este Instituto mantém com a sociedade baiana e brasileira, qual seja a de ativar a memória dos mais idosos e informar aos mais novos sobre a história e a cultura de seus antepassados. O primeiro artigo **Há um século, dois eventos divergentes com um final feliz: da República Portuguesa ao Colégio Antônio Vieira**, o autor Pe. Geraldo Antônio Coelho de Almeida revisita a memória histórica da fundação do Colégio Antônio Vieira e a sua relação com a chegada dos portugueses à Bahia com a finalidade de enaltecer a importância do crescimento do trabalho jesuítico na Bahia e no Brasil. Informa sobre o desenvolvimento e a estrutura do Colégio Antônio Vieira, além da sua relevante contribuição à qualidade da educação na Bahia. Destaca alunos notáveis e ressalta a filosofia inaciana e o compromisso da educação da Companhia de Jesus.

No segundo artigo, **Um ensaio de geohistória: ciclo do carro de bois no Brasil, de Bernardino José de Souza**, Antônio Fernando

de Araújo Sá revê o papel de Bernardino José de Souza na historiografia brasileira e pontua a atualidade da publicação “O Ciclo de Carro de Bois no Brasil” (1958) para o debate atual da noção de interdisciplinaridade. Revela a minuciosa pesquisa histórica, de caráter interdisciplinar, realizado pelo historiador, e suas qualidades de geógrafo, historiador, etnógrafo e folclorista.

No artigo seguinte, **Urbanização e riscos ambientais, na cidade de Salvador**, Miguel Cerqueira dos Santos analisa as principais causas e consequências dos riscos ambientais, decorrentes do processo de urbanização, principalmente ocorridos nas áreas de encosta. Conclui que a cidade de Salvador é, predominantemente, composta por morros e colinas que apresentam similitudes geomorfológicas que, todavia, potencializam riscos ambientais diferenciados, a depender das condições socioeconômicas e culturais das populações que ocupam essas áreas.

No artigo **Proclamação da República na Bahia no olhar de um cientista político**, Joviniano S. de Carvalho Neto reconstrói este acontecimento, apontando a fragilidade do movimento republicano na Bahia; a reação inicial das elites a favor da Monarquia; a Aclamação como iniciativa dos militares; a instabilidade na implantação da República. Avalia que a República resultou em papel secundário para a Bahia, no fortalecimento das oligarquias e na continuidade das elites.

Em **Quimbanda e Calundu: feiticeiros de Angola e do Brasil denunciados à Inquisição Portuguesa**, Luiz Mott divulga documentos inéditos da Inquisição de Lisboa depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. Constata grande variação das práticas mágicas, rituais e divinatórias dos angolanos no Novo Mundo, confirmando a plasticidade adaptativa dos africanos e a incorporação de novos elementos provenientes da cultura europeia e ameríndia, bem assim o sincretismo de diversas etnias africanas.

No sexto artigo, **Considerações conceituais e teóricas sobre o desenvolvimento regional e local de Canudos**, Antônio José Batista de Azevêdo analisa aspectos condicionantes da base de valores estruturais que impactam o desempenho socioeconômico de políticas públicas, a partir do aproveitamento da massa hídrica do Açude de

Cocorobó. Considera necessária a presença do Estado a fim de definir e implementar políticas públicas de interesse prioritário da população nativa, de maneira integrada e sistêmica, à atração de capitais nacionais circundantes. Trata-se de possibilitar e viabilizar o alcance de níveis de desenvolvimento regional satisfatório que se traduzam na geração de emprego e renda na região e, em consequência, na efetiva elevação de seu IDH.

Por fim, o artigo **Educação e mobilidade profissional na diáspora atlântica**, de Maria Gonçalves Conceição Santos, consiste na reflexão sobre até que ponto a escolaridade influencia na mobilidade profissional ascendente, para os trabalhadores brasileiros, na Região Centro de Portugal. Isto porque os distritos analisados constituíram, no século XX, áreas de saída de portugueses para o Brasil e, atualmente, áreas de acolhimento de muitos brasileiros. A pesquisa identificou que os empregos destinados aos imigrantes são aqueles relacionados ao mercado segmentado do trabalho, nomeadamente no setor secundário e que, nem sempre, a mobilidade profissional é ascendente para os trabalhadores brasileiros com nível de instrução superior.

Na sessão **Palestra**, Consuelo Pondé de Sena ressalta a trajetória histórica do IGHB nos seus 116 anos e lembra a colaboração de todos os diretores e funcionários que contribuíram e contribuem para que os serviços deste Instituto sejam cotidianamente elevados de eficiência.

Na **sessão Discurso**, sob o título **Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2011**, o Orador Oficial desta Casa, Edivaldo M. Boaventura destaca realizações e efetivos serviços prestados à comunidade. Destaca algumas funções do Instituto, instituição que detém considerável acervo de objetos alusivos à nossa história, além do que, como organismo voltado à pesquisa, detém opulento acervo para que a Bahia conheça o seu passado. Ratifica o conceito de que o Instituto é o guardião das fontes documentais, jornais, revistas, livros, documentos e fotografias à disposição da comunidade. Uma terceira função bem determinada é a preservação do patrimônio cultural, destacando-se este prédio monumento, símbolo do centenário da independência na Bahia, festivamente, inaugurado no dia 2 de julho de 1923. Uma quarta função se manifesta com as celebrações. Comemorações que recordam e educam pelas datas e pelos eventos importantes.

Na sessão **Biografia**, este número homenageia José Calasans Brandão da Silva. A biografia escrita por Consuelo Pondé de Sena, sua discípula desde os dias da mocidade, retrata o perfil do biografado, com destaque para a sua formação psicológica e profissional. Enfoca também a trajetória do Mestre admirável, tanto como educador quanto como autor de importantes contribuições para a historiografia baiana. Calasans foi o responsável pela divulgação sistemática do episódio de Canudos, que retirou dos escombros do ostracismo a que fora condenado, dando-lhe a verdadeira dimensão histórica. Sua pesquisa não só esclareceu fatos relegados ao desprezo, como contribuiu, fundamentalmente, para que outros estudiosos se debruçassem sobre o tema.

Na sessão **Acervo Bibliográfico** destacam-se os títulos publicados por José Calasans, disponíveis na Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Esta é, certamente, uma notícia de extrema importância para pesquisadores e curiosos de sua obra.

Na sessão **Documento** apresenta-se o original da **Carta de Antonio Conselheiro para Felisberto Moreúo**, documento histórico, por tratar-se de um manuscrito original do Bom Jesus Conselheiro.

O **Relatório** do exercício de 2010 da Biblioteca Ruy Barbosa apresenta dados estatísticos de suas atividades, que têm notabilizado o crescente avanço e aprova da consulta a este Instituto.

A **Resenha** destacada, neste número, é de autoria de Manoel Antonio dos Santos Neto da obra **O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro: contribuição ao estudo da campanha de Canudos** de José Calasans (Salvador: Edufba, 2002). O resenhista destaca o resenhado como “Proseador de palavra fácil e bem temperada, José Calasans era também bom ouvinte. Se muito falava também escutava com respeitosa atenção os seus interlocutores. Se apreciava a tertúlia acadêmica, os verbos bem colocados e a conversa erudita dos intelectuais e literatos, não dispensava a boa palavra do homem simples, dos sem escola, dos narradores e memorialistas do povo”.

A sessão **Galeria de Fotografias** destaca o Prof. José Calasans em momentos de vida pública e privada.

A sessão **Memorial** abrange os documentos históricos sobre o **Destacamento em operações no Estado de Sergipe, Ao povo conterrâneo de Sergipe** e o **Memorial sobre o pedido de concessão a estrada de ferro entre o Timbó e Sergipe**.

Na sessão **Espaço Aberto – Memorial 2 de Julho**, destacam-se cinco breves comentários, sendo três a respeito de José Calasans, um que trata da imprensa na Bahia e o outro sobre o Dois de Julho. Na condição de Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Consuelo escreve texto pronunciado na Lapinha, a que intitula “Reverência ao Dois de Julho” numa “defesa desse rico e simbólico patrimônio material e imaterial, que agasalhamos sob a nossa emoção e a nossa guarda, detentores que somos do mais rico acervo da e sobre as lutas empreendidas no território baiano, culminando com a vitória de 1823, quando rompemos definitivamente as amarras de Portugal, em benefício da completa e definitiva independência pátria”. Em **Um encontro singular: ao mestre Calasans**, Roberto Nunes Dantas destaca a importância de José Calasans na sua formação e as contribuições que Canudos contabilizou com a dedicação do prof. José Calasans a esta causa. Em **Um velho documento: anotações de um mestre**, Manoel Antônio dos Santos Neto descreve anotações que sucedem ao texto de autoria do professor José Calasans Brandão da Silva, morto em 28 de maio de 2001, que fora entregue pela professora Walnice Nogueira Galvão ao professor Roberto Dantas, para o livro “Os Intelectuais e Canudos – O Discurso Contemporâneo”, v. 2, edição lançada em maio de 2001. Em **Beatos e conselheiros**, Manoel Antônio dos Santos Neto apresenta um Esquema da comunicação apresentada à Mesa Redonda sobre “Aspectos do Mundo Rústico”, patrocinada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Recife, julho de 1984. No último comentário, **Está faltando a biografia de Silva Serva**, Luis Guilherme Pontes Tavares tece comentários sobre o bibliófilo baiano Renato Berbert de Castro (1924-1999) apresentando o primeiro estudo substancial sobre a Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva, com a qual se inaugurou em 1811 na capital baiana a indústria gráfico-editorial privada brasileira. Trata-se do livro **A primeira imprensa da Bahia e suas publicações**, editado em 1969 com o patrocínio do Governo do Estado.

Nas sessões seguintes apresentam-se a agenda de atividades de 2011, a relação de sócios atualizada e as normas de publicação deste periódico, além do procedimento de como adquirir a revista e endereço para correspondência.

A nossa intenção primordial é a de levar ao leitor um conteúdo qualificado e também de transformar este periódico numa referência para estudiosos nesta área.

Maria Nadja Nunes Bittencourt

José Jorge Randam

Revista do Ins
do Instituto
stituto Gráf
Ge e
ráfico e Histó
Histó

Artigo



Há um século, dois eventos divergentes com um final feliz: da República Portuguesa ao Colégio Antônio Vieira

Pe. Geraldo Antônio Coelho de Almeida
www.colegioantoniovieira.com.br

Resumo

O texto trata da memória histórica da fundação do Colégio Antônio Vieira e a sua relação com a chegada dos portugueses na Bahia. O autor retoma os fatos, os heróis e desbravadores para notabilizar a importância do crescimento do trabalho jesuítico, não só no Brasil, mas na Bahia, em especial. Apresenta como o Colégio Antônio Vieira desenvolveu-se e cresceu em estrutura física e a contribuição que trouxe para a qualidade da educação na Bahia. Destaca alunos notáveis e ressalta a filosofia inaciana e o compromisso da educação da Companhia de Jesus.

Palavras-chave: Colégio Antônio Vieira. Educação. Jesuítas. Memória.
História.

A century ago two divergent events with a happy ending: from the Portuguese Republic to the Antônio Vieira School

Abstract

The text discusses the historical memory of the founding of the Colégio Antônio Vieira and its relationship with the Portuguese arrival in Bahia. The author revisits the events, the heroes and pioneers to distinguish the importance of the growth of Jesuits's job, not only in Brazil, but also in Bahia, in particular. He shows as the Colégio Antônio Vieira has developed and grown in physical structure and the contribution it brings to the quality of education in Bahia. Notable alumni are highlighted, and he also highlights the Ignatian philosophy of education and engagement in the Society of Jesus.

Key words: Colégio Antônio Vieira. Education. Jesuit. Memory. History.

A interrupção de uma caminhada de sucessos

Provavelmente, a maioria das pessoas que transitava pelo Terreiro de Jesus, em Salvador, lá pelos inícios do século XX, ao presenciar o burburinho do entra-e-sai dos acadêmicos de medicina, no edifício adjacente à Catedral Basílica, nem suspeitasse que, naquele lugar, até 150 anos antes, funcionava o mais importante estabelecimento de ensino do Brasil Colônia.

Com efeito, desde 1760, em decorrência da Lei de 3 de setembro de 1759, emanada pelo Rei de Portugal, D. José I, por interferência direta do todo poderoso Presidente do Conselho, Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, pela qual todos os jesuítas, residentes na Metrópole e nas Colônias deviam ser desterrados do território português, tanto o Real Colégio das Artes da Bahia, como todos os demais colégios jesuítas, espalhados desde Belém do Pará até à Vila de Paranaguá, tiveram que encerrar suas atividades, o mesmo acontecendo com todas as outras obras da Companhia de Jesus, no País.

Na verdade, pelo Colégio da Bahia, que funcionou em crescente atividade por mais de 200 anos, passaram os primeiros escritores

brasileiros como Frei Vicente do Salvador, Gregório e Eusébio de Matos, Sebastião da Rocha Pita, Manoel Botelho de Oliveira, Bento Teixeira, Tomás Antonio Gonzaga, um dos inconfindentes, além de outros alunos ilustres, como Guilherme Pompeu de Almeida (cf. Caldeira, Jorge, *O Banqueiro do Sertão*, Editora Mameluco) e, sobretudo, o grande missionário, orador sacro e, no dizer de Fernando Pessoa, Imperador da Língua Portuguesa, o grande Padre Antônio Vieira.

A importância do Colégio das Artes da Bahia não se restringia, porém, a seus cursos de Humanidades, Filosofia, Teologia, e outras iniciativas, no campo educacional, como o ensino do grego, do hebraico e das matemáticas, mas também desempenhava o papel de centro irradiador de várias outras obras e atividades missionárias, pelo sertão afora, além de constituir-se num espaço acolhedor para hóspedes ilustres, em suas andanças de ida e volta pela rota Lisboa-Índias, ou até, enfim, num suporte privilegiado para as celebrações oficiais da posse dos Governadores Gerais e Vice-Reis, sem esquecer o fato de que esse colégio era o depositário ordinário das “vias de sucessão do Governo” para o caso de morte ou impedimento dos titulares (LEITE, v. 5, p. 99-103).

A título de ilustração, recordam-se alguns desses visitantes ilustres, que passaram dias e até meses, na Casa de Hóspedes do Colégio: D. Luiz de Souza, rei das Doze mil Ilhas Maldivias (em 1644); o Conde de Alvor, Vice-Rei da Índia (em 1687); o Patriarca de Goa (em 1725) e vários outros. Mas, de todos, valem destacar, nessa lista, os nomes de alguns beatos e santos católicos, que as circunstâncias conduziram à Cidade do Salvador e que, por serem eles jesuítas, foram-se abrigar ali, no colégio de sua Ordem. São eles os Beatos José de Anchieta, que nele viveu por mais de dez anos; Inácio de Azevedo (mártir nas Canárias); Carlos Spínola (mártir na Índia) e os Santos João de Brito (mártir na Índia), Juan del Castillo e Alonso Rodriguez (mártires na Região Missioneira, hoje parte do Rio Grande do Sul).

Toda essa grandeza, porém, era coisa do passado e não havia, no horizonte próximo, qualquer sinal indicativo de que os jesuítas tão cedo iriam retornar a Salvador, para aí implantar um novo empreendimento educativo.

No entanto, do outro lado do Atlântico, na antiga metrópole, tomava fôlego um movimento revolucionário, que em pouco tempo iria derrubar a monarquia, estabelecer uma república de cunho liberal e, no bojo de outras medidas radicais, expulsaria do território português todos os jesuítas que, então, chegavam a mais de 380 membros.

Eles, então, se dispersaram por vários países da Europa (Espanha, Holanda, Bélgica, Itália), sendo que um consistente grupo desses religiosos tomou o rumo do Brasil e escolheu a cidade do Salvador, como ponto de partida para sua nova aventura missionária por terras brasileiras.

Mal esses inacianos se acomodaram na cidade, orientaram suas energias para a fundação de um estabelecimento de ensino que, de fato, já começará a funcionar, a menos de três meses, depois. Vejamos separadamente cada um dos elementos que concorreram para essa decisão inesperada e feliz.

A Proclamação da República Portuguesa e uma reviravolta para os jesuítas

Desde as últimas décadas do século XIX, com o surgimento do Partido Republicano Português (PRP), em 1866, vinha-se esboçando, em Portugal, um movimento visando derrubar a Monarquia. Bem verdade que, no começo, esse partido não conseguiu arregimentar muitos adeptos oficiais, mas, de eleição em eleição, embora o número de representantes, no Parlamento, continuasse relativamente reduzido, seus dirigentes dispunham das praças, dos comícios e do apoio de alguns jornais, como foi o caso de “A Voz Pública”, no Porto, “O Mundo” e “A Luta”, ambos de Lisboa, para propagar suas ideias antimonárquicas e laicistas. Os republicanos sabiam, também, aproveitar-se de certos eventos para canalizar as simpatias populares para sua causa. Foi assim com as comemorações do Terceiro Centenário da morte de Camões (1880) e por ocasião do humilhante *Ultimatum* britânico (1890), pelo qual a Inglaterra impunha a Portugal a retirada imediata dos territórios

africanos situados entre Angola e o atual Moçambique, onde, hoje, se situam Zâmbia e Zimbábue.

A lista dos objetivos do PRP era ampla, mas, para entusiasmar as camadas mais populares, já bastava a luta contra a Monarquia, contra o assim propalado poderio da Igreja e contra a corrupção dos partidos tradicionais que se alternavam, no poder (Partidos Progressista e Regenerador).

Nos primeiros anos do século XX, o regime monárquico, em Portugal, dava sinais evidentes de seu esgotamento e as providências tomadas para reanimá-lo revelavam-se apenas paliativas, acabando por aumentar o número de descontentes e ativistas. Esses, além do PRP e de boa parte da Imprensa, contavam também com as sociedades secretas: a Carbonária e a Maçonaria.

Um acontecimento grave e inesperado, porém, veio precipitar a situação: o regicídio de 1908, dele resultando a morte do Rei, Dom Carlos e do Príncipe herdeiro, Dom Luís Filipe. Em seu lugar, assumiu o Príncipe D. Manuel II, com apenas 18 anos de idade. Houve eleições e formou-se, então, um governo de relativo consenso.

No começo, em razão das circunstâncias, o jovem Rei gozou da simpatia geral, mas com a ausência de medidas rápidas e eficazes por parte do Gabinete, logo a insatisfação voltou a crescer, por toda parte.

Em junho de 1910, houve novas eleições para o Parlamento e o PRP conseguiu eleger 14 deputados, o dobro do que obtivera em 1908, mas, mesmo assim, o Congresso desse partido, reunido em Setúbal, escolheu majoritariamente o caminho da revolução para a derrubada imediata da Monarquia. Seus principais líderes saíram logo a campo, buscando articular as forças revolucionárias comprometidas com a causa republicana.

Não durou muito para a insurreição chegar às ruas. Com efeito, no dia 3 de outubro de 1910, forças rebeldes e civis convergiram para a *Rotunda*, hoje, Praça Marquês de Pombal, no Centro de Lisboa, sob o comando de Machado Santos, e aí se entrincheiraram. O Governo mostrou-se incapaz de opor-lhes qualquer resistência efetiva. Nos quartéis, as tropas, uma após outra, iam aderindo ao movimento

revolucionário. O mesmo fizeram as guarnições de três navios de guerra, ancorados no porto.

Dom Manuel conseguiu, em tempo, ajuntar os membros da Família Real que estavam espalhados em alguns palácios e partir, no iate real “Amélia”, para Gibraltar. Nunca mais retornou a Portugal.

A revolução provocou algumas dezenas de mortos e um número maior de feridos, mas, passados dois dias, já na manhã do dia 5 de outubro, no Palácio Municipal de Lisboa, era proclamada a República Portuguesa. Em seguida, criou-se um Governo Provisório, que convocou a Assembleia Constituinte e tomou logo uma série de medidas, pondo em prática o ideário programático do Partido Republicano Português. Certamente várias dessas medidas eram desejadas e louváveis, tais como a proteção à infância e aos idosos; a igualdade de direitos no casamento entre homem e mulher; a extinção dos títulos nobiliárquicos; o reconhecimento do direito de greve, etc. Mas não é para estranhar que também um bom número delas apresentasse um caráter nitidamente laicista e anticlerical: proibição do ensino religioso, nas escolas; fechamento dos conventos; separação entre a Igreja e o Estado; proibição do juramento, nos atos públicos; expulsão dos membros estrangeiros das ordens religiosas e expulsão de todos os jesuítas, estrangeiros ou não... Logo, a 8 de outubro, o Ministro da Justiça restauraria a lei pombalina contra os jesuítas, pela qual eles tinham sido considerados “desnaturados, proscritos [...] e expulsos de todo o país e seus domínios para neles não poderem entrar” e as de Joaquim Antônio de Aguiar, relacionadas com as ordens religiosas, em geral.

A partir desse ponto, porém, de todos esses assuntos, nossa atenção se concentrará somente na expulsão dos jesuítas do território português. A razão dessa preferência se justifica pelo fato de a fundação e desenvolvimento do Colégio Antônio Vieira, objetivo deste artigo, decorrer dos desdobramentos daquela medida autoritária do Governo Provisório da República, não obstante as prisões, privações e sobressaltos de toda ordem, por que passaram os jesuítas portugueses, até se estabelecerem, numa providencial reviravolta, na Cidade do Salvador.

Jesuítas expulsos de Portugal pela terceira vez

Em 1910, à época do advento da República de Portugal, a Província Portuguesa da Companhia de Jesus contava com 387 membros, incluindo sacerdotes, irmãos e jesuítas em formação, os Escolásticos. Desse total, 69 se encontravam nas Missões (Macau, Índia, Timor e Zambézia-Moçambique). As Casas, incluindo os Colégios de S. Fiel e Campolide, o Noviciado, a Escola Apostólica e as Residências, eram 12, distribuídas por vários pontos do País. Essas Casas, para além da atividade principal, como a educação formal e a formação religiosa, funcionavam também como base de apoio para uma gama de outras atividades e apostolados, que iam da publicação de revistas (v.g. Brotéria e Mensageiro do Coração de Jesus), à promoção de Exercícios espirituais, além de outros ministérios próprios da Companhia de Jesus (C. de Jesus; CARNEIRO, 2010).

De uma hora para outra, nem ainda a revolução tinha sido declarada vitoriosa, e já as casas começavam a ser cercadas por soldados e populares exaltados, sendo os religiosos humilhados, caçados e presos. Logo depois, o Governo republicano dará cobertura legal a essa situação vexatória, com a restauração da Lei pombalina, já mencionada. Enquanto isso, alguns já tinham conseguido fugir e chegar à fronteira com a Espanha. A maioria, porém, antes de ter a mesma sorte, foi passar um tempo nas prisões. No Cárcere de Caxias, por exemplo, estavam presos 105 jesuítas, acompanhados de alguns religiosos de outras ordens (AZEVEDO, 1911, p. 294). No entanto, um mês depois, mais ou menos, todos os jesuítas domiciliados em Portugal já se encontravam no exílio, considerando que um certo número, por razão de estudos, sobretudo, residia no estrangeiro, por ocasião do movimento revolucionário.

Essa foi a terceira vez, em sua história, que os jesuítas tiveram que deixar Portugal, pois, anteriormente, além do desterro geral, determinado pelo Marquês de Pombal, em 1759, também em 1834, no tempo de D. Pedro IV, eles foram obrigados a abandonar o país, depois de uma curta temporada de apenas cinco anos (C. de Jesus; CARNEIRO, 2010, p. 109).

Para a Província Portuguesa da Companhia de Jesus, a expulsão significava um tremendo golpe: as atividades apostólicas interrompidas, o patrimônio abandonado, em parte destruído e, finalmente, confiscado. Agora, espalhada por várias casas, em vários países, ela deveria reorganizar-se para recomeçar. Humanamente falando, tudo isso se apresentava muito difícil e complicado. Mas, relendo sua história e auscultando seus ideais religiosos, aqueles homens encontraram a força de prosseguir com entusiasmo, embora perplexos, ainda se perguntassem: Por que essa tragédia se abateu sobre nós? – A resposta a esse questionamento talvez se encontre, como afirma Antônio de Araújo, na forma peculiar de anticlericalismo professado pelo republicanismo português, diferente do anticlericalismo liberal, pois, enquanto esse contestava apenas as Ordens e Congregações religiosas, o anticlericalismo republicano visava diretamente à Igreja Católica, considerada por ele como a principal base de apoio da monarquia. Seria preciso, portanto, desmontar a estrutura da Igreja Católica, para conseguir derrubar a monarquia (ARAÚJO, 2004).

E por que a Companhia de Jesus se tornou o alvo principal? – Agora, a resposta vamos encontrar, no artigo de Brotéria, já citado: “Porque era fiel ao rei e à monarquia; era vista como uma ‘elite’ dentro da Igreja Católica; tinha, em geral, o apreço da nobreza e da sociedade monárquica; era uma força de oposição às reformas pretendidas pelo ideário republicano: o ensino laico, o divórcio, a separação das Igrejas do Estado, etc.” (C. de Jesus; CARNEIRO, 2010, p. 16).

Contudo, conforme o ditado popular, há males que vêm para bem. Com efeito, apenas os exilados foram acomodados em vários países da Europa, o Provincial, Padre Luís Gonzaga Cabral, começou a receber pedidos para o envio de religiosos. Esses pedidos vinham do Canadá, dos Estados Unidos, do México, da Itália e também do Brasil, mais precisamente do Arcebispo de S. Salvador da Bahia, D. Jerônimo Tomé da Silva, que, ainda antes do movimento revolucionário, já tinha formulado o desejo de receber uma equipe de jesuítas para abrir uma Residência apostólica, seguida também da abertura de um Colégio, na Arquidiocese (FOULQUIER, 1940, p. 18). O Brasil, também pela afinidade da língua e da história, passou a prevalecer nas considerações para a escolha da nova missão.

“O Brasil é nossa empresa” (Padre Nóbrega)

A decisão, então, de enviar um grupo de padres e irmãos para o nosso país, quase que fazendo eco à afirmação do Pe. Manuel da Nóbrega, quando os jesuítas, pela primeira vez, pisaram estas terras americanas, foi tomada sem demora pelos Superiores. Ainda, na primeira quinzena de novembro, em vários navios, eles começaram a partir: um grupo consistente de quase 40 jesuítas, por razões de conveniência econômica, rumou primeiramente para Buenos Aires, enquanto outros foram desembarcando no Rio de Janeiro, depois do dia 12 de novembro, quando o Supremo Tribunal Federal, mediante um Acórdão, derrubou a proibição do Vice-Presidente em exercício, Nilo Peçanha, emanada a 6 de novembro de 1910, pela qual ficava proibido o desembarque e a permanência, no território nacional, de jesuítas desterrados de Portugal. Mais tarde, também os que foram até Buenos Aires começaram a desembarcar pelo porto de Santos. À medida que iam chegando, os religiosos eram acomodados nas casas jesuítas da Missão do Brasil Central, distribuídas pelos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, até que se estabelecesse a destinação definitiva para eles.

Como o Norte e Nordeste, diferentemente do Sul e Sudeste, desde a expulsão pombalina, 150 anos atrás, ainda não tinha recebido casas da Companhia de Jesus, com exceção de uma experiência efêmera em Pernambuco, nas últimas décadas do século XIX, optou-se por aceitar o convite da Bahia e, a partir daí, começar uma expansão ordenada rumo ao Norte.

Às vésperas do Natal, chegou a Salvador o Pe. José Celestino Balazeiro, ao qual vieram juntar-se, no último dia do ano, o Ir. Joaquim Dias e o Ir. Joaquim da Fonseca. Traziam, como objetivo, arrumar a casa (contígua à Igreja de Santo Antônio da Barra) e preparar o ambiente para a chegada de novos companheiros, proximamente.

Com efeito, no dia 7 de janeiro de 1911, vindos do Rio de Janeiro, desembarcam, no porto de Salvador, os padres Alexandre C. Castelo, Salústio dos Santos e Francisco Barcellos. Assim, em várias levas, até 12

de março, chegaram 26 jesuítas, justamente considerados os fundadores das duas primeiras casas da Missão Portuguesa do Brasil Setentrional: a Residência de Santo Antônio da Barra e o Colégio Antônio Vieira (Cf. FOULQUIER, 1940. Apêndice: Rumo ao norte, etc.). Mais tarde, foram chegando os demais, à medida que novos compromissos iam sendo assumidos. O Padre Castelo recebera do Superior da Missão Portuguesa no Brasil, Pe. Antônio de Meneses, a incumbência de, “além da Residência, iniciar também um colégio, superando qualquer dificuldade”, conforme consta da História do Colégio Antônio Vieira (ver ano 1911), um manuscrito em latim, contendo um resumo da vida do Colégio, redigido ao fim de cada ano, de 1911 a 1964. Logo, em seguida, o mesmo redator acrescenta: “Tudo isso parecia a coisa melhor, não apenas para a nova Missão brasileira, como também para a Província Portuguesa, pois, naquele tempo, todos os nossos estavam convencidos de que toda a Província seria transferida para o Brasil, o que de fato não aconteceu”.

Não obstante o apoio efetivo do Sr. Arcebispo, que já cedera aos jesuítas a Igreja de S. Antônio da Barra e estava pronto para ajudá-los a implantar o seu colégio, o Padre Castelo tinha pela frente obstáculos não pequenos a superar. E, no mesmo manuscrito, acima mencionado, vamos encontrar o problema assim formulado: “Havia três dificuldades principais e, não de pouco peso, a serem superadas: não se encontrava uma casa adequada para o Colégio; nem tampouco se encontrava, em tempo útil, nem era suficiente o dinheiro necessário para comprar toda a aparelhagem, e ainda os diretores dos colégios leigos não poderiam tolerar que o colégio dos jesuítas, como eles temiam, criasse obstáculos para eles”. Mas todas essas dificuldades acabaram por serem vencidas, em tempo.

Depois de várias buscas infrutíferas, tomou-se conhecimento de que o Prof. Raimundo Bizarria, dono do respeitado Colégio Florêncio, localizado num prédio alugado, à Rua do Sodré, 43, resolvera fechar a instituição para retornar ao Ceará, sua terra, colocando à disposição o imóvel para quem quisesse alugá-lo e toda a mobília e até sua própria

casa, se alguém desejasse comprá-la. Num primeiro momento, o Prof. Bizarria não era favorável em deixar o prédio para os jesuítas, mas, depois, de adversário tornou-se colaborador: vendeu-lhes toda a mobília, que estava em bom estado, por quatro contos de reis e facilitou-lhes os contatos com o proprietário do imóvel para o contrato de aluguel. O Sr. Arcebispo emprestou aos padres o dinheiro necessário, que três meses depois, já estava pago. Começaram os consertos indispensáveis para permitir o alojamento da comunidade religiosa. Enquanto isso, abriram-se as matrículas.

A semente foi lançada, ainda no meio dos espinhos, mas começou a crescer

No dia 15 de março de 1911, finalmente, inaugura-se oficialmente o novo Colégio intitulado Antônio Vieira, nome do mais insigne aluno daquele famoso Colégio das Artes da Bahia, glória ao mesmo tempo de Portugal e do Brasil. A turma inicial era formada de apenas sete alunos. No fim do ano, porém, os matriculados já eram 69. Um bom começo. O projeto encontrava aprovação. E os adversários? – Segundo o citado manuscrito da “História do Colégio...”, esse ponto foi o mais difícil de superar, pois algumas pessoas resolveram fazer guerra aos jesuítas, reproduzindo nos jornais locais tudo o que a imprensa portuguesa, cada dia, publicava falsamente contra a Companhia de Jesus, com acréscimo de pérfidos comentários. Alguns sacerdotes diocesanos se cansaram desse comportamento e tomaram o partido de defender a Companhia de Jesus, nos jornais. Também o Prof. Bizarria muito colaborou com seus escritos. Aos poucos, a poeira foi baixando e o aumento dos alunos, no fim do ano, já era um sinal positivo de que o bom conceito do Colégio Antônio Vieira ia-se firmando, na Cidade (HISTÓRIA..., 1911, documento citado). Nesse ponto, vale recordar que, além da coincidência de o retorno dos jesuítas portugueses ao Brasil ter ocorrido, malgrado, pela restauração da Lei de 3 de setembro de 1759 que, no passado, desterrou os jesuítas de cá para a Europa, uma outra também se impõe: o Pe. Alexandre Castelo, encarregado de fundar o Colégio

Antônio Vieira e seu primeiro Superior, era bisneto do controvertido Marquês de Pombal, mentor e executor principal daquela lei.

Em 1912, as matrículas subiram para 160, sendo que do total, oito alunos eram internos. Para estes, foi preciso alugar uma casa separada do edifício maior. Logo se percebeu, porém, que aquelas instalações do Sodré não iriam satisfazer, já num futuro próximo. Seriam desejáveis espaços mais amplos e mais salubres. O problema, porém, residia na falta de capital, porque os prédios encontrados ou eram inadequados, ou exigiam grandes reformas, para o que não havia dinheiro, nem se tinha permissão dos Superiores Maiores para tomá-lo emprestado. Até que, finalmente, em julho daquele ano, chegou a tão esperada licença do Reverendo Padre Geral para tomar empréstimos. Com isso, compraram-se duas casas, na Rua Coqueiros da Piedade, zona mais arejada e central, de fácil acesso para os alunos externos. Fizeram-se as reformas mais urgentes e já, em outubro, realizou-se a transferência do Colégio para o novo local.

Para o novo ano de 1913, construíram-se algumas salas, no terreno adjacente às casas e adquiriram-se outras, pois já estavam matriculados cerca de 300 alunos.

Esse processo de ampliação dos espaços continuou ainda nos anos seguintes. Em 1917, o “Conjunto” formado pela Residência dos jesuítas e as áreas destinadas às atividades envolvendo os alunos internos e externos abrangia seis casas, umas, com entrada pela Rua dos Coqueiros da Piedade e outras, pela Rua Portão da Piedade, que, no entanto, não ofereciam problemas de comunicação, uma vez que eram interligadas pela área interna, sem necessidade de passar pela rua para ir de uma casa à outra. Com o tempo, iam-se fazendo os ajustamentos e adaptações oportunas, para o que muito concorreu a competência e prestimosidade dos Irmãos Coadjutores.

A aquisição desses imóveis todos só foi possível, mediante empréstimos elevados. Uma boa parte deles, porém, foi contraída com

o Sr. Arcebispo, a juros de favor. Mas, mesmo assim, decorreram vários anos, até que toda a dívida fosse amortizada.

No entanto, mesmo tendo-se acrescentado ao complexo mais alguns imóveis, no decorrer da década de 1920, as acomodações do Colégio, considerando-se o número crescente de alunos, sobretudo internos, além de insuficientes, ainda deixavam muito a desejar. Como não era possível expandir-se mais, naquele lugar, porque os donos exigiam preços exorbitantes pelos seus imóveis, ou porque não queriam vendê-los, os responsáveis começaram a alimentar a ideia de construir um novo colégio, numa área mais ampla e salubre. Depois de várias buscas infrutíferas, umas religiosas informaram-lhes sobre um amplo terreno, não muito longe da Piedade, com serviço de bondes à porta, que poderia ser a solução desejada. Vieram os contatos com os donos, os devidos esclarecimentos com o Corretor e o negócio foi fechado. Estamos em 1926. Ainda seria preciso acabar de pagar a dívida, cercar o terreno, receber a documentação, para, depois, encaminhar as práticas para a construção do edifício. Finalmente, chegou o dia do lançamento da primeira pedra: 31 de julho de 1930, Festa de Santo Inácio de Loyola, Fundador da Companhia de Jesus. O Ato foi solene. Estavam presentes o Sr. Arcebispo Primaz e outras autoridades. A execução da obra foi entregue à firma Emílio Odebrecht Construtora & Cia., uma empresa que se especializara na nova técnica do cimento armado, sendo o prédio do Garcia, um dos primeiros da Cidade do Salvador em que essa técnica foi utilizada. Dois anos mais tarde, a obra já estava praticamente pronta, de tal forma que, no início de 1933, começou-se a transferência do prédio velho para o novo e, a partir de fevereiro, o Colégio já estava funcionando, no bairro do Garcia. As atividades escolares se concluíram no complexo dos Coqueiros da Piedade, com 432 alunos, dos quais 153 eram internos (COLÉGIO ANTÔNIO VIEIRA, 1932, manuscrito latino, inédito, tradução livre).

A mudança de casa e de ares representou para todos, educadores e educandos, um grande desafio, conforme escreveu o autor anônimo da Carta Anual de 1933: “No começo deste ano, começamos finalmente a mudança do antigo colégio dos “Coqueiros da Piedade” ao novo colégio, construído no Garcia. O anterior era pequeno e, por ter várias casas, sujeito a muitas dificuldades. O de agora é um edifício amplo,

com a prerrogativa de unidade e realmente capaz de acolher os nossos e muitos alunos, mesmo sem estar completamente pronto.

A construção é forte, feita artisticamente de ferro e cimento e, portanto, não sujeita a incêndio e outros perigos (sic). Interiormente, é bem dividida, de forma a satisfazer perfeitamente aos vários usos do Colégio.

Oferece também grande vantagem à saúde do corpo. Além disso, é de grande utilidade a água puxada para cima e que chega a todas as partes da casa. Ela é abundante também para a irrigação da horta, que se encontra não longe do edifício.

O lugar da construção é aberto, bem exposto ao vento do mar. O terreno está na periferia da cidade e, contudo, a comunicação com ela é facilíma. O campo, existente nos vários lados, é apropriado para qualquer tipo de cultivo, sobretudo para produtos úteis a alimentar o gado (COLÉGIO ANTÔNIO VIEIRA, vide supra).

Na mesma carta, também se fala de dificuldades econômicas: “O Colégio passa a carregar uma grande dívida em decorrência da construção do novo edifício, sobretudo por não ter conseguido vender os prédios do antigo local” (HISTÓRIA..., manuscrito latino, vide supra). Essas dificuldades perduraram por vários anos. O conjunto de casas deixado na Piedade, só foi definitivamente vendido, no ano de 1944 (HISTÓRIA..., Cartas Anuais: 1944).

Ao iniciar essa nova fase, em 1933, o Colégio matriculou 380 alunos. Nas dependências reservadas aos religiosos, viviam 32 jesuítas e, para auxiliá-los, no ensino, havia 12 professores externos.

Mas a educação era o objetivo principal

A busca por uma sede adequada às exigências do colégio constituiu uma preocupação dos educadores jesuítas desde o começo e eles não mediram esforços até encontrá-la, no moderno e funcional edifício do Garcia. A falta de espaços apropriados dos edifícios, porém,

não impediu que, mesmo considerando as acanhadas acomodações das sedes anteriores, eles tenham deixado de perseguir, na medida do possível, uma educação de qualidade. Desse esforço, já nos primeiros anos se colhiam os bons resultados. E até acontecimentos não diretamente ligados aos alunos serviam de pretexto para se promover uma academia literária, na qual eles tinham a oportunidade de manifestar seus talentos. Foi o que ocorreu já em 1915, nos Coqueiros da Piedade, por ocasião do Jubileu de Prata de Ordenação Episcopal do Arcebispo de São Salvador da Bahia, Dom Jerônimo Tomé da Silva.

O Colégio não possuía um salão conveniente. Preparou-se, então, para a festa o dormitório dos menores, da melhor maneira possível e aí nesse local, perante várias autoridades civis, cerca de 17 bispos e muitos convidados, os alunos se revezaram apresentando suas composições, em prosa e versos, suscitando “aplausos prolongados da platéia” (HISTÓRIA..., 1912 a 1919).

Fato parecido ocorreu, em 1933, quando a Cidade celebrou o 1º Congresso Eucarístico Nacional. Também constava da programação do Congresso a apresentação do Oratório lítero-musical do compositor português, Rui Coelho, intitulado “Fátima”. O evento se realizou, no palco do Cine Guarany (depois Glauber Rocha e, hoje, Espaço Cultural Unibanco). Coube ao Padre Luís Gonzaga Mariz, perante uma seleta assistência, da qual faziam parte o Cardeal do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme e outras autoridades, coordenar e dirigir a peça, que comportava um elenco formado por 150 componentes, contando músicos e atores. Desses, muitos eram alunos ou ex-alunos do Colégio Antônio Vieira. O sucesso foi retumbante, conforme registrou o redator do “Diário” da Casa.

Não se pense, porém, que a preocupação dos educadores jesuítas do Colégio com a formação literária e artística de seus alunos se reduzisse apenas a esses acontecimentos extraordinários. Na realidade, por caminhos diferentes das aulas que seguiam a programação oficial do Ministério da Educação e Cultura, os alunos eram estimulados a participarem de declamações, teatro, música e outras expressões culturais, de acordo com suas aptidões e capacidade. As ocasiões, de fato, não faltavam. Numa ocasião, o motivo era a Festa de Santo Inácio

ou de algum santo jesuíta, em outra, era o dia da Premiação Anual dos alunos que se distinguiram nas várias disciplinas.

Um bom suporte para se cultivar esse clima culturalmente estimulante, vamos encontrar nas Congregações marianas, presentes na vida do Colégio, desde os primeiros anos. Mas que tipo de entidade era essa? – Eram as Congregações marianas associações religiosas que surgiram, no Colégio Romano, precursor da famosa Universidade Gregoriana, em Roma, na última metade do século XVI. Depois se espalharam pelos colégios dos jesuítas, mundo afora, e chegaram ao Brasil, apenas 24 anos após aquela fundação romana. A primeira a surgir entre nós, ocorreu precisamente aqui, na Bahia, a 25 de março de 1588, quando foi solenemente instalada, no Colégio das Artes. Em seguida, foram-se espalhando pelos demais colégios já em funcionamento, em vários pontos do Litoral (LEITE, 1952, v. 2, p. 339-342). As Congregações marianas, mesmo sendo fundamentalmente de caráter religioso, mas por visarem a formação de seus membros, dedicavam uma boa parte de suas atividades à dimensão cultural.

Assim, elas o foram, no passado, e assim continuavam sendo, quando o Colégio Vieira abriu suas portas, em 1911. E disso eram testemunhas seus fundadores que, nos colégios onde atuaram em Portugal, já tinham experimentado sua eficácia. Por essa razão, em 1912, quando o Colégio ainda se encontrava, no Sodré, já começava a funcionar uma Congregação mariana para os alunos. Em 1916, esse número subia para quatro e, no ano de 1925, para sete, incluindo nesse rol uma destinada aos universitários, uma aos homens e outra às mulheres, que frequentavam a capela do estabelecimento. Anexo àquela dos universitários ou acadêmicos, existia o Círculo Católico de Estudos, fundado pelo Pe. Luís Gonzaga Cabral, cujos membros nem todos eram congregados e se reuniam, uma vez, cada mês. Também, como desdobramento da Congregação Mariana Acadêmica, surgiu, no Campo da Pólvora, com o apoio efetivo do Padre Cabral, o **Pensionato Acadêmico Mariano**, para abrigar universitários pobres, provenientes do Interior ou de outros Estados. Mais tarde, quando da construção do Fórum Ruy Barbosa, o Pensionato transferiu-se para o Corredor da Vitória, passando a denominar-se, por vontade de seus moradores, **Pensionato Universitário Padre Torrend**, o sucessor

do Padre Cabral, no assessoramento da Obra, durante muitos anos. Com o tempo, o Pensionato que funcionava em regime de autogestão, além de proporcionar um ambiente de sadia convivência, tornara-se, também, um local onde se verificavam estimulantes debates sobre temas polêmicos da atualidade. Bem mais tarde, já na década de 1980, pessoas alheias aos objetivos da instituição quiseram instrumentalizá-la para outros fins, o que provocou sua decadência e seu fechamento.

Com o tempo, novas organizações vão surgindo

Os ex-alunos, que já vinham promovendo uma assembleia anual, desde 1922, com o tempo, acabaram por constituir a **Associação dos Ex-alunos – Assex (1977)**, que se reúne periodicamente, embora com certos períodos de hibernação e outros, de grande entusiasmo e atividade.

A Associação de Pais e Mestres (APM), criada oficialmente em 1958, tem como objetivo congregar toda a Família Vieirense, mantendo um clima de cooperação entre pais, professores e o próprio Colégio. Mediante uma variada gama de propostas (palestras, círculos de debates, oficinas, cursos de dança, eventos esportivos, parceria com o coral... etc.), a APM tem buscado viabilizar esse objetivo.

A 19 de março de 1945, depois de um retiro fechado, foi criada uma Congregação Mariana destinada aos homens e jovens do bairro do Garcia, que já começou com 39 membros. O ponto forte era a formação religiosa, mas seus membros, aos domingos, ministravam a catequese a um grupo de crianças da área, começaram a formar uma biblioteca para a prática da boa leitura e, nas dependências do Colégio, cuidavam de uma escola noturna frequentada por 200 alunos (Cf. Carta Anual de 1945). Essa última atividade evoluiu até constituir-se numa entidade dotada de uma programação mais ampla, voltada prioritariamente para os habitantes do bairro do Garcia – o **OSGAR** (Organização Social do Garcia). Dela se referia, mais tarde, a Carta Anual de 1954: “O Pe. Fernando Barros Leal, com muito empenho, dirigiu o ‘OSGAR’

(Organização Social do Garcia), onde várias atividades se faziam, numa sala de reunião, que foi ganha com novo arranjo da rouparia, bastante ampla e independente, perto da rua, com facilidade de entrada e saída. O OSGAR compreende também escola noturna gratuita (na sede do Colégio), assistência jurídica, médica, odontológica e social, com projeção de filmes, atividades catequéticas e esportivas de sua Congregação Mariana”. Nos anos 1960, no entanto, já não havia condições para o OSGAR continuar prestando seus serviços à comunidade do bairro. Ocupou o seu lugar o Centro Social Júlia Devoto, uma filial da mesma mantenedora do Colégio, que desenvolvia uma programação parecida, porém, distribuída num horizonte mais amplo.

Mas, além das iniciativas voltadas para os ex-vieirenses ou pessoas da Comunidade, muitas outras foram surgindo, destinadas diretamente aos alunos internos (até 1983) e externos:

Grupo de Escoteiros Antônio Vieira (GEAV) – Já em formação, desde 1928, tomou um impulso novo, a partir de 1931, sob a coordenação do Pe. Francisco Tavares Bragança, um jesuíta ex-aluno, jovem, cheio de entusiasmo e criatividade, há pouco retornado da Europa, onde cumprira todas as etapas de sua formação, na Companhia de Jesus. Os escoteiros, ainda hoje continuam se reunindo aos sábados, na “roça”, atrás do Vieirinha, contando com a presença constante e amiga do Padre Imperiali, não obstante seus 86 anos.

Academia Vieirense de Letras – Também se consolidou, no decorrer dos anos, essa agremiação estudantil, para ajudar os alunos a desenvolverem seus pendores literários e a se expressarem com eficácia e elegância, no exercício da oratória, abordando, de preferência, temas de interesse formativo, na área cultural, artística ou social.

Grêmio Estudantil Antônio Vieira – É o órgão representativo dos alunos, a partir da 5ª. série do Ensino Fundamental até a última série do Ensino Médio, possuindo estatuto próprio e visando, dentre outros objetivos, a “congregar e defender os interesses dos alunos; incentivar a cultura literária, artística e desportiva de seus membros; promover a cooperação entre os vários setores do Colégio, buscando sempre o aprimoramento”; etc. (Cf. Estatuto). Na prática, o “Grêmio” acabou por substituir a “Academia” com o qual caminhou por alguns

anos, dando-lhe uma feição mais moderna e ampliando o horizonte de suas atividades.

E novas iniciativas iam surgindo com o passar dos anos, à medida que o Colégio assumia novas feições, interna e externamente. No ano do Cinquentenário, em 1961, os portugueses das primeiras décadas já tinham cedido o espaço aos jesuítas italianos, que começaram a chegar a partir de 1952, e só poucos deles ainda continuavam atuando. Naquele ano, os alunos (internos e externos) somavam 1.146 e, entre os eventos que marcaram a celebração jubilar, um novo auditório foi entregue à comunidade educativa.

Como a mangueira à entrada do prédio do Garcia, o Vieira cresceu e se renovou

1963 foi o último ano do “Internato”. Em compensação, a 12 de setembro de 1964, os alunos do então Curso Primário passaram a ocupar as novas instalações construídas especialmente para eles, com entrada própria e atividades autônomas, que logo passou a ser chamado de “Vieirinha”. As construções, mais tarde, foram-se expandindo em vários pavilhões e criando novos serviços. Hoje, o Vieirinha se apresenta como um complexo considerável, a serviço dos alunos, até a 6ª. Série do Ensino Fundamental.

A partir de 1968, a rotina do Colégio começou a mudar com a riqueza da presença feminina. Hoje, o gênero feminino representa metade do alunado. Nesse ínterim, a construção da Igreja ou Santuário de Fátima, cuja pedra fundamental fora lançada a 13 de maio de 1932, chegou a seu termo, no final dos anos 1960.

Surgiram estruturas esportivas, como o ginásio poliesportivo e as quadras cobertas. Criaram-se os laboratórios de informática, para servir às crianças do Ensino Fundamental e aos adolescentes e jovens do Ensino Médio. E os laboratórios de ciências, existentes desde a década de 1920, foram sendo atualizados, no decorrer dos anos, com aparelhos e instrumentos mais modernos. Abriu-se um restaurante “self-service”

para facilitar a vida de professores e alunos, que precisam passar mais tempo, na casa. Finalmente, convém registrar que a Comunidade dos Jesuítas, desde o início, ocupando uma boa parte do edifício, decidiu construir uma residência, nas proximidades da obra. Com isso, o Colégio pode reorganizar os amplos espaços à disposição, criando novas salas de aula e locais mais apropriados para os novos serviços. Os alunos, que, na inauguração do Colégio, em 1911, eram apenas sete, hoje, já se aproximam dos cinco mil.

Mas, se as transformações por que o Colégio passou são visíveis, mesmo de outros recantos da Cidade, isso não significa que os aperfeiçoamentos internos, na metodologia e nas práticas educativas, foram menores. Muito pelo contrário. Aconteceu, porém, que, nas primeiras décadas, todo o ensino ficava a cargo dos religiosos jesuítas, padres e irmãos, todos já com experiência pedagógica comprovada, nos Colégios que mantiveram, em Portugal, antes do desterro. Dos padres, o mais lembrado foi o grande Padre Cabral, o “descobridor” dos dotes literários de Jorge Amado, como ele próprio fez questão de recordar, nas páginas do “Menino Grapiúna”, enquanto dos Irmãos Coadjuutores, como se dizia, na época, o mais admirado foi o Ir. Cardoso, responsável pelo Curso de Admissão. Até o Governador Antônio Balbino, que tinha sido seu aluno, não hesitou de elogiá-lo publicamente, ao presidir uma solenidade, no Colégio Antônio Vieira.

Mais adiante, à medida que ia aumentando o número dos alunos e dos professores externos, também ia crescendo, nos dirigentes, a necessidade de partilhar com esses últimos, métodos, estilos e preocupações pedagógicas que lhes eram familiares. Se no começo ainda se falava de *Ratio Studiorum*, agora, toda a experiência de ensino, nos colégios da Companhia de Jesus, durante séculos, fora decantada e sintetizada no que se convencionou chamar de Pedagogia Inaciana.

Uma rápida visita à Pedagogia Inaciana

No ano de 1986, quando a *Ratio Studiorum* completava quatro séculos, a Companhia de Jesus lançou um documento preparado por uma Comissão Internacional para o Apostolado da Educação intitulado “**Características da Educação da Companhia de Jesus**”. Nele, como resultado de demorados estudos, reuniões e consultas, no decorrer de quatro anos, se encontram formulados, em proposições simples e claras, os eixos norteadores de toda a prática educativa dos jesuítas, com ênfase, porém, na educação secundária ou média, como se lê em suas **Notas Preliminares**: “Embora muitas das características [...] descrevem toda educação da Companhia, a ênfase específica deste documento é a educação básica da escola secundária jesuíta ou colégio (dependendo do país, esta designação pode ser apenas educação do segundo grau ou pode incluir tanto o 1º como o 2º Graus). Recomenda-se aos que trabalham em outras instituições da Companhia, especialmente universidades e faculdades, que adaptem estas características às suas próprias situações”. (CARACTERÍSTICAS..., 1987, p. 19).

Os membros da Comissão conseguiram resumir essas “Características” em vinte e oito proposições, por sua vez, agrupadas em nove seções, que sempre começam com uma proposição da visão espiritual de Inácio de Loyola e é seguida por aquelas características que constituem aplicações daquela proposição, na educação (CARACTERÍSTICAS..., 1987, p. 19). A décima seção oferece algumas características da *pedagogia inaciana*, a título de exemplo. Seria, porém, enfadonho e fugiria aos objetivos deste trabalho, querer reproduzir aqui todas aquelas vinte e oito características. Contudo, para exemplificar como elas estão estruturadas, reproduz-se, a seguir, o esquema da seção quinta: “5. Uma resposta amorosa e livre ao amor de Deus não pode ser meramente especulativa ou teórica. Por mais que custe, os princípios teóricos devem levar a uma ação decisiva: **‘o amor se mostra nas obras’**. Inácio pede um compromisso total e ativo dos homens e mulheres que, ‘para imitar e parecer-se mais a Cristo Nosso Senhor’, querem pôr em prática os seus ideais no mundo real da família, dos negócios, dos movimentos sociais, das estruturas políticas

e legais e das atividades religiosas” (CARACTERÍSTICAS..., 1987, p. 44). Em seguida, são enumeradas as características que constituem uma aplicação dessa proposição inaciana:

“A educação da Companhia: – é uma preparação para um compromisso na vida ativa; – serve à fé que promove a justiça; – pretende formar ‘homens e mulheres para os outros’; – manifesta uma preocupação especial pelos pobres” (CARACTERÍSTICAS..., 1987, p. 44).

Depois da divulgação inicial das “Características”, sentiu-se logo a necessidade de uma proposta que permitisse colocar em prática todos esses valores, princípios e diretrizes. Foi então que uma outra Comissão internacional de educadores jesuítas, depois de três anos de trabalho, elaborou um outro documento intitulado “Pedagogia Inaciana, uma proposta prática”, publicado em 1993.

Se, nos tempos atuais, tornou-se impossível propor um *curriculum* universal para as escolas e colégios dos jesuítas, como o fez a *Ratio Studiorum*, nos primeiros séculos de prática educativa da Companhia, contudo, seus dirigentes julgaram importante poder “dispor de uma pedagogia sistematicamente organizada, cuja substância e métodos implementem a visão explícita da missão educativa contemporânea dos jesuítas” (PEDAGOGIA..., 1993, p. 17).

Os autores do documento “Pedagogia Inaciana”, abandonando definitivamente a pretensão de um *curriculum* universal, formulou “com caráter universal o **Paradigma Pedagógico Inaciano**, capaz de ajudar professores e alunos a focar o próprio trabalho, de tal modo que seja solidamente acadêmico e simultaneamente formador de homens para os outros” (PEDAGOGIA..., vide supra). O Paradigma Pedagógico, portanto, não requer o acréscimo de cursos específicos ao *curriculum* existente, mas exige a inserção nele do tratamento de valores e o crescimento pessoal. O Paradigma, na sua dinâmica, pode ser esquematizado, em cinco pilares, a saber: **contexto de aprendizagem – experiência – reflexão – ação – avaliação**. O documento citado incluiu ainda alguns programas para a formação dos professores.

A essa altura, convém retomar a trajetória que o Colégio Antônio Vieira já vinha desenvolvendo com seus professores e técnicos, mesmo antes do surgimento dos documentos acima apresentados.

Como aconteceu no resto da Companhia, também no Brasil e aqui, na Bahia, as iniciativas e os subsídios, na área pedagógica, iam-se multiplicando. O Colégio, então, não mediu esforços para oferecer oportunidades concretas aos seus colaboradores na missão educadora, não só para eles se inteirarem do método, mas também para aprofundarem-se em seus princípios inspiradores, participando, até, na medida do possível, dos exercícios espirituais de Santo Inácio.

De fato, a preocupação de manter os colaboradores atualizados, na pedagogia inaciana, representa para o Colégio uma disposição constante que aflora nas mais inesperadas ocasiões. Evidentemente, o resultado de todo esse esforço depende de vários fatores e nem sempre atinge o nível desejável. Mas o certo é que o Colégio Antônio Vieira, seja no aperfeiçoamento e adequação de suas estruturas físicas, seja nas atividades de ensino-aprendizagem, seja, enfim, na confrontação de sua ação educativa com seu “marco referencial” e com o “paradigma inaciano”, sempre está buscando o “magis” que, na visão do Fundador, deve qualificar todo e qualquer trabalho apostólico do jesuíta.

E o desterro terminou com um final feliz

Neste ano, ao celebrar-se o primeiro centenário do Colégio Antônio Vieira, seus responsáveis e todos aqueles, que nele trabalham ou estudam, têm a alegria de constatar, na extensa lista dos ex-alunos, muitos nomes que se destacaram na política (como ministros, senadores, governadores, vice-governadores, deputados, prefeitos); na magistratura; nas letras e nas artes; no exercício da medicina e da odontologia; da engenharia e da arquitetura; na vida religiosa e eclesiástica; no magistério universitário; na economia e na administração, e em tantas outras profissões, cargos ou funções, em que se desdobra o quadro profissional da sociedade organizada.

Mas, para os que conduzem o corre-corre das atividades a um tempo rotineiras e imprevisíveis da vida colegial, a alegria é ainda maior quando escutam de alguém que, por aqui passou, há anos, recordar-se, com orgulho e gratidão, das pessoas que marcaram sua história, no tempo do Vieira, e dos valores aqui adquiridos, que o acompanham pela vida afora. Nessa hora, o educador, que normalmente não consegue contemplar o fruto maduro de seu trabalho, a não ser depois de muitos anos, renova seu entusiasmo e lança-se para a frente. Ele percebe que sua contribuição é como a das águas de um afluente, que sempre vão engrossar um rio maior, e quem matar a própria sede, nas águas das cabeceiras, do médio curso ou do seu estuário, será sempre dele que estará bebendo.

A 5 de outubro de 1910, Portugal, com uma série de eventos festivos, celebrou a memória de um século da proclamação da República.

A 15 de março de 1911, a Comunidade Vieirense igualmente comemorou, com Ação de Graças a Deus e grandes festas, o primeiro centenário de sua fundação, como uma sementinha modestamente plantada, à Rua do Sodré, 43. Para assinalar a data aos vindouros, foi levantado um monumento, à entrada do Colégio, uma árvore com dez ramos simbólicos, cada um representando uma década de vida da instituição. De fato, a árvore cresceu, se renovou e deu frutos, muitos frutos. E há sinais que fazem esperar safras abundantes, também no futuro.

Entre essas duas datas centenárias, porém, insere-se uma terceira, a da expulsão dos jesuítas de Portugal, a 8 de outubro de 1910, decorrência das primeiras medidas revolucionárias do Governo Republicano e, ao mesmo tempo, pressuposto da fundação do Colégio Antônio Vieira.

Para aquela leva de exilados, ainda sem saber o que escolher, dentre as várias propostas que lhes chegavam, a abertura de um colégio representou não só a realização de um projeto que já traziam como missão, mas constituía um marco real de que era possível empreender o caminho dos antepassados, na direção do Norte do Brasil, plantando outras obras e abrindo novas frentes de trabalho. Foi o que ocorreu, no decorrer de um século de dores, preocupações, coragem, criatividade,

fé e esperança. Um século de sacrifícios e vitórias, do qual o Colégio bem pode ser considerado como o exemplo mais consistente e acabado. Daí poder-se dizer, sem querer minimizar a injustiça da expulsão e os sofrimentos do exílio, que a restauração da legislação pombalina contra os jesuítas pelos republicanos portugueses, desta vez, não obstante tudo, teve um final feliz, dinamicamente muito feliz!

Referências

ARAÚJO, Antônio de. **Jesuítas e antijesuítas no Portugal Republicano**. Lisboa: Roma Ed., 2004.

AZEVEDO, Ferdinand S. J. **A missão portuguesa da Companhia de Jesus no Nordeste: 1911-1936**. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches – FASA, 1986.

AZEVEDO, Luís Gonzaga de. **Proscritos: revolução de Portugal de 1910: primeira parte**. Valladolid (Esp.): Florencio de Lara Editor, 1911.

BULCÃO, Octávio de Aragão. **O Colégio Antônio Vieira do meu tempo: 1927/1933**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1977.

CARACTERÍSTICAS da Educação da Companhia de Jesus. 2. ed. rev. São Paulo: Loyola, 1987.

CARNEIRO, Miguel Vilaça. Expulsão: os Jesuítas e a República em 1910. **Revista Brotéria**, Lisboa, v. 171, n. 2/3, p. 109-125, ago./set. 2010.

COLÉGIO ANTÔNIO VIEIRA. Atas da Formatura dos Bachareis em Ciências e Letras, 1935-1960.

_____. Diário (manuscrito), 1911-1928; 1929-1942; 1942- 1950; 1950-1963.

_____. Diário dos alunos (manuscrito), 1923-1938.

FOULQUIER, Joseph H. S. J. **Jesuítas no Norte**. Salvador: Oficinas da Livraria Duas Américas, 1940.

GREVE, Aristides, S. J. **Subsídios para a história da restauração da Companhia de Jesus no Brasil**. São Paulo: Oficinas Gráficas Sales, 1942. Fotos.

HISTÓRIA do “Colégio Antônio Vieira”, janeiro de 1911 a dezembro de 1964. (Manuscrito latino, com tradução portuguesa anônima).

LEITE, Serafim S. J. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Porto, 1938; Rio de Janeiro, 1943-1950. 10 v.

PEDAGOGIA **Inaciana**: uma proposta prática. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

Um ensaio de geohistória: ciclo do carro de bois no Brasil, de Bernardino José de Souza

Antônio Fernando de Araújo Sá

Dr. em História Cultural pela Universidade de Brasília

afsa@ufs.br

Resumo

A proposta deste artigo é rever o papel de Bernardino José de Souza na historiografia brasileira, realçando a atualidade do livro *O Ciclo do Carro de Bois no Brasil* (1958) para o debate atual da noção de interdisciplinaridade. Esse livro póstumo sobre o rústico transporte dos sertões brasileiros revela a minuciosa pesquisa histórica de caráter interdisciplinar feita pelo historiador, demonstrando suas qualidades de geógrafo, historiador, etnógrafo e folclorista. Próximo da leitura de Lucien Febvre sobre a obra de Vidal de La Blache, Bernardino de Souza estabelece uma interpretação da história a partir da visão de geógrafo, buscando nas múltiplas expressões da paisagem física da terra a historicidade da ação humana, numa visão mais totalizante e de longa duração do fenômeno histórico.

Palavras-chave: Historiografia. História. Geografia. Interdisciplinaridade.

**A test of geo-history: the cycle of “carro de bois” in Brazil, by
Bernardino José de Souza**

Abstract

The purpose of this article is to review the role of Bernardino José de Souza in the Brazilian historiography. He highlights the relevance of the book *O Ciclo do Carro de Bois no Brasil* (1958) to the current debate of the concept of interdisciplinarity. This posthumous book on the rustic carriage of the Brazilian hinterlands reveals the meticulous historical research of interdisciplinary character made by the historian who demonstrates his qualities as a geographer, historian, ethnographer and folklorist. Close to Lucien Febvre’s reading of the work of Vidal de La Blache, Bernardino de Souza provides an interpretation of history from the perspective of a geographer, searching for the many expressions of the earth physical landscape, the historicity of human action, on a more totalizing and long-term view of the historical phenomenon.

Key words: Historiography. History. Geography. Interdisciplinarity.

A alegria do carreiro
É ver o carro cantar..
Sai da frente, ó candeeiro
Deixa esse carro cantar.

Anônimo (SOUZA, 2003, p. 323)

Recentemente, em livro organizado por Consuelo Pondé de Sena (2010), presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, se evidenciou a pujança da historiografia de Bernardino de Souza, bem como a importância de sua militância docente nos principais colégios de Salvador no início do século XX. Além da inesquecível passagem como secretário geral do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a figura do político e magistrado também foi perfilada por amigos, admiradores e estudiosos, retirando-o do ocaso do esquecimento a que há muito estava relegado.

Talvez uma hipótese que explique esse esquecimento, por parte das novas gerações de historiadores, seja o fato de, nas últimas cinco décadas, a historiografia ter-se afastado da geografia e a obra histórica de Bernardino de Souza ter sido marcada, indelevelmente, pela visão do geógrafo, buscando nas múltiplas expressões da paisagem física da terra a historicidade da ação humana, como se pode ver nos livros *O Pau-Brasil na História Nacional* (1939) e *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil* (1939), publicado primeiro em 1910, com o título de *Nomenclatura geográfica peculiar do Brasil*.

Na tentativa de colaborar para a revisão do seu papel na historiografia brasileira, optamos por analisar, dentre as contribuições desse historiador, o livro póstumo sobre o rústico transporte dos sertões brasileiros, situando a atualidade da minuciosa pesquisa histórica pelo seu caráter interdisciplinar em que convergem as qualidades de geógrafo, historiador, etnógrafo e folclorista. Podemos considerar *Ciclo de Carros de Boi no Brasil* (1958) como a síntese do pensamento de Bernardino de Souza, dado o caráter enciclopédico da obra. Apesar da leitura já ultrapassada sobre a história econômica, vista a partir de ciclos econômicos, o livro nos ajuda a refletir sobre os debates contemporâneos em torno da interdisciplinaridade, já que, num mundo cada vez mais complexo como o de hoje, verificamos a inadequação

[...] entre um saber fragmentado em elementos desconjuntados e compartimentados nas disciplinas de um lado e, de outro, entre as realidades multidimensionais, globais, transnacionais, planetárias e os problemas cada vez mais transversais, polidisciplinares e até mesmo transdisciplinares. (MORIN, 2002, p. 14).

Esse livro é resultado do amadurecimento intelectual da longa militância docente na área da geografia e história. Como não se conformava como o estudo meramente descritivo da geografia, Souza buscou a integração às ciências humanas para compor uma obra em que a ação humana era compreendida em sua relação com o

meio. A metodologia por ele adotada se pautava no modelo clássico do pensamento geográfico francês, baseada na descrição, observação e classificação, próxima dos procedimentos oriundos da Etnografia e Etnologia. Na composição da obra, dividida em seis partes, vemos que o interesse do escritor voltava-se para os aspectos materiais da cultura, as técnicas, as paisagens e o gênero de vida, centrando-se nas relações entre homens/meio ambiente, através do estudo do meio humanizado, da paisagem e das técnicas, bem como das relações sociais em torno da história dos carros de bois no Brasil, numa perspectiva da longa duração. Assim, o autor procurava demonstrar a permanência da evolução do carro de bois na história do Brasil, buscando uma relação intercalar entre as diversas dimensões da historicidade do veículo rústico – econômica, social, cultural e política.

Essa obra histórica pode ser inserida numa proposta de fusão da Geografia com a História, a partir da abordagem cultural da trajetória do carro de bois na história humana. A presença de Lucien Febvre, com seu livro *A Terra e a Evolução Humana* (1922), entre os autores citados por Souza, é reveladora da influência de uma história renovada em consonância com a geografia de Vidal de La Blache. Com a publicação desse livro, a intervenção de Febvre no debate entre a geografia de Ratzel e Vidal demonstrava sua adesão à noção vidaliana de possibilismo. Nesse sentido, esse historiador acertava suas contas com o determinismo geográfico, afirmando que a “[...] natureza não é entidade neutra que condiciona a vida humana, ela é, desde o início, humanizada, já profundamente transformada pelo homem” (DOSSE, 1992, p. 81).

Desse modo, para compreendermos a obra histórica de Bernardino de Souza é necessário realizar uma breve incursão na história do pensamento geográfico no Brasil para identificarmos a matriz teórica de sua escrita da história. Nos anos 1930 e 1940, no Brasil, assistimos a um processo de institucionalização da “escola do possibilismo geográfico” na Universidade de São Paulo, que exerceu grande influência no então incipiente meio universitário brasileiro, com a presença de geógrafos como Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines e do historiador Fernand Braudel. Milton Santos menciona, como exemplo

dessa influência, a obra geográfica de Caio Prado Júnior, marcada pela ideia de que a geografia

[...] é uma tentativa de interpretação de uma situação, e uma situação inclui as suas heranças, através da materialidade e da iconografia, por intermédio do jogo dialético entre o que deixou de ser e o que quer ser. Isto é o presente. (SANTOS, 1989, p. 420).

Os ecos da influência da “geografia possibilista” de Vidal de La Blache na obra de Souza se fazem presentes na busca da superação pelo homem das adversidades do meio, possibilitando o encontro do tempo com o espaço como instrumento, servindo para apreensão da longa duração do transporte rústico dos sertões brasileiros, o carro de bois.

Contudo, diferentemente de Caio Prado Júnior, sua busca não partia da dialética entre o passado e o presente, de superação da herança colonial da sociedade e economia brasileira, mas pelo saudosismo da infância passada no engenho Murta, na fronteira entre os Estados de Sergipe e Bahia, de um modo de vida sertanejo que associado, no momento da escritura do livro, ao atraso cultural, enfrentava o discurso da necessidade de sua superação pelo progresso. Talvez pudéssemos aproximá-lo de alguns trabalhos de Gilberto Freyre, marcados por certo “saudosismo aristocrático”, como fica evidente na seguinte passagem da obra:

Entre as mais doces reminiscências da minha juventude estão as que se relacionam com os carros de bois de meu pai, autêntico Senhor de Engenho à beira do rio Real: estou sempre, numa volta ao passado, a ouvir o soar saudoso dos carros da ‘Murta’, ecoando ao longe nas madrugadas claras ou nas noites prateadas do sertão. (SOUZA, 2003, p. 318).

Rebento das terras de massapé do vale do rio Real, de família tradicionalmente ligada à terra, o autor “[...] não perdeu nunca o sentido da vida rural, a paixão pelos seus encantos, que constituíram estímulo e inspiração de numerosos de estudos seus” (MATTOS, 2010, p. 190-191).

Do ponto de vista metodológico, além da experiência vivida no mundo rural dos sertões da Bahia e Sergipe, o autor compilou cartas, questionários, efetuando viagens e consultas que resultaram depois num inquérito enviado a intelectuais, pesquisadores, fazendeiros e agricultores de todo o Brasil, para a identificação da diversidade cultural no trato do carro de bois. Segundo o autor, depois de três anos de colheita e joeira, conseguiu reunir

[...] cerca de 300 longas informações, duas mil fotografias, numerosos desenhos, alguns mapas, miniaturas de todos os quadrantes, acessórios, objetos de todo o gênero que formam um pequeno, mas precioso museu do carro de bois. (SOUZA, 2003, p. 30).

Na primeira parte do livro – Escorço Histórico do Carro de Bois –, a bibliografia utilizada, pautada na geografia humana e na antropologia cultural, o filia à tradição dos estudos geográficos que poderíamos chamar de Geografia Cultural que, paralelamente à Geografia Humana, demonstrava interesse pelos problemas culturais, a partir de uma postura naturalista ou positivista, sem preocupações com a dimensão psicológica ou mental da cultura, pelo menos no período que vai do final do século XIX até a primeira metade do século XX (CLAVAL, 2002). Nessa parte o autor destaca como “[...] fato etnológico de grande interesse [...] que, enquanto a roda e o carro foram conhecidos no Velho Mundo, desde o alvorecer de suas primeiras civilizações, na América eram inteiramente desconhecidos até a chegada dos povos colonizadores da Europa” (SOUZA, 2003, p. 51).

Com base nos relatos de renomados etnógrafos portugueses, Luís Chaves e Vergílio Correia, o escritor sergipano identifica no carro de bois português a origem romana do PLAUSTRUM, carro típico e

primitivo das regiões itálicas, talvez de origem etrusca, de estrado raso e com rodas maciças, móveis com o eixo. Nessa parte, é perceptível a preocupação etnográfica de Souza quanto à morfologia do carro, em especial os jugos e cangas, mas, principalmente, dos reflexos poéticos do carro na imaginação popular, com seu canto que remonta à autora dos tempos. Como havia sugerido Roger Bastide (apud MAIA, 2001, p. 72), “[...] o folclore acha-se menos ligado a um fato da geografia física, como seria o isolamento de uma ilha ou de um vale de montanhas, do que a um fato da geografia humana”.

Ecoss da presença do carro cantador na imaginação popular foram registrados pelo autor nos poetas populares, chamados por ele de “semibárbaros”, Catulo da Paixão Cearense e Zé da Luz, pseudônimo de Silva Andrade, respectivamente:

Vale mais que essa porquera
Da tá cirvilização,
Um carro de boi cantando
Pelos mato do sertão!

Pra que musga mais bonita,
Mais triste, mais penorosa,
Do que a musga sodosa
Dum carro de bois cantando

Pula boca dos cocão? (SOUZA, 2003, p. 325).

A manutenção da linguagem popular dos poetas “semibárbaros” demonstra sua filiação à tradição de folcloristas sergipanos, destacando-se Silvio Romero em que o estudo das manifestações folclóricas foi, fortemente, influenciado pelo positivismo vigente à época, que caracterizava certa “alma popular” pela sua rudeza, preocupando-se mais com a dimensão documental do que propriamente poética. Como outros “intelectuais de província” contemporâneos, como Felte Bezerra

e José Calasans, Souza, ante à radicalidade das mudanças em curso na sociedade brasileira, se volta para uma “operação de resgate” do modo de vida sertanejo, próprio de seu “indefectível sertanejismo” (SOUZA, 2003, p. 30).

Na parte referente ao Veículo, seus Acessórios e o seu Tipo, consolidam-se as contribuições do autor quanto às dimensões folclóricas, etnográficas e linguísticas do carro de bois na cultura brasileira. Para ele, além do grande interesse etnográfico e folclórico, o que diferencia os carros do Brasil é a presença ou ausência do canto, isto é, podemos classificá-los como “carros que cantam” e “carros que não cantam”. Nessa classificação, podemos observar o viés romântico do seu sertanejismo anteriormente aludido, ao afirmar que os carros modernos, isto é, aqueles que não cantam são “[...] menos poéticos, menos coloridos do passado, porém mais práticos e talvez mais úteis” (SOUZA, 2003, p. 204).

Nesse trecho da obra, Souza classifica os carros puxados por bois no Brasil a partir de suas características essenciais, como a mesa, as rodas, o eixo, o tiro, a serventia, dando-lhes detalhes de seus principais atributos. A descrição exposta pelo escritor explicita seu conhecimento pautado, além das observações pessoais, nas informações que lhe chegaram de todo o país, por meio do inquérito realizado com pesquisadores, agricultores e fazendeiros, revelando as particularidades regionais. Apesar dessas especificidades, desde o período colonial, as madeiras utilizadas para a confecção do carro de boi no Brasil são geralmente a sucupira e o pau d’arco ou o ipê.

A classificação por materiais foram assim dispostos pelo autor:

De madeira são as cangas e jugos, os canzís, os cambões, as chavelhas, o torno, o cambito; de couro ou de fibras são as brochas, os tamoeiros, o passador, as soleiras ou tiradeiras, as correias das chavelhas, as correias de chifres, as travas e, excepcionalmente, as conjuntas e as gargalheiras; de ferro são as correntes, as chapas com grampos, as argolas, raramente as chavelhas. (SOUZA, 2003, p. 265).

Os carros de bois são tirados, em geral, no Brasil por uma ou duas parselhas: o de duas corresponde mais frequentemente às regiões mais planas, como, por exemplo, a faixa canavieira que se estende de Alagoas até o Rio Grande do Norte. Segundo Souza, o número aumenta para três, quatro, cinco ou mais em terras de relevo mais acidentado e de piores caminhos. Aqui o geógrafo segue a assertiva de Vidal de La Blache, que propõe que “[...] Assim se imprime nesses modos rudimentares de circulação e de transporte a marca imperiosa dos meios físicos” (SOUZA, 2003, p. 280).

Sobre os modos de encangar os animais para a formação das parselhas ou juntas de tração, a descrição etnográfica explicita as qualidades de observação, de sensibilidade, de inteligência e de imaginação do pesquisador. Em estudo comparativo entre as espécies de jugo em Portugal e Brasil, o autor afirma que, no primeiro país, camponeses executam, nos jugos, decoração que obedece a motivos utilitários, **supersticiosos** e estéticos, enquanto no Brasil “[...] os jugos ou cangas usados pelos nossos carreiros se caracterizam, neste particular, pela ausência de enfeites e alfaias – quase sempre lisos, pobres, essencialmente rústicos” (SOUZA, 2003, p. 294).

Sobre as variedades do canto dos carros, utilizamos o exemplo dos fazendeiros em Sergipe e Bahia, que distinguem em quatro variedades: assobio, gaita, estradeiro e baixeiro; sendo o mais frequente o estradeiro, marcado por um canto médio, forte, continuado, sem variantes na tonalidade. Utilizando-se do depoimento de Ascenso Ferreira, o autor identificou uma particularidade nordestina do carro cantador: “[...] Os bons carreiros só se sentem satisfeitos quando o grupo de carros que dirigem estão ‘afinados’ em prima e bordão, o que quer dizer um fino e outro grosso” (SOUZA, 2003, p. 317-318).

Em Carro de Bois no Brasil, emergem os atributos do historiador na discussão sobre o seu papel e serviços ao longo dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Inspirando-se no modelo de história econômica adotado por Roberto Simonsen, o autor interpreta nossa “evolução econômica” a partir da sucessão de ciclos econômicos que, do século XVI ao XX, “[...] se sucedem em ciclos do pau-brasil, do açúcar, do ouro e do café” (SOUZA, 2003, p. 109). Ainda segundo Simonsen,

a atividade pecuária se vinculava diretamente à produção açucareira. Entretanto, ao contrário de Simonsen, que propunha a existência do capitalismo comercial desde o início da colonização portuguesa na América, Souza defende a interpretação da solução feudal das capitânicas hereditárias para explicar os primórdios do Brasil.

A permanência do carro de bois como o único veículo usado nos transportes no período colonial, somente contestado com a utilização de muares ou cavalares, com as tropas no século XVIII, foi explicado pelo historiador por três fatores principais:

[...] os usos dos colonizadores, vindo de uma terra onde, desde as origens, era quase único nos transportes pesados o carro tirado por bois; o grande crescimento dos rebanhos bovinos graças às condições do meio favoráveis à sua multiplicação e expansão; a própria natureza de uma terra virgem, cheia de matas e pendores, de rios e aguçais, quase sem caminhos, porque assim não podiam ser consideradas trilhas tortuosas dos silvícolas. (SOUZA, 2003, p. 107).

Essa explicação reafirma a proposta de uma geohistória, em que fixa sua escritura histórica na permanência, na longa duração, em contato com geografia. Apesar desta afirmação se referir ao paradigma braudeliano, entendemos que a afirmação de Dosse pode ser considerada válida para caracterizar a obra de Bernardino de Souza (DOSSE, 1992, p. 133-143).

Para este autor, o carro de bois foi o responsável pela mobilização da riqueza econômica no Brasil, inclusive de nossa evolução social. Além disso, se evidencia o caráter civilizador do rústico veículo na época da colonização, como é o da participação do carro de bois na propagação e dilatação da fé católica no Brasil. À sombra da cruz, os carros de bois ajudaram ao trabalho dos missionários, na medida em que “[...] adentravam nas lonjuras da hinterlândia – catequizando, ensinando, civilizando” (SOUZA, 2003, p. 143). O elogio ao colonizador luso

como civilizador o aproxima novamente das ideias de Gilberto Freyre em torno da adaptabilidade do elemento português nos trópicos, bem como sua mobilidade para o sucesso da colonização (NICODEMOS, 1983, p. 147).

Esse modelo civilizador se faz presente também no capítulo sobre a presença do carro de bois nos “grandes fatos da nossa História”, quando seu depoimento pessoal retrata as lembranças da Guerra de Canudos:

Colegial no tempo em que se feriu no nordeste da Bahia a chamada Guerra de Canudos (1896-1897), contra os jagunços de Antônio Conselheiro, em terra não muito distante do meu torrão natal, recorro-me perfeitamente das notícias que aludiam aos comboios dos carros de bois empregados no transporte de víveres e munições para as forças legais. (SOUZA, 2003, p. 270).

Sobre O Boi de Carro, a partir das contribuições de Vidal de La Blache e Lucien Febvre, Souza retoma reflexões já realizadas no início do livro sobre a prevalência do boi como animal de tiro presente nas tradições caldaicas e chinesas e nas mitologias germânicas, bem como o desconhecimento dos indígenas da América do gado *vacum*. Passeando pela zootecnia, o autor identifica no gado mestiço como o mais apropriado para a lida no arado e no carro de bois. Contudo, a contribuição mais relevante dessa quarta parte da obra foi o estudo dos nomes dos bois de carro ou de carreta nas mais variadas regiões do país, sugerindo que a escolha dos nomes, “[...] por mais que se atribua ao arbítrio e fantasia dos que a fazem, reflete, não raras vezes, as influências do meio, o espírito da gente, as sugestões do momento e até o hábito psíquico de estabelecer certo acordo entre o nome e a coisa que ele designa” (SOUZA, 2003, p. 381). Assim, na maioria das vezes, os nomes dos bois ora se vinculam às peculiaridades do aspecto físico dos próprios animais, ora decorrem de fatos históricos e sociais, ora se inspiram nos fenômenos naturais, ora lembram topônimos do país e do

estrangeiro, ora traduzem preocupação com virtudes mágicas. Como exemplo, Souza recorda o fato de que senhores de engenho de Sergipe e Bahia denominavam seus bois carreiros com vocábulos que lembravam jogos, danças, deuses do paganismo, pássaros sonoros, etc.

Os trabalhadores do carro de bois no Brasil são classificados em carreiro e guia. Ao primeiro cabe a condução do veículo, já o segundo o auxilia nas diferentes atividades da condução e da execução dos serviços correlatos. Era ao lado dos mais velhos que se formavam os bons carreiros. Desde os tempos coloniais, os carreiros eram divididos em assalariados, que prestam serviços como empregados de fazendas, usinas e engenhos, e proprietários do carro e da boiada, que trabalham por conta própria por tarefa ou fretes.

Além das técnicas relativas ao tiro, ao seu atrelamento, ao apresto do equipamento do veículo, o autor destaca as técnicas para controlar o carro em movimento, como tanger os bois, parar o carro, subir e descer ladeiras, recuar o carro, atravessar pontes, impedir batidas nas cancelas e porteiros, transpor um rio ou desatolar um carro. Para a realização dessas tarefas, é fundamental a maneira como os carreiros e guias se comunicam com os animais, sobressaindo uma linguagem particular, “[...] ora visual, puramente mímica, exteriorizada por meio de gestos, de movimentos do corpo, de atitudes diversas, ora auditiva, fonética, traduzida por vozes que variam do simples grito a locuções interjetivas” (SOUZA, 2003, p. 459).

É evidente a associação entre geografia e antropologia no registro da documentação visual (fotografias e gravuras) da indumentária dos trabalhadores dos carros de bois. O autor teve o cuidado de assinalar que o vestuário habitual dos carreiros e guias não difere dos outros trabalhadores do campo, mas os objetos os distinguem pelo cunho profissional, destacando-se o chicote e a vara de ferrão, também chamada de vara de carrear.

Pensamos ser possível aproximarmos a caracterização elaborada por Bernardino de Souza sobre os carreiros com a publicação da série Tipos e Aspectos do Brasil, patrocinada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, organismo público marcado pelo viés técnico-científico que marcava o ideário do Estado Novo. Percy Lau,

responsável pelas ilustrações da série publicada na Revista Brasileira de Geografia, colaborou com a iconografia do livro sobre o carro de bois, reiterando uma valorização do mundo rural em que as raízes rurais se constituem em herança cultural comum a todas as regiões do Brasil (DAOU, 2001, p. 141-142).

No livro, o campo é representado como lugar da tradição, do convívio harmonioso, sem tensões, como, por exemplo, o mutirão ou muxirão de carros de bois, auxílio gratuito que se prestavam os lavradores em tempo de roçado, colheita ou taipamento de casa nos sertões brasileiros.

Além da função de transporte de carga no meio rural, mesmo com a estrada de ferro, o automóvel e o caminhão, o veículo rústico manteve sua importância até a primeira metade do século XX para os serviços urbanos e suburbanos em algumas zonas como o Território do Acre, conforme registrado no Recenseamento Geral da República de 1940. Mas os carros de bois, no Brasil, também foram empregados no transporte de pessoas nos séculos passados, mas que, à época da escrita do livro, estavam quase desaparecidos. Como veículo adaptado ao transporte de pessoas, o autor registra, baseado em documentos históricos e depoimentos de contemporâneos, sua presença marcante nas festas religiosas ou profanas ao longo da história do Brasil.

Para que tenhamos a dimensão da obra na historiografia da época, o historiador Waldir Freitas Oliveira (2010, p. 54) o comparou com o livro *L'Homme et la Charrue à travers le Monde*, de André G. Haudricourt e Mariel Jean-Brunhes Delamare, publicado em 1955, na França, realçando que, em muitos aspectos, o livro de Bernardino de Souza é superior aos autores europeus, especialmente no que se refere à magnífica iconografia coletada (desenhos, gravuras e fotografias).

Essa comparação com a historiografia francesa não é fortuita, pois o ensaio de Bernardino de Souza estava, quando da conclusão do livro na década de 1940, próximo de historiadores dos Annales, como Lucien Febvre, bem como da obra geográfica vidaliana. Como sugeriu, à época, Fernand Braudel, esses autores renovaram a história e a geografia francesas, ao proporem que o cenário em que os homens vivem, por mais importante que seja não comanda tudo. “[...] Além de

seu domínio, não cessa de crescer o trabalho do homem sobre as coisas e do homem sobre o homem” (BRAUDEL, 2002, p. 132).

Como Bernardino José de Souza se propôs a fixar o “maravilhoso instrumento” do carro de bois na memória das gerações futuras, espero ter colaborado para que seu monumental trabalho seja também reconhecido pelas novas gerações de historiadores como um exemplo de pesquisa interdisciplinar que busca uma visão mais totalizante e de longa duração do fenômeno histórico, próximo da proposta da geohistória, de inspiração vidaliana, perspectiva esta já há muito esquecida em nossas universidades, imersas num elevado grau de especialização.

Referências

BRAUDEL, Fernand. Geohistória. **Revista de História Contemporânea**: Entre o Passado & Futuro, São Paulo, v. 1, maio 2002.

CLAVAL, Paul. “A volta do cultural” na Geografia. **Mercator: Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 1, n. 1, 2002.

DAOU, Ana Maria. Tipos e aspectos do Brasil: imagens e imagem do Brasil por meio da iconografia de Percy Lau. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

DOSSE, François. **A história em migalhas**: dos annales à nova história. 3. ed. São Paulo: Ensaio; Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

MAIA, Doralice S. A Geografia e os estudos dos costumes e das tradições. **Terra Livre**, São Paulo, n. 16, p. 71-98, 1º semestre 2001.

MATTOS, Valdemar de. Bernardino José de Souza (1884-1984). In: SENA, Consuelo Pondé de (Org.). **Bernardino de Souza**: vida e obra. Salvador: Quarteto, 2010.

MORIN, Edgar. Introdução às jornadas temáticas. In: MORIN, Edgar. **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

NICODEMOS, José Pedro. Gilberto Freyre, historiador social. In: [S.n]. **Viagem ao universo de Gilberto Freyre**. João Pessoa: A União, 1983..

OLIVEIRA, Waldir Freitas. Bernardino de Souza, o historiador. In: SENA, Consuelo Pondé de (Org.). **Bernardino de Souza: vida e obra**. Salvador: Quarteto., 2010.

SANTOS, Milton. Renovando o pensamento geográfico. In: D'INCAO, Maria Ângela de (Org.). **História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior**. São Paulo: Brasiliense; Ed. Unesp, 1989.

SENA, Consuelo Pondé de (Org.). **Bernardino de Souza: vida e obra**. Salvador: Quarteto, 2010.

SOUZA, Bernardino José de. **Ciclo do carro de bois no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2003. (Coleção Reconquista do Brasil, 2. série).



Urbanização e riscos ambientais na cidade de Salvador

Miguel Cerqueira dos Santos

Dr. em Geografia da Universidade do Estado da Bahia
migcerq@yahoo.com.br

Resumo

O tipo de uso e ocupação do solo da cidade de Salvador tem provocado sérios problemas. Este trabalho analisa as principais causas e consequências dos riscos ambientais, decorrentes do processo de urbanização, principalmente ocorridos nas áreas de encosta. A metodologia adotada teve como pontos básicos a leitura de autores clássicos e contemporâneos e a realização de trabalho de campo. A cidade de Salvador é predominantemente composta por morros e colinas que apresentam similitudes geomorfológicas, mas potencializam riscos ambientais diferenciados, a depender das condições socioeconômicas e culturais das populações que ocupam essas áreas.

Palavras-chave: Urbanização. Riscos ambientais. Condições de vida.

Urbanization and environmental risks in the city of Salvador

Abstract

The kinds of use and occupation of Salvador has caused serious problems. This paper analyzes the main causes and consequences of environmental risks arising from the urbanization process. The methodology adopted was the basics of reading classical and contemporary authors and conducting fieldwork. The city of Salvador is predominantly composed of hills that form geomorphologic similarities, but potentiate risk varies, depending on the socioeconomic and cultural conditions of the people who occupy these areas.

Key words: Urbanization. Environmental risks. Quality of life.

O processo de urbanização ocorrido na cidade de Salvador tem a ver com o ritmo de crescimento adotado pela maioria das cidades brasileiras, mas também evidencia algumas particularidades que merecem ser estudadas. A ideia de crescimento urbano calcado na concepção de pólo de crescimento, com a formação de um centro polarizador, em detrimento de uma periferia cada vez mais dependente, trouxe sérias conseqüências para as condições de vida da maioria da população soteropolitana. A análise do modelo de crescimento com o isolamento entre as interferências humanas e as condições físicas contidas neste território dificulta a compreensão dos riscos ambientais encontrados na cidade de Salvador.

A investigação realizada na cidade de Salvador, com ênfase nas relações fisicoculturais contidas durante o processo de urbanização, possibilita a compreensão dos problemas urbanos evidenciados atualmente. A forma como a morfologia urbana da cidade em estudo tem sido configurada contribui para a potencialização de riscos que provocam o desencadeamento de efeitos calamitosos.

O objetivo deste trabalho é analisar as principais causas e conseqüências dos riscos ambientais, decorrentes do processo de urbanização ocorrido nesta cidade. A metodologia adotada neste estudo

foi constituída a partir de uma análise diversificada de informações que resultaram na formação deste texto. A leitura de autores clássicos e contemporâneos, o levantamento de dados junto às instituições de pesquisa e as observações *in loco*, seguidas de diálogos com as populações que habitam as áreas de riscos, constituem alguns dos exemplos.

A cidade de Salvador está inserida numa zona de substrato rochoso, notadamente estruturada por falhas tectônicas, as quais promoveram a compartimentação do sítio urbano em duas cidades: alta e baixa. Nesse arcabouço geológico, inúmeros canais de drenagem, superimpostos às estruturas geológicas, desembocam ao longo da Baía de Todos os Santos. O surgimento das atividades terciárias, na parte baixa, onde se encontra atualmente o centro comercial e financeiro, e a concentração das relações de poder político, econômico e religioso, na parte alta, área de atual atração turística, atendia aos interesses na época da colonização. A presença de áreas verdes, a preservação dos rios e canais e a regulação natural da infiltração e do escoamento superficial e subsuperficial garantiam o equilíbrio entre as relações fisicoculturais, contidas nesse território.

Entretanto, a investigação revela o acúmulo de dificuldades que a cidade de Salvador passou a produzir, principalmente no período posterior à década de 1950. Uma das questões que merecem destaque refere-se ao fato de que o modelo encontrado na zona urbana é predominantemente composto por morros e colinas, que em alguns casos têm formações edafoclimáticas semelhantes, mas se traduzem em riscos ambientais diferenciados, a depender das condições socioeconômicas e culturais da população que ocupa essas áreas. Essas questões estão no cerne das discussões que buscam alternativas para o desenvolvimento da urbanização, com melhoria da qualidade ambiental e, conseqüentemente, condições de vida para os habitantes da cidade de Salvador.

A concepção de riscos

A concepção de riscos aqui estudada tem a ver com a evolução desse conceito ocorrida nos últimos anos. A ideia de riscos sempre esteve atrelada ao perigo que determinados acontecimentos provocam para a humanidade. Inicialmente, essa situação era mais evidenciada a partir dos riscos naturais, onde havia pouca atenção aos problemas relacionados com as intervenções humanas. No transcorrer dos tempos, os estudos de riscos passaram a assumir uma dimensão mais alargada, inclusive passando a ser analisada numa perspectiva social (BECK, 1992). O fato de a causa de inúmeros riscos estar diretamente relacionada com os fenômenos naturais, a exemplo de maremotos, terremotos e vulcões, não significa dizer que a sua preocupação esteja alheia às ações antrópicas (REBELO, 2003).

As discussões sobre riscos têm demandado várias questões relacionadas com as diferentes mutações territoriais envolvendo natureza e sociedade. A cada dia há evidência de riscos nas diferentes escalas de abordagem, o que demanda a existência de estudos multidisciplinares. A aproximação com estudos de riscos exige uma análise cuidadosa, não somente dos impactos provocados à sociedade, mas, principalmente, do processo que resulta na conseqüente degradação ambiental. A partir do momento em que determinados fenômenos provocam perigos para a sociedade, podendo ser a causa natural ou antrópica, ocorrem os riscos ou azares (GONÇALVES, 2003). Daí a existência de uma complexidade de fatores que poderão estar provocando ou não riscos ambientais. Há um conjunto de elementos que podem variar, desde a ocorrência de eventos ditos naturais como terremotos, vulcanismos e enchentes, até as ações de origem antrópicas como a violência urbana, o terrorismo e os acidentes de trânsito, dentre outras. Além disso, convém lembrar que no processo de entendimento dos riscos, as dimensões culturais são imprescindíveis. Isso porque a magnitude dessas ocorrências varia desde os aspectos físicos até os relacionados com os diferentes modos de vida, aos quais também se inserem os fatores de ordem comportamental e psicológica.

Diante da complexidade envolvida com os diferentes tipos de riscos encontrados na contemporaneidade, demanda cada vez mais a necessidade de direcionar o tipo de riscos que se pretende estudar. Nesse caso, foram escolhidos aqueles relacionados com o tipo de uso e ocupação do solo da cidade de Salvador. As áreas de encostas constituem a maior parte do padrão de urbanização da área estudada e apresentam o maior número de acontecimentos envolvendo deslizamentos e desmoronamentos, principalmente nos bairros de populações pobres.

Urbanização de Salvador

O processo de urbanização de Salvador tem início nas primeiras ocupações territoriais brasileiras, no século XVI, quando o Brasil, na condição de colônia portuguesa, praticamente nasceu urbano. A fundação da cidade de Salvador, em 29 de março de 1549, surge como respostas às funções relacionadas com os interesses político-administrativos, de segurança, comerciais e de serviços. Na análise dos riscos ambientais, decorrentes da urbanização na cidade de Salvador, não convém se estender ao processo de urbanização ocorrido desde a colonização portuguesa até os dias atuais. Isso porque o foco dessa discussão provém da relação entre o modelo de crescimento urbano e os riscos ambientais encontrados, sobretudo, após a década de 1950.

Os períodos anteriores foram importantes para o entendimento das questões atuais, mas isso será feito por um breve comentário. A cidade de Salvador surge da intensa correlação entre os interesses dos portugueses, no tocante à escolha de um lugar protegido e potencialmente importante para a expansão das atividades comerciais e de serviços. A sua localização geográfica, às portas de entrada da Baía de Todos os Santos, foi de fundamental importância para a escolha do sítio urbano. A cidade de Salvador iniciou o seu processo de ocupação no *graben* da fálha, nas áreas de planícies, de frente para um conjunto de cidades que forneciam os produtos primários: cana-de-açúcar, fumo, milho, feijão, voltados para o abastecimento da metrópole, no caso, Portugal. A ligação com importantes rios que deságuam na Baía

de Todos os Santos, a exemplo do Paraguaçu, Jaguaripe e Da Dona, proporcionou a formação de uma *hinterland* composta por cidades importantes que constituíram a primeira rede urbana do Recôncavo, a exemplo de Cachoeira, São Félix, Nazaré e Maragogipe (Figura 1).

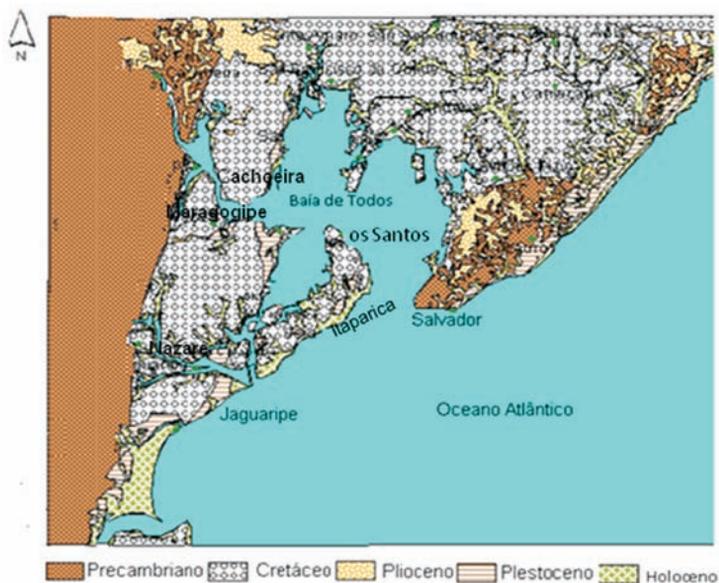


Figura 1 – Baía de Todos os Santos

Fonte: Elaborado por Miguel Santos, com base na Secretaria das Minas e Energia, 1980.

Os centros urbanos localizados ao entorno da Baía de Todos os Santos tinham como ponto principal de convergência a cidade de Salvador, que foi a primeira capital do Brasil, por 214 anos, entre 1549 a 1763, quando houve a transferência para o Rio de Janeiro. Desde os princípios da colonização, em que o sítio urbano de Salvador foi sendo ocupado de maneira significativa, até a sua intensificação ocorrida na década de 1950, com o advento da industrialização. A transferência da capital do Brasil para o Rio de Janeiro, no final do século XVIII, teve

como uma das principais causas a segurança territorial (MATOSO, 1992). Mesmo assim, a cidade de Salvador continuou o seu ritmo de crescimento, pois exercia importante papel na Rede Urbana do Recôncavo, principalmente no tocante à administração e distribuição da produção oriunda das demais cidades do Estado.

As mudanças ocorridas entre o final do século XIX e início do século XX foram importantes para a reconfiguração do desenho urbano de Salvador, sobretudo em decorrência da transição entre o modelo escravista e a inserção do novo ritmo de crescimento das atividades comerciais e de serviços. O tipo de ocupação que predominava até esta época era resultado de uma conjugação entre os prédios construídos para o comércio, na parte térrea, e para a habitação dos proprietários, no pavimento superior. Enquanto isso, na parte do *horst*, onde atualmente se localiza o Centro Histórico, havia uma muralha, utilizada no período colonial, como forma de proteção. Existiam duas portas principais: uma ao norte, na Ladeira do Carmo, e a outra ao Sul, no Largo do São Bento. A partir do século XIX, mediante um contexto de industrialização por que passava o mundo europeu, houve o processo de derrubada das muralhas, para serem substituídas por outras formas de proteção, a exemplo das armas resultantes da nova tecnificação territorial (LAMAS, 2000).

O entendimento dos inúmeros riscos ambientais encontrados atualmente na cidade de Salvador, principalmente no tocante à forma como a população pobre acessa os locais de moradias, assentando-se de forma inadequada nas encostas, advém de sucessivas segregações espaciais, oriundas de longas datas. No início do século XX, após a derrubada das muralhas, houve novas tendências da ocupação urbana. A população mais abastada abdicou do estilo de residência, no mesmo prédio de funcionamento do comércio, e passou a habitar em sobrados situados na parte plana e alta do centro histórico de Salvador, sobretudo onde atualmente está localizado o Pelourinho. Os proprietários do comércio, compostos por portugueses e seus descendentes diretos, na

maioria, habitaram por várias décadas essa localidade (ANDRADE, 2004). Enquanto isso, a população pobre, predominantemente composta por negros, despojados do processo de escravidão, ocupava a porção norte da cidade, em direção às áreas constituídas atualmente pelos bairros da Liberdade, Ribeira e o subúrbio ferroviário, ou habitavam as áreas, de menor valor, na parte sul, nas proximidades do Campo Grande, onde está localizada a Gamboa, atualmente.

Até a década de 1950, o crescimento urbano de Salvador já anunciava problemas ambientais, decorrentes da forma de acesso à renda e à moradia. Sem dúvidas, a relação entre o físico e o cultural acontecia de maneira mais equilibrada, visto que os impactos causados pela forma de uso e ocupação do solo eram menores, em decorrência do ritmo de crescimento da população e dos anseios à sociedade de consumo. As mudanças mais estruturais na reconfiguração do espaço urbano de Salvador aconteceram dos meados do século XX até o seu final. Essas mutações territoriais não ocorreram de forma dissociada do contexto em que o território brasileiro começou a experimentar a partir dessa época. A década de 1950 foi um marco importante para a consolidação do modelo de urbanização atualmente encontrado.

O processo de industrialização iniciado mais cedo, nas regiões sul e sudeste, e intensificado no Estado da Bahia, principalmente com a implantação da Petrobras e posterior instalação do Centro Industrial de Aratu (CIA) e do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), contribuiu para elevar o ritmo de crescimento da rede urbana do Recôncavo. A implantação das redes viárias, em detrimento dos transportes de cabotagem e ferroviários, e a falta de política de fixação dos trabalhadores rurais, que foram atraídos pela pseudo ideia de desenvolvimento, gerada pelo crescimento industrial e pelas atividades comerciais e de serviços, evidenciaram os contrastes no tipo de uso e ocupação do solo. As áreas de encostas, as reservas ecológicas e os sobrados que foram abandonados, anteriormente, pela população mais

abastada passaram a ser intensamente ocupados pela população pobre, sem as mínimas infraestruturas.

A abertura das avenidas de vale e as facilidades de concessão de terras aos especuladores imobiliários colocaram Salvador diante de uma forte dicotomia: por um lado, inibiu a população menos abastada do acesso aos bens e serviço e à moradia digna. Por outro lado, possibilitou o crescimento das construções das classes médias e altas, em áreas de preservação ambiental e nos terrenos dotados de melhores infraestruturas. No período posterior à década de 1950, Salvador recebe intenso contingente populacional, oriundo das áreas agrícolas que perderam o dinamismo evidenciado desde o processo colonial, principalmente com o cultivo da cana, do fumo e dos produtos de subsistência. O aumento das redes de transportes e comunicação, engendrado pela influência da industrialização e do crescimento das atividades terciárias, favoreceu a mobilidade populacional, que passou a ocupar as áreas de riscos na cidade de Salvador.

As áreas de encostas, as escarpa de falhas e os terrenos alagados, localizados nas áreas de preamar, em bairros como Uruguai, Massaranduba e Jardim Cruzeiro, passaram a ser intensamente ocupadas. Salvador começa a definir dois corredores básicos de ocupação territorial, com fortes desigualdades sociais: o da orla atlântica, ocupado pela população de melhor poder aquisitivo e o da orla da Baía de Todos os Santos, habitado pela maioria da população pobre (Figura 2).

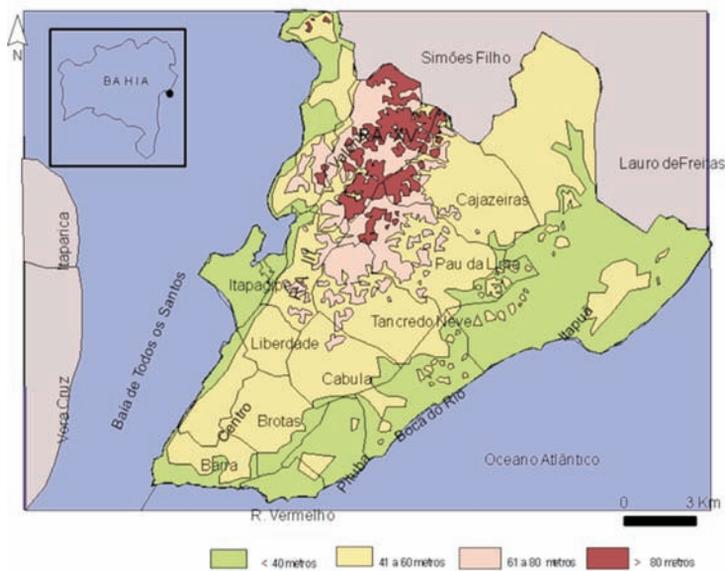


Figura 2 – Regiões administrativas de Salvador

F onte: Elaborado por Miguel Santos, com base no S EMIN, PMS, 2003.

A Figura 2 evidencia as regiões administrativas de Salvador, com as respectivas altimetrias, representadas na forma de relevo. Nota-se que na Orla Atlântica estão situadas as áreas de relevo de topografia suave, com extensa planície costeira, o que proporcionou maior valorização do solo urbano. Em função disso, há uma apropriação maior por parte da população dotada de melhor poder aquisitivo, com o consequente acompanhamento das obras de infraestrutura. Enquanto isso, a Figura 2 também demonstra a área situada no *graben* da falha, na parte oeste de Salvador, na orla da Baía de Todos os Santos. Nessa porção territorial, ocorre a concentração da maior parte da população pobre, oriunda das áreas rurais, atraída pela pseudo ideia de desenvolvimento, engendrada com o crescimento da indústria na Bahia.

A intensificação do processo de urbanização, ocorrida nas últimas décadas, colocou Salvador entre as três capitais com maior

contingente populacional do país. Em contrapartida, não possibilitou comparáveis avanços nas condições de acesso à saúde, à educação de qualidade e à habitação digna para a maioria da população. O modelo de crescimento urbano na Bahia não foge à regra do Brasil, pois sempre esteve voltado para uma enorme concentração na área metropolitana, sobretudo na cidade de Salvador (Quadro 1).

| Município | Região | População | Participação Estado (%) |
|----------------------|-----------------------|------------------|--------------------------------|
| Salvador | Metropolitana | 2.676.606 | 19,09 |
| Feira de Santana | Paraguaçu | 556.756 | 3,97 |
| Vitória da Conquista | Sudoeste | 306.374 | 2,18 |
| Camaçari | Metropolitana | 242.984 | 1,73 |
| Itabuna | Litoral Sul | 204.710 | 1,45 |
| Juazeiro | B. Médio S. Francisco | 197.984 | 1,41 |
| Ilhéus | Litoral Sul | 184.231 | 1,31 |
| Lauro de Freitas | Metropolitana | 166.414 | 1,18 |
| Jequié | Sudoeste | 151.921 | 1,08 |
| Alagoinhas | Litoral Norte | 142.160 | 1,00 |
| Teixeira de Freitas | Extremo Sul | 138.491 | 0,99 |
| Barreiras | Oeste | 137.428 | 0,98 |
| Total | | 5.106.059 | 36,37 |

Quadro 1 – Municípios acima de 100 mil habitantes no Estado da Bahia
 Fonte: Elaborado por Miguel Santos, com base no IBGE, 2011.

Na relação dos 12 municípios, com mais de 100 mil habitantes no Estado da Bahia, observa-se que Salvador apresenta um número quatro vezes maior do que o segundo mais populoso da Bahia, no caso Feira de Santana, e representa 18,20% do total da população encontrada nos 417 municípios que compõem o Estado. Nota-se, também, que o município de Salvador, praticamente, não dispõe de área rural, em função do seu rápido processo de urbanização experimentado após o ano de 1950. Esses desajustes, acumulados ao longo do período de crescimento urbano, sem as devidas políticas públicas de inserção da população pobre, têm contribuído para o aumento de vários problemas ambientais. Há riscos de violência, há sérios problemas de congestionamento do trânsito, em decorrência da falta de opção de transportes públicos com maior eficiência, a exemplo do Metrô que se arrasta por muitos anos e ainda não foi concluído. Entretanto, os riscos ambientais que estão sendo enfatizados neste artigo referem-se a aqueles relacionados com os deslizamentos e desmoronamentos decorrentes da ocupação inadequada da população pobre, que avança pelas encostas da cidade de Salvador.

Os riscos ambientais

O modelo de urbanização ocorrido na cidade de Salvador proporcionou sérios contrastes, conforme explicado anteriormente. Os riscos analisados apresentam forte relação com a maneira pela qual as intervenções humanas foram sucessivamente ocorrendo no território estudado. A configuração urbana de Salvador, contendo mares de morro, encostas íngremes, com solos suscetíveis a deslizamentos e desmoronamentos e portadora de um regime de chuva tropical, com maior concentração no outono e inverno, não determina, mas influencia na ocorrência dos riscos. Não resta dúvida de que as relações entre o

físico e o cultural, em alguns momentos, potencializam e em outros podem minimizar os riscos ambientais. Daí convém refletir que

[...] a cidade que ora nos desafia é uma complexa mistura (ou combinação?) de natureza e cultura numa caprichosa combinação de uma ordem simbólica, a partir de uma humanização do espaço e do tempo. Espaço cenário que nos abrigue e nos proteja na dinâmica de nossa movimentação quotidiana num tempo cada vez mais precioso. (MONTEIRO, 2008, p. 131).

Diante da argumentação exposta pelo autor, vale ressaltar que as relações entre natureza e sociedade precisam estar presentes nos diferentes estudos territoriais. No caso da análise de risco na cidade de Salvador, onde a ocupação da maioria da população se estende pelas áreas de encosta, a análise dos riscos calcados nas relações fisicoculturais torna-se indispensável. A forma como a população pobre exerce suas práticas quotidianas e ocupa os espaços rejeitados pela população de melhor poder aquisitivo, foi uma das principais razões discutidas neste estudo. A escolha do sítio urbano de Salvador, numa área rodeada por morros e colinas, com abundância da água, do verde e margeada pela Baía de Todos os Santos, constituiu um porto seguro para uns, mas gerou sérios problemas para outros.

Os riscos que estão sendo estudados provêm da maneira como a relação fisicocultural passou a ser evidenciada pela população pobre, principalmente com a intensificação do processo de urbanização de Salvador, ocorrido após a década de 1950. As constantes obras de terraplanagem efetuadas para a construção da cidade, sem as devidas precauções, aliada à carência de condições socioeconômicas da população excluída dos bens e serviços de qualidade potencializaram riscos altíssimos de vida (Figura 3).



Figura 3 – Área de risco na cidade de Salvador
Fonte: Prefeitura Municipal de Salvador – Codesal, PMS, 2009.

No levantamento realizado na cidade de Salvador foram registrados 100 mil pessoas, nas 2.170 áreas de riscos, em 553 encostas (CODESAL, 2009). A Figura 3 demonstra os perigos a que a população de menor poder aquisitivo se expõe, durante o cotidiano. As encostas com elevadas inclinações, que numa situação de planejamento urbano deveriam ser preservadas, acabam por ser a única opção de moradia para essas pessoas. Além da ocupação de áreas com alto grau de riscos de deslizamento, ou até mesmo de desmoronamento, acabam por plantar bananeiras, coco e outras frutas que concorrem para aumentar os conflitos entre o físico e o cultural, intensificando o perigo. A outra causa identificada como potencializadora dos riscos ambientais estudados, refere-se à coleta e deposição inadequada dos resíduos sólidos e líquidos. A situação de descaso dos poderes públicos, a dificuldade de

acesso ao saneamento pela maioria das habitações, aliados à carência de um trabalho educativo, potencializam os riscos encontrados.

A maioria dos riscos estudados na cidade de Salvador está relacionada com os maus procedimentos decorrentes do modelo de urbanização implantado. A carência de canalização da rede de esgoto e a deposição de lixo a céu aberto, por exemplo, contribuem para a desestabilização da maioria do tipo de solo, que por sua natureza já tem pouca estabilidade. O elevado número de ocupações, predominantemente da população pobre, nas áreas de encostas, em terrenos instáveis, sem a aquisição de equipamentos técnicos para o embasamento arquitetônico, reforça a ocorrência de riscos ambientais. A maioria dos solos encontrados nas áreas de riscos decorre do quaternário, localizados em áreas de escarpa de falha, com intenso teor de argila e silto, dotado de pouca espessura, o que concorre para a incidência de deslizamentos, principalmente nos períodos de maior concentração das chuvas.

A relação dos índices pluviométricos com a ocorrência de riscos ambientais na cidade de Salvador constitui uma abordagem interessante para a busca de alternativas para essa problemática (GONÇALVES, 2003). Diante dessas preocupações, foi feito um cruzamento de dados envolvendo os índices pluviométricos e a ocorrência dos riscos na cidade de Salvador (Figura 4).

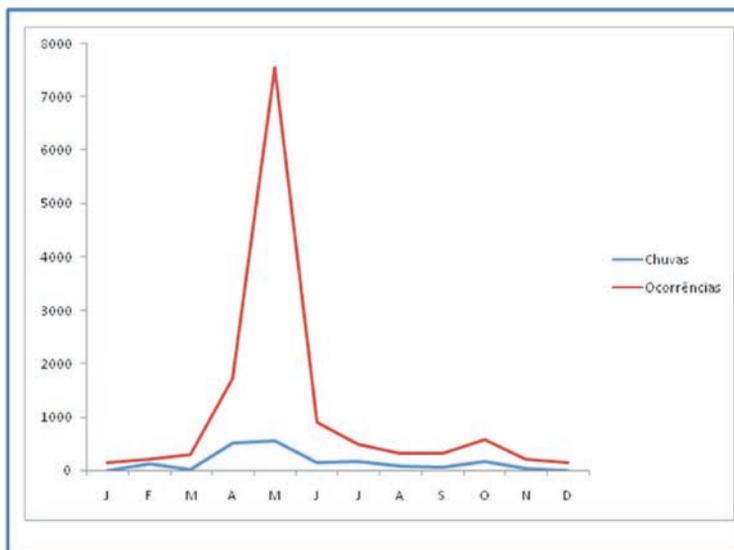


Figura 4 – Pluviosidade e riscos em Salvador
 Fonte: Miguel Santos, com base na Codesal (2009).

A Figura 4 evidencia a intensa correlação existente entre os índices de pluviosidade e os riscos ambientais, na cidade de Salvador. Numa cidade de clima tropical, localizada entre as latitudes de 12° e 73' a 13° e 01' Sul e as longitudes de 38° e 70' a 38° e 30' W, as variáveis climáticas envolvendo temperatura, umidade do ar e ventos são importantes para o conjunto da dinâmica que está associada com a ocorrência dos riscos ambientais. Aliado a isso, a concentração dos índices pluviométrico, em determinados período do ano, tem provocado impactos, tanto no aspecto material, a exemplo dos deslizamentos, desmoronamentos, enchentes, como também para o imaterial. Isso porque a representação e o significado das chuvas para as pessoas que habitam as áreas de riscos, na cidade de Salvador, são diferentes daqueles que residem nas comunidades rurais ou até mesmo nos bairros dotados de melhor infraestrutura.

As incidências dos deslizamentos e desmoronamentos ocorridos nos meses de abril, maio e junho, justamente no maior período de ocorrência das chuvas, têm-se constituído num verdadeiro desafio para a população e os demais envolvidos com essa problemática. Vale ressaltar que apesar desse período ser o mais intenso, há também um número de ocorrência significativa nos meses de outubro, novembro e dezembro, com chuvas de primavera e verão. Isso demanda maior preocupação por parte dos profissionais envolvidos com essa questão. O mapeamento das áreas de riscos constitui uma das ações importantes para a busca de alternativas visando melhorar as condições de vida da população sotero-politana e a paisagem ambiental para quem visita Salvador (Figura 5).

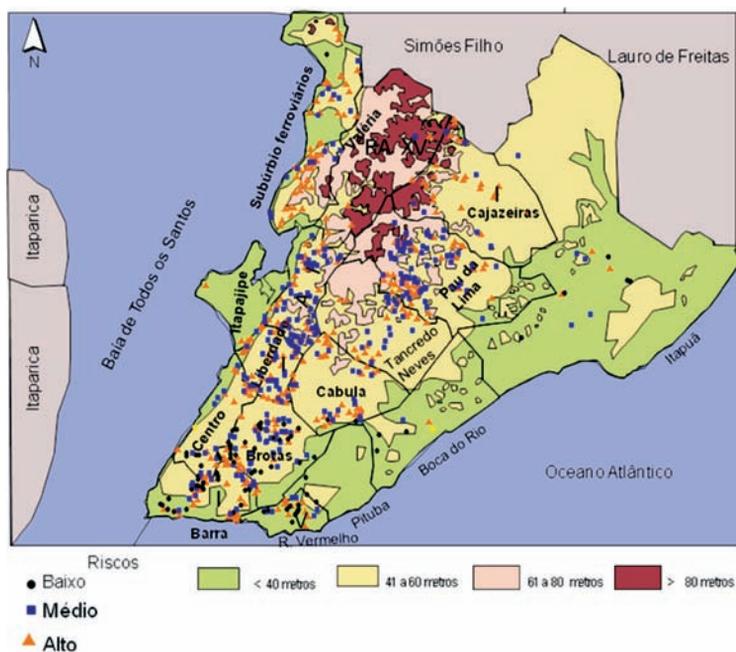


Figura 5 – Riscos ambientais na cidade de Salvador

Fonte: Elaborado por Miguel Santos, com base no SEMIN, PMS, 2003.

O mapa da Figura 5 oferece uma melhor ideia de como as áreas de riscos estão distribuídas no espaço urbano de Salvador. A opção pela diferença de amplitudes, no caso baixo, médio e alto, torna mais claro onde o fenômeno ocorre e com que dimensão. Observa-se o quanto a configuração física está correlacionada com a incidência de riscos na cidade de Salvador. Ao ser analisado de leste para oeste, verifica-se a mudança na intensidade e qualidade dos riscos analisados. À medida que ocorre o afastamento das áreas de planícies, localizadas na Orla Atlântica, aumenta a concentração dos riscos tanto para o Norte quanto para o Oeste, porém com maior incidência nas áreas de altitudes mais elevadas, portadoras de solos mais instáveis e habitadas pela população pobre.

A análise do processo de urbanização da cidade de Salvador, correlacionada com a incidência dos riscos ambientais ajuda a entender como as relações territoriais são constituídas em função dos dois circuitos da economia (SANTOS, 1979). Por um lado, o circuito superior, constituído pela população de classe média e alta, em sua maioria, está localizada nas áreas de melhor infraestrutura. Por outro, o circuito inferior encontra-se predominantemente constituído pela população pobre, com baixo poder aquisitivo e dotada das maiores dificuldades de acesso à renda, à saúde, à educação de qualidade e ao lazer. Vale frisar que no caso do modelo de urbanização encontrado na cidade de Salvador isso não acontece com uma tessitura tão linear. Tanto nas áreas consideradas centrais como periféricas, há ocorrências de populações pobres ao entorno de uma classe de poder aquisitivo médio e alto. O que difere são as condições de uso e ocupação dessas áreas pelos diferentes estatutos da sociedade. O aumento dos descasos no tipo de uso e ocupação do solo, com forte desmatamento de áreas que poderiam ser protegidas e com o aterramento de inúmeros canais pluviais, tem intensificado a situação de riscos na cidade de Salvador. O impacto provocado pela dificuldade de equilíbrio entre o físico e o cultural tem sido cada vez mais evidente nas diferentes dimensões espaciais da cidade estudada. Dificilmente, ricos, pobres e visitantes não se deparam com uma situação constrangedora nos períodos mais chuvosos. Há sempre uma situação de risco, seja por deslizamento de terras, desmoronamento ou alagamento de vias.

Considerações finais

A maneira como o processo de urbanização se desencadeia na maioria das cidades brasileiras não está dissociada do que acontece com a cidade de Salvador. Verificam-se elevadas dificuldades de promoção da melhoria das condições de vida da maioria da população. Há intensa concentração, variando desde o adensamento populacional em determinadas áreas, em detrimento de outras, passando pelo acesso à renda, até as condições dignas de moradia. A necessidade de implementação do processo de urbanização, calcado nos vieses da democracia, buscando o difícil mas não impossível exercício da participação, torna cada vez mais eminente combater os riscos estudados e a consequente erradicação da pobreza.

Nota-se que algumas intervenções têm sido feitas pelos órgãos federais, estaduais e municipais, a exemplo das obras de contenção de encostas, porém com maior concentração nas áreas mais nobres e com sérias dificuldades de acesso às populações carentes. Na realidade, a ocupação da cidade de Salvador está predominantemente localizada nas áreas de encosta. Entretanto, a população mais abastada geralmente está mais bem provida de recursos técnicos, principalmente com o aporte de profissionais qualificados, a exemplo dos engenheiros e arquitetos, o que inibe a ocorrência de riscos ambientais. Enquanto isso, a população de baixo poder aquisitivo não dispõe desses recursos, além da carência de serviços básicos de educação, saúde e saneamento básico, o que concorre para a intensificação dessa problemática ambiental.

Assim, a análise de riscos ambientais tem uma abordagem complexa, o que exige a realização de trabalhos multidisciplinares. A aproximação dos órgãos públicos com os setores organizados da sociedade civil e, principalmente, com os pesquisadores das universidades que desenvolvem estudos sobre essa questão, apresenta-se como importante perspectiva de busca de alternativas para os riscos ambientais. A realização deste trabalho desenvolvido no âmbito do Grupo Recôncavo, na UNEB, visa aproximar as discussões que possam contribuir para a melhoria das condições de vida das populações que habitam as áreas estudadas.

Referências

- ANDRADE, Adriano Bittencourt. A cidade de Salvador, dos idos de 1959: os olhares de Jorge Amado e Milton Santos. In: PINHEIRO, Délio José Ferraz; SILVA, Maria Auxiliadora da. **Visões imaginárias da cidade da Bahia**. Salvador: Edufba, 2004. p. 31-48.
- BECK, Ulrich. **Risk society**. London: SAGE Publications, 1992.
- CODESAL. Defesa Civil de Salvador. Prefeitura Municipal de Salvador, 2009.
- GONÇALVES, Neyde Maria Santos. Impactos pluviais e desorganização do espaço urbano em Salvador. In: MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo; MENDONÇA, Francisco. **Clima urbano**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 69-91.
- GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.
- LAMAS, José M. R. Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia século XIX: uma província no império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Relatório do inventário das áreas de riscos**. Salvador: SEMIN, 2003.
- MONTEIRO, Carlos Augusto. **Geografia sempre: o homem e seus mundos**. São Paulo: Territorial, 2008.
- REBELO, Fernando. **Riscos naturais e ação antrópica: estudos e reflexões**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2003.
- SANTOS, Miguel Cerqueira; GÓIS, Djalma Villa. Urbanização e riscos ambientais no Recôncavo Baiano. **Revista Territorium**, Coimbra, v. 11, p. 15-20, 2004.
- _____; SANTOS, Maria Gonçalves. A problemática ambiental no Recôncavo Baiano. In: [S.n.]. **Território, ambiente e trajetórias**

de desenvolvimento. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Coimbra, 2003. p. 63-77.

SANTOS, Milton. **A rede urbana do Recôncavo.** Salvador: UFBA, 1958.

_____. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Alves, 1979.

TEIXEIRA, Antonio José; CUNHA, Sandra Baptista (Org.). **Impactos ambientais urbanos no Brasil.** São Paulo: Ed. Brasil, 2000. p. 19-45.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador de Bahia (Brasil):** transformation et permanences (1549-2004). Paris: L' Harmattan, 2005.



Proclamação da República na Bahia no olhar de um cientista político

Joviniano S. de Carvalho Neto

Professor de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia
jovinianoneto@hotmail.com

Resumo

O autor parte do “esquecimento” da Aclamação da República na Bahia, do qual a atual ocupação da Praça onde ocorreu seria exemplo. Reconstrói o acontecimento, mostrando a fragilidade do movimento republicano na Bahia; a reação inicial das elites a favor da Monarquia e sua adesão ao fato consumado; a Aclamação como iniciativa dos militares; a instabilidade na implantação da República que só se institucionaliza, em 1892, sobre as mesmas bases sociais e políticas do Império. Avalia que a República resultou em papel secundário para a Bahia, no fortalecimento das oligarquias e na continuidade das elites. A pequena mudança sociopolítica explicaria o relativo esquecimento do acontecimento e a paradoxal “celebração” do mesmo, em 2010, com homenagens aos descendentes de D. Pedro II. Conclui que a República deve continuar a ser construída.

Palavras-chave: História política da Bahia. Proclamação da República. República Velha.

Proclamation of the Republic in Bahia on the look of a political scientist

Abstract

The author starts from the “forgetting” of the Republic acclamation in Bahia, whose place where the occupation occurred would be an example. He reorganizes the event showing the fragility of the republican movement in Bahia, the initial reaction of elites in favor of the Monarchy and its adherence to the fact; also the Acclamation as an initiative of the army and the establishment of the Republic that was institutionalized only in 1892, on the same social and political bases of the Empire. He believes that the Republic resulted in a secondary role to Bahia, by strengthening the oligarchs and the elites’ continuity. The small socio-political change would explain the relative obscurity of the event and paradoxical “celebration” of it in 2010 with honors to the descendants of D. Pedro II. His conclusion is that the Republic should continue to be built.

Key words: Political History of Bahia. Proclamation of the Republic. Old Republic.

Na Bahia, a República não foi proclamada, mas aclamada quando se verificou inviável a manutenção da Monarquia. Não correspondeu a uma demanda das forças majoritárias na sociedade e na política baiana. Foi uma mudança vinda de fora, a partir do Rio, liderada lá e imposta aqui pelos militares. Aqui, militares promoveram duas aclamações; a primeira, em 16 de novembro de 1889, para a qual chamaram alguns dos poucos republicanos notórios que existiam na Bahia, ocorrida dentro do Quartel de São Pedro; a segunda, aí já pactuada com as elites locais, em 17 de novembro de 1889, diante dele, em espaço, hoje, em grande parte, tomado pela Praça, diante da qual está o que conhecemos como Palácio da Aclamação.

Uma memória (quase) soterrada

Hoje, o Palácio, a Praça e o Quartel fornecem, para os que conhecem a história da Bahia, uma imagem de grande simbolismo. À primeira vista, parece uma ironia, mas, na verdade, é uma ilustração

reveladora da ideologia e da efetiva posição das elites baianas, em relação à Proclamação e Aclamação da República.

A atual praça foi construída em terreno elevado, que coloca, lá em baixo, o Forte de São Pedro. No meio da Praça, encontramos um grande obelisco. Alguém que traduza seus dizeres (está inscrito em latim) verifica que homenageia D. João VI, pela abertura dos Portos, em 1808. Ao saber que é a Praça da Aclamação, seria lógico concluir que é uma aclamação a D. João. Se alguma dúvida ocorresse, ela poderia ser desfeita, ao se observar o busto que, em 2008 e como oferta do governo português, foi ali colocado – é o busto de D. João VI.

Na verdade, as homenagens a D. João VI estão colocadas em praça que comemora a queda da Casa da Bragança, a derrubada da Monarquia, a destituição do seu neto D. Pedro II, do trono brasileiro.

Em frente e dominando a Praça, encontramos o Palácio da Aclamação, construído como Palacete dos Moraes em 1894, aliás, ano no qual, com a chegada de representante da elite paulista à Presidência, vai-se afirmando, contra as resistências dos jacobinos, positivistas, “radicais” da república, o poder do sistema agrário-exportador, a República dos fazendeiros. A praça e o Palácio da Aclamação ilustram, a nosso ver, a vitória das elites baianas sobre as “turbulências” e os sonhos de mudanças associados ao início da República, o Retorno da “normalidade”, do domínio dos reais fatores do poder.

Ressalte-se que, do lado do Forte, não há uma contra mensagem. Hoje, na sua fachada e no jardim diante dele, encontramos placas dizendo quando foi construído, apresentando uniformes históricos, fotografias ampliadas do Forte em diversas épocas e um busto, erigido em 1971, em homenagem ao Marechal Carlos Machado Bitencourt, apresentado como herói de Canudos – ao que nos consta como resposta às releituras e revalorização da figura de Antonio Conselheiro. Nenhuma referência a que, ali, foi o espaço no qual a República foi aclamada na Bahia.



Figura 1 – Praça da Aclamação
Fonte: Arquivo pessoal / Joviniano Neto



Figura 2 – Praça da Aclamação
Fonte: Arquivo pessoal / Joviniano Neto

A Aclamação é uma memória desconstruída em uma história quase soterrada

Ao promover esse evento, o Instituto Geográfico e Histórico procura reativar a memória e procura, de algum modo, reconstruir o evento, o seu significado para a história, o que se evidencia, na medida em que escolheu um cientista político, para a explicação do desenvolvimento do processo político.

Iniciamos pela reconstituição dos fatos.

Reconstruindo os fatos

A notícia da Proclamação

Luis Henrique Dias Tavares e Afonso Ruy, mestres historiadores, ainda que de gerações e orientações diferentes, nos fornecem um fio condutor para reconstruir o que e como aconteceu¹. Sobre esse fio teceremos algumas contribuições e observações.

Os primeiros fatos político foram gerados pela notícia da Proclamação. Os boatos sobre a queda do Império, que começaram a circular, na Bahia, no fim da tarde de 15 de novembro, foram confirmados por telegramas oficiais que anunciavam a deposição de D. Pedro II e a instituição de governo provisório, presidido pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Um dos primeiros telegramas comunicou ao “médico, político e professor da Escola de Medicina, Manuel Vitorino Pereira, que ele fora nomeado governador do Estado da Bahia, por indicação de

¹ TAVARES, Luis Henrique Dias. **1926**: História da Bahia. 11. ed. rev. ampl. São Paulo: Ed. Unesp. Salvador: Edufba, 2008. RUY, Afonso. **1893-1970**: História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador, 2. ed. aum. Salvador, Câmara Municipal de Salvador, 1991.

Ruy Barbosa, Ministro da Fazenda do governo republicano”². Manoel Vitorino, acrescentando-se, não era militante republicano; filiou-se ao partido liberal em 1885 e se incluía entre os defensores do federalismo, tendo sido dos poucos que apoiaram a posição de Ruy que, em maio de 1889, propunha à convenção liberal a implantação imediata da federação no Brasil. No Brasil, mais até que na Bahia, podia-se dizer que a reivindicação federalista pela autonomia dos Estados (e das oligarquias que os dirigiam) contra o unitarismo do Império e o poder discricionário do Imperador, foi fator fundamental, tão ou mais que o sentimento republicano, para a queda do Império.

Manoel Vitorino, liberal “radical” que, depois, como Presidente da República, será associado aos “radicais da República”, apesar de ter ascendido a partir da pobreza, no primeiro momento reagiu de modo corporativo e como membro da elite política e intelectual na qual se conseguira incluir. Segundo Tavares, ele transmitiu o telegrama ao “seu colega na Escola de Medicina e presidente da província, José Luis de Almeida Couto, a quem teria declarado não aceitar a nomeação” (grifo nosso). Afonso Ruy dá um caminho diferente: o telegrama teria sido participado “ao Dr. Augusto Alvares Guimarães, diretor” do “Diário da Bahia” e presidente da Câmara Municipal que, “nesta mesma madrugada, punha a par de tudo o Conselheiro José Luis de Almeida Couto, presidente da província”³. Mas, a seguir, quando fala de reunião, no dia seguinte, no palácio, para a reação, afirma que foi omitido, a pedido de Manoel Vitorino, o que dizia a respeito da nomeação, que ele estava no firme propósito de recusar. A ligação Manoel Vitorino e aquele que deveria substituir seu colega de faculdade e do Partido Liberal é, assim, indiscutível.

² TAVARES, op. cit., p. 298.

³ RUY, op. cit., p. 324.

Faculdade de Medicina – espaço de poder

Cabe aqui uma digressão, que consideramos esclarecedora, sobre o papel da Faculdade de Medicina. Para não cair no anacronismo, é importante perceber o papel da Faculdade de Medicina na Bahia, no fim do Império. Quando se concluiu o Império, lembra-nos Rodolfo Teixeira⁴, o ensino superior na Bahia compunha-se apenas da Faculdade de Medicina (criada em 1808), das escolas a ela anexas, de Farmácia (criada em 1832) e de Odontologia (criada em 1887) e da Academia de Belas Artes, fundada em 1877. A Escola de Medicina era “a” universidade, o espaço social maior no qual as elites sociais, políticas e intelectuais debatiam as ideias e produziam sentidos para a sociedade. Ultrapassava em muito os limites do saber médico. José Calazans a relembra como “[...] o primeiro colégio acadêmico da cidade, donde saíam os doutores da Bahia, peritos na área de curar e exímios também nas coisas da literatura”. Centro cultural, além das posições conservadoras e liberais, nele se expressavam as contestações dos jovens estudantes. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) reconhece isso oficialmente. Incluiu, no seu brasão o ano de 1808 e se apresenta, ao mundo, como fundada nessa ocasião e desde 1946 com o nome UFBA.

É ainda Calazans que, referindo-se à mobilização da juventude, contra as barbaridades praticadas na Guerra de Canudos e referindo-se a 1897, afirma que “[...] até aquele ano, os estudantes de Medicina haviam dirigido (pelo ângulo da contestação, observe-se) as atividades sociais, culturais e políticas da cidade de Tomé de Souza. Dir-se-ia que a capital baiana, na parte referente às mencionadas atividades, dependia dos rapazes do Terreiro de Jesus e dos caixeiros da cidade baixa, com os quais os futuros facultativos dividiam, nem sempre de modo cordial, as tarefas de ação e reação. Pouco antes da queda da Monarquia, foram eles os ativos participantes das homenagens de caráter político a Silva Jardim, por ocasião da sua passagem por Salvador, na mesma

4 TEIXEIRA, Rodolfo dos Santos. O caminho. In: TOUTAIM, Lídia Ma. Batista Brandão; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves (Org.). **UFBA: do século XIX ao século XXI**. Salvador: Edufba, 2010. p. 73.

oportunidade, da visita do Conde D'Eu. Na época, foram reprimidos com violência policial, inclusive por ex-escravos reconhecidos à Lei Áurea”⁵. A referência de Calazans nos lembra um momento no qual as relações entre estudantes e caixeiros (e o que chamaríamos, hoje, de povão), não foram *nada* cordiais e nos aponta para a escassez do apoio popular, em Salvador, para a República que os estudantes, pioneiramente, defendiam. Afonso Ruy detalha a reação à chegada, em 1889, do navio, de Silva Jardim, e cortejo que se seguiu:

O calor com o que os amigos de Silva Jardim ovacionaram a República e apupavam com “morras”, a monarquia e o Conde D'Eu, encheu de indignação aos que se encontravam no Cais das amarras, sobretudo aos homens do povo. Em pouco a onda de descontentes, engrossada por catraieiros e operários, carregadores e carroceiros, resolveram reagir e na ladeira do Taboão, por onde subia o tribuno republicano, investiu contra os que o acompanhavam, agredindo os manifestantes e dissolvendo o préstito a pauladas e pedradas. Os membros do Clube Republicano foram obrigados a se refugiar no velho casario da ladeira, a implorar asilo ou se esconder na galeria de esgotos que ali se restaurava, enquanto os mais ágeis e audaciosos fugiam em desabalada carreira pelo Pelourinho acima, em demanda da Faculdade de Medicina, onde, com os estudantes, se entrincheiraram. Não tardou que a polícia interviesse, restabelecendo a ordem, garantindo a vida do propagandista, e o acompanhasse até a residência do Dr. Virgílio Clímaco Damásio, na Calçada, onde se realizou a anunciada conferência perante reduzidíssima audiência e sob a vigilância das autoridades. [...] Silva Jardim não voltou à cidade (ao centro entende-

5 CALAZANS, José apud GIDI, Antonio. Faculdade de Direito. In: TOUTAIM, Lídia Ma. Batista Brandão; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves (Org.). UFBA: do século XIX ao século XXI. Salvador: Edufba, 2010. p. 270-271.

se) e, pela manhã, embarcou na praia do Cantagalo, com destino ao norte⁶.

É um depoimento que nos mostra que existiam republicanos na Bahia, que neles se incluíam estudantes de Medicina, que Virgílio Damásio, também professor da Faculdade, era referência entre eles, mas que enfrentavam um apoio à monarquia, tanto nas classes dirigentes e conservadoras quanto em setores populares.

O movimento republicano na Bahia era pequeno, recente e socialmente frágil. Luis Henrique relembra alguns jornais que foram lançados na década de 1870 em Salvador, Santo Amaro e Cachoeira⁷, a tentativa de organização na qual destaca o Clube Republicano em 1878, mas reconhece que os jornais e essas organizações não encontraram maior repercussão. Por isso, considera preferível datar o Movimento Republicano a partir da criação do Clube Federal Republicano em 1888 e do lançamento do jornal “A República Federal” em 2 de julho de 1889.

A partir do Clube Federal se organizaram clubes em 11 cidades e se conseguiu adesão em mais 6⁸ e se pode realizar, entre 26 de maio e 8 de junho de 1889, o I Congresso Republicano da Bahia que elegeu uma diretoria de seis pessoas dentre as quais Virgílio Damásio se destacava⁹.

6 RUY, Afonso, op. cit., p. 324.

7 “Sentinela da liberdade”, Cachoeira, 1870; “O popular”, Santo Amaro da Purificação, 1872, “O Horizonte”, Salvador, 1872, “A Tribuna”, Salvador, 1876-1878 com interrupções.

8 Luis Henrique elenca as localidades de Bom Jesus dos Meiras, Andaraí, Lençóis, Orobó (atual Ruy Barbosa), Curralinho (atual Castro Alves), Nazaré das Farinhas, Barra, Cruz das Almas, Cachoeira, Santo Amaro da Purificação e Feira de Santana. As adesões seriam em Caetitê, Canavieiras, Jacobina, Amargosa, Ilhéus e Vila Nova da Rainha (atual Senhor do Bonfim).

9 Além de Virgílio Damásio, a diretoria era composta por Manoel Teixeira Soares, Cosme Moreira de Almeida, Deocleciano Ramos, José Antonio de Freitas, Luis Barreto e Ludgero José de Souza.

Nesse Congresso se aprovou o modelo de bandeira, inspirado na França Republicana e Revolucionária, que foi, posteriormente, adotada para o Estado da Bahia.

Em 2 de julho de 1889, há pouco mais de quatro meses antes da queda da Monarquia, foi lançado o jornal “A República Federal”, que, para Luis Henrique, juntamente com a criação do Centro Federal, seria a marca do início do movimento. Afonso Ruy, que não demonstra simpatia por ele, apresenta-o como de “[...] pequeno formato e de circulação limitada, mas de linguagem desabrida contra a família imperial e, em especial, contra a princesa D. Isabel”¹⁰. Luís Henrique, simpático ao movimento, apesar de mostrar o que foi feito pelos republicanos e a insatisfação com o Regime Monárquico e com os partidos Liberal e Conservador que se revezavam no poder, reconhece que os republicanos, por si sós, não tinham força para mudar o regime político no Brasil e que, na Bahia, eram politicamente inexpressivos¹¹. Isso é, ainda que fossem conhecidos na sociedade, não representavam os fatores reais de poder que a dirigiam – os fazendeiros, os grandes comerciantes, os bacharéis e doutores detentores dos mais altos cargos públicos. Tinham algum apoio na intelectualidade (professores e estudantes de Medicina) e, especialmente, entre os oficiais militares que a questão militar e o positivismo lançavam contra o Império. Luís Henrique enumera alguns setores populares nos quais se encontraria apoio aos republicanos, mas este não era amplo.

Na Proclamação da República, os civis, originalmente republicanos, não tomam a iniciativa – serão chamados ao palco no qual, como veremos, permanecem por pouco tempo, até que o poder, na Bahia, retorne ao seu leito natural.

10 RUY, Afonso, op. cit., p. 323.

11 TAVARES, Luís Henrique Dias, op. cit., p. 296-297.

A primeira reação: defesa da Monarquia

Nas primeiras horas, após as notícias da proclamação, as classes dirigentes baianas se mobilizam para defender a Monarquia.

Na manhã do dia 16, Almeida Couto procurou o comandante de armas da Província, Marechal Hermes da Fonseca, irmão mais velho do Mal. Deodoro da Fonseca, o proclamador da República. O Mal. Hermes, já ciente do ocorrido, aguardava o desenrolar dos acontecimentos e declarou sua disposição de obediência às leis do Império e ao Imperador e já ter disso informado aos comandos militares da Bahia e Sergipe. A atitude de Almeida Couto era um reconhecimento a antigo conceito do Direito e da Ciência Política de que, em última instância, o Poder do Estado se sustenta pelas armas. Em novembro de 1889, as armas falaram contra a Monarquia. A partir da Proclamação da República abre-se uma fase histórica, na qual os militares terão destaque como atores políticos. Inaugura-se um período de intervenções militares de diferentes orientações e intensidade, chega-se a considerar que as Forças Armadas, o exército especialmente, teria assumido o papel de Poder Moderador que fora do Imperador, até que, após a exacerbação e visibilidade desse poder, no Regime Militar de 1964-1985, os militares saíram das luzes do palco político, ainda que mantendo parte do poder e das prerrogativas que conquistaram. A tutela do poder civil que, desde 1870, os incomodava, na atual fase da República vem sendo, cautelosamente, restabelecida – os comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica deixaram de ser Ministros e estão, teoricamente, submetidos ao Ministro de Defesa – um civil, ainda que o atual (Nelson Jobim) procure realçar sua identificação com as posições dos militares.

Em 2010, podemos ter uma visão do longo itinerário da ação militar nos 121 anos da República. Em novembro de 1889, esse era um fenômeno que emergia, ganhava visibilidade.

Voltemos àqueles momentos. Tranquilizado pela posição legalista do Mal. Hermes, Almeida Couto convoca uma reunião, no Palácio do Governo, para as 12h, convidando “políticos, juízes,

funcionários públicos graduados, militares e comerciantes”¹², a elite do poder na sociedade.

Nessa reunião, lembra Afonso Ruy, “[...] não houve voz discordante: todos eram pela monarquia e pela sua continuação juraram lutar inclusive o velho General Hermes da Fonseca”¹³. Nela se posicionaram as classes conservadoras (hoje se autodenominam produtoras), através da Associação Comercial, cuja diretoria incorporada compareceu para apoiar Almeida Couto. Depois da reunião, o Presidente da província mandou telegrama ao governo provisório, no qual, em nome do povo baiano, declarava “respeitar e manter a Constituição e as leis do Império”¹⁴.

Logo após a reunião no Palácio do Governo e aprofundando-a, do outro lado da Praça, a Câmara Municipal realizou sessão extraordinária com grande assistência. Todos os pronunciamentos foram favoráveis à Monarquia. Dela saiu ofício assinado por todos os vereadores, reafirmando sua fidelidade à causa da Monarquia e das instituições vigentes e protestando contra o “acto de assalto” que constituiu o intitulado “governo provisório”¹⁵. Deliberou-se que o Presidente da Câmara, Augusto Guimarães, elaborasse um manifesto que seria publicado no dia seguinte no “Diário da Bahia”, o jornal dos liberais. Ele elaborou longo manifesto em defesa da Monarquia, acreditando que reação contra essa “ditadura violenta”, esse “sistema oriundo de surpresa e traição”¹⁶ começaria na Côte e se prolongaria pelo restante do Brasil. Não conseguiu assinatura dos demais vereadores e o manifesto nunca foi publicado – o espaço do poder e das decisões, naquela mesma tarde do dia 16, se deslocara da Praça Municipal para o Forte de São Pedro.

12 TAVARES, op. cit., p. 298.

13 RUY, op. cit.

14 TAVARES, op. cit., p. 299.

15 RUY, op. cit.

16 RUY, op. cit., p. 329-330.

As aclamações

Por volta das 16 horas, o Comandante do 16º Batalhão de Infantaria, Coronel Federico Cristiano Buys, chamou os líderes republicanos Virgílio Damásio e Deocleciano Ramos para uma reunião. Depois, às 18:00 h, no pátio interno do forte, diante de oficiais e soldados do batalhão, dos líderes republicanos convidados e alguns civis, foi proclamada a adesão da Bahia à República Federativa dos Estados Unidos do Brasil e declarado, pelo coronel, que o governador do Estado da Bahia seria Virgílio Damásio. Este, o mais notório republicano e também professor da Escola de Medicina, sucederia ao seu colega Almeida Couto.

O jogo não estava decidido. O Centro de Salvador estava ocupado pela Polícia Militar e havia tumulto na cidade – populares agrediram civis que retornavam do quartel após o ato; policiais invadiam as pensões (“Repúblicas”) dos estudantes que, como vimos, eram identificados como republicanistas. Houve conflito na Praça Municipal do qual resultou um morto na Ladeira da Praça.

O 16º Batalhão saíu do Forte, deteve policiais e “desordeiros”. Os oficiais, aos quais, agora, o Mal. Hermes da Fonseca trouxera o aval e o apoio formal de toda a tropa (e da hierarquia) do Exército, passaram a negociar com os políticos liberais, conservadores e republicanos. É significativo lembrar que os políticos que, no Brasil, tiveram mais peso para a derrubada da Monarquia foram os liberais, dissidentes de um governo comandado pelo próprio partido. O conflito entre o Visconde de Ouro Preto, primeiro ministro, e Ruy Barbosa que, nas páginas do jornal “Diário de Notícias”, o atacava era uma disputa entre os que defendiam a manutenção do Estado unitário e os que, defendendo o federalismo, não aceitavam mais a Monarquia sem ele. Em 11 de novembro, Ruy Barbosa, o mais notório dos publicistas federalistas, a convite de Benjamin Constant, incorpora-se à conspiração que derrubaria a Monarquia, quatro dias depois¹⁷. Na Bahia, naqueles dias

17 VIANA FILHO, Luiz. **A vida de Ruy Barbosa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949. p. 205.

16 e 17, as negociações foram aceleradas, pela força das circunstâncias e das armas.

Na tarde do dia 17, às 17 horas, agora na parte externa do forte, foi novamente aclamada a República na Bahia. Seguindo uma regra conhecida na sociologia das revoluções, assume o governo, inicialmente, o(s) mais conhecido(s) dos opositores ao Regime derrocado.

A implantação: os primeiros governos

Virgílio Damásio, no dia 18 de novembro, tomou posse como primeiro governador republicano do Estado da Bahia.

Será a primeira das duas vezes em que, naqueles tempos instáveis, assumirá o governo, por pouco tempo, porque, embora respeitado, não representava adequadamente as forças dominantes na sociedade. Naquele momento, entretanto, era o símbolo da República diante do qual as forças políticas se inclinavam.

A mesma Câmara Municipal que, na tarde do dia 16, afirmara sua fidelidade à Monarquia, reuniu-se, às 11 horas, para afirmar sua adesão à República, comunicada por telegrama ao Governo Provisório. Às 13 horas, realizou-se sessão especial para empossar Virgílio Clímaco Damásio.

Mantendo ritual antigo, o governador jurou sobre o Evangelho e, de joelhos, prestou seu compromisso de fidelidade à República e de cumprimento e respeito às suas leis. A convite do governador, os vereadores, ajoelhados, se comprometeram a servir ao novo Regime. Na Bahia, temos um ditado popular – “ajoelhou, tem que rezar”. No caso, os vereadores ajoelharam e tiveram que rezar pela República que nascia.

É verdade que, na sessão, estavam presentes apenas seis dos 13 vereadores. Mas o clima da festa foi garantido pela grande assistência na qual se destacavam os estudantes e professores de Medicina, entre eles Manoel Vitorino que, publicamente, exaltou o “[...] ilustrado

democrata Dr. Virgílio Damásio, aquele a quem, em primeiro lugar, de direito, cabe a investidura de representante do governo neste Estado”. Reconhecido seu direito a “inaugurar” a República, permanece poucos dias no governo. As forças políticas locais se enganaram quanto ao poder que nascia – a força que se afirmaria na Bahia não era do frágil Partido Republicano, mas a dos liberais dissidentes, cuja principal expressão, no governo provisório era Ruy Barbosa. A partir do Rio de Janeiro, o governo provisório pressionou por Manoel Vitorino. A Câmara Municipal promoveu nova sessão especial e, no dia 23 de novembro, transmitiu o cargo de governador a Manoel Vitorino, apesar do incômodo que isso representava para os republicanos, especialmente os militares.

Aclamada a República, tratava-se de implantá-la e preparar a eleição para a Assembleia Constituinte. Manoel Vitorino, ao modo que definiu como “presidencialista”, mas que, também, pode ser visto como liberal radical ou personalista, procurou fazê-lo.

Dissolveu os partidos (Liberal e Conservador), emitiu atos sobre educação – inclusive o que visava atingir o resultado da Revolução Francesa e marca Republicana – a instituição de ensino público obrigatório e leigo – e nomeou intendentess (prefeitos) para os municípios baianos. Em Salvador, sua nomeação correspondeu à correlação de forças – criou o cargo e nomeou como administrador municipal o Cons. José Luiz de Almeida Couto – o último presidente da província e seis intendentess. Esses permaneceram no cargo depois da queda de Manoel Vitorino, em 26 de abril de 1890. Mas, no interior, não consultou nem levou na devida conta os coronéis, que controlavam, efetivamente, os municípios e que antes se agrupavam nos partidos liberal e conservador. Militares republicanos, políticos liberais e conservadores armaram uma ampla coalizão contra ele.

Diante do boletim, convocando ato publico contra sua permanência no poder, que se realizaria na Praça da Piedade e que teria a garantia do Terceiro Distrito Militar, Manoel Vitorino renunciou, entregando o cargo ao Mal. Hermes da Fonseca – devolvendo poder à sua efetiva fonte, as armas.

A posse do Mal. Hermes não segue ritos de respeito ao poder civil – sua nomeação, formalização, vem por telegrama do Governo Provisório. O Mal. Hermes governou de 26 de abril a 14 de setembro, quando ocorreram as eleições para a Assembleia Constituinte, na qual os políticos liberais e conservadores reafirmaram sua força e elegeram a maioria. Após a eleição, o Mal. Hermes passou o governo a Virgílio Damásio que funcionara como seu vice-governador. Virgílio Damásio governa de 15 de setembro a 14 de novembro, quando se afasta para ocupar cadeira na Assembleia Nacional Constituinte – seu protagonismo lhe garantiu lugar na chapa. No seu período pôde, ainda, adotar e enviar projeto para a Constituição Estadual. Para substituí-lo, o Governo Provisório nomeou a José Gonçalves da Silva, político do Partido Conservador na época do Império e grande proprietário de terras em Sr. do Bonfim, que, em 2 de julho de 1891, foi eleito pelos Constituintes como “primeiro Governador Republicano Constitucional da Bahia”. Assim, poder-se-ia considerar que a República se institucionalizara, na Bahia, e o poder voltara a correr pelos seus canais naturais – a disputa entre as correntes liberais e conservadoras, que vinha do Império. Não foi bem assim. A divisão no Rio de Janeiro repercutiu na Província – o golpe de Deodoro, dissolvendo a Câmara e o Senado, que recebeu apoio de José Gonçalves, levantou reações que levaram à renúncia de Deodoro e à posse de Floriano Peixoto. Após a renúncia, oficiais e políticos se reuniram na casa de Almeida Couto (o ex-presidente da província no Império, líder do antigo partido liberal, era, agora, senador estadual na República) para exigir a renúncia do antigo líder conservador, do qual sua própria corrente, a começar por Luiz Viana, se afastara diante do apoio a Deodoro. Na casa de Almeida Couto, decidiu-se por manifestação pública que se realizou na Praça da Piedade onde ficavam o Senado estadual, a secretaria de Governo e a Chefia de Polícia. Houve conflitos – a Polícia Militar atacou os manifestantes e ocupou a Praça e áreas próximas. Houve mortos e feridos. As tropas do Exército, chefiadas pelo Gen. Tude Soares Neiva, comandante do Terceiro Distrito Militar, chegaram e dominaram a praça que, no caso, era, literalmente, uma praça de guerra.

Vencido, o governador que se encontrava na Praça, na Secretaria de Governo, sai, renuncia e entrega o poder aos militares, ao Gen. Tude Neiva.

Mas já havia uma Constituição Estadual. Em caso de renúncia do governador o sucessor seria o Presidente do Senado Estadual, no caso Luís Viana. Este articulou com os políticos liberais, conservadores e os militares “florianistas” uma solução legal – a renúncia de José Gonçalves do cargo de governador, sua renúncia como Presidente do Senado e a eleição do Senador, e contra almirante reformado, Joaquim Leal Ferreira para o cargo de Presidente do Senado e, em consequência, Governador do Estado. A partir daí, Luís Viana começa a articular a eleição do primeiro governador escolhido pelo voto direto, outro político do antigo Partido Conservador e também senador estadual, Joaquim Manoel Rodrigues Lima, médico e grande proprietário de terras em Caetité.

Com a eleição do governo de Rodrigues Lima, em 1892, sucedido por outros eleitos da mesma forma, pode-se dizer que, finalmente, a República se implantou, se institucionalizou, na Bahia. A luta pelo poder passa a corresponder à distribuição das forças políticas e econômicas no território, mantendo e atualizando divisões que vinham do Império. Uma situação política instável na superfície, envolvendo atritos e confrontos, mas sob uma base estável – o poder das oligarquias e dos coronéis. A República, que, através do federalismo, fortalecera os Estados, representará o fortalecimento das oligarquias estaduais e dos coronéis.

Poderíamos, aqui, dar por concluída nossa tarefa se o objetivo da mesma fosse apenas reconstituir o fato histórico da proclamação, aclamação, institucionalização da República na Bahia. Mas o IGHB cobrou também um olhar do Cientista Político. E aí cabe colocar alguns elementos que permitam explicar o processo político e seu sentido.

Significado da República para a Bahia

A questão a enfrentar é explicar porque as elites baianas praticamente não se mobilizaram pela República e qual o efeito da Proclamação para a atuação política dos baianos, a nível local e nacional. É também importante verificar o que ela significou para o povo comum.

Um papel secundário no Brasil

Em termos nacionais, a Proclamação da República resultou de um movimento ocorrido no Centro-Sul do País, do qual o Norte e Nordeste pouco participaram. Na proclamação e na implantação da República, os dois atores sociais que mais se destacaram foram as oligarquias de São Paulo e Minas, fortalecidas pela expansão da agricultura cafeeira e a oficialidade militar, crescentemente consciente do seu poder após a guerra do Paraguai, sentindo-se discriminada pelos aristocratas e, como outros setores da classe média e intelectualidade (a formação militar à época era fundamentalmente teórica), mobilizada por ideias provenientes do naturalismo, evolucionismo e positivismo. A adoção dessas ideias trará também, para a propaganda da República, boa parte da juventude universitária, inclusive, como demonstramos, na Bahia. O federalismo, ao ampliar o poder dos Estados, inclusive o de promover ligações diretas com o mercado internacional sem a interferência do Poder Central, atendia aos interesses da agricultura cafeeira que detinha, praticamente, o monopólio da exportação mundial do café, o que dava aos paulistas margem maior para garantir seus lucros e implantar políticas de valorização do produto.¹⁸ No Nordeste e na Bahia, os exportadores de açúcar, ao contrário, enfrentavam longa crise e declínio e tinham menos espaço de manobra no mercado internacional. Os políticos do Nordeste e da Bahia mantinham, no fim

18 Cf. a respeito SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. p. 162-226.

do Império, e graças à sua articulação com a Côrte, uma importância superior, a dos seus estados na economia.

A República vai “corrigir” essa defasagem entre econômico e político, inclinando o eixo de poder para o Centro-Sul. Na República Velha, o sistema de poder será reestruturado sob a hegemonia das oligarquias dos Estados de São Paulo, Minas e, com poder menor, Rio Grande do Sul. A Bahia se tornará um estado ainda importante, mas secundário, na hierarquia política do federalismo.

No Império, os líderes políticos baianos, várias vezes, chegaram à chefia do governo. Na República, salvo os rápidos meses de Manoel Vitorino como Vice de Prudente de Moraes, nunca chegaram à Presidência da República.

Sem motivos para se entusiasmar com a República, os políticos baianos se acomodaram a ela.

Reconhecimento e fortalecimento das oligarquias em nível nacional

Ainda que com mudanças no clima e no centro de poder federal, a República será um Regime apoiado nas mesmas bases sociais oligárquicas no qual o coronelismo alcançará sua mais clara expressão.

Cruz Costa, ao tempo em que afirma ter a República mudado o clima da época, provocando uma “paulistização” (para ele, o espírito da ambição de enriquecimento, da aventura e de audácia), reconhece que ela não transforma as bases sociológicas e jurídicas da ordem política.

A alteração sensível é no sentido de romper o véu do patriarcalismo monárquico que esconde e, de certo modo, atenuava o poder dessas oligarquias regionais, nascidas dos Clãs Rurais. A República tem o dom de reconhecer mais abertamente o poder destas; de certo modo, o federalismo tal como entendido e efetivamente praticado [...] significa o processo pelo qual

se fortalece e surgiu à plena luz o poder das oligarquias regionais¹⁹.

BAHIA: República proclamada e novos / velhos partidos

Consuelo Sampaio traz essa realidade para a Bahia²⁰.

“O movimento militar que inaugurou o novo regime assentou suas instituições sobre a mesma base estrutural da sociedade monárquica, tornando inevitável a supremacia dos políticos do Império”²¹.

Os primeiros partidos foram maciçamente constituídos por elementos do “ancien regime”, titulares do Império, clérigos, doutores da capital, coronéis do interior”²².

Passaram os novos partidos a ostentar em suas siglas, o **R** de República [...] mas continuaram monarquistas em sua essência. Foram liberais ou conservadores que os organizaram. Aderiram ao novo regime porque a monarquia tinha morrido e a eles importava sobreviver²³.

O que sobrevivia e como sobreviveram? Pang nos fornece dados para reconstruir o panorama político da Bahia, no fim do Império e na República Velha²⁴.

19 CRUZ COSTA, **Pequena história da República**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 57.

20 SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1975. 196p. (Estudos baianos).

21 SAMPAIO, op. cit., p. 17.

22 SAMPAIO, op. cit., p. 26-27.

23 SAMPAIO, op. cit., p. 190.

24 PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias 1889-1934: a Bahia na Primeira República Brasileira**. Tradução de Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização

Na Bahia, a República encontrou o partido Liberal e o Conservador em crise de lideranças.

O Partido Liberal era liderado por dois políticos de origem rural, mas com posturas políticas diferentes. Um era José Antônio Saraiva, que fora 1º Ministro no Império de 1880 a 1883 e em 1885. Era ligado aos interesses açucareiros do Recôncavo, mais conservador e, por isso, mais reticente em relação à abolição da escravatura. Um fato, a que Pang não se refere, é o de ter sido convidado pelo Imperador para organizar o que seria o último gabinete do Império. Luiz Viana nos deixou uma vívida reprodução da sua audiência com o doente D. Pedro II e da fria recepção da Princesa Isabel, que teria levado Saraiva se recusar a atender ao chamado²⁵. D. Pedro II chamará, então, Ouro Preto que, no afã de salvar a Monarquia, acelerou a sua derrubada. Merece referência também o fato de ter sido no gabinete Saraiva que, em 1881, se aprovou a maior reforma eleitoral do Império, introduzindo o voto direto e eliminando o primeiro turno das eleições (antes os votantes escolhiam eleitores e, estes, os candidatos), proibindo o voto dos analfabetos, passando a exigência de renda, para os 200 mil réis, por ano e tornando o voto facultativo.

O objetivo da lei seria democratizante, mas se chocou com a realidade de pobreza, analfabetismo do eleitorado (15% da população brasileira, 8% da população baiana, em 1890 era alfabetizado), o domínio dos coronéis que não admitiam perder eleição nos seus redutos²⁶ e a tradição do partido no poder montar e ganhar as eleições. O próprio Saraiva, posteriormente, a renegará.

O outro líder liberal era Manuel Pinto de Souza Dantas, primeiro Ministro do Império em 1884-1885. Dantas era abolicionista e algo reformista. Apesar de ligações agrárias, a sua principal base eram setores urbanos de Salvador, onde seus dois filhos e Ruy Barbosa,

Brasileira, 1979. 269 p. (Retratos do Brasil, 128).

25 VIANA FILHO, Luiz, op. cit., p. 190.

26 Para uma crítica a lei ver CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 38-40. Dele retiramos o percentual de 15%. Os 8% referentes à Bahia foram obtidos em SAMPAIO, Consuelo Novais, op. cit., p. 22.

seu protegido, começaram a carreira política. Luiz Viana nos fornece detalhes da relação entre Ruy e seu líder, Dantas, do qual vai se afastando²⁷.

No Partido Conservador, o líder era o Barão de Cotegipe, 1º Ministro do Império de 1885 a 1888. Produtor de açúcar, proprietário de terras no Recôncavo, defendeu fortemente a escravidão contra a ofensiva abolicionista que vencerá após seu afastamento do governo.

Na Proclamação da República a situação teve algumas mudanças. Dantas (e seus filhos) se afastou da política. Saraiva foi eleito para o Senado Federal, mas, desencantado, se afastou em 1891. Ruy Barbosa, ainda que sem perder de vista a Bahia, atuava na área federal. Os liberais aqui eram liderados por João Ferreira de Moura, Cesar Zama e José Luís de Almeida Couto. A eles se pode somar Manuel Vitorino. Entre os conservadores, o Barão de Cotegipe tinha morrido em fevereiro de 1889. As suas lideranças eram Luiz Viana, José Gonçalves da Silva e Severino Vieira.

Os líderes liberais e conservadores continuaram dominando a política baiana até, praticamente, 1920.

Essa dominação corresponderia à permanência e as características da distribuição do poder das oligarquias da Bahia.

Governo e coronéis: a geografia do poder na Bahia

Pang nos oferece uma chave importante para entender a política baiana ao nos fornecer uma distribuição das oligarquias por regiões. Esse é um Estado no qual a capital e sua região de imediata influência, não tinha forças econômicas, políticas e militares para controlar todo o Estado.

Na República Velha, a relação do governador com os coronéis do interior, às vezes, em luta armada entre si, será instável e, às vezes,

27 VIANA FILHO, Luiz, op. cit., p. 187-188, 191.

o governador terá de capitular. Desde o fim da República Velha até o presente, ainda que transformada e atenuada, uma vitória política no Estado depende da articulação com políticos do interior, inclinados a apoiar o governo e nele apoiar-se e, por isso, mesmo, mais conservadores.

Voltemos à divisão geopolítica da Bahia, na proclamação da República e na República Velha. Existiriam quatro regiões principais.

A primeira região seria o Recôncavo e o Nordeste a ele ligado, controlado pelas famílias do açúcar e estabelecimentos comerciais e financeiros. No Nordeste, os criadores de gado predominavam. No Recôncavo, encontrava-se a capital, a rede urbana mais antiga do Brasil e seu primeiro centro econômico e político. Nos municípios da agricultura comercial, predominavam os proprietários de terra e deles provieram bases e nomes importantes na República – os Araújo Pinho, os Calmon, Prisco Paraíso, Mangabeira, Costa Pinto, Tosta, Moniz, Aragão, Vilas Boas. No Nordeste, a liderança era do Barão de Geremoabo, grande proprietário de terras e acionista de estradas de ferro que, em 1883, ia de Salvador a Serrinha e, em 1890, já tinha chegado a Sr. do Bonfim. A evolução de rede ferroviária na Bahia nos fornece uma ilustração da ligação entre Salvador e o Nordeste²⁸.

A 2ª região era o vale do São Francisco, alongado e com diferenças internas grandes, que se estendia entre os pólos de Juazeiro e Carinhanha que, centros comerciais, eram espaços privilegiados dos coronéis comerciantes. Era o espaço dos clãs de base rural e de grandes coronéis. Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado, Remanso, Barra, Barreiras são bases de clãs, famílias e personagens que mantiveram o controle de suas regiões e influenciaram a política baiana na República Velha e até depois dela. Os Viana e os Castros, os Sento Sé, os Mariani, os Carvalho de Barreiras fornecerão políticos para a Bahia até, praticamente, o presente.

A terceira zona era a das Lavras Diamantinas onde as oligarquias locais, que antes da República dominaram a política de Lençóis,

28 SILVA, Sylvio C. Bandeira de Melo e. **Urbanização e metropolização no estado da Bahia**: evolução e dinâmica. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989. p. 131.

Campestre (hoje Seabra), Mucugê, Andaraí, Morro do Chapéu, Brotas de Macaúbas, continuaram no poder durante mais de duas décadas. Dos Coronéis da Chapada, o mais poderoso será Horácio de Matos, que enfrentou e venceu, militarmente, o governador do Estado. Em todas essas regiões a dominação das oligarquias migrou do Império para a República, sem maiores abalos e, ao contrário, tornando mais visível o seu poder.

A única zona importante em que não houve continuidade entre Monarquia e República foi a Cacaueira. Aí a mudança não decorrerá da República, mas da migração de milhares de nordestinos (especialmente sergipanos) que chegaram para plantar roças de cacau e estavam construindo uma nova sociedade e estrutura de poder.

Transição deixa pequenas marcas

Sobre essas bases as elites políticas baianas, que se adaptaram à República Velha, continuaram governando a Bahia, sem que ocorressem maiores mudanças na participação e cidadania popular. Carvalho, que no seu estudo sobre a evolução da cidadania, coloca em um único capítulo (“Primeiros passos”) o período entre a Independência e a Revolução de 1930, afirma que “[...] episódio que, em princípio deveria ter marcado a memória popular foi a Proclamação da República”. Mas, não foi o que aconteceu, “[...] o movimento republicano teria atingido setores da elite (cafeicultores) e da classe média urbana e nela “a participação popular” foi menor do que na proclamação da independência²⁹”.

Os republicanos construíram ou reconstruíram símbolos patrióticos, heróis republicanos e cívicos, com algum resultado, mas sem grande capacidade de mobilizar o povo, que não tinha muitas condições de ser protagonista no processo político.

A identificação do povo com o Brasil seguiu historicamente outros caminhos e se, hoje, a bandeira e o Hino Nacional são símbolos

29 CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 80-81.

da identidade brasileira, os proclamadores e eventos da proclamação são fatos diluídos no passado que geram mais um feriado do que uma comemoração.

Proclamação da República – a repercussão atual na Bahia

Expressão dessa situação, o ato da Proclamação da República e muito menos a Aclamação realizada na Bahia não são notícia para os jornais baianos na véspera e no dia 15 de novembro de 2010. Alguma avaliação dos impactos e consequências da República até que aparecem.

No dia 14 uma matéria, para nós reveladora. O jornal A Tarde dedica página inteira, no primeiro caderno, ao Palácio da Aclamação que estaria prestes a se tornar patrimônio cultural do Estado³⁰. Na matéria, nenhuma referência ao motivo de o Palácio ser chamado “da Aclamação”. O mesmo jornal, no 2º caderno, publica uma crônica satírica de João Ubaldo Ribeiro, onde questiona a chegada da República à Itaparica, “[...] onde se encafurna ela que não aparece?”; “[...] a República de fato continua a aparecer muito pouco na ilha, tendo-se escassa notícia dela, a não ser na hora de pedir os votos e cobrar os impostos”; “[...] no mais, que se saiba, continua encafurnada, só que agora em Brasília”. E conclui com declaração adesista de personagem que anunciava que “[...] minha posição na República é com ‘o Homem’”, para depois corrigir “[...] minha posição na República é com a Mulher”³¹.

No dia 15, apenas em A Tarde, algumas referências. Não ao ato da Proclamação ou da Aclamação, mas às consequências da República. Em editorial, “República Aclamada” toma uma posição diferente de João Ubaldo. “[...] O dia de hoje, comemorativo da migração do regime

30 BAHIA, Içara. Palácio da Aclamação será tombado pelo Estado. **A Tarde**, Salvador, p. A8, 14 nov. 2010.

31 RIBEIRO, João Ubaldo. A República, filosoficamente. **A Tarde**, Salvador, 15 nov. 2010. Caderno 2, p. 2.

monárquico para o republicano, é motivo de orgulho nacional” (grifo nosso).

Depois, em uma visão sobre o itinerário percorrido, afirma que “[...] muitas foram as vicissitudes das eleições a bico de pena até a eleição recente da primeira mulher presidente do Brasil. Todas elas essenciais à depuração da República, como forma de governo do povo emanado e em seu nome exercido”. E conclui, em postura de confiança no futuro, com as vitórias e desafios atuais³². No mesmo jornal, um artigo apresenta, “para além das proclamações”, a participação da mulher na política onde seria sub-representada em decorrência da cultura machista, racista, patriarcal. “[...] De 1889 a 2010, esperamos 121 anos da República para ter uma mulher na Presidência”³³. E matéria que procura explicar por que o dia da Proclamação passa sem comemorações. Ouve o historiador Antônio Fernando Guerreiro de Souza, que alega que os princípios basiliars do regime republicano (impessoalidade, igualdade perante a lei, cidadania e democracia) tem “prática complicada” no País e “complicadíssima” na Bahia e termina perguntando “[...] será que a República já foi Proclamada na Bahia?”³⁴

No dia 16, onde estaria a cobertura dos eventos do dia 15, pequena nota em A Tarde convida para essa conferência³⁵ e notícia da visita do “tataraneto da princesa Isabel” que visitara Salvador e encerrara a visita no dia 15, no Instituto Feminino, onde foi recebido pelo Cardeal Arcebispo de Salvador, D. Geraldo Magella. Essa matéria concluiu por declaração do príncipe, lamentando o fim do Império: “[...] A República foi instituída por uma minoria que, infelizmente, derrubou um império, quando o país se desenvolvia para ser uma grande potência”³⁶

32 Editorial. República aclamada. **A Tarde**, 15 nov. 2010. p. A3.

33 RODRIGUES, Marta. Para além das proclamações. **A Tarde**, Salvador, 15 nov. 2010.

34 ANDRADE, Maiza de. Princípios republicanos conflitam com a corrupção e desigualdade. **A Tarde**, Salvador, p. A9, 15 nov. 2010.

35 VASCONCELOS, Levi. Tempo presente. **A Tarde**, Salvador, p. 2, 16 nov. 2010.

36 VASCONCELOS, Hieros. Tataraneto da princesa Isabel esteve em Salvador. **A Tarde**, Salvador, p. A5, 16 nov. 2010.

Na Tribuna da Bahia, que deu uma cobertura maior ao príncipe, (chamada de capa, duas matérias) descobrimos que o evento no Instituto Feminino fora uma paradoxal comemoração da Proclamação da República. Texto, sob retranscrição “Proclamação da República”, inicia dizendo: “[...] em homenagem aos 121 anos da República no Brasil, o Instituto Feminino da Bahia homenageou, na tarde de ontem, a Alteza Real, o príncipe D. Rafael de Orleans e Bragança”³⁷. No dia 17 de novembro, a Tribuna da Bahia fez matéria, com três quartos de página, ainda repercutindo a visita de D. Rafael e, finalmente, publica artigo de Consuelo Pondé de Sena, Presidente do IGH da Bahia, resumindo os fatos da Proclamação no Rio³⁸.

Pode-se ver assim que, se a proclamação é evento pouco presente e festejado na memória social da Bahia, o evento da sua aclamação no Estado, salvo raríssimas exceções, foi totalmente esquecido. Esquecidos os eventos, o ideal republicano continuou como referência. Nas eleições para governador de 2006, uma das promessas da campanha vitoriosa foi a de instituir, na Bahia, uma política republicana, na qual os interesses públicos estivessem acima dos interesses privados e dos grupos políticos que se expressavam no “carlismo” que, na linha de antiga tradição baiana, sucedeu diretamente ao “juracizismo” e pode ser referenciado a outros “ismos”, dos quais, a nosso ver, o de maior impacto na República Velha” foi o “Seabrismo”.

37 Príncipe. D. Rafael de Orleans e Bragança visita museu. **Tribuna da Bahia**, Salvador, p. 1, 16 nov. 2010. RIBEIRO, Tatiana. Proclamação da República: príncipe Rafael revive a história. **Tribuna da Bahia**, Salvador, p. 8, 16 nov. 2010. SANTANA, Valdemar. Boa Terra: lembranças do Imperador. **Tribuna da Bahia**, Salvador, p. 14, 16 nov. 2010.

38 NASCIMENTO, Alessandro. Príncipe D. Rafael visita a Bahia e a Associação Comercial. **Tribuna da Bahia**, Salvador, p. 10, 17 nov. 2010. SENA, Consuelo Pondé de. A república brasileira. **Tribuna da Bahia**, Salvador, p. 4, 17 nov. 2010.

Conclusão: necessidade de avaliar e construir a história

Implantada de surpresa e de cima para baixo, em uma sociedade patrimonialista, dirigida por elites agroexportadoras, a cultura e as instituições republicanas avançaram devagar. Mas avançaram. Bem ou mal, a República é algo a comemorar e que devemos continuar construindo. Nessa construção, é importante lembrar seus inícios, reconstruir a história, reativar a esquecida memória.

Essa foi a decisão do Instituto Geográfico e Histórico e a tarefa que recebemos.

Quimbanda e Calundu: feiticeiros de Angola e do Brasil denunciados à Inquisição Portuguesa

Luiz Mott

Dr. em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas
luizmott@oi.com.br

Resumo

Neste ensaio divulgam-se três dezenas de documentos inéditos da Inquisição de Lisboa depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, todos eles referindo-se à prática de adivinhação, cura e/ou rituais e cerimônias religiosas praticados por nativos do Reino de Angola, Congo e nações circunvizinhas, tanto em território africano quanto na diáspora negra em Portugal e na América Portuguesa. Constata-se grande variação das práticas mágicas, rituais e divinatórias desses pioneiros angolanos no Novo Mundo, confirmando a plasticidade adaptativa dos africanos e a incorporação de novos elementos provenientes da cultura europeia, ameríndia e o sincretismo de diversas etnias africanas.

Palavras-chave: Feitiçaria. Angola. África. Santo Ofício da Inquisição.
Calundu.

Quimbanda and Calundu: the wizards of Angola and Brazil denounced to the Portuguese Inquisition

Abstract

In this essay are divulged three dozen of unpublished documents of the Portuguese Inquisition deposited in the National Archives of Torre do Tombo, Lisbon, all referring to the practice of divination, healing and / or religious ceremonies and rituals practiced by Native of the Kingdom of Angola, Congo and surrounding nations, as much within Africa as in the black diaspora in Portugal and Portuguese America. There is great variation in magical practices, rituals and divination of the pioneers from Angola in the New World, confirming the adaptive plasticity of Africans and the incorporation of new elements from European culture, Amerindian and syncretism of various African ethnicgroups.

Key words: Witchcraft. Angola. Africa. Holy Office of the Inquisition. Calundu.

Quimbandas em Angola e no Brasil

Salvo erro, a primeira referência histórica à presença de um “feiticeiro”¹ do Reino de Angola no Brasil registrada na documentação inquisitorial remete-nos a um “quimbanda”, um dos mais destacados sacerdotes na religião nativa, “tido por deus da água e da saúde e sacerdote chefe do sacrifício”.

Em 1591, quando da primeira Visitação do Santo Ofício à Bahia, denunciou Matias Moreira, cristão-velho de Lisboa, que Francisco Manicongo, sapateiro, escravo de Antonio Pires, morador abaixo da Misericórdia de Salvador, “[...] tem fama entre os negros dessa cidade

1 “Feiticeiros” era como antigamente eram referidos na documentação religiosa e secular os praticantes de rituais considerados demoníacos pela Igreja, sejam os sacerdotes africanos ou indígenas, sejam os adeptos de tais “heterodoxias”. Cf. CALAINHO, Daniela Buono. **Metrópole das mandingas: religiosidade negra e inquisição portuguesa no Antigo Regime**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2000.

que é somítigo² e depois de ouvir essa fama, viu ele com um pano cingido, assim como na sua terra do Congo trazem os somítigos. Mais disse que ele denunciante sabe que em Angola e Congo, nas quais terras tem andado muito tempo e tem muita experiência delas, é costume entre os negros gentios trazerem um pano cingido com as pontas por diante que lhe fica fazendo uma abertura diante, os negros somítigos que no pecado nefando servem de mulheres pacientes, aos quais chamam, na língua de Angola e Congo *quimbanda*, que quer dizer somítigos pacientes”. E tendo o dito denunciante visto ao cativo Manicongo trazer a veste dos quimbandas “[...] logo o repreendeu também porque não trazia o vestido de homem que lhe dava seu senhor, dizendo-lhe que em ele não querer trazer o vestido de homem mostrava ser somítigo pois também trazia o dito pano do dito modo. E depois o tornou ainda duas ou três vezes a ver nesta cidade com o dito pano cingido e o tornou a responder que não usava de tal, e já agora anda vestido em vestido de homem.”³.

Uma década anterior a esta clara referência da presença de um quimbanda na América Portuguesa, já em 1582 dispomos de outra interessante e não menos etnocêntrica informação sobre outro quimbanda atuando em sua terra nativa, comprovando a importância e o respeito consagrado a esses sacerdotes pela população tribal. Ao visitar o reino de Ndongo (atual Angola), o Padre Baltasar Barreiro, da Companhia de Jesus, informava a seus superiores que “[...] na libata⁴ do soba Songa, achei aqui um grande feiticeiro que andava em trajos de mulher, e por mulher era tido sendo homem: a coisa mais feia e medonha que em minha vida vi. Todos haviam medo e ninguém lhe ousava falar, porque era tido por deus da água e da saúde. Mandeí-o buscar e trouxeram-no atado. Quando vi, fiquei atônito e todos pasmaram de ver coisa tão disforme. Vinha vestido como sacerdote da

2 Somítigo, termo popular para “sodomita”, praticante do abominável e nefando pecado de sodomia, o mesmo que homossexual.

3 Primeira Visitação, Denúncias da Bahia, p. 406-407; MOTT, Luiz. Relações raciais entre homossexuais no Brasil Colonial. *Revista de Antropologia da USP*, v. 35, p. 169-190, 1992.

4 Libata: aldeia, povoado.

Lei Velha, com uma caraminhola⁵ feita de seus próprios cabelos, com tantos e tão compridos michembos (sic) que parecia mesmo o diabo. Em chegando, lhe perguntei se era homem ou mulher, mas não quis responder a propósito. Mande-i-lhe logo cortar os cabelos que faziam vulto de um velo de lã, e tirar os panos com que estava vestido, até o deixar em trajes de homem. Aí ele confessou que nascera homem, mas que o demônio dissera a sua mãe que o fizesse mulher, senão havia de morrer e que até agora fora mulher, mas que daqui por diante, pois lhe dizia a verdade, queria ser homem. É já tão velho que tem a barba toda branca o qual trazia raspada.”⁶

Embora esse cronista jesuíta não informe o nome nativo como era identificado essa categoria de feiticeiro-invertido sexual, tudo leva a crer que se tratava de um *quimbanda*, a menos que houvesse em Angola mais de uma “quadrilha de feiticeiros” que viviam como se fossem mulher. Ao ser obrigado *manu sacerdoti* a abandonar o papel de gênero feminino, no qual vivera como uma espécie de *berdache*⁷ desde tenra idade, os colonizadores transmitem e impõem aos nativos o preconceito judaico-cristão que tratava como mortal abominação “[...]”

5 Caraminhola: cabelo em desordem; grenha, trunfa.

6 BRASIO, Antonio. Monumenta Africana, 1ª série, Academia Portuguesa de História, vol. XV, Lisboa, 1988, p. 273, apud CARVALHO, Virgílio. A questão do controlo da terra e da territorialidade no antigo reino de Ndongo, In: **A África e a instalação do sistema colonial**, Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga do Instituto de Investigação Tropical, 2000.

7 “*Berdache*” has become the accepted anthropological term for these roles despite a rather unlikely etymology. It can be traced back to the Indo-European root *wela- “to strike, wound,” from which the Old Iranian *varta-, “seized, prisoner,” is derived. In Persia, it referred to a young captive or slave (male or female). The word entered western European languages perhaps from Muslim Spain or as a result of contact with Muslims. By the Renaissance it was current in Italian as *bardascia* and *bardasso*, in Spanish as *bardaje* (or *bardaxe*), in French as *berdache*, and in English as “*bardash*” with the meaning of “*catamite*”—the younger partner in an age-differentiated homosexual relationship. Over time its meaning began to shift, losing its reference to age and active/passive roles and becoming a general term for male homosexual. In some places, it lost its sexual connotations altogether. By the mid-nineteenth century, its use in Europe lapsed. “*Will Rascoe*, <<http://www.geocities.com/westhollywood/stonewall/3044/berdache.html>>.”

o homem que dormir com outro homem como se fosse mulher”, assim como a prática do travestismo.⁸

Para o século XVII, dispomos da descrição de dois autores italianos que confirmam, inequivocamente, a existência de uma subcultura homoerótica nativa em Angola, no século XVII, comandada pelos Quimbandas.

O primeiro é o frade capuchinho Giovanni Antonio Cavazzi de Montecuccolo (1621-1678) em seus dois volumes do livro *Istorica Descrizione dé tre Regni, Congo, Matamba et Angola*, cobrindo o período de 1645-1670.⁹ Ao todo, viveu 17 anos em Angola. Eis seu relato escandalizado sobre os *quimbanda* no início da segunda metade do Século XVII:

“Entre os feiticeiros, um há que não mereceria ser lembrado, se esta omissão não prejudicasse o conhecimento necessário que eu, por meio deste escrito, pretendo dar aos missionários. Chama-se *ngangania-quimbanda*, ou ‘sacerdote chefe do sacrifício’. Este homem, tudo ao contrário dos sacerdotes do verdadeiro Deus, é moralmente sujo, nojento, impudente, descarado, bestial e de tal modo que entre os moradores da Pentápolis teria o primeiro lugar.¹⁰ Para sinal do papel a que está obrigado pelo seu ministério, veste fato e usa maneiras e porte de mulher, chamando-se também a ‘grande mãe’. Não há lei que o condene como não há ação que não lhe seja permitida. Portanto, fica sempre sem castigo, embora abuse sem embaraço de sua impudescência, tão grande é a estima que por ele o demônio inspira! Por isso são julgados favores os mais manifestos ultrajes que ele faz à honra dos casados ou às concubinas dos mais guardados haréns. Este embusteiro distribui,

8 Levítico, 18:22 e 20:12; “A mulher não usará roupa de homem, nem o homem veste peculiar à da mulher; porque qualquer que faz tais coisas é abominável ao Senhor teu Deus” (Deuteronômio, t 22.5).

9 Cavazzi de Montecúcolo, Padre João Antonio. Descrição histórica dos três Reinos do Congo, Matamba e Angola (1658), Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965. v. I, p. 202-203.

10 Pentápolis, as cinco cidades contíguas a Sodoma e Gomorra, símbolo máximo da homossexualidade (sodomia) na tradição abraâmica. Sodom, Gomorra, Segor (A. V., Zoar), Adama, Seboim.

ele também, cinturas para diversos usos supersticiosos. Além disso, quando há sacrifícios, cobre os ombros com peles de leão, tigre, lobo ou doutra fera e pendura nelas umas sinetas chamadas *pamba*. Outras vezes, conforme a variedade das funções, veste um tecido de folha de *mbondo* (baobá), enfarinha todo o rosto, pinta-se com varias tintas e ostenta orgulho com semelhantes porcarias. Oferecendo o sacrificio propriamente seu, mata um galo, uma serpente e um cão. Então um dos presentes, levando às escondidas a cabeça do cão, corre a escondê-la num buraco. Depois pede ao feiticeiro que a descubra, e se este não se demorar muito na descoberta, fica enormemente conceituado, como se estivesse em contínua comunicação com os espíritos. Todos então o proclamam superior aos demais feiticeiros, chamando-lhe *nganga-ia-quimbondi*. Quando este feiticeiro morre, o mais ancião da seita deve convocar todo o povo para celebrar o seu funeral. Durante a noite, já que esta é propícia para ocultar suas torpezas, devem estar presentes só os inscritos na seita, sendo proibida a presença de outros. Levam então o cadáver para o interior de uma mata e depois de diversas cerimônias execráveis, que alguns dos recém convertidos me revelaram, mas que eu não posso descrever pela sua desonestidade, enterram-no numa cova muito funda. Antes disto, porém, o seu sucessor manda que lhe seja tirado o coração e as entranhas e lhe cortem as extremidades dos pés e das mãos, que eles depois vendem aos pedacinhos, como coisas sagradas e por grande preço. Pela autoridade que gozam todos esses *naganga*, não há jaga, quer capitão na guerra, quer chefe de aldeia em paz, que não procure guardar algum deles consigo, sem o conselho de aprovação do qual não se atreverá a exercer nenhum ato de jurisdição nem a tomar qualquer resolução”.

O segundo relato é do Capitão Antônio de Oliveira Cadornega, em sua antológica História Geral das Guerras Angolanas (1681). Por ter vivido 40 anos na África Portuguesa, seu testemunho tem boa credibilidade, além de ser menos moralista que seu conterrâneo capuchinho. Diz ele: “Há entre o gentio de Angola muita sodomia, tendo uns com os outros suas imundícies e sujidades, vestindo como mulheres. Eles chamam pelo nome da terra: *quimbandas*, os quais, no distrito ou terras onde os há, têm comunicação uns com os outros. E alguns deles são finos feiticeiros para terem tudo mau e todo o mais

gentio os respeita e os não ofendem em coisa alguma e se sucede morrer algum daquela quadrilha, se congregam os mais a lhe vir dar sepultura, e outro nenhum lhe bole, nem chega a ele, salvo os daquela negra e suja profissão. E quando o tiram de casa, para o enterrarem, não é pela porta principal, senão abrem porta por detrás da casa, por onde saem com ele fora, que como se serviu pela do quintal, querem que morto saia também por ela. Esta casta de gente é quem os amortalha e lhe dá sepultura. E não chega outro nenhum a ele como dissemos, que não seja de sua ralé. Andam sempre de barba raspada, que parecem capões, vestindo como mulheres.”¹¹

Esses quatro relatos se complementam, sem contradição, confirmando alguns aspectos cruciais para a reconstituição da história dos quimbandas: que havia em “Angola muita sodomia”, existindo mesmo um grupo de finos feiticeiros que gozavam de muita autoridade, superiores aos demais, respeitados por todos e chamados de ‘sacerdotes chefes do sacrificio’; que viviam publicamente como invertidos sexuais, usando roupas, ostentando maneiras e porte de mulher, “[...] sempre de barba raspada, que parecem capões”, recebendo mesmo o nome de ‘grande mãe’; que eram inveterados praticantes da sodomia, pois “[...] na Pentápolis teriam o primeiro lugar”, mantendo relações entre si, inclusive nos seus concorridos funerais; que se tratava de um grupo ultracorporativista, referido como “quadrilha”, “seita” e “ralé”, proibindo-se a presença de não iniciados em suas celebrações secretas.

Mesmo podendo-se argumentar que se tratava de homossexualidade e travestismo rituais, não há qualquer referência que os quimbanda mantivessem fora de sua “seita” qualquer relação heterossexual – e convém recordar o acima dito, que o primeiro quimbanda do Novo Mundo, Francisco Manicongo, não só se vestia como mulher, como “[...] tinha fama entre os negros desta cidade que é somítico e fazia o dito pecado com outros negros [...]”.

O importante desses relatos é insistir no respeito, temor mesmo, da população tribal *vis-a-vis* esta ralé de “capões”, e a desenvoltura do

11 CADORNEGA, Antônio de Oliveira. **História Geral das Guerras Angolanas (1681)**. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1942. p. 259.

quimbanda em usar e abusar de seu poder, conforme afiançou o Padre Cavazzi: “[...] Não há lei que o condene como não há ação que não lhe seja permitida. Portanto, fica sempre sem castigo, embora abuse sem embaraço de sua impudência, tão grande é a estima que por ele o demônio inspira!”.

Feiticeiros e feitiçaria em Angola

Na Torre do Tombo localizamos alguns documentos e processos que descrevem, com detalhes, os rituais praticados pelos naturais de Angola nos séculos XVII e XVIII:

1614-1635: Ritos Gentílicos de Angola:

- 1) “O juramento de GOLUNDO próprio dos negros e consentido e ainda aconselhado dos brancos, em especial dos filhos da terra a fim de saberem quem cometeu ou não algum delito.
- 2) O QUIMBANDO de que usam mulheres a fim de descobrir os futuros contingentes em que certamente se dá pacto implícito ou explícito.
- 3) Quando foge algum escravo, se sabem a porta por onde fugiu, usam de certas medidas de cordéis e dentro dos dias falhados se recolhe o dito escravo à casa dos senhores.
- 4) Os TAMBAS dos defuntos dos negros da cidade em suas senzalas, consentindo os brancos, estão juntos com seus atabaques e engomas e outros instrumentos com grande estrondo, comendo e bebendo e coabitando indiscriminadamente, no qual se acha sempre um feiticeiro que finge várias práticas que tem com o defunto e nisto se acham alguns brancos a fim de luxúria.

5) A circuncisão dos pretos, posto que filhos de pais batizados, tanto sem serem circuncidados, não podem nem consentem as negras com eles habitação carnal.

6) Adoração do demônio em figura de bode a que chamam CAÇUTO a que se juntam muitos de noite num grande estrondo de atabaques em suas senzalas.

7) Várias imagens a que chamam QUITEDES a que dão culto dizendo este é meu filho, este é meu pai, este é meu irmão etc. e como a vivos oferecem sustento.

8) Várias superstições a que chamam GUINGILHAS, que dizem lhe puseram seus pais e consistem em não comer isto ou aquilo ou o não tocar e se acaso o fazem, ou morrem logo ou ficam aleijados dos pés e mãos e o pior é que assim sucede.

9) Várias feitiçarias a que tudo chamam GANGANZAMBES a fim de matarem ou darem vida: de atraírem ódio ou amor, e nisto entram muitos brancos filhos da terra.

10) Várias curas AMBUNDAS que não podem efetuar-se se não por arte mágica ao que os brancos dão muito crédito e consultam os negros para que os curem e estes para simularem sua mágica, usam de algumas coisas naturais proporcionadas ao tal efeito, mas sempre com certo número e cerimônias”.¹²

1716: Luanda, Angola

Frei Lourenço de Lucca, capuchinho italiano, Prefeito das Missões e Comissário do Santo Ofício, denuncia que “[...] há aqui nesta cidade de Luanda uma casa de sinagoga onde se circuncidam as crianças assim dos brancos como dos pretos. Quase todas as mulheres

¹² ANTT, Santo Ofício, Livro 272, Conselho Geral, fl. 123 e 236, cópias iguais (século XVII)

brancas e pretas nas suas doenças vão buscar feiticeiro que com suas diabólicas feitiçarias lhes alcança saúde do diabo”.¹³

**1716: Denúncia contra Antônio Aquizanga, preto,
feiticeiro e D. João Mussungo, Soba, capitão, Luanda,
Angola**

Diz que o coronel Pedro Borges Madureira, morador em Luanda, casado, natural do Algarve chamou à sua casa um preto gentio, feiticeiro e “[...] lhe dera juramento de BOLLUNGO, em cujo juramento se sacrificava ser o achaque de zumbi e que trazia consigo certos feitiços como uns BANBIS, que são uns chifres pequenos de corsa recheados de venenos”. Que os negros fazem “Juramento ambundo e de Bollungo” e padecem de “enfermidade de zumbi”. Que o malefício foi feito trazendo o feiticeiro um cágado e um sapo debaixo de seu casaco e que trazia seus medicamentos de muitos feiticeiros de Luango por isto não temia e que “[...] tinha dois xilles de velhacarias e aromas abundas” e que se lavava o rosto com água de uma panela com uns paus dentro. Chama o preto feiticeiro para adivinhar a enfermidade que tinha. O Soba Dom João Mussungo pegou dois galos diabólicos por artes mágicas e os puseram no seu terreiro para que brigassem para saber qual deles podia mais que o outro. O feiticeiro chamava-se Antônio Aquizanga, “era um quimbar”. Acusa o Capitão de ter mandado matar uma negra e tirar o filho do ventre para fazer medicamento e se curar, e que ao dar juramento de Bollungo, mandou jogar dois negros no rio com uma pedra no pescoço. Um dos negros mortos chamava-se Curanguella: “[...] os dois negros vinham caindo de bêbados do Bollungo”. Mandou dar Bollungo para ver se sua amiga Polônia estava amancebada. O capitão mandou enterrar um moleque vivo para sempre ser vencedor de seus inimigos. É acusado de realizar Semana Santa em seu alpendre e blasfemar.

¹³ ANTT, Caderno do Promotor, 86, fl.38, Livro 279.

Feiticeiros de Angola na Bahia

Resumimos, a seguir, os documentos por nós encontrados nos arquivos da Inquisição Portuguesa, relativos à presença de feiticeiros/sacerdotes oriundos do antigo Reino de Angola, atuando na Capitania da Bahia de Todos os Santos:

1646: Domingos Umbata, angola, forro, ex-cativo de um capitão de Porto Seguro, Bahia, feiticeiro¹⁴

“Com uma tigela grande cheia de água, com muitas folhas e uma cascavel, um dente de onça, viu a testemunha algumas negras que se estavam lavando naquela tigela para abrandar as condições de suas senhoras” e outra noite foi à sua casa, pela meia noite ver “uma grande bula e matinada com muita gente e ele só falava língua que ele (o denunciante) não entende”. Na tigela com água punha também carimã, com a qual fazia uma cruz e círculo à volta, depois botava-lhe uns pós por cima e a mexia com uma faca e ficava fazendo como se estivesse ao fogo e inclinando-se sobre a tigela, falava com ela, olhando de revés para as negras presentes em sua língua.

Salvo erro, essa é a descrição mais antiga sobre uma seção de “calundu” dirigida por um sacerdote de Angola: 1646. Essa “uma grande bula e matinada com muita gente” pode ser perfeitamente entendida como uma “roda de inquite”.

Para o século XVIII, localizamos duas referências a práticas mágicas e divinatórias realizadas por negros angolanos, onde já se percebe a inclusão de elementos católicos no sincretismo religioso afrobrasileiro:

¹⁴ ANTT, Caderno do Promotor, 29, Livro 288, fl. 4

**1758: Manoel e João, angola, pretos, escravos do
Convento dos Capuchinhos da Piedade, Salvador, Bahia¹⁵**

Denuncia Frei Pacífico de Assis que os dois denunciados traziam uma bolsa com um pedaço de corporal e sanguíneo.

**1761: Capitão João Alves, angola, morador em Pirajuaia,
Porto da Telha, Bahia¹⁶**

O adivinhador Capitão João Alves, angola, era procurado por muita gente quando esteve atendendo em uma casa no Areal de Cima, (“areal primeiro de São Bento”) “para dar ventura a mulheres”; previa que a nau de guerra chegaria antes do entrudo com o governador e foram adivinhados muitas outras coisas e “muita e demasiada gente concorre de dia e muito mais de noite, até meia noite, em procura do dito preto”. Adivinhava na mão direita com um lenço as pessoas ausentes e na esquerda com dois vinténs, as presentes, como era público e notório. E um branco mercador Paulo de tal, morador na frente da Misericórdia, testou as adivinhações, mandou dois lenços ao preto, um seu e outro de sua mulher e ele adivinhou qual era o da mulher e disse que estava cheia de malefícios.

**Feiticeiros de Angola nas capitanias de Minas Gerais,
Paraíba, Pernambuco e Lisboa**

O documento mais informativo até hoje encontrado sobre um “calundu angola” no Brasil Colonial nos remete a Minas Gerais, no

15 ANTT, Caderno do Promotor, nº 121, Livro 313.

16 ANTT, Caderno do Promotor, 125, fl. 143.

ano de 1739. Por sua riqueza de detalhes e ancestralidade, merece transcrição mais alongada.

1739: Luiza Pinta, natural da cidade de Angola (São Paulo de Luanda), forra, ex-escrava de Manuel Lopes de Barros, moradora em Sabará, Minas Gerais¹⁷

Denunciantes: Antônio Leite Guimarães, morador no Córrego dos Cordeiros; João do Vale Peixoto, morador na Roça Grande; José da Silva Barbosa, natural da cidade do Porto, negociante em Sabará. Autoridade Inquisitorial que recebeu a denúncia: Comissário Manuel Varejão Távora. Descrição: Segundo o primeiro denunciante, Luzia Pinta “é conhecida por toda vizinhança da Vila de Sabará e freguesia de Roça Grande como calunduzeira, curandeira e adivinhadeira”. Luzia realizava suas seções de calundu tanto em sua própria residência como nas casas de seus clientes, sempre auxiliada por duas negras-angolas e outro negro de etnia não revelada, todos os três seus escravos. Segundo alguns moradores da região, Luzia “vestia-se com certos trajes não usados nesta terra... Vestida à moda de anjo, trazia na mão uma fita larga, amarrada na cabeça e arcadas, as pontas para traz... Vestia várias invenções, à moda turquesa, com trunfa¹⁸ a modo de meia lua na cabeça e com um espadim na mão...”. Além deste espadim, alguns moradores viram um alfanje¹⁹ ou uma machadinha, agitando tais instrumentos enquanto seus pés e braços marcavam o passo com cascavéis²⁰. Usava também na cabeça uma grinalda de penas, ou um penacho nos ouvidos. As cerimônias do calundu demoravam em média duas horas: num canto

17 ANTT, Inquirição de Lisboa, Caderno do Promotor, Processo nº 252, cf. MOTT, Luiz. O Calundu-Angola de Luzia Pinta: Sabará, 1739. **Revista do Instituto Artístico Cultural**, Universidade Federal de Ouro Preto, n. 01, dez. 1994.

18 Turbante composto de faixa ou cinta enrolada, espécie de touca mourisca

19 Alfange ou alfanje: Espada ou faca larga e curta; cutelo curvo pela cota e convexo pelo fio; sabre de folha curta e larga.

20 Cascavel: Guizo ou esfera de metal com uma bolinha dentro, que a faz soar.

da sala lá estava armado “um altarzinho com seu dossel”²¹ e debaixo deste espaldar²², uma cadeira onde Luzia ficava. Iniciavam a cerimônia “tocando tabaque, que é um tamborzinho caizini [sic], tocando e cantando até ela ficar fora de seu juízo, falando cousa que ninguém entendia. Após algum tempo de frenética dança, Luzia “[...] colocava um penacho de várias cores no ouvido e então é que dizia que os ventos de adivinhar lhe entravam pelos ouvidos”, começando a partir daí o ritual de curas. João do Vale Peixoto diz o que viu quando participou desse calundu: “Sentada debaixo do dossel, com um alfanje na mão, ela fazia zurradas à maneira de burro, e posta no meio do dossel, mandava tocar atabaques por suas pretas e pelo preto, e tanto que se desentoava no toque e canto, dava saltos como cabra, e passava nesta forma uma ou mais horas. [Então] lhe despertavam as pretas cantoras uma cinta que tinha apertada na barriga, com a qual fazia vários trejeitos, e então dizia que lhe chegaram os ventos de adivinhar, e cheirando às pessoas que ali estavam, àquele que lhe parecia dizer [que] tinham feitiços, lhe atirava certos pós e ficava outra vez zurrando como burro. E para se aquietar e sossegar, era preciso que as pretas batessem em sua boca e no sobrado [?], zurrando também como burros.” Outras pessoas referem-se aos sons provocados por Luzia quando possuída, como “algazarras e bramidos horrorosos”. Ao curar Antônio Leite Guimarães, deitado na própria cama em sua casa, “[...] falava Luzia com suas pretas, e depois, saiu para fora muito brava, que parecia endemoniada, e trouxe umas folhas do mato e deu a ele, testemunha para se curar.” Outro informante descreveu sua aparência, quando em transe, como “esquipática feição”. Durante o calundu “[...] Luzia dizia que com aquelas danças lhe vêm os ventos de adivinhar, e assim lhe chama pela palavra ventos, e nestas horas fica horrorosa e enfurecida.” Só então – com os penachos nos ouvidos – tinha início o ritual das curas e adivinhas: “[...] tomando uma caixinha ou açafate²³, tirava deste umas cousinhas que chamava seus bentinhos, e os cheirava muito bem... Metia então certos pós na sua boca e na dos circunstantes, dizendo que os queria curar... Dava-lhes

21 Dossel: Armação ornamental, saliente, forrada e franjada, que encima altar.

22 Espaldar: a parte superior do dossel.

23 Açafate: cestinho de vime de borda baixa sem arco nem azas.

também certa bebida de vinhos.” Embriagada por tais porções ordenava “[...] às pessoas que curava que se deitassem no chão, e passava por cima delas várias vezes em muitas ocasiões, fazendo certas visagens de uma invenção que parecia uma canoa ou escaler²⁴ e pegando nele, corria [o escaler] pelas pessoas, fazendo outras visagens.” Diz José da Silva Barbosa que, nessas ocasiões, Luzia Pinta ia logo perguntando às pessoas que queriam ser curadas “[...] quanto traziam de ouro para lhe dar”, o que confirma João do Vale Peixoto a quem ela pediu “[...] dezoito oitavas de ouro para os ingredientes da cura, e mais quatro oitavas para fazer as adivinhações”. A fama de Luzia como a principal calunduzeira, adivinhadora e curandeira dos arredores de Sabará foi confirmada ao Comissário do Santo Ofício, que a enviou presa ao Rio de Janeiro, sendo embarcada para o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição pela prática de rituais diabólicos. Diante dos Inquisidores confessou que de fato, era procurada em sua casa por várias pessoas, brancas e pretas, que vinham curar-se de várias moléstias, aos quais “[...] mandava tomar certas papas de farinha em que somente misturava raiz de abatua²⁵ e de pau-santo²⁶, e por virtude deste remédio, vomitavam os doentes e se achavam melhores das queixas que padeciam. Disse que não cobrava nada pelo tratamento e que aprendera tal remédio em Angola. Luzia garantiu nunca ter-se afastado da fé católica, nunca ter praticado arte das adivinhas, nem jamais ter feito pacto com o diabo, ratificando que, ao ministrar certas beberagens aos doentes, mandava que as tomassem em nome da Virgem Maria e acrescentado que tais remédios levavam as pessoa a vomitar os feitiços que inadvertidamente haviam ingerido. Acrescentou que, além das referidas papas, cozinhava pedacinhos de pau-santo “[...] e os cozia numa fita com que atava no

24 Escaler: embarcação pequena de remos.

25 Abatua: ou butua, [Do tupi.] Designação comum a diversas plantas trepadeiras da família das menispermáceas, entre as quais se distingue a *Abuta rufescens*, e cujas folhas têm bases de amônio quaternário, de ação curarizante; abuta, abutinha, butua, butinha, butuinha, caepeba, cipó-de-cobra, grão-de-galo, parreira-brava, falso-paratudo.

26 Pau-santo: há dois tipos de árvore com este mesmo nome, o guaiaco ou mucifaiba (*Zollernia paraensis*) uma Arvoreta da família das gutíferas (*Kielmeyera coriacea*), muito comum nos cerrados. Sobre a magia no pau santo, consulte-se o site <http://www.gnosisonline.org/Magia_Elemental/Pau_Santo.shtml>.

braço da pessoa que padecia moléstias, para dali em diante lhe não poderem tornar a dar mais feitiços”, tudo isso ensinado pelo preto Miguel, já defunto, quando ainda vivia em sua terra natal. Ao ser perguntada sobre a cerimônia em que dançava vestida de anjo, Luzia confirmou que, ao curar certos vizinhos, fazia um altar encimado por um dossel, trazendo em sua mão um cutelo ou alfanje de ferro e na cabeça um barrete com fita amarrada, começando a dançar “[...] por lho vir nessa ocasião a doença da sua terra, a que chamam calundus, com a qual ficando fora de si, entra a dizer os remédios que se há de aplicar, e a forma na qual se não de fazer.” Disse mais: “[...] que tudo fazia por destino que Deus lhe deu, e por esta causa é que ela diz e assevera nas ditas ocasiões que, lhe vêm os ventos de adivinhar, que Deus Nosso Senhor é que lhe diz o que há de fazer.” Não negou, que ao curar, mandava as pessoas que se deitassem no chão, passando por cima delas repetidas vezes, “[...] esfregando-as primeiramente com ervas, por ter isto virtude para lhes lançar fora os feitiços, e no fim deste fato, lhes ata no braço direito uma fita para que lhe não possam de novo tornar a fazer os ditos feitiços, aplicando aos enfermos por bebidas, um remédio que compõe de vinho e do suco de várias ervas que pisa para o dito efeito.” Ao falar sobre o ritual com o escaler, disse que ela própria “[...] mandara fazer uma canoazinha pequena, a qual untava muito bem com umas ervas e depois esfregava com elas o corpo das pessoas para lhe lançar fora os feitiços que padecem, por ser este o fim e a virtude para que se aplica o dito instrumento, e disse mais que ao chegar ao pé dela algum preto que tem feitiço ou cousa diabólica, lhe vem logo a dita doença dos calundus, com a qual fica fora do seu juízo e adivinha logo ter o dito preto a referida mandinga e por esta cousa não pode passar com a mesma por diante dela ré, enquanto com efeito a não vai tirar, e isto faz e adivinha por tino e destino que lhe vem de Deus, e é tão certo adivinhar ela o referido, [que] perguntando-se aos mesmos pretos se era verdade de terem eles as ditas mandingas, confessaram ser assim como ela disse.” Completou dizendo que ao cheirar as cabeças das pessoas é que reconhecia serem ou não portadoras de moléstias ou feitiços. Ao ser chamada outra vez para falar perante os Inquisidores sobre o vento de adivinhar Luzia assim se expressou: “[...] entendo que essa doença é sobrenatural porque quando me vem, fico parada com os olhos no céu

por espaço de tempo e no fim do qual abaixo a cabeça, fazendo cortesia²⁷ e logo olho para os doentes e conheço então os que hão de viver e têm remédio na sua queixa, e também os que não têm, os quais por esta razão, não aceito por meus enfermos e os mando levar pelas pessoas que os trouxeram.” Aí pergunta um Inquisidor “[...] como podia reconhecer que estas curas eram da parte de Deus”, respondeu: “[...] todos esses efeitos provêm de Deus e não do Diabo, porque nas ocasiões em que se fazem as ditas curas, sempre se pedem aos enfermos duas oitavas de ouro, as quais se mandam dizer missas repetidas, a metade para Santo Antônio e a metade para São Gonçalo, e por intervenção destes santos é que se fazem as ditas curas...”. Ao fim dos interrogatórios, Luzia foi conduzida à câmara dos tormentos, sofrendo uma sessão de tortura no potro²⁸. Após sofrer os tormentos, Luzia Pinta foi sentenciada à abjuração de leve suspeita de ter abandonado a fé católica, proibida de retornar a Sabará e condenada a quatro anos de degredo em Castro Mearim, no Algarve, após permanecer dois anos nos cárceres do Santo Ofício.

1759: Caetano, angola, feitiçeiro, Mariana, MG²⁹

“Curou vários escravos de feitiços com ervas, raízes, cruces e palavras”. Descobria qual negro fizera o malefício pondo-os todos num quarto, fazia-lhes umas cruces em cima e os cheirava e dizia que os secos eram inocentes e os que suavam muito eram os feitiçeiros. Foi preso por ordem do Vigário Geral do Bispado. Em 1762 o Santo Ofício mandou repreendê-lo, assinar termo de emenda e soltá-lo visto ser patente ter sido levado por interesse e embustes. Em 1763, assina auto de repreensão: sobre um missal jurou corrigir-se reconhecendo “[...]”

27 Cortesia: cumprimento, reverência à moda da nobreza

28 Potro: uma espécie de estrado onde os réus da Inquisição eram deitados, tendo suas pernas e braços atados com oito correias de couro, que iam sendo apertadas, de uma a quatro tratos, de acordo com a gravidade das denúncias e a resistência da vítima.

29 ANTT, Caderno do Promotor, 125 fl. 274

o quanto tinha vivido errado... e aceitava o grandíssimo benefício da misericórdia”.

1761: Damião, 50 anos, negro, angola, Engenho de Camuratuba, aldeia de Jacoqua, Paraíba³⁰

Dizia publicamente que dera seu sangue e alma ao Demônio fazendo pacto com ele, para que fosse bem sucedido, que o Demônio, tirara-lhe o sangue na ilharga com espada, confirmando o dito na frente de dois padres, sem estar no tronco nem em tormento de açoites.

1761: Domingos, congo, Engenho de Camuratuba, aldeia de Jacoqua, Paraíba

É denunciado porque “usava uns pós pretos, amarelos e vermelhos” que soprando sobre uma pessoa disse que morria, e que fora o índio Domingos Pereira da aldeia Jacoqua que o ensinara e já matou vários com tais pós.

1762: Bárbara, Angola, Ipojuca, Engenho Coité, Pernambuco³¹

“[...] faz orações com as estrelas com a qual faz os homens virem para onde ela quer”.

30 ANTT, Caderno do Promotor, 125, fl. 369

31 ANTT, Caderno do Promotor, 126, fl. 211.

1776: Simão, angola, escravo, Engenho do Cabo:

“[...] faz orações e benzeduras para abrandar o coração dos brancos”.

1775: Antonio Angola, escravo de Luís Barbosa Lagares, da Paropeba, MG³²

O “feiticeiro angola” foi chamado para dar fortuna a uma família de portugueses enriquecidos com a descoberta do ouro. Foi tratado “com toda grandeza e estimação quando foi curar-lhe o cunhado, e pelo meio dia saíu o negro pelo Arraial dos Macacos há três léguas da matriz como em procissão vestido com camisa, num surtão vermelho e sobre os ombros como murça coberta de penas de várias aves e matizada com peles de onça, com um capacete na cabeça de variedade de penas, e na mão com um penacho de penas, tocando chocalhos; e o acompanhava um branco levando na mão uma caldeirinha em forma de mão cheia d’água cozida com raízes e ervas que o mesmo negro tinha feito e benzido e com um rabo de macaco hissopavam algumas pessoas e casas onde chegavam dizendo que se deixassem hissopar com ele para ficarem livres de feitiços e terem fartura porque assim assegurava o negro que benzeu a água; e chegando em algumas casas, dizia o negro: aqui há feitiços! e batendo com um pau no chão e perguntando-lhe: donde vinham? respondia: lá de cima! dando a entender que vinham da casa de uma inimiga da anfitriã, a qual pretendia perdê-la, pondo-lhe o nome de feiticeira (por causa de uma herança que disputaram, “e apesar de parda é mulher honrada”). E durante a procissão, quando algumas pessoas diziam ao negro que lhes tirasse os feitiços, que lhe haviam de pagar, logo entrava a dizer em voz alta: esmola para o Calundu! e no mesmo tempo hissopava as casas com o tal hissopo de rabo de macaco e muitas pessoas deram esmola ao negro: galinhas, ouro e a mulher de Manoel Lopes dos Santos não tendo ouro nessa ocasião, tirou os brincos das orelhas e os deu ao dito negro...”

32 ANTT, Caderno do Promotor, 129, fl. 248.

**1775: Domingas, preta, angola, parteira e adivinhadora,
Nossa Senhora da Conceição dos Raposos, Sabará, MG³³**

Certa mulher branca denuncia que desejando casar-se com um homem, disse-lhe a preta angola, Domingas, que “[...] fosse buscar em sua casa uma água para se lavar e borrifar a casa”, acrescentando “[...] achar esta terra grandemente infeccionada de semelhantes sevandijarias, perdendo-se muitas casas com a morte de escravos que ocasionavam estes feitiços...”.

1777: Antonio, angola, escravo³⁴

O português Pedro Martins Filgueira enviou ao Tribunal da Inquisição de Lisboa esta declaração: “[...] Manda-me o meu confessor que eu acuse Antonio, Angola, mandingueiro. E eu com ele quis aprender e tive as tais orações em minhas mãos e querendo usar delas não me saiu certo o que elas diziam e assim botei-os fora e de tudo isto me acuso e denuncio.”

**1777: Gonçalo, angola, forro, do Arraial de São
Sebastião, Nossa Senhora do Sumidouro, MG³⁵**

Foi denunciado que “[...] aplicou numa menina banhos e bebidas de água benta com pós contra feitiços e logo a doente começou a deitar pela boca e por baixo vários pregos, chaves e fechos de espingarda e outras coisas de estanho, cobre e vários metais, ficando livre da

33 ANTT, Caderno do Promotor, 129, fl. 264.

34 ANTT, Caderno do Promotor, 129, fl. 387.

35 ANTT, Caderno do Promotor, 129, fl.382.

moléstia, fazendo cerimônias uma concha cheia d'água, com pós para adivinhar quem lhe botara o feitiço”.

1781: Antonio Angola, preto, Lavras, MG ³⁶

“Na Freguesia de Campanha há um preto angola, Antônio, que cura feitiços, adivinha por espelho que traz consigo e traz também uma cruz”; se apresenta como “Antônio Calundu” e adivinhou onde estava uma espingarda roubada, e estava assim concorrendo gente bastante para consultar o tal adivinhador e curador”.

**1782: Roque, angola, negro/ BRÍGIDA, casada,
Itapecerica, Vila de Nossa Senhora Piedade de Pitangui,
MG³⁷**

“O denunciado é feiticeiro pois cozinha num grande tacho certas ervas junto com uma imagem de Cristo de latão que trás no pescoço e nesta água se lavavam e após vestirem a melhor roupa principiavam umas danças ou calundus mandando mãe Brígida a seu filho João tocar uma viola, e o tal negro tocava um adufe (pandeiro) e dançavam com muitos trejeitos e mudanças e davam a cheirar a todos os circunstantes certo ingrediente que tinham em uma folha de flandres e que depois de cheirar, diziam que ficavam absortos e fora de si e ensinava Brígida que as almas dos mortos se introduziam nos vivos que cá ficavam e que a alma de sua filha morta se introduzira no corpo de Roque, por este motivo que amava a Roque e lhe dava de mamar aos seus peitos e o deitava consigo na mesma cama em que dormia com seu marido ficando ela no meio” e ao reclamar o seu pai, Brígida dizia que se

36 ANTT, Caderno do Promotor, 130, fl. 369.

37 ANTT, Caderno do Promotor, 130.

Roque não deitasse em seu peito haveriam de padecer grandes dores. E que o negro mandava sua mãe banhar-se nua num córrego na frente da filha dele, Jerônima, de treze anos e Romana, filha dela; que Brígida certa vez passara a mão no corpo de um recém-nascido meio morto e ele logo renascera. Que levava o Cristo e o Santo Antônio ao mato para fazer penitências” e acompanhando-os certa vez o marido “lhe deram muita pancada”; disse que o “calundu era o melhor modo de dar graças a Deus” e que Brígida dizia ser o “anjo angélico e que tinha poder do Sumo Pontífice para casar e descasar”. E “estando nesses calundus ou danças apartava de seus maridos algumas filhas suas que com a mesma moravam dizendo que era da vontade de Deus e para os calundus convidava a todas pessoas que com Brígida moravam na fazenda e se alguma pessoa disto se escusava, lhe dava a cheirar e lhe chegava aos narizes uma erva com a qual ficavam absortos e fora de si e esquecidos das obrigações de católicos e entravam na mesma dança.”

**1758: Francisco, nação angola, escravo de Manoel
Bernardes de Cristo, morador na Vila de São João Del
Rei, MG³⁸**

“Francisco cura feitiços dando remédios pela boca e vomitam imundícies; com alguidar com água adivinha os feiticieiros. Em um quarto retirado “tirou da algibeira uma caixinha redonda e abrindo-a, a pusera no chão e num papel escrito como em grego, uma pedrinha começou a bulir “a andar em redor” conversando com a pedrinha, (que era do tamanho e jeito de uma unha) que respondia com sinais de sim e não. Disse que um doente ia lançar fora os feitiços naquela noite e começou “a untar-lhe a garganta com unguento que trazia de uma caixinha e tirou uma bolsa encarnada que trazia no pescoço e colocava no pescoço do homem mas primeiro a borrifou com aguardente de cana,

38 ANTT, Caderno do Promotor, 121, fl. 213.

tirou outra caixinha redonda e começou a fazer várias cruzes sobre a cabeça do homem e a esfregar-lhe muito o pescoço e garganta por três horas sempre abrindo a caixinha, falando em Deus e vários santos como exorcismo e meteu a mão na boca e com os dedos pela garganta abaixo, tirou um novelo de lã de ovelhas de toda qualidade, unhas e bicos de pássaros e depois de quinze dias estava são. Várias testemunhas assinaram este sumário, dizendo que vinham negros e negras pedir que os protegesse de feitiços “[...] e a cura era fazer-lhes quatro feridas, duas nos braços e duas nas pernas e destas lhes tirava o sangue e antes que os ferisse, lhes dava uma bebida que ficavam atordoados a modo de bêbados, em muitos vi sair destes com as quatro ligaduras nos braços e pernas ensangüentados e caindo como bêbados”.

1772: Francisco, preto, de nação benguela, escravo de Ana Maria de Santa Rosa, morador na freguesia desta cidade de Mariana, Arraial de São Sebastião, MG³⁹

Descrição: “A minha presença veio um preto por nome Francisco e por ele me foi dito que como verdadeiro católico e filho da Santa Madre Igreja se vinha denunciar que achando-se uma ocasião no Arraial de São Sebastião, termo desta cidade, e tendo notícia que vários negros e negras estavam fazendo batuques em uma paragem fora do arraial, e por sua curiosidade foi ver as tais danças e viu que o autor das danças era o negro Felix, Cabo Verde, e que entrou a fazer calundus por arte diabólica fazendo perder os sentidos a uma negra, Maria Angola, escrava de uma mulata, a qual caiu como morta e o tal Felix falava que as almas da Costa da Guiné eram as que falavam dentro daquela criatura e chegando a ele o tal Felix perguntou a ele denunciante se tinha alguma moléstia no seu corpo ao que lhe respondeu que sentia umas picadas e lhe disse que aquelas picadas lhas faziam as almas da

39 ANTT, Caderno do Promotor, 129, fl. 143.

Costa, e que tornasse lá outro dia para o curar, e com efeito foi e achou as mesmas danças de *calandus* e Felix foi buscar umas ervas e com elas fez umas esfregações no corpo dele e lhe fez perder os sentidos e a vista dos olhos e ouvir dentro do espaço de meia hora e que se não lembra o que fez neste tempo com a tal diabrura porém nunca mais se quis achar o tal ato e se retirou abominando aquelas cousas das quais tem se arrependido...”. Que Felix, por causa desses *calandus*, já foi preso pelo Capitão de Ordenança e que o mandou para a conquista do gentio por ordem do Governador das Minas “e que ele ensinou aos outros várias adivinhações.”

**1774: Domingos, preto, angola, escravo de Manoel
Carvalho, Mariana, MG⁴⁰**

Confessou “que quando estava em sua terra via aos outros negros fazer várias cousas de superstições, como era que estando a gente com doença grave lhe falava dentro do corpo uma voz dizendo que era a alma de fulano, e fazendo os circunstantes algumas perguntas, dizia que queria levar o fulano, e algumas vezes sucedia que morria e lá lhe iam fazer perguntas e falava aquela voz e que julga o denunciado que era o Demônio, porque quando a dita voz dizia que queria levar o fulano, e lhe prometiam fazer as suas festas, escapavam e não morriam. E que ainda nesta terra, pelo mais abuso da sua, tem ele denunciado usado de algumas perguntas aos negros doentes imaginando que as almas dos outros negros se vinham meter neles mas que nunca nesta terra lhe falou voz alguma como sucede na sua terra; e que também tem feito algumas curas a doentes conforme o estilo da sua terra e que promete não tornar a cair em semelhantes erros e me pediu lhe trouxesse a sua denúncia que assinou com uma cruz por não saber ler nem escrever.”

40 ANTT, Caderno do Promotor, n. 129.

1775: Antonio, nação Congo, Mariana, MG⁴¹

É acusado de dizer que “[...] tinha seus ventos quando dançava e cantava e lhe diziam as queixas e moléstias que cada um tinha e quem lhe tinha feito e o que havia de fazer. Tirava o demônio batendo com um pau e que se metesse num copý e não querendo ir o demônio para o copý, fosse para a cabeça dele”. Usava cascas para fazer esfregações.

Principais revelações dos documentos da Inquisição Portuguesa sobre as Religiões do Congo e Angola no Brasil

À guisa de conclusão, e como sugestão para que outros pesquisadores aprofundem tais hipóteses, arrolamos algumas pistas sugeridas pela leitura desses documentos, a saber:

1. Antiguidade da presença da religião de matriz angolana no Brasil: data de 1591 a primeira referência conhecida à atuação de um sacerdote “quimbanda” na cidade do Salvador, cabendo a Francisco Manicongo o título do mais antigo “*tata de inquice*” do Novo Mundo.
2. A mais antiga referência a um ritual de origem congo-angola nos remete à classe dos “quimbanda” – apontado pelos documentos como um dos sacerdotes mais respeitados e poderosos dentro da hierarquia cerimonial nativa. Só mais tarde, nos meados do século XVII, começa a aparecer o termo “Calundu” e “batuque” como sinônimo de ritual religioso afro-brasileiro, incluindo, genericamente, além das cerimônias de Angola, as práticas divinatórias, curativas e cerimoniais das demais nações africanas. Não encontramos

41 ANTT, Caderno do Promotor, 129, fl. 270.

nenhuma vez na documentação do Santo Ofício da Inquisição portuguesa, o termo Candomblé: Umbanda sim, aparece desde os meados do século XVIII.

3. Essa amostra documental permite-nos concluir que as práticas religiosas de origem angolana tiveram grande dispersão pelo território brasileiro, iniciando-se na Bahia, mas espalhando-se por outras capitanias, notadamente em Minas Gerais.
4. A documentação aqui apresentada evidencia, como atribuição crucial dos “feiticeiros” e “feiticeiras” de Angola, a função de adivinho e curador – sendo poucas, porém importantes, as referências a rituais coletivos.
5. O sincretismo religioso judaico-afro-católico se manifesta em diversas situações concretas, seja na própria África, seja na América Portuguesa: a circuncisão em sinagoga; a utilização do sinal da cruz; o uso de orações e santos católicos, além do sincretismo com outras tradições religiosas africanas.
6. Nota-se, também, a fraca repressão da autoridade católica face às práticas de “feitiçaria”: são poucas as denúncias que redundam na prisão dos “feiticeiros/as”; não há nenhum africano condenado à fogueira, notando-se maior intolerância dos agentes da justiça civil do que por parte da justiça episcopal ou inquisitorial.
7. Algumas descrições de rituais públicos permitem-nos visualizar o uso de roupas, alfaias, instrumentos musicais e alegorias cerimoniais, incluindo peles de animais, plumas de pássaros, instrumentos e armas, além de unguentos, papas, beberagens e utilização de plantas e outros ingredientes nativos.
8. Observa-se, em algumas descrições destas “feitiçarias”, a incorporação do espírito dos mortos ou “vento”, seja no sacerdote, seja nos participantes desses rituais, elemento que a nosso ver faz da tradição religiosa angolana a matriz

da Umbanda contemporânea, diferindo neste particular do Candomblé de tradição Nagô.

9. A documentação aqui compulsada revela grande variação das práticas mágicas, rituais e divinatórias desses pioneiros angolanos no Novo Mundo, confirmando a plasticidade adaptativa dos africanos e incorporação de elementos provenientes seja da cultura europeia, ameríndia ou de outras etnias africanas.
10. Patenteia-se que a veneração e crença nos poderes da religião de matriz angolana não se restringiram apenas à população negra, já que alguns devotos brancos, portugueses e brasileiros natos, estão incluídos entre os que recorreram aos “feiticeiros” de Angola, como adivinhos ou curadores. A vocação universalista das religiões afro-brasileiras já se delineava desde sua instalação no Novo Mundo.



Considerações conceituais e teóricas sobre o desenvolvimento regional e local de Canudos

Antônio José Batista de Azevêdo

Doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbano

azevba@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar aspectos condicionantes da base de valores estruturais que impactam o desempenho socioeconômico de políticas públicas visando ao desenvolvimento local de Canudos e região, a partir do aproveitamento da massa hídrica do Açude de Cocorobó. Foram utilizados, como referencial teórico, conceitos extraídos dos estudos de Fernando Alcoforado, em *Bahia: desenvolvimento do Século XVI ao Século XX e objetivos estratégicos na era contemporânea* e de Noélio Spinola, em *A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX*. Fez-se o recorte de teorias sobre desenvolvimento regional/local, à luz de dados socioeconômicos e demográficos da região do Semiárido baiano, tendo em vista o delineamento da pesquisa-estudo de caso. As considerações e a conclusão mostram que se faz necessária a presença do Estado a fim de definir e implementar políticas públicas de interesse prioritário da população nativa, porém de maneira integrada e sistêmica à atração de capitais nacionais circundantes. Trata-se, fundamentalmente, de possibilitar e viabilizar o alcance de níveis de desenvolvimento regional satisfatório, isto é, que se traduzam na geração de emprego e renda na região e, em consequência, na efetiva elevação de seu IDH. O alcance desse horizonte, entretanto, requer a estrita observância do que se entende, contemporaneamente, por vetores de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, sem o que será impossível assegurar a participação significativa do Semiárido no contexto da produção de riqueza no Estado da Bahia.

Palavras-chave: Açude de Cocorobó. Desenvolvimento regional. Políticas públicas. Capital social. Canudos.

Conceptual and theoretical considerations on the local and regional development of Canudos

Abstract

The objective of this academic project is to make an analytical presentation of the aspects of the base of structural values that have impact on the socio-economical performance of public politics reaching the regional development of Canudos and its region, using the advantage of the massive water power from the Açude de Cocorobó. It's used as theory referential, concepts extracted from the analyses of Fernando Alcoforado in *Bahia: desenvolvimento do século XVI ao século XX e objetivos estratégicos na era contemporânea* and from Noélio Spínola in *A Trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX*. For such has been made cuts from theory concepts of the theories about regional/local development, using data from the Bahia semi-arid region as bases, analyzing them under the optics of the research *Estudo de Caso*. The considerations and conclusions show that is needed the presence of the state on the adoption and application of public politics that are of interest for the native population, on a integrated and systematical way in convergence with the performance of the national capital. To reach such levels of an satisfactory regional development, the generation of jobs and income on the region as well as the raise of the local quality of life with dignity and citizenship, or, with socio-environmental sustainability and responsibility capable of put this region on the significantly context of contribution for the income of the state of Bahia.

Key words: Açude of Cocorobó. Regional development. Public politics. Social capital. Canudos.

Entende-se que a reflexão concernente ao estudo das teorias, a conceituação e a conscientização da necessidade de se pensar um cenário de desenvolvimento regional/local para a cidade de Canudos e entorno é um desafio premente, inadiável, em face do que é dramático: a penúria humana, a degradação do patrimônio histórico e ambiental da região. Com efeito, as condições de possibilidade desse desenvolvimento

apontam para o que se mostra imperioso, isto é, a intervenção dirigida por parte do Estado.

Desenvolver o Semiárido¹ e a cidade de Canudos significa garantir o reequilíbrio na distribuição dos benefícios gerados pela riqueza da Bahia para toda a sua população. Na região em foco, têm importância crucial o papel de cada gestor público e o das lideranças comunitárias na utilização do melhor uso possível dos recursos naturais existentes no território de Canudos e adjacências.

Cabe, então, logo perguntar: Qual a melhor maneira de se aproveitar esses recursos, que são os do Açude de Cocorobó, sem a degradação do meio ambiente e a exclusão social para viabilizar o desenvolvimento humano de Canudos? Essa questão constitui o cerne do presente estudo.

O tema será explorado juntamente com outros aspectos pertinentes, refletidos e analisados no decorrer da exposição, sobretudo os relacionados ao desenvolvimento regional/local, políticas públicas, planejamento participativo e suas formas de implementação, inclusive questionamentos atinentes à abrangência dos impactos positivos e negativos das medidas propostas.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a adoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dessa área do Semiárido baiano, a fim de elevar a qualidade de vida da população que aí reside.

A região tomada como cenário dessa abordagem é uma porção do Semiárido baiano, que, na divisão de território por identidade cultural, situa-se no Território 10, denominado Nordeste II, aqui compreendido como região canudense ou, mais precisamente, o município de Canudos e seus limítrofes. Caracteriza-se geoambientalmente pela vegetação do bioma Caatinga, de déficit hídrico, excessiva evaporação de água, baixo nível de escolarização da população e, também, com deprimentes indicadores de qualidade de vida, como o Índice de Desenvolvimento

¹ Esta região no Estado da Bahia, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), corresponde a cerca de 69,7% do seu território.

Humano Municipal (IDH-M)² e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*³.

Bases conceituais e teóricas

Holanda (1983), Spínola (2002) e Alcoforado (2007) salientam, com relação ao desenvolvimento econômico (variável independente), que este só se torna possível com uma compatível acumulação de capital e que essa só se materializa com a combinação de fatores (variáveis dependentes), tais como: ambiente econômico favorável, presença de empreendedores internos e externos interessados em investir e a existência de políticas públicas governamentais de atração ao desenvolvimento local, estabelecendo-se uma relação de causa-efeitos-e-consequências, como se pode depreender, a partir da Figura 1, que se visualiza a seguir.

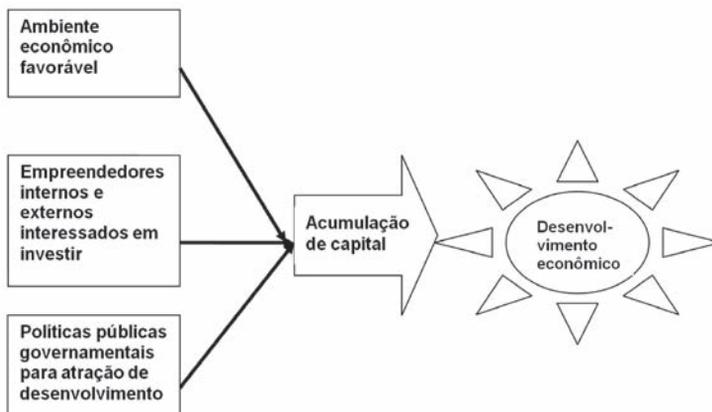


Figura 1 – Fatores condicionantes do desenvolvimento econômico com sustentabilidade

Fonte: Alcoforado (2007, p. 117-118).

² IDH-M – refere-se ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, de acordo com a escala adotada pela SEI.

³ PIB *per capita* – compreende o índice denominado Produto Interno Bruto, correspondente ao número de habitantes da localidade em estudo, isto é, por pessoa.

Sobre desenvolvimento social, Alcoforado (2007, p. 118) observa que este estágio de desenvolvimento só atinge as dimensões necessárias quando os dois fatores principais do processo, governo e classes dominantes, atendem às demandas sociais, para as quais deve existir um fluxo contínuo e intenso. O fluxo das demandas é encaminhado e alimentado por três entes da sociedade como um todo, que são: a representação da sociedade civil organizada e atuante, os sindicatos de trabalhadores ativos e os partidos políticos comprometidos com os interesses das ‘minorias’⁴. Conforme sublinha Alcoforado (2007), essa é a condição suficiente e necessária para a balança da negociação entre os interesses do capital e da sociedade em seu conjunto.

Bobbio (1997, p. 7) considera que

[...] a liberdade indica um estado; igualdade, uma relação. O homem como pessoa – ou para ser considerado como pessoa – deve ser, enquanto indivíduo em sua singularidade, livre; enquanto ser social, deve estar com os demais indivíduos numa relação de igualdade.

E, como se interpreta de Thoreau (1848), em *A desobediência civil*, “[...] Uma minoria fica desarmada quando se conforma com a maioria; deixa afinal de ser minoria”.

À luz desse entendimento, eis como se apresenta a Figura 2:

4 Termo de caráter sociológico, usado no Brasil para referir-se ao conjunto de pessoas engajadas, ou não, nas lutas populares por direitos humanos. Tais pessoas, de maneira censitária, representam a maioria da população do país, a qual, pela fraca participação no processo político, é considerada amplamente como minoria, devido ao pouco acesso ao poder econômico, político e cultural da sociedade; ou seja, é majoritariamente minoria em relação aos direitos elementares, no plano dos Direitos Humanos e da Cidadania.

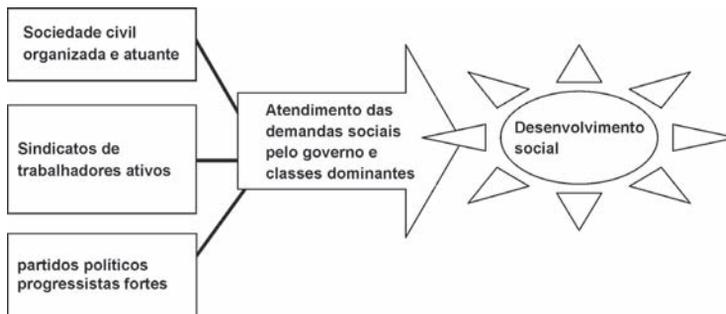


Figura 2 – Fatores condicionantes do desenvolvimento social de uma região ou local com responsabilidade social

Fonte: Alcoforado (2007, p. 117-118).

Parafraseando Souza (2009, p. 10), entende-se como Desenvolvimento Regional (DR) o conjunto dos estudos que tratam da análise dos fenômenos econômicos no interior de uma região e as interações entre regiões de um mesmo país, enfatizando suas relações com o resto do mundo. Trata-se, então, do que concerne à análise da mobilidade espacial do capital, do trabalho e das inovações tecnológicas, implicando igualmente a identificação dos fatores que reduzem ou aceleram as desigualdades regionais. São também fatores ponderáveis, nesse contexto, o crescimento das diferentes regiões de um mesmo país, ou de grupos de regiões, com a melhoria dos indicadores de desenvolvimento da população envolvida.

Assim, admite-se, como sublinha Sasaki (2006, p. 8), que “[...] o espaço necessita ser entendido, também, como um tipo de mercadoria inserida numa lógica de acumulação e valorização do capital”. Desse modo, compreende-se que o processo de Desenvolvimento Regional (DR) está diretamente associado à dinâmica de funcionamento do sistema econômico, social, bem como espacial, cujos fatores estruturantes podem ser explicados a partir da localização e da inter/intra-relação das atividades econômicas de um espaço geográfico, como bem salienta Sasaki (2006).

Desenvolvimento local sustentável

O Desenvolvimento Local com Sustentabilidade (DLS) foi assim definido por Buarque (1999, p. 23):

Desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilidade das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas.

De acordo com Santos (2006, p. 58), pode-se inferir que o Desenvolvimento Local (DL) está intimamente associado ao surgimento de iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulada às potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto e aos interesses e ao grau de atratividade oferecidos para o capital externo circulante ávido por investimentos e lucratividade.

O móvel do esforço em busca do DL é, provavelmente, a necessidade de se elevar continuamente as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e a competitividade da economia local, perante as demais unidades político-administrativas da mesma região, para desse modo aumentar a renda e o acúmulo de riqueza sob as diversas formas possíveis. Eis como são definidos os meios viáveis para a conservação dos recursos, na perspectiva da Agenda 21 brasileira:

- a) Agenda Marrom: Trata da prevenção e controle da degradação ambiental decorrente de atividades poluidoras e do desempenho de atividades correlatas, como a realização de estudos e pesquisas sobre poluição, qualidade do ar, da água e do solo;
- b) Agenda Azul: Refere-se à gestão dos recursos hídricos;

- c) Agenda Verde: Trata da responsabilidade na formulação e execução da política florestal, de forma a promover a preservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais renováveis.

Assim, o DL requer para a sua implantação e vigência várias formas de arregimentação do capital social interessado e de igual maneira de iniciativas dos atores locais, em prol de um projeto comum, com a sustentabilidade desejada.

Diante dessas considerações, entende-se que o vigor do DL depende de:

- a) Ambientes político e social favoráveis;
- b) Capacidade de mobilização do capital humano;
- c) Capacidade de transformar o capital humano em capital social;
- d) Convergência dos interesses mútuos dos atores sociais do município ou região;
- e) Capacidade de estabelecer e definir as prioridades locais e regionais.

O desenvolvimento local, em circunstâncias assim, torna-se essencial para a sustentabilidade, considerando-se as quatro dimensões essenciais da responsabilidade ecossistêmica, instituída a partir da ECO-92, na ordem do desenvolvimento regional e urbano: Econômica, Social, Ambiental e o Envolvimento de Instituições Públicas, Privadas e Não-Governamentais, as quais se ajustam, conforme enfatiza o documento da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento de 1992, cujo princípio 10 declara:

A melhor forma de tratar as questões ambientais é assegurar a participação de todos os cidadãos interessados, ao nível conveniente. [...] cada

pessoa terá acesso às informações relativas ao ambiente [...] e a oportunidade de participar em processo de tomada de decisão [...]. (CONFERÊNCIA..., 1996)

Desse princípio, percebe-se que a educação é um dos principais agentes de transformação social para o desenvolvimento sustentável, porque aumenta a capacidade das pessoas de modificar valores, atitudes e comportamentos em relação ao próprio homem, à natureza e ao mundo. Essa concepção propicia o surgimento da gestão sustentável, ou seja, a gestão dos bens humanos que leve em conta a transformação de matéria-prima em produtos, ou prestação de serviços, utilizando, de maneira efetiva e otimizada, todos os recursos necessários à geração de lucro, à satisfação do consumidor e ao equilíbrio ambiental. Garofoli (1994, p. 41) entende que o desenvolvimento endógeno é possível

[...] quando a maior parte dos recursos utilizados é de origem local (empresas locais, trabalhadores de elevado profissionalismo e formados localmente, recursos financeiros acumulados na zona, tecnologia inovadora introduzida na área) [...] Uma vez atingido [o desenvolvimento endógeno], o sistema local está em condições de dirigir o seu próprio processo de desenvolvimento e de transformação.

Lustosa (2001, p. 185) refere-se ao desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento de regiões, a partir da adoção de um modelo de desenvolvimento de viés territorial (local). Nesse sentido, percebe-se que os sistemas de educação do primeiro, segundo e terceiro, quando retroalimentáveis, tornam-se ferramentas indispensáveis para esse processo, como sublinha Boaventura (2009, p. 56): [...] Assim, pelos recursos que concentram, pelos sentimentos, atividades e interações que vão criando, a faculdade e a universidade transformam-se em fatores de desenvolvimento local.

Barquero (1999, p. 107), aborda as três dimensões do desenvolvimento local: *hardware* ou melhoria das infraestruturas;

software ou suprir carências e melhoria dos fatores de desenvolvimento e *orgware* ou fortalecer a capacidade organizativa do território. Destaca a dimensão *orgware* como central para a implementação de políticas de desenvolvimento localizado em resposta aos desafios gerados pelo processo de globalização, porque implica melhorar a organização social do lugar, região (ou território), a fim de lhe permitir respostas mais eficazes aos problemas e desafios que precisa superar no curso desse processo.

Convém ainda destacar que o Brasil, como signatário da carta Eco-92, tem um ordenamento jurídico avançado – Direito Ambiental – do ramo do Direito Público Interno, que fundamenta, regula e orienta as ações públicas e privadas que envolvem o meio ambiente, por se tratar de um bem fundamental de todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país (SILVA R., 2010, p. 97).

De acordo com Lustosa (2001) e Barquero (1999), Fonseca sublinha que a melhor maneira de operacionalizar ações incrementadoras do desenvolvimento nos municípios é reuni-las em um rol estruturado de estratégias institucionais, ou seja, um “[...] conjunto de decisões e ações que visam ao fortalecimento socioeconômico e espacial, muitas vezes por intermédio de parcerias e cooperação envolvendo atores próximos e longínquos, públicos e privados” (FONSECA, 2010, p. 36). Por isso, as instituições modernas, como salienta Giddens (1991), representam na verdade “[...] uma ordem ou mesmo regras ou normas que afetam tanto o comportamento social quanto a dinâmica dos territórios”.

Eis então algumas indagações pertinentes:

Qual a política pública do Estado da Bahia para essa região?

Como implementar essa política, sem a presença efetiva da Universidade Pública com o seu tripé básico: ensino, pesquisa e extensão?

Qual a política de desenvolvimento para o Semiárido que as Universidades do sistema estadual têm para essa região e, em particular, a UNEB?

Poderia a UNEB ter um Posto Avançado em Canudos, como sede de Projetos de pesquisas?

Tem sido opinião corrente entre os teóricos do desenvolvimento endógeno – Furtado, Keynes, Myrdal, Roseinstein-Rodan e outros –, e entende Spínola (2010)⁵, que, em economias deprimidas e/ou estagnadas, a presença do Estado torna-se condição *sine qua non* para equacionar o problema e implementar as condições de possibilidade de solução.

Roseinstein-Rodan (1961) atribuiu ao grande impulso – *big push* – o meio adequado para a alavancagem de uma economia atrasada na direção de estágios de vida mais equilibrados, visto que “[...] ela precisa de uma soma de investimentos, para se expandir, que não poderia ser amealhada de forma espontânea”. Nessa perspectiva, Pessoti e Pessoti (1998, p. 27-44) identificam três suportes – diríamos, políticas públicas – de ordem econômica, tributária e monetária, a serem implantadas de maneira associadas como essenciais, a saber:

- a) Um montante que possibilite a implantação de grandes empresas.
- b) Investimentos em setores multivariados e interconectados suficientes para gerar demandas intersetoriais que viabilizassem o escoamento da produção.
- c) Investimentos que gerassem um mercado adaptado às condições capitalistas em vigor.

Percebe-se, entretanto, que a geração desses suportes não vicejaria sem a presença do Estado, que ora poderia atuar como interventor, ora como parceiro desse processo, em razão da complexidade, volume de investimentos e necessidade de conciliação entre os diversos agentes sociais e econômicos envolvidos. É nessa direção que os autores acima referidos formulam a hipótese de que o Estado deveria fazer sua parte treinando e especializando a mão-de-obra para os conglomerados,

5 Apontamentos de aulas teórico-práticas ministradas pelo Prof. Dr. Noélio Dantas Spínola no curso de Doutorado em Análise Regional e Urbano da Unifacs, semestres 2010.1 e 2, em disciplinas como Economia Regional, Tópicos Avançados em Desenvolvimento Regional e Urbano e Métodos de Análise Regional e Urbana.

entre outras políticas públicas de fomento ao desenvolvimento sustentado.

Por causa de algumas características de territórios social e economicamente deprimidos – como baixa produtividade, índices insuficientes de poder aquisitivo e falhos e lacunares estímulos aos investimentos – é que surgem barreiras concernentes tanto em relação aos investimentos endógenos quanto aos exógenos, tornando-se severos obstáculos que atuam como responsáveis potenciais inibidores do processo.

Políticas públicas

Como observou Santos (2006), as políticas públicas voltadas para o DL devem considerar que um dos objetivos principais dos proprietários locais dos arranjos produtivos é construir unidades produtivas da expertise local, com interesses comuns, envolvidos em atividades afins, para que possam gerar um ambiente adequado, no sentido de estimular o segmento peculiar da inovação e de igual maneira vivificar o aprendizado, de forma geral. De tal maneira que o conhecimento gerado se difunda com a maior intensidade possível, contaminando, positivamente, os demais ainda não incorporados no processo pelo atraso tecnológico ou de outra ordem. Essa estratégia reflete a preocupação da comunidade em obter e difundir suas especificidades e qualidades superiores, como uma vantagem comparativa inigualável em relação a outras regiões, diretamente, concorrentes (SANTOS, 2006, p. 58).

Planejamento participativo

Cumpramos ressaltar que, segundo esse entendimento, além de ser crucial suscitar a presença da Universidade Pública como basilar nesse processo, deve ganhar relevância o conceito de planejamento

participativo como prática democrática para o exercício da cidadania e receptáculo nessa conjunção de esforços. Sobre isso, eis o que escreve Demo (1993, p. 82):

É erro imaginar que participação é apenas utopia. É realizável, sim, muito embora nunca de modo totalmente satisfatório. Por isso mesmo a definimos como processo imorredouro de conquista. Nunca será suficiente, porque vive da utopia da igualdade, da liberdade, da fraternidade totais. Não é dada, é criada. Não é dádiva, é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. Participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada. Nem podem faltar entusiasmo e a fé nas potencialidades de quem à primeira vista pareça de tudo destituído e imerso só em pobreza.

Nessa linha, Borja (1988, p. 14) assevera como elemento indispensável nesse processo a presença do poder público, inclusive como pré-condição para seu êxito e efetividade:

A participação popular não pode substituir um setor público opaco e desfalecente, socialmente ineficaz, administrativamente improdutivo, organicamente caótico, economicamente perdulário e politicamente burocratizado [...] pelo contrário, uma administração justa e ativa, com programas ambiciosos destinados a melhorar o bem-estar dos cidadãos, [reúne] condições prévias ao desenvolvimento da participação. Sem esse investimento político e econômico, os chamados a participar estarão condenados ao fracasso.

A ressignificação socioeconômica da região, feita sob orientação do planejamento participativo, terá como efeito a diminuição da distância das desigualdades observadas na educação, no saneamento básico, na distribuição de renda, pelas alterações na estrutura vigente da

formação de capital, sobretudo humano, como observa Velasco (2007)⁶, acrescentando que assim é possível se reduzir a inércia, aumentando-se a participação do conjunto de atores sociais nos segmentos econômicos, políticos e sociais.

Território

Alguns autores como Santos (1994) e Fonseca e Silva (2010) consideram o território como uma dimensão do espaço constituído de base material, política e institucional, e que apresenta um conjunto de recursos que foram se superpondo no decorrer do tempo, condicionando ações, regravando (ou normalizando), sendo regravado e acompanhando as novas demandas e necessidades das sociedades no decorrer do processo de evolução histórica.

De maneira ampliada, Maillat (2002) define território como sendo um conjunto de elementos econômicos, socioculturais e institucionais com formas específicas de organização e capacidade de autorreprodução. Maillat (2002, p. 159) salienta que o território não deve ser considerado “algo dado *a priori*”, mas como “[...] resultado das estratégias organizacionais dos atores e do fenômeno de aprendizagem coletiva”:

Apreender as dinâmicas territoriais de inovações, tendo como pressuposto que atualmente os mecanismos do desenvolvimento regional residem nas regiões que são capazes de inovar, de pôr em prática projetos que aliem as novas técnicas, a cooperação entre as empresas, as instituições de formação de pesquisa, e que desenvolvam novos produtos, muitas vezes com o apoio das autoridades locais e regionais,

⁶ Apontamentos de aulas teóricas-práticas constituídos durante o curso da disciplina Políticas Públicas do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional, do DCH-I/UNEB, realizado no segundo semestre de 2007.

ou das universidades. (MAILLAT, 2002, p. 162).

Desse conceito, depreende-se que a economia regional, por causa da dinâmica dessas relações, como observa Spinola (2003, p. 16), é condicionada pelo mercado, imposto pelo capitalismo internacional, sendo, pois, as iniciativas oficiais, quando não bem articuladas e feitas de boa vontade, no contexto do Planejamento de Desenvolvimento do Estado, sacrificadas em sua eficácia, tornando-se indispensável, para sua potencialização interna, a manutenção de atrelamento com as decisões externas dos investidores, na perspectiva de que se irradie no espaço geográfico, consideradas a convergência técnica de renda e a repercussão psicológica do êxito.

Segundo Menezes (2010b, p. 105),

[...] pensar o desenvolvimento local implica necessariamente definir o que vem a ser a esfera local, posto que o local pode se referir a uma dada localidade (cidade, bairro, rua), região ou nação, constituindo, em qualquer dos casos, um 'subespaço' ou um subconjunto espacial, que envolve de algum modo uma delimitação ou recorte territorial, o que se expressa em termos econômicos, políticos e culturais.

À luz desse entendimento, o município, no Brasil, torna-se a instância de governo com maior representatividade do poder público e, pois, mais próximo da população, motivo pelo qual se constitui como o melhor agente de promoção do desenvolvimento em seu interior.

Em convergência com Fonseca e Silva (2010, p. 155), compreende-se que o município é:

[...] um território institucional – regrado (ou normalizado) e gerador de regras, locus primeiro da formação e organização territorial

do Brasil, constituindo-se de recursos organizacionais e técnicos, onde se processam dinâmicas e complexas relações socioespaciais – e em escala local de gestão e regulação, na qual são tomadas decisões e adotadas ações de forma mais autônoma.

Salienta Menezes (2010b, p. 106) que uma das formas mais comuns de se descentralizar recursos financeiros para promover o desenvolvimento local, nos municípios brasileiros, tem sido por meio de tributação, empréstimos e emissão de moedas. E, no caso específico do desenvolvimento local, a modalidade mais aplicada tem sido a tributação, secundada pelos empréstimos, porém tal mecanismo tem se mostrado hipossuficiente, pois já implica, mesmo antes de 1988⁷, a responsabilidade de suprir a prestação de serviços sob a responsabilidade da administração municipal. Não por outro motivo, cabem então às demais esferas de governo da federação amparar os municípios na busca do desenvolvimento econômico e social de suas comunidades. Nesse contexto é que se entende como indispensável a adoção de políticas públicas específicas para a região em foco.

Fonseca e Silva (2010, p. 149) destacam que as atribuições municipais, além da incipiência do bolo arrecadatário determinado pela Constituição de 1988, “[...] aumentaram e, com isso, novos desafios foram lançados aos governos locais”, assim como à sociedade como um todo. Para Storper (1997), em face do novo regime de produção tecnológico institucional e flexível derivado do advento da globalização, tem importância decisiva dar crédito à participação popular institucionalizada, mediante a mobilização e sustentação endógena local de recursos enraizados, relacionados aos costumes, às técnicas e à proximidade territorial como autênticas forças propulsoras do desenvolvimento local.

7 Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988, atualizada até a Emenda constitucional nº 44, de 30 de junho de 2004, visto que não alterou substancialmente a capacidade de arrecadação dos municípios, pois os tributos que foram postos sob a competência do município, em verdade, já faziam parte da receita municipal (BRASIL, 2005).

Participação popular

Torna-se crucial e efetiva a participação popular, se estiver direcionada para diminuir as desigualdades sociais, na medida em que “trata os desiguais à da sua desigualdade”. Tal premissa reforça a necessidade de políticas públicas específicas para o Semiárido baiano e, em especial, para a região de Canudos, porque, assim, propiciaria igualdade material, como sublinha Santos L. (2010, p. 70). Seriam medidas que, além da proteção jurídica especial dada a parcelas da população que historicamente estão em situação de desvantagem no contexto socioeconômico e político baiano, operariam, concretamente, na igualdade jurídica, segundo o preceito da Revolução Francesa: “Todos são iguais perante a lei”. Essa participação, embasada na Lei e na materialidade, forjaria o capital social aqui defendido.

Para Ladislau Dowbor (2005, p. 190), só é possível existir o desenvolvimento local, se for dada relevância aos aspectos de promoção da cidadania, de maneira primacial aos econômicos, pois não é aceitável um desenvolvimento que não esteja baseado na consolidação e extensão de direitos iguais para todos os grupos da sociedade.

Essa consciência, de acordo com Dowbor (2005, p. 203), permite aos autóctones:

- a) Melhor qualidade de vida;
- b) Processo de socialização do poder;
- c) Distribuição de renda e
- d) Democratização do acesso aos serviços públicos, aos bens culturais e aos benefícios da tecnologia.

Nesse sentido, torna-se importante reforçar o capital social da região, por meio da educação e formação das redes sociais.

Capital social

Trata-se da capacidade da sociedade em organizar-se para influenciar nas decisões com origem no poder público que lhe dizem respeito. Estudos de Silva et al. (2009) mostram a importância das organizações sociais para a introdução e direcionamento de atividades inovadoras no sistema econômico-social e constataam a relevância dessa capacidade na organização social, como mecanismo eficiente para a obtenção de melhorias nos indicadores econômicos e sociais de comunidades dos Estados brasileiros (PIB *per capita*, índices Williamson e Geni e a taxa de mortalidade infantil). Nesse sentido é que Putnam (1995, p. 177) define capital social como o conjunto de “[...] características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

Hanifan (1916) define capital social como o conjunto dos elementos tangíveis que mais contam na vida cotidiana das pessoas, tais como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre indivíduos e a família. Putnam (1995, p. 67) e Bourdieu (1980) o consideram como o conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas, efetivamente, para beneficiar o indivíduo ou sua classe social. Representa, por isso, estoque e base de um processo de acumulação que permite mais êxitos na competição social às pessoas inicialmente bem dotadas e situadas.

Sucintamente, podem-se inferir duas definições de capital social — uma, de caráter sociológico, e outra, de natureza econômica. A definição econômica se refere ao conjunto de normas que promovem confiança e reciprocidade na economia (FUKUYAMA, 1989; HUNOUT et al., 2003; PUTNAM, 1995). Quanto à definição sociológica, esta é consiste em redes, organizações civis e na confiança compartilhada entre as pessoas, fruto de sua própria interação social.

Metodologia

A fim de responder ao problema central e aos objetivos propostos deste artigo, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica, mediante revisão de literatura, com a utilização de livros que tratam do tema, documental, com o uso de análise de dados publicados e disponibilizados em sites da SEI, e eletrônica, por intermédio de consultas a sites especializados. Enfim, a pesquisa adquiriu o caráter do método descritivo-avaliativo, com base em análise teórica, de conteúdo com suporte preponderantemente qualitativo (BOAVENTURA, 2007; GIL, 2006).

Cumprir esclarecer que não se pretende, neste texto, apresentar receitas, nem tampouco respostas prontas e acabadas a fim de evitar as generalizações para as questões aqui delineadas, devido à complexidade do problema. Por outro lado, busca-se contribuir para a discussão do tema com a presente abordagem, tomando como referencial teórico o construto sobre capital social e a presença do Estado na tarefa de se promover o desenvolvimento sustentado da região em foco.

Verificou-se, especialmente, a necessidade de explicação de dois objetivos: o primeiro, de se investigar, junto à população nativa, as maneiras mais apropriadas de aproveitamento dos recursos hídricos do Açude de Cocorobó; o segundo, analisar e indicar os meios e modos de implementação das ações sugeridas, sobretudo em relação à dinâmica socioeconômica no território Canudense.

No Brasil, o desenvolvimento regional/local tem sido objeto de discurso político, de pesquisadores e de tantos outros interessados no assunto, assim como promessas de governos, mercê da presença pontual e às vezes equivocada de algumas políticas públicas, que, de fato, precisariam ser implantadas, monitoradas, mantidas, corrigidas, ampliadas e/ou extintas, no espaço do Semiárido baiano, como sublinhado em Spínola (2009).

Entretanto, sabe-se que o desenvolvimento regional/local bem sucedido é aquele que tem sido alcançado quando se estabelece uma

adequada sinergia entre os elementos contextualizadores, sendo, desse modo, mais fecundo entre aqueles que delinham e executam os planos da economia, da sociedade e do território — o que, para tanto, exige a necessidade de se aprofundar o conhecimento do *modus operandi* e *faciendi* dos agentes condicionantes desse território.

Nesse sentido, tornar-se-ia necessário identificar, claramente, com e na presença desses sujeitos, os fatores internos e externos condicionantes do desenvolvimento econômico e social local, para que, desse modo, sejam caracterizados os impulsionadores restritivos, como sublinha Alcoforado (2007, p. 117).

Resultados e discussão

Em face das considerações precedentes, depreende-se como elementos imprescindíveis para que haja, de fato, o desenvolvimento regional ou local: a presença efetiva do Estado, das redes sociais e do capital social. Por essa lógica, entende-se que a gestão de Antônio Conselheiro, em Canudos, sobretudo de 1893 a 1897, esteve baseada no conceito de capital social. Segundo a análise de Putnam (1995), verificou-se que lá havia um conjunto de políticas de “governança político-administrativa” sistêmica, sob a liderança do Conselheiro, que contribuiu para utilizar na plenitude as forças impulsionadoras do desenvolvimento do arraial de Belo Monte e para neutralizar as forças restritivas (poder político e econômico exercido pelas oligarquias, o Judiciário e a Igreja) da época. De modo tal, que aquela localidade foi capaz de sobressair-se, a ponto de alcançar o desenvolvimento econômico e social, no período, superior às comunidades da região (ALCOFORADO, 2007, p. 7).

No tempo do Conselheiro não gosto nem de falar, para não passar por mentiroso, havia de tudo por esses arredores. De ver de tudo e até cana-de-açúcar de se descascar com unha,

nascia bonita por estes lados. Legumes em abundância e chuvas à vontade. É melancólico. Esse tempo parece mentira [...] (MACEDO, 1983, p. 43).

Grande era a Canudos do meu tempo. Quem tinha roça, tratava da roça na beira do rio. Quem tinha gado, tratava do gado. Quem tinha mulher e filhos, tratava da mulher e dos filhos. Quem gostava de rezar, ia rezar. De tudo se tratava, porque a nenhum pertencia e era de todos, pequenos e grandes, na regra ensinada pelo Peregrino. (MACEDO, 1983, p. 67).

Não havia precisão de roubar em Canudos, porque tudo existia em abundância, gado e roçado, provisões, não faltavam. Se o Peregrino ditava contra a República é porque a República era contra a religião [...] (MACEDO, 1983, p. 70).

Na “Taperá Sagrada” como denominada por Maió (2009), o Arraial de Belo Monte, não havia mendicância, ladrões, prostitutas ou crianças abandonadas. A bebida alcoólica era proibida. Todos se respeitavam e viviam em harmonia.

O mínimo que se poderia fazer, nos dias atuais, seria o governo brasileiro indenizar, condignamente, os descendentes daquele povo dizimado com seus bens, injusta e cruelmente, pelas forças da República. Considerando que os latifundiários da época, tendo meios para recorrer, receberam indenizações por estragos causados por militares no afã de destruir Canudos. (MAIÓ, 2009, p. 12).

Educação fator de desenvolvimento regional/local

Fator decisivo para o desenvolvimento regional e urbano é a educação formal. Trata-se, com efeito, do que pode tornar a região mais dinâmica ao se relacionar de modo mais intenso com seu entorno, por meio dos fluxos de entradas e saídas que afetam sua estruturação interna (SPÍNOLA, 2006 apud MADEIRA, 2006, p. 34).

Deve a educação ser tratada como “[...] uma variável política estratégica capaz de intensificar o crescimento da renda, produzir modernidade ou construir uma sociedade justa”, como ressalta Pontes (1999, p.16).

Segundo Madeira (2006 p. 38), para se gerar desenvolvimento é necessário que haja, “[...] além de crescimento econômico, sustentabilidade, promoção da qualidade de vida, desenvolvimento humano e social”. Adiante, o mesmo autor assinala que “[...] também requer a criação e reprodução de capital econômico, de capital humano (conhecimentos, habilidades e competências) e de capital social (confiança, cooperação, empoderamento, organização e participação social)”. Esclarece, ainda, que o desenvolvimento concebido deve fundamentar-se em aspectos definidores de qualidade de vida, tais como as características culturais, sociais e políticas, como se pode verificar dos compostos formadores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE), da expectativa de vida e da educação descritos e citados neste trabalho.

Sabe-se que a educação é mais do que uma forma de consumo superior; é uma maneira de investimento nacional, visto que, como enfatiza Pontes (1969 apud MADEIRA, 2006, p. 39), constitui-se como um fator que tem papel decisivo no processo de mudança social, devendo, para tanto, ser engendrada dentro de um planejamento global baseado na teoria do desenvolvimento econômico e regional da causalção circular de Myrdal, sob prioridades baseadas em parâmetros como: educação-investimento, capital humano, fator de produção em

função das necessidades econômicas do processo de transformação social.

Nessa mesma linha de raciocínio, Boaventura (2009, p. 82), ao reconhecer a necessidade de o Estado, na Bahia, estar presente em todos os níveis da educação formal, afirma: “[...] um sistema estadual de educação para ser completo há de possuir todos os níveis e tipos de ensino, indo do infantil às instâncias superiores da pós-graduação”. Também confirma as premissas de que educação superior é fator de desenvolvimento regional: “[...] Uma educação superior estadual há de se organizar regionalmente, confirmando a identidade cultural, em unicampus e multicampi”. E, logo em seguida, ressalta: “[...] uma faculdade ou universidade, pelas exigências próprias à condição mesma da educação superior, concentra laboratórios, bibliotecas e equipamentos, que mudam e enriquecem a vida cultural de uma comunidade urbana do interior como fator do progresso.” (BOAVENTURA, 1987, p. 82).

Em Canudos, por exemplo, na época do Conselheiro, existiam como atesta Maió (2009, p. 27), duas professoras. Diz Maió (2009, p. 14) que a figura do Conselheiro começou então a chamar a atenção dos desamparados dos sertões:

Por ser mais esclarecido, ele ia distribuindo conselhos, tentando orientá-los. Sabia falar, e as pessoas sofridas ouviam também suas prédicas. Confortavam-se com suas palavras, tornando-o guia e conselheiro.

Este é, pois, um exemplo fecundo de como a educação transforma as pessoas e o lugar delas.

[...] Numa malinha carregava caneta, tinta, papel, três livros (Missão abreviada, Horas marianas e uma Bíblia) dos quais obtinha subsídios para os seus sermões. Isto quer dizer que a liderança, a organização, a transformação de recursos em riqueza no Belo Monte em muito se deve à educação que possuía o líder da “Canaã” do Sertão. (MAIÓ, 2009, p. 14).

Verifica-se, ainda, o que constitui importante esteio no processo de desenvolvimento de um lugar: os princípios éticos ensinados, difundidos e exercitados continuamente, como se fazia lá em Canudos, pelo Antônio Conselheiro, como observa Maió (2009, p. 14): “[...] Muito humilde, só aceitava esmola em forma de alimentos, e apenas o necessário. Passou a visitar cidades e vilas com seus seguidores, reformando cemitérios, capelas e igrejas. Converteu-se em pouco tempo na paixão e fé do povo sertanejo”.

Como se pode depreender desse exemplo, havia, pois, no Arraial de Belo Monte, liderança e liderados, o cultivo de valores como fé, solidariedade e compaixão. Criou-se, por lá, naquela época, uma relação de ganha-ganha, um valor de dignidade ao trabalho, na medida em que os flagelados da seca, na miséria radical e destituídos de esperança, se constituíam em mão-de-obra volante para trabalhar na construção de benfeitorias públicas. Havia o respeito ao semelhante, pois todos eram relativamente iguais, perante a lei dos homens, já que se tornaram homens e mulheres com tecnologias próprias, pois eram construtores e reformadores de cidades e vilarejos e fazendas.

Havia externalidades em Belo Monte que mantinha comércio ativo com as cidades de Juazeiro e Senhor do Bonfim, as quais eram seus centros de abastecimento e trocas constantes, assim como Salvador fora na exportação de peles de cabra, por meio do Porto (MAIÓ, 2009, p. 29), embora não fosse esse produto o principal da exportação baiana no período de Antônio Conselheiro (ALCOFORADO, 2007, p. 12-15). Em Canudos, naquela época, existia o direito à moradia e à segurança pública, pois, como registra a história, lá havia organização urbana, visto que João Abade era o responsável pelo policiamento, o uso e a ocupação do solo canudense, Antônio Beatinho, pelos valores morais e religiosos, dentre outros.

Outro marco importante para o sucesso de um desenvolvimento é o abastecimento de alimentos e remédios, sem os quais padecem, adoecem e morrem as populações ou abandonam os lugares.

Mas, se tudo isso acabou, e tragicamente, com uma guerra em que os sertanejos de Belo Monte foram exterminados, eis o que é legítimo perguntar: pode-se fazer um projeto de desenvolvimento que tenha como objetivo contribuir para promover o progresso econômico, o bem-estar social compartilhado por toda a população e, desse modo, superar as disparidades regionais? Que políticas públicas poderiam

ser aplicadas em Canudos? Qual o melhor aproveitamento dos recursos hídricos do Açude de Cocorobó, por exemplo, dentre outros equipamentos e recursos existentes no município?

Porém, antes de responder a essas perguntas, há de se verificar alguns dados, tais como: a leitura dos mapas de espacialização e do sistema rodoferroviário que interliga a região, referenciados em Alcoforado (2007, p. 44-45), sobretudo, onde fica o município de Canudos. Nota-se, portanto, das referidas imagens, a existência de uma área inteiramente carente dessas infraestruturas.

Vê-se que por esse espaço também não passa a rede de energia elétrica. Não se conhece estratégia do governo para a alavancagem dessa região, nos termos que sugere Alcoforado (2007, p. 141-152). Assim, é provável que o Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) definido pela SEI como resultante dos níveis de infraestrutura, qualificação de mão-de-obra existente e da renda gerada localmente, nessa região, seja cronicamente deprimente (ALCOFORADO, 2007, p. 51).

$$IDE = \sqrt[3]{INF - IQM - IPM}$$

O índice de desenvolvimento social, segundo metodologia da SEI, cuja formula é:

$$IDS = \sqrt[3]{INS - INE - ISB - IRMCH}$$

reflete se a população estaria sendo atendida por serviços de saúde, educação e tem acesso regular à energia elétrica, água tratada e os chefes de famílias têm ao menos uma remuneração mensal.

Evidencia-se o crônico subdesenvolvimento da região semiárida da Bahia, devido aos seguintes fatores: agropecuária de baixa produtividade, indústria incipiente e existência fragmentada de atividades ligadas ao comércio e serviços pouco desenvolvidos, pálida exploração mineralógica e turismo desorganizado. Some-se a isso a precariedade na formação e capacitação de recursos humanos e, por extensão, de geradores de conhecimentos para setores produtivos.

Já se constatou que o Estado da Bahia não tem uma política de desconcentração espacial de sua economia. Em decorrência, verifica ampla pobreza, ao menos em dois terços do território baiano. Segundo Alcoforado (2007, p. 61), o desenvolvimento econômico endógeno ou local deveria ter sido disseminado por todo o Estado da Bahia, com a ampliação do estoque de capital social nas comunidades, fortalecendo a auto-organização social, estimulando a prática de parcerias na solução colaborativa de problemas comuns e promovendo a participação e abertura ao diálogo com os diversos integrantes das comunidades regionais, bem como se apoiando na criação de redes de micros, pequenas e médias empresas.

O Estado da Bahia, conforme indica o índice Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) – (IFDM) de Desenvolvimento Municipal – ocupa o 20º lugar no país em saúde, educação e emprego. Segundo o economista Osmar Sepúlveda (2010, p. B2), os indicadores sociais do Estado irão evoluir apenas quando os olhos se voltarem para o Semiárido, região que ocupa dois terços do território baiano e abriga quase metade de sua população. Diz ainda Sepúlveda (2010, p. B2, grifo nosso): “[...] enquanto a Bahia não elaborar um plano de desenvolvimento para o Semiárido, *vamos continuar com baixos indicadores, malgrado suas imensas potencialidades e condições para serem dinamizadas*”.

Também o que confirma a observação de Sepúlveda (2010) é a ausência de estradas que liguem a cidade de Canudos a Paulo Afonso, Juazeiro e outros pólos mais desenvolvidos. Daí decorre que se retira dessa área a influência da dinâmica desses pólos, enfraquecendo a economia regional/local, e a possibilidade de se formar um eixo de desenvolvimento econômico sólido na região.

Como demonstra Alcoforado (2007, p. 73), trata-se de região caracterizada por uma atividade agropecuária de baixa produtividade, uma indústria incipiente e de atividades ligadas ao comércio e serviços, pouco desenvolvidas em comparação com outras regiões da Bahia, mesmo nela existindo ilhas de excelência de agricultura irrigada, mineração, pesca e turismo. Ainda segundo Alcoforado (2007), o Semiárido baiano tem seu sistema produtivo absolutamente defasado

em relação aos níveis de competitividades exigidos pelas necessidades impostas pela nova ordem econômica mundial. Por isso, propõe como solução desse atraso: a elevação dos índices de produtividade para equiparação com a média das demais regiões do Estado; a redução de custos, oferta de produtos diferenciados para obter preços mais elevados no mercado regional, quiçá nacional e mundial. Também advoga que o setor privado oferte, em médio e longo prazos, produtos e serviços de melhor qualidade e com mais eficiência (ALCOFORADO, 2007). A implementação desses mecanismos induziria à necessidade de uma diretriz vinculada à gestão do conhecimento, que implicaria, por sua vez, em uma coesão de forças entre os setores público e privado e ONGs na capacitação dos recursos humanos da região, como estratégia competitiva permanente. Porém, há de se considerar que, nas condições atuais do Semiárido baiano, só seria plausível tal estratégia competitiva, se a política pública de desenvolvimento alinhasse a produtividade à qualidade, a fim de assegurar a tão necessária inovação tecnológica a essa região.

Contudo, note-se que, ao examinar tanto os mapas da espacialização rodoferroviária quanto o mapa da espacialização da rede de energia elétrica, não se vê nenhuma empresa que, interessada na dinâmica do capital, se disponha a investir nessa região, por falta de infraestrutura básica. Seriam então duas as providências: uma, vinculada diretamente à integração dessa região às demais da Bahia ou ao menos à região Oeste, por meio de ferrovia e rodovia intra-regional; a outra, no sentido de dinamizar a economia local, de maneira que ela se atrelasse complementarmente, à de cidades como Alagoinhas, Barreiras, Feira de Santana, Jacobina, Juazeiro, Paulo Afonso, Senhor do Bonfim, Serrinha e outras, de raio não maior do que 500 km.

Alcoforado (2007) sugere um elenco de estratégias de desenvolvimento para essa região, dentre as quais, para Canudos e adjacências, destacam-se:

- a) Preencher os “vazios” econômicos da região atraindo investidores para o aproveitamento do potencial de recursos minerais nela existente.

- b) Integrar economicamente o Semiárido ao Oeste da Bahia, buscando o desenvolvimento de atividades econômicas comuns, como é o caso da agricultura irrigada e da agroindústria a ela associada, nas margens do Rio São Francisco.
- c) Implementar o desenvolvimento econômico local como um processo de articulação, coordenação e inserção dos empreendimentos empresariais associativos e individuais, comunitários, urbanos e rurais, a uma nova dinâmica de integração socioeconômica, de reconstrução do tecido social, de geração de oportunidades de trabalho e renda, estimulando e apoiando processos de organização socioempresariais urbanos e rurais e sua vinculação a cadeias produtivas.
- d) Aproveitar a vocação da região como espaço de trânsito de mercadorias e serviços, como vantagem competitiva, através da BR 235 e BR 410, BR 116 e BR 407, aproveitando-as como eixos indutores do desenvolvimento regional.

Sendo aparentemente Canudos uma possível área de formação de *nós* de tráfego, poder-se-ia integrar seu potencial por caminhos sinérgicos centrípetos e centrífugos, inter e intra-regionalmente. Dessa maneira, formar-se-ia, entre os pólos já citados, ligados uns aos outros, uma área dinâmica com repercussão entre todas as atividades neles desenvolvidas, como define Perroux (1967), devido aos efeitos de complementação das atividades econômicas. Convém destacar que os dois momentos de maior relevância econômica de Canudos estão ligados aos fluxos de mercadorias e pouso que se estabeleceram por lá no século XVI, com os Garcias D'Ávilas, seus boiadeiros e boiadas, no XVII e, depois, no século XIX, com Antônio Conselheiro e seus adeptos.

Diante de tais premissas, algumas perguntas são pertinentes:

- a) Qual o aproveitamento hídrico do Açude de Cocorobó que seria mais interessante para o desenvolvimento econômico e social da região de Canudos?

- b) É possível potencializar o uso das fontes de energia renováveis (solar, eólica e biomassa), a partir do Açude de Cocorobó, ainda pouco aproveitadas na região e na Bahia?
- c) Como é possível promover o desenvolvimento de setores como energia, transporte, comunicação, segurança e saúde, instituições culturais, educacionais e de outros serviços sociais?
- d) De que maneira se pode requalificar o Açude de Cocorobó para impedir a sua salinização, dando-lhe outras perspectivas de uso, além da agricultura irrigada?
- e) Como desenvolver ações que impeçam a extensão da vulnerabilidade da caatinga quanto à desertificação, na região de Canudos?

Muitas soluções poderiam ser apontadas, algumas de interesse do capitalismo, outras da sociedade local e, por certo, outras de interesse do Estado. Entretanto, caberia verificar qual a mais viável e que atenderia a maior parte dos segmentos interessados com mais conforto. Ribeiro (1997), Neiva (2001), Azevêdo (2009), Spínola (2006), Oliveira (2010) e outros já apontam caminhos; todavia há de se fazer consultas *in loco* para se extrair a tendência maior e melhor para o deslinde da questão. Seguem algumas sugestões, tomando-se como base modelos pesquisados, a partir do que motivou a elaboração do presente artigo.

Oliveira (2010, p. 2) sublinha que há, ainda, extraordinário potencial energético no Semiárido, com quatro importantes hidrelétricas⁸ e uma de pequeno porte⁹. Nesta região há manchas de excelência de insolação que poderiam substituir as fontes fósseis de energia: “[...] podemos dizer, portanto, que a energia que sustenta a civilização do petróleo equivale à obtida em um dia de energia solar”. (RIBEIRO, 1997, p. 15). Deve-se levar em conta, ainda, que os recursos naturais,

8 Paulo Afonso, Sobradinho, Três Marias e Xingó.

9 Pedra do Cavallo.

apesar de importantes, não são pré-condição para o desenvolvimento, o que é reconhecido, inclusive, por muitos economistas neoliberais.

Oliveira (2010) descreve a região do Semiárido baiano como propícia para muitas atividades agropecuárias, a seguir exemplificadas.

- a. A produção de fibras vegetais: o caroá (que fez parte da economia nordestina até 1940); o algodão (com destaque para a Bahia), cuja variedade considerada de melhor qualidade, conhecida como mocó, tem se mostrado mais apropriada para regiões de baixa pluviosidade; o sisal, considerado o ouro verde em época remota, é outra cultura típica do Semiárido: além da fibra, o sisal pode oferecer ração para ruminantes, compósitos para a indústria automotiva e para a construção civil, briquetes para produção de bioenergia, bioinseticida e biofertilizante.
- b. Piscicultura: ao contrário do que possa parecer, o clima seco, de baixa pluviosidade e de alta evaporação, é favorável à piscicultura; parte considerável da produção pesqueira continental brasileira sai do Semiárido.
- c. Caprinocultura: as condições climáticas são apropriadas para a criação de caprinos; apesar disso, a participação brasileira é menos de 2% da produção mundial, cuja liderança pertence a países africanos e asiáticos.
- d. Encontra-se no Semiárido grande parte das culturas oleaginosas nacionais (mamona, soja, girassol e outras), sendo que, no caso da mamona, a Bahia responde por 90% da produção. Esta é uma cultura agrícola nativa que pode ser explorada com base nos recursos hídricos do Açude de Cocorobó e das extensas terras locais para a produção de biomassa.

Caracteriza-se fisiograficamente a área do Semiárido baiano como: correspondente a 40% do território do Nordeste brasileiro (393.056,1 km²); abrange 69,7% do território estadual, com 268 municípios (de um total de 417); detém uma população (2008) de 6,5 milhões de pessoas (49,4% da população do Estado); sua participação

no PIB estadual caiu de 26,9% para 26,3%, entre 2002 e 2005 (FREITAS, 2008), com o agravante de que 50% estão concentrados em 17 municípios. É nessa região que estão os piores indicadores sociais do Estado, como se pode ler no Quadro 1.

| Município | Fonte | Indicador | Índices | Ranking |
|------------------|--------------|---|----------------|----------------|
| CANUDOS | SEI | Índice de Desenvolvimento Econômico | 4.987,97 | 289 |
| | | Índice de Desenvolvimento Social | 4.992,44 | 183 |
| | | Índice de Infraestrutura | 4.986,51 | 317 |
| | | Índice de Produto Municipal | 4.985,03 | 248 |
| | | Índice de Qualificação de Mão-de-Obra | 4.992,37 | 227 |
| | | Índice de Renda Média dos Chefes de Família | 4.974,73 | 208 |
| | | Índice do Nível de Educação | 4.984,68 | 223 |
| | | Índice do Nível de Saúde | 4.014,9 | 142 |
| | | Índice dos Serviços Básicos | 4.995,53 | 184 |

Quadro 1 – SEI – Indicadores socioeconômicos do município de Canudos

Fonte: SEI, 2000.

Nota: Elaboração própria, 2010.

Da leitura do Quadro 1, evidencia-se uma profunda fragilidade desse município no que concerne a seus indicadores sociais e econômicos, se comparados aos dos demais municípios do estado da Bahia (total de 417). Canudos sempre aparece em um patamar distante dos melhores indicadores, na medida em que se encontra sempre acima do centésimo quadragésimo lugar do ranking, o que se agrava quando se sabe que o Estado da Bahia é uma das unidades da Federação brasileira com os piores indicadores de pobreza, situação que se observa quando a Bahia é comparada aos demais Estados da Região Nordeste, sendo a segunda mais pobre do Brasil.

Também a leitura da Coluna 4 do Quadro 1 corrobora a interpretação de que Canudos e seus principais vizinhos correspondem a um bolsão de pobreza acentuada, pois os seus índices sempre estão próximos do limite superior que é 5.000 pontos, na escala da metodologia utilizada pela SEI. Isto, se for compará-los com os índices de Canudos e de seus vizinhos e estes com os demais municípios do Estado da Bahia.

O município de Canudos está localizado na Região de Planejamento Nordeste do Estado da Bahia, limitando-se a leste com o município de Jeremoabo, ao sul com Euclides da Cunha, a oeste com Monte Santo e Uauá e ao norte com Chorrochó e Macururé. Faz parte, como os demais municípios, considerando a grandeza dos escores dos índices de desenvolvimento social obtidos, da região menos desenvolvida da Bahia (ALCOFORADO, 2007, p. 99).

Percebe-se, convergentemente ao que aponta Oliveira (2010, p. 2), que, tanto as 17 cidades onde se concentram mais de 70% do PIB do Estado¹⁰, por ele identificadas, quanto Canudos e suas cidades vizinhas localizadas no território do Semiárido baiano, onde o PIB é quase insignificante em relação ao do Estado, representam um conjunto de centros urbanos pouco integrados e bastante hierarquizados.

¹⁰ Concentram-se nas zonas litorâneas, do Recôncavo, do oeste e transição entre o Cerrado e a caatinga: Salvador, Camaçari, Candeias, Lauro de Freitas, São Francisco do Conde, Feira de Santana, Simões Filho, Alagoinhas, Barreiras, Juazeiro, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna, Paulo Afonso, Luís Eduardo Magalhães, Eunapólis, Santo Antônio de Jesus.

Constata-se, ainda, que as cidades com os melhores níveis de vida e/ou indicadores sociais e econômicos, dentro da hierarquia urbana, estão localizadas no entorno de Salvador e ao longo da BR 116 e da BR 101, em direção ao sul do Estado; já as que apresentam os de níveis mais inferiores estão localizadas, em sua maioria, no Semiárido baiano.

Considerados tais indicadores empíricos dramáticos, pode-se inferir que o desafio governamental para essa região é o de implantar, com urgência, políticas territoriais visando a diminuir a distância hierárquica entre as cidades estratégicas e, ao mesmo tempo, diminuir as desigualdades locais e regionais verificadas entre o litoral e o interior baiano. Contudo, a questão fundamental é:

- a) Como fazer isso? E que formato de política territorial deve ser implantada objetivando alcançar estes objetivos?

Dessa maneira, compreende-se que o desenvolvimento regional só será possível se houver políticas públicas capazes de, concomitantemente, gerar, proporcionalmente, em dada localidade, desenvolvimento econômico e social.

A exploração do potencial hídrico do Açude de Cocorobó, por exemplo, de maneira sustentável, seria para Canudos necessária e viável, desde que seja feita obedecendo às quatro dimensões essenciais da responsabilidade ecossistêmica, instituída a partir da ECO-92, conforme enfatiza a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento de 1992 e o Princípio 10 do documento desse evento.

Conclusão

Ficou evidente, e mesmo salta aos olhos, no curso da elaboração deste artigo, que o caminho exequível para a solução do drama do Semiárido (e não é excessivo considerá-lo com ingredientes de tragédia social), passa pela capacidade de o governo do Estado da Bahia –

por meio de uma instância própria direcionada especificamente para o desenvolvimento regional e urbano dessa região – de envolver as universidades, a exemplo da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e da Universidade Salvador (Unifacs), no contexto reparador, assim como a população local.

É fato que o grau de organização ou de entropia de Canudos depende da implementação contínua de políticas públicas específicas em educação, como se recomenda, com a existência de uma instância que seria responsável por um fundo, preferencialmente, financiado pelo Banco Mundial, com metas estipuladas por meio de controles público e privado, como os estabelecidos para o desenvolvimento das regiões deprimidas de Portugal no início de 1997, como refere e analisa Figueiredo (2002).

A reflexão crítica, que é parte essencial do presente texto, permite-nos por fim considerar que o que se entende por “vontade política” na vida brasileira tem sido, e não raro, o adiamento da solução dos problemas fundamentais. Não é o caso de se perguntar se tem faltado visão de estadista a nossos governantes, o que escaparia aos limites deste trabalho. Entretanto, e mantendo o foco do drama humano que é o de Canudos e sua região, cabe a advertência: seria eticamente intolerável fazer dessa “vontade política” o exercício, mais uma vez, das viciadas e velhas medidas de assistencialismo, cujos dividendos populistas são tão conhecidos. Com o que permaneceria intocado o contexto estrutural de atraso e indignância do município em questão e seu entorno.

Referências

ALCOFORADO, Fernando. **Bahia**: desenvolvimento do século XVI ao século XX e objetivos estratégicos na era contemporânea. Salvador: EGBA, 2007.

AZEVEDO, Antônio José Batista de. **Desenvolvimento regional e turismo de base local**: o caso do Parque Estadual de Canudos. 2009.

Dissertação (Mestrado em Análise Regional) – Universidade Salvador – UNIFACS, Salvador, 2009.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **A construção da universidade baiana**: origens, missões e afrodescendência. Salvador: Edufba, 2009.

BARQUERO, Antonio Vázquez. La política de desarrollo económico local en Europa. In: GUTIÉRREZ, Fermin Rodriguez (Org.). **Manual de desarrollo local**. España: Ediciones TREA, S.L., 1999.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BORJA, Jordi. A participação cidadina. **Rev. Espaço e Debate Poder Local**, São Paulo, n. 24, 1988.

BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 31, p. 2-3, 1980.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 37. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. (Coleção Saraiva de Legislação).

BUARQUE, S. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Recife: IICA, 1999.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CNUMAD. **Agenda 21 1992**. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978. (Coleção Educação em Questão).

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**: noções de política social participativa. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

DOWBOR, Ladislau. **A reprodução social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

FIGUEIREDO, Antônio Manoel. As políticas e o planejamento do desenvolvimento regional. In: COSTA, José Silva. **Compêndio de economia regional**. Coimbra: APDR – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, 2002.

FONSECA, Antônio Ângelo Martins da; SILVA, Ozana Rebouças. O processo de emancipação institucional dos municípios de baianos de Barrocas e Luis Eduardo Magalhães. In: MENEZES, Ana Maria Ferreira (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento regional**. Salvador: Eduneb, 2010.

FREITAS, Nacelice B. et al. Semiárido baiano: dinâmica territorial, turismo e desenvolvimento regional. **Bahia – Análise & Dados**, Salvador, v. 18, n. 2, p. 252, jul./set. 2008.

FUKUYAMA, F. **The great disruption**: human nature and the reconstitution of social order. New York: Free Press, 1999.

GAROFOLI, Gioacchino. Os sistemas de pequenas empresas. In: BENKO G.; LIPIETZ, A. (Org.). **As regiões ganhadoras**: distritos e redes: os novos paradigmas da Geografia econômica. Oeiras: Celta, 1994.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2006.

HANIFAN, Linda J. The rural school community center. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, Philadelphia, n. 67, p. 130-138, 1916.

HOLANDA, Nilson. **Planejamento e projetos**: uma introdução às técnicas de planejamento e de elaboração de projetos. Rio de Janeiro: UFC, 1983.

HUNOUT, Patrick; DIDIER, Le Gall; BRENT, Shea. The destruction of society – challenging the ‘modern’ tryptique: individualism, hedonism, consumerism. **The International Scope Review**, v. 5,

n. 9, 2003. Disponível em: <http://www.rachel.org/files/document/The_Destruction_of_Society_-_Challenging_th_2.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2011.

MULS, Leonardo Marco. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de espaço social e a importância da formação entre organismos e instituições locais. **Economia**, Brasília (DF), v. 9, n. 1, p. 1-21, jan./abr. 2008.

LUSTOSA, P. H. Desenvolvimento local sustentável e clientelismo. **Revista Canudos**, Salvador, v. 5, n. 1, jun. 2001.

MACEDO, Nertam. **Memorial de Vilanova**. Rio de Janeiro: Renes, 1983.

MADEIRA, Afonso Celso Magalhães. Educação superior, Semi-árido baiano e desenvolvimento regional: uma visão possível. **Cadernos de Análise Regional**, Salvador, ano 9, v. 5, n. 1, nov. 2006.

MAILLAT, Denis. Globalização, meio inovador e sistemas territoriais de produção. **Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 3, n. 4, p. 9-16, mar. 2002.

MAIÓ, Erickson de Almeida. **Canudos: a trama político-religiosa e os militares**. Salvador: Ponto & Vírgula. 2009.

MENEZES, Ana Maria Ferreira. Desenvolvimento local e seu financiamento: a questão espacial do ISS. In: _____ (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento regional**. Salvador: Eduneb, 2010a.

_____ (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento regional**. Salvador: Eduneb, 2010b.

NEIVA, Luiz Paulo Almeida. Metodologia de planejamento do desenvolvimento local, integrado e sustentável – DLIS: experiência de Santa Brígida-Bahia. **Revista Canudos**, Salvador, v. 5, n. 1, jun. 2001.

OLIVEIRA, Ildes Ferreira de. Riqueza e pobreza no Semiárido: o binômio necessário. **Boletim Informativo Eletrônico**, Salvador, Instituto de Pesquisas Sociais, v. 3, n. 8, set. 2010.

PONTES, Hélio. **Educação para o desenvolvimento**: estudo crítico da administração educacional no Brasil. São Paulo: Nacional, 1969. (Coleção Cultura, Sociedade e Educação).

PERROUX, François. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

PESSOTI, Bruno Casseb; PESSOTI, Gustavo Casseb. A indissociável relação entre indústria, desenvolvimento econômico e políticas industriais no Brasil. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 1, n. 1, nov. 1998.

PUTNAM, Robert. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, p. 65-78, jan. 1995.

RIBEIRO, Manoel Bonfim. **Projetos produtivos e estruturantes para Canudos**: contribuição ao plano de desenvolvimento municipal sustentável de Canudos. Salvador: CEEC, 1997.

ROSEINSTEIN-RODAN, P. N. Problemas de industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. São Paulo: Forense, 1961.

SANTOS, Adenilson Rosa dos. Desenvolvimento local: mito ou realidade?: o caso do pólo de confecções de Jequié/BA. **Cadernos de Análise Regional**, Salvador, ano 9, v. 5, n. 1, nov. 2006.

SANTOS, Luiz Carlos dos. Políticas públicas: o princípio da igualdade jurídica como suporte na adoção de ações afirmativas. In: MENEZES, Ana Maria Ferreira (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento regional**. Salvador: Eduneb, 2010.

SANTOS, Milton. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1994. (Geografia: Teoria e Realidade, 30).

SASAKI, Karen. Considerações sobre a teoria clássica da localização na economia regional. **Cadernos de Análise Regional**, Salvador, ano 9, v. 5, n. 1, nov. 2006.

SEPULVEDA, Osmar. Indicadores sociais mostram Bahia entre a miséria e o desenvolvimento. **A Tarde**, Salvador, 26 set. 2010. Caderno Economia, p. B2.

SILVA, Roque Pereira da. O direito ambiental ante a ordem constitucional brasileira: interesse dos brasileiros e da comunidade internacional. In: MENEZES, Ana Maria Ferreira (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento regional**. Salvador: Eduneb, 2010.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e; SILVA, Barbara-Christine Nentwig; SILVA, Maina Pirajá. Organização social e indicadores socioeconômicos no Brasil: um estudo exploratório. **Cad. CRH** [online], v. 22, n. 57, p. 617-633, 2009.

SPÍNOLA, Noélio Dantaslê. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Salvador – Unifacs, Salvador, 2003.

_____. **Notas de aula**. Salvador: Unifacs, 24 maio 2006.

_____. **A implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia**. Salvador: Unifacs, 2008.

_____. **A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX**. Salvador: Unifacs, 2009.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

STORPER, M. Territories, flows, and hierarchies in the global economy. In: COX, K. (Org.). **Spaces of globalization, reasserting the power of the local**. New York: Guilford, 1997.

THOREAU, Henry David. **A desobediência civil**. 1848. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.pro.br/desobedienciacivil.htm>>. Acesso em: 11 set. 2010.

VELASCO, Miriam Nohemy M. **Apontamentos de aulas teóricas-práticas constituídos durante o curso da disciplina Políticas Públicas do Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional, do DCH-I/ UNEB**. Salvador: DCH-I/UNEB, 2007.

Educação e mobilidade profissional na diáspora atlântica

Maria Gonçalves Conceição Santos
Dr^a em Geografia pela Universidade de Coimbra
mgsantos1962@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste artigo consiste na reflexão sobre até que ponto a escolaridade influencia na mobilidade profissional ascendente, para os trabalhadores brasileiros, na Região Centro de Portugal. A pesquisa foi realizada no período compreendido entre junho de 2003 a janeiro de 2006. Adotou-se como delimitação geográfica da área de estudo, os distritos de Coimbra, Aveiro e Leiria para o desenvolvimento da investigação. Isso porque os distritos analisados constituíram, no século XX, áreas de saída de portugueses para o Brasil e, atualmente, áreas de acolhimento de muitos brasileiros. Nessa trajetória, foram identificados alguns filhos de emigrantes portugueses oriundos do distrito de Coimbra e Leiria, com destino ao Brasil, em épocas passadas e que, atualmente, retornam a essa região para o desenvolvimento de uma atividade econômica. Isso reforça a escolha da Região Centro, visto que é carente de pesquisas sobre a relação escolaridade e mobilidade profissional, no processo migratório, de brasileiros e brasileiras. A leitura de autores clássicos e contemporâneos, a pesquisa de campo, a avaliação qualitativa e quantitativa e a utilização do geoprocessamento, como recurso técnico de aproximação da realidade, foram importantes para o entendimento da questão. Como resultado, a pesquisa identificou que, no atual momento, os empregos destinados aos imigrantes são aqueles relacionados ao mercado segmentado do trabalho, nomeadamente no setor secundário e que, nem sempre, a mobilidade profissional é ascendente para os trabalhadores brasileiros com nível de instrução superior.

Palavras-chave: Educação. Migração brasileira. Mobilidade. Portugal. Mundo do trabalho.

Education and professional mobility in the atlantic diaspora

Abstract

The aim of this paper is a reflection on the extent to which schooling influence on upward mobility, for Brazilian workers in Portugal. The survey was conducted during the period from June 2003 to January 2006. Adopted as the geographical boundaries of the study area, the districts of Coimbra, Aveiro and Leiria to the development of research. This is because the districts analyzed constituted, in the twentieth century, exits from Portugal to Brazil and currently host areas of many Brazilians. In this path, we identified some children of Portuguese emigrants coming from the district of Coimbra and Porto, with the target to Brazil in the past and that currently return to that region for the development of economic activity. This reinforces the choice of the Central Region, as it is lacking in research on the relationship between schooling and mobility, the migration process, the Brazilians. The reading of classic and contemporary authors, the field research, the qualitative and quantitative assessment and the use of GIS, as a technical resource to move closer to reality, were important for understanding the question. As a result, the survey showed that, at this moment, jobs for migrants are those related to the targeted market to work, particularly in the secondary sector and, not always, the mobility is upward for Brazilian workers with education beyond.

Key words: Education. Brazilian migration. Mobility. Portugal. World of work

O presente trabalho é resultado da pesquisa desenvolvida sobre a inserção de trabalhadores brasileiros na Região Centro de Portugal e concluída no ano de 2008. O objetivo deste artigo consiste na reflexão de um aspecto identificado no transcórre da pesquisa: até que ponto a escolaridade influencia na mobilidade profissional ascendente para os trabalhadores brasileiros, em Portugal. Os distritos de Coimbra, Aveiro e Leiria foram selecionados para o desenvolvimento da investigação. Isso porque os distritos analisados constituíram, no século XX, áreas de saída de portugueses para o Brasil e, atualmente, áreas de acolhimento de muitos brasileiros.

Mesmo entendendo que o termo qualificação é polissêmico e requer ponderações, alguns estudiosos afirmam que esse constitui uma

condição básica para a inserção do imigrante brasileiro, no mundo do trabalho. A teoria do capital humano atribui à educação condição precípua na seleção dos trabalhadores e adaptação deles ao país de acolhimento, Böhning (1983). A educação constitui um requisito fundamental para a inserção no mundo do trabalho. Porém, atualmente, não é definidor de uma mobilidade ascendente, uma vez que, nos países de acolhimento da população imigrante, o desemprego tem atingido a população com escolaridade elevada.

Em Portugal, por exemplo, a redução dos postos de trabalho atinge sobretudo a população com nível superior. Os empregos destinados aos imigrantes são aqueles relacionados ao mercado segmentado do trabalho, nomeadamente no setor secundário, conforme Piore (1979) e Portes (1999). Alguns elementos foram considerados importantes na ampliação do fluxo emigratório de brasileiros em direção à região Centro de Portugal, a exemplo das oportunidades de emprego e de acesso a um conjunto de bens e serviços – saneamento, educação, saúde, habitação, salário mensal, tranquilidade social, entre outros.

A pesquisa identificou que, no atual momento, os empregos destinados aos imigrantes são aqueles relacionados ao mercado segmentado do trabalho, nomeadamente no setor secundário e que, nem sempre, a mobilidade profissional é ascendente para os trabalhadores brasileiros com nível de instrução superior. Para o entendimento da questão, neste artigo, far-se-á uma discussão acerca do papel da educação no processo migratório e a relação entre escolaridade e mobilidade profissional de brasileiros, na Região Centro de Portugal.

Uma reflexão sobre educação e mundo do trabalho

Os movimentos migratórios são antigos e constituídos de interesse, não só individual como também coletivo. No caso específico do Brasil, desde o século XVI, o país vem sendo construído a partir da contribuição de vários povos: indígenas, portugueses, angolanos, caboverdianos, guineenses, espanhóis e holandeses, entre outros.

A interação de variadas culturas continua presente na paisagem, na gastronomia, nos ritmos e nas danças desse imenso país. Até a metade da década de 1950, o Brasil se caracterizava como um país anfitrião de indivíduos oriundos da Europa, África e da Ásia. Foi a partir de 1980 que os brasileiros se engajaram no movimento internacional de trabalhadores (SALES, 2005).

A década de 1980 caracteriza-se pelo aprofundamento da crise do sistema capitalista, o que estimulou o aparecimento de alguns movimentos sociais pela democratização e pela revalorização da relação educação e economia, ao reforçar que, com o processo de globalização, as instituições escolares deveriam voltar-se para a competitividade. Seguindo essa lógica, a escola ocupou um espaço importante na integração econômica da força de trabalho, cujo investimento em educação, defendido pelos adeptos da Teoria do Capital Humano, destaca-se como ponto central para a melhoria da qualificação profissional e aquisição de emprego. A ênfase atribuída à educação levou Gary Becker, em 1964, a publicar um livro sobre a Teoria do Capital Humano e Theodoro W. Schultz, em 1971, a publicar o livro *Investimento em Capital Humano*. Chama-se atenção para o fato de que, desde o século XVIII, o conceito de capital humano já era conhecido por Adam Smith e outros economistas da época. Porém, a teoria econômica do capital humano só foi estudada mais profundamente a partir do século XX.

O aprimoramento do capital humano acontece mediante o investimento em educação, fundamental para o processo econômico de qualquer país, ao repercutir na melhoria das condições de vida e na produtividade do trabalho (SCHULTZ, 1973). Alguns autores consideram que esta tese reafirma o pensamento da classe dominante ao pensar a escola como um aparelho ideológico do Estado, conforme Shaffer (apud SCHULTZ, op. cit.) e Sanchis (1997). Na realidade, trata-se de uma questão muito complexa, uma vez que outras variáveis, a exemplo da dimensão cultural, política e do enfraquecimento do Estado-Nação, devem ser consideradas. Faz-se necessário ter certa cautela quanto à “solução mágica” da qualificação para a inserção no mundo do trabalho, uma vez que os estudos apontam para o crescimento

do número de pessoas desempregadas com o nível superior completo, nas áreas mais industrializadas do mundo (SANTOS, 2003).

Sob essa perspectiva, corre-se um risco muito grande conceber o homem enquanto capital. A análise do território não deve ser avaliada apenas pelo viés economicista. A dimensão humana, os valores culturais, a estabilidade dos mercados, a oferta de empregos e demais realidades são essenciais no entendimento da relação educação e mundo do trabalho, sobretudo quando se trata de uma migração internacional de trabalhadores. Nesse sentido, a teoria do capital humano superestima o valor econômico da educação, entretanto, considera importante a aplicação dessa teoria, uma vez que existe uma correlação entre escolaridade e ganhos salariais, (AQUINO, 2001, p. 22).

Por essa via de pensamento, num mundo essencialmente dominado pelo economicismo, homens e mulheres são considerados uns “recursos“, cujo rendimento deve ser satisfatório, do mesmo modo que as ferramentas, os equipamentos e a matéria-prima. Reconhece-se a importância da educação no desenvolvimento social, porém, no momento atual, ela por si só não garante o acesso e nem a satisfação no emprego, que propicie a redução da pobreza e a construção da cidadania.

Sob essa ótica, “[...] a teoria do capital humano fracassou” (SANCHIS, 1997, p. 212). Para reforçar essa assertiva, o autor esclarece que o desemprego de pessoas com titulação antecede à crise econômica. Cita o exemplo dos Estados Unidos que, nos anos de 1950, quando foi divulgada a ideia de desenvolvimento relacionado à educação, levou dez anos para a inserção de cerca da metade dos jovens no curso superior. Após a conclusão do curso, muitos deles tiveram dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Faziam parte daquela realidade de graduados dirigindo táxis, recebendo auxílio-desemprego ou vivendo da assistência do Estado. Essa situação apresenta algumas semelhanças com o que se passa, atualmente, em Portugal, com muitos licenciados no desemprego e recebendo subsídios do governo, ou ocupando atividades de motorista de ônibus e caixas de supermercados, entre outras.

Em alguns países da Europa, muitos desempregados com nível de escolaridade superior não aceitam trabalhar em outra área que não

seja a da sua formação escolar. No caso de Portugal, já é perceptível essa situação, no entanto, existem casos de licenciados que, para “fugir” do desemprego, aceitam trabalhar nos caixas das grandes e médias superfícies, como motorista de ônibus, taxista, dentre outras profissões.

No caso do Brasil, regionalmente, a escolarização da população ocupa uma posição diferenciada. No âmbito geral, 32,5% da população têm acima de dez anos de estudos. A figura abaixo revela que desses a maior parte encontra-se nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. A região Nordeste é a que tem o maior número de pessoas com menos de um ano de estudo (Figura 1).

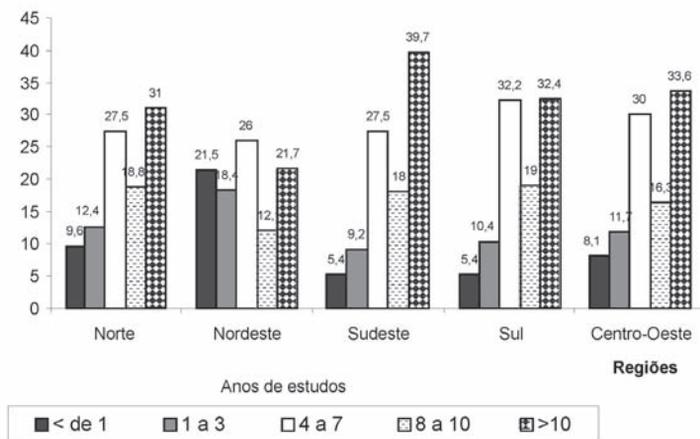


Figura 1 – Anos de estudos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, Brasil e regiões

Fonte: IBGE/DIEESE/PNAD, 2003.

Quanto aos imigrantes brasileiros na Região Centro de Portugal, a Figura 2 evidencia a relação escolaridade e faixa etária da população inquirida.

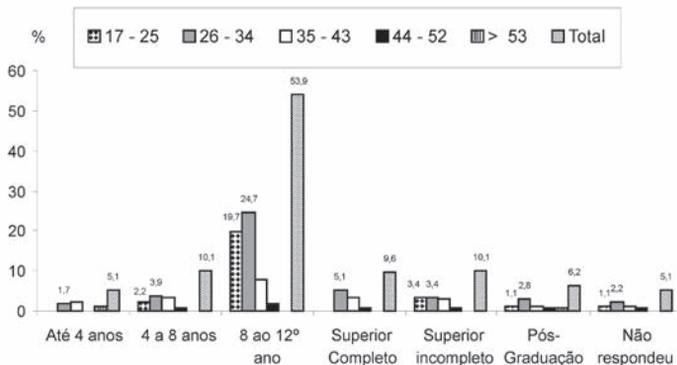


Figura 2 – Escolaridade e faixa etária de brasileiros na Região Centro
 Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

O gráfico retrata que a escolaridade predominante dos trabalhadores brasileiros pesquisados é de 8 a 12 anos de estudos, com 53,9%, o equivalente ao ensino médio. Em relação à idade, 43,8% encontram-se na faixa etária de 26 a 34 anos, o que equivale à maioria dos inquiridos nessa região. A esse, caso se junte o percentual dos inquiridos na faixa etária de 17 a 25 anos, os valores atingem 71,3%, o que corresponde à faixa etária economicamente jovem e com muita disposição para se submeter a uma migração internacional.

Ao continuar a análise dos dados de escolaridade, percebe-se que, em segundo lugar, destacam-se os que têm o curso superior completo e pós-graduação, com 15,8%. Em terceiro lugar, os que têm até 8 anos de estudo, com 15,2% e, por último, os que têm o curso superior incompleto, destacando-se com 10,1% dos inquiridos na Região Centro de Portugal (Quadro 1).

| Anos de estudos | Percentual | Validação | Cumulativo (%) |
|------------------------|-------------------|------------------|-----------------------|
| Até 4 anos | 5,1 | 5,1 | 5,1 |
| 4 a 8 anos | 10,1 | 10,1 | 15,2 |
| 8 ao 12 anos | 53,9 | 53,9 | 69,1 |
| Superior Completo | 9,6 | 9,6 | 78,7 |
| S. Incompleto | 10,1 | 10,1 | 88,8 |
| Pós-graduação | 6,2 | 6,2 | 94,9 |
| Não respondeu | 5,1 | 5,1 | 100,0 |
| Total | 100,00 | 100,00 | |

Quadro 1 – Frequência escolar dos inquiridos (%)

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Ao buscar entender melhor a realidade estudada no contexto português, o trabalho desenvolvido pela Casa do Brasil aponta algumas evidências de pesquisas que se aproximam da realidade estudada, na Região Centro de Portugal. A Figura 3 mostra que a maioria dos brasileiros inquiridos em Lisboa e Setúbal tem o 2º Grau Completo e está na faixa etária de 25 a 34 anos. Em seguida, têm destaque aqueles com o 1º grau incompleto, atingindo 17,3% (CASA DO BRASIL, 2003). A análise das duas realidades, brasileiros na Região Centro e na Área Metropolitana de Lisboa, evidencia que as respostas dos inquiridos, quanto a tais variáveis, seguem a mesma lógica. Isso reforça a ideia de que a faixa etária jovem e a escolaridade média estão na base da migração de trabalhadores brasileiros em direção a Portugal.

As dinâmicas territoriais nos países centrais¹ têm evidenciado por um lado, a automação do trabalho, o crescimento da indústria de serviços, a ampliação do trabalho feminino, o envelhecimento da população, a redução da natalidade e, por outro, o desemprego estrutural, deslocação geográfica das plantas industriais, a transferência de empresas e as mudanças nas relações de trabalho.

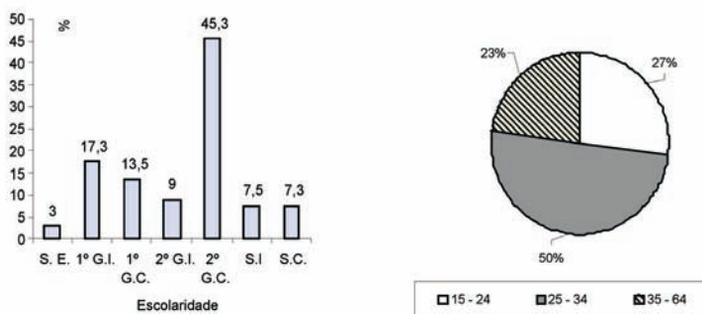


Figura 3 – Escolaridade e faixa etária de brasileiros inquiridos em Lisboa e Setúbal

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados da Casa do Brasil, 2003.

Nota: SE – Sem escolaridade; SI – Superior Incompleto; SC – Superior Completo; GI – Grau Incompleto; GC – Grau Completo.

A ciência e a pesquisa tornaram-se a força propulsora da economia, gerando novas tecnologias e ampliação da riqueza material. Nos países que estão na periferia do capital, a automação, a ampliação dos monopólios e o enfraquecimento do Estado-nação têm concorrido para a concentração de riqueza e aumento da pobreza. Particularmente, é bom salientar a existência de muitos países que ainda vivem no limiar da pobreza, passando por problemas sérios de sobrevivência, porque estão à margem do desenvolvimento técnico-científico.

¹ Diante da dificuldade de encontrar uma terminologia que caracterize a situação dos países na economia-mundo, adotar-se-á a classificação de países centrais, periféricos e semiperiféricos. Essa distinção visa situar os países em relação ao capitalismo internacional e ao investimento em ciência e tecnologia.

Dessa forma, faz-se necessário reforçar a importância de desenvolver uma consciência solidária entre os povos, como forma de reverter os desequilíbrios sociais e econômicos. A promoção da educação na construção da cidadania, a fim de ultrapassar a visão mercadológica, deve ter como prioridade a formação mais integrada, com respeito às culturas e às experiências dos diferentes povos.

Ao analisar as variáveis propulsoras, conclui-se que a origem das migrações internacionais de trabalhadores brasileiros é muito complexa e envolve outras variáveis que não seja apenas a econômica. Não constitui uma simples ação de causa e efeito correlacionada com a pobreza da população. Conforme salienta Castles (2005), a emigração das áreas mais pobres pode ser extremamente rara, uma vez que as pessoas não dispõem do capital econômico e nem do capital cultural, necessários para o conhecimento das oportunidades de trabalho no país receptor. Sabe-se que o capital é importante, no entanto, isoladamente, não é definidor de mobilidades territoriais. Faz-se necessário correlacionar a formação educacional, o conhecimento dos lugares e as redes sociais no entendimento das mobilidades profissionais.

Mobilidades profissionais e escolarização

Nas migrações internacionais, a inserção dos trabalhadores brasileiros no mercado de trabalho, com contrato válido, é de grande importância para a integração dos imigrantes e o seu posicionamento na sociedade de acolhimento. Esse poderá ter uma mobilidade profissional ascendente ou descendente, a depender da estrutura social e econômica da cidade de imigração. Assim, no processo de inclusão dessa comunidade, algumas variáveis são consideradas importantes, com as quais serão elencadas as principais.

A primeira constitui o desenvolvimento econômico e social do lugar. As transformações verificadas nos distritos de Coimbra, Aveiro e Leiria, a partir de 1980, motivaram o fluxo de brasileiros, entre outros

imigrantes, para esses destinos. Embora os distritos analisados não apresentem uma base econômica bastante diversificada, exceto Leiria, o envelhecimento da população e o florescimento do setor de serviços contribuem para a atração de trabalhadores imigrantes.

A segunda refere-se à carência de mão-de-obra em algumas áreas de desenvolvimento no país de acolhimento. A ajuda comunitária da União Europeia contribuiu para a melhoria da qualidade de vida nessa região. Nos distritos estudados, os incentivos da União Europeia promoveram uma dinâmica nas obras de construção e pavimentação de estradas, construções de restaurantes, hotéis, bares, indústrias, entre outras, o que permitiu o florescimento de empregos, que muitas vezes têm sido desprezados pela população autóctone. Isso concorre para o preenchimento de algumas atividades pela população brasileira, entre outros imigrantes.

A terceira refere-se à qualificação de mão-de-obra e à escolaridade como sendo importante no processo de inserção de trabalhadores. Após o 25 de Abril de 1974, o país abriu-se para equacionar algumas situações de dificuldades. Problemas como elevado índice de analfabetismo, forte emigração portuguesa e dificuldade dos meios de transporte e comunicação foram detectados como obstáculo ao desenvolvimento regional, conforme Cravidão (1992); Fonseca (1996, 2003); Baganha (2001); Baganha e Góis (1998, 1999) e Malheiros (1996, 2000). No entanto, em função desse suporte, o nível escolar da população portuguesa, que até então era muito baixo, tem aumentado nas últimas décadas, chegando ao ponto de os maiores índices de desemprego estarem relacionados aos que têm o nível superior, sobretudo os licenciados.

A partir da década de 1980, Portugal desponta para as inovações tecnológicas, o que, por sua vez, passou a atrair trabalhadores imigrantes brasileiros e outros com qualificação elevada em diversas áreas. Nessa mesma década, o fluxo migratório internacional brasileiro em direção a Portugal começa a ser delineado, enquanto fenômeno emergente. Isso decorre da crise no Brasil, construída historicamente e acentuada com

o modelo falhado de substituição de importações e da Nova Divisão Internacional do Trabalho.

Na trajetória da pesquisa, identificaram-se três realidades distintas, evidenciando os fluxos migratórios: brasileiros(as) que chegaram na década de 1980 a 1990, caracterizando a primeira vaga da imigração; os que chegaram entre 1991 a 2000 constituíram a segunda vaga de imigrante; e os que chegaram a partir de 2000 formaram a terceira vaga imigratória.

A maioria dos trabalhadores brasileiros, que chegaram até o final da década de 1980, conseguiu uma melhor integração, possui uma escolaridade elevada e foi trabalhar em áreas das estratégias territoriais de desenvolvimento português, de que são exemplos os dentistas, médicos, publicitários e designers entre outras, Machado (1997); Baganha e Góis (1998, 1999) e Baganha (2001). Esse “capital humano” é formado no país de emigração, no caso o Brasil, e transferido para o país de acolhimento, no caso, Portugal. Certamente que ambos terão benefícios desse investimento, sobretudo o de acolhimento, porque a inserção de trabalhadores brasileiros, com qualificação acima da média portuguesa, contribuiu para as mudanças percebidas, atualmente, na paisagem.

Os que chegaram na década de 1990 não tiveram incentivo governamental, mas conseguiram uma integração média, ocupando postos melhores, em relação aos que chegaram na década posterior. Os que chegaram a partir dos anos 2000 têm encontrado dificuldades para conseguir o visto de trabalho e para se integrar à sociedade, requisito importante para a permanência no lugar e para a aquisição de cidadania. A maioria dos inquiridos na investigação integra-se à terceira vaga migratória; grande parte encontra-se na condição de indocumentados, sendo constituída de pessoas de classe média que estão a trabalhar, sobretudo na restauração, nos restaurantes, no comércio e na construção civil. Um número significativo de brasileiros apresenta fortes sinais de não integração à comunidade portuguesa e sente muita vontade de retornar ao Brasil.

A quarta variável, saber ser e conviver com outras pessoas, é também importante para o êxito do processo migratório, em especial para a inserção no ambiente de trabalho. Diante da competitividade e da flexibilização da economia, não basta apenas o saber fazer; o saber ser e o saber conviver constituem indicativos relevantes para a compreensão da diversidade cultural, nos lugares de imigração. Nesse aspecto, os brasileiros, pela forma de ser e estar no mundo, afirmaram durante a investigação que se têm esforçado para viver bem com a comunidade autóctone e outras comunidades imigrantes. Os estudos de Machado (2003), Sales (1999), Santos (2005), Téchio (2006) e Vitorio (2007) evidenciam as formas de adaptação dessa comunidade.

Na análise da mobilidade profissional, a Figura 4 mostra o tipo de ocupação² desempenhado por brasileiros antes de sair do Brasil e após efetuar a migração. De acordo com a figura, percebe-se que, antes da realização da migração, ocorre a predominância dos seguintes tipos de ocupação: empregados do comércio, pessoal administrativo; estudante; profissões científicas e liberais; e construção civil. No deslocamento do país de origem ao de acolhimento, as profissões científicas, liberais e técnicas (1) tiveram uma mudança acentuada, uma vez que 13,5% ocupavam essa função no Brasil e na Região Centro de Portugal ficaram apenas 4,5%, ou seja, identificaram-se no transcorrer da pesquisa, licenciados, advogados, economistas que migraram para essa região e ocupavam posição no mercado de trabalho terciário.

2 O tipo de ocupação é com base na classificação das profissões usadas em Portugal. 1. Profissões científicas, liberais e técnicas; 2. Diretores e quadros superiores; 3. Pessoal Administrativo; 4. Empregados do comércio e similares; 5. Pessoal dos serviços de proteção e dos serviços pessoais e domésticos; 6. Agricultores e trabalhadores agrícolas; 7. Trabalhadores da Construção Civil, Indústria e Transportes; 8. Estudante.

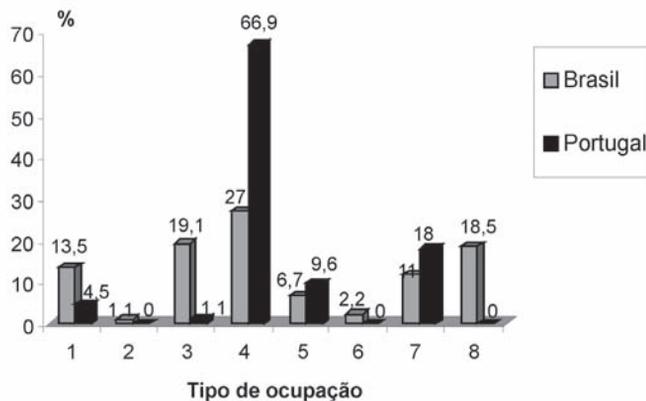


Figura 4 – Mobilidades profissionais de brasileiros
 Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

Nota-se, nessa categoria, trabalhadores com qualificações elevadas que, por falta de oportunidades no Brasil, migraram para Portugal e tiveram uma mobilidade descendente. Observa-se um subaproveitamento da experiência e, de uma certa forma, um desperdício de recursos que foram investidos. As migrações envolvem a transferência do mais valioso recurso econômico – o capital humano – de um país pobre para um país rico (CASTLES, 2005, p. 30). A família e o Estado assumem os custos com a formação intelectual do imigrante até a idade adulta e, com a emigração, o país de acolhimento se beneficiará desse investimento.

O Grupo 2 correspondente a diretores de quadros superiores, representado por 1,1% no Brasil, em Portugal não houve representação nesse grupo. Houve também uma redução brusca no tipo de ocupação ligada à administração (3); no Brasil 19,1% trabalhavam como agente administrativo e de secretaria, em Portugal, esse número desceu para 1,1%. Contrariamente, percebeu-se que, no ramo de atividades relacionadas ao comércio, o aumento foi superior a 100% em relação à função desempenhada no Brasil. É nesse Grupo 4 que os inquiridos

mais se têm inserido, desempenhando suas funções como atendentes de mesa, churrasqueiro, cozinheiro, limpeza, lavar louça, vendedor ambulante (TV Cabo, NetCabo, Cabo Visão), entre outras.

O Grupo de atividade 5 teve um pequeno aumento. Isso pode estar relacionado ao envelhecimento da população, uma vez que alguns trabalham como cuidadores de idosos. A tendência é o aumento de empregos nos serviços de proteção e dos serviços pessoais e domésticos. No Grupo 6, relacionado a trabalhos agrícolas, foram encontrados brasileiros que, no Brasil, atuavam nessa área, no entanto, na Região Centro foram trabalhar na construção civil, afirmando que o ordenado era maior.

O Grupo 7 corresponde a trabalhadores na construção civil e na indústria, os quais também tiveram um aumento acentuado. O Grupo 8, composto de estudantes no Brasil, ao chegar em Portugal desapareceu, porque tiveram que se incluir em uma atividade profissional. É compreensível essa situação, uma vez que, ao chegar ao país de acolhimento, o brasileiro para corresponder ao alto custo da migração, insere-se em alguma atividade econômica, mesmo que, para isso, tenha que ter uma mobilidade descendente.

A análise anterior conduz a afirmar que a maioria dos trabalhadores brasileiros inquiridos na Região Centro de Portugal se inclui no mercado de trabalho segmentado secundário, mais precisamente, ocupando as seguintes ocupações: lavadores de pratos, churrasqueiro, atendentes de mesa, cozinheiro, vendedores ambulantes, empregada doméstica, limpeza de edifício, pedreiros, ajudante na construção civil, entre outras. Por fim, a pesquisa identificou uma predisposição do trabalhador brasileiro para ocupar qualquer tipo de função, ao chegar a Portugal. A sua permanência nesse território depende de sua inserção no mercado de trabalho, o que nem sempre constitui a principal ocupação no país de origem.

Ao investigar a mobilidade profissional, procurou-se relacionar a escolaridade e a função desempenhada por brasileiros, no país de origem e nos distritos de Aveiro, Coimbra e Leiria, (Quadro 2).

| Anos de estudo | 1 | | 2 | | 3 | | 4 | | 5 | | 6 | | 7 | | 8 | |
|-----------------|----------|------------|----------|------------|----------|------------|----------|------------|----------|------------|----------|------------|----------|------------|----------|------------|
| | Brasil % | Portugal % |
| Até 4 anos | 0 | 0 | | 0 | | | 2,2 | 2,8 | 0,6 | 0,6 | 1,1 | 0 | 1,1 | 1,7 | | 0 |
| 4 a 8 anos | 0,6 | 0 | 0 | 0 | 0,6 | | 3,9 | 4,5 | 1,7 | 0,6 | 0,6 | 0 | 2,8 | 5,1 | 0 | 0 |
| 8 ao 12 anos | 3,4 | 2,2 | 0,6 | 0 | 12,4 | 0 | 14,6 | 36,0 | 3,4 | 5,6 | 0,6 | 0 | 6,7 | 9,6 | 12,4 | 0 |
| Sup. completo | 2,2 | 1,1 | 0,6 | 0 | 2,2 | 0 | 1,1 | 7,3 | 0,6 | 0,6 | 0 | 0 | 0,6 | 0 | 2,2 | 0 |
| Sup. incompleto | 2,8 | 0,6 | 0 | 0 | 2,8 | 0 | 2,8 | 7,3 | 0,6 | 1,7 | 0 | 0 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0 |
| Pós-Graduação | 4,5 | 0,6 | 0 | 0 | 0,6 | 0,6 | 0 | 4,5 | 0 | 0,6 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1,1 | 0 |
| Total | 13,5 | 4,5 | 1,2 | 0 | 18,6 | 0,6 | 24,6 | 62,4 | 6,9 | 9,7 | 2,3 | 0 | 11,8 | 17 | 16,3 | 0 |

Quadro 2 – Escolaridade e o tipo de ocupação desempenhada por brasileiros

Fonte: Pesquisa de campo, 2005.

A análise da relação entre tipo de ocupação e escolaridade evidencia que, no Brasil, as funções desempenhadas no campo das profissões científicas, liberais e técnicas (1) têm um índice de 13,5%, em Portugal. Esse índice cai para 4,5%, sobretudo os pós-graduados com 4,5% antes de sair do país e, em Portugal, com 0,6%. Nos Grupos 2 e 3, Diretores de Quadros Superiores e Pessoal Administrativo, poucos conseguiram inserir-se, cujo índice foi inferior a 1%. O Grupo 4 foi o de maior índice de inserção de trabalhadores brasileiros, mostrando justamente o contrário, uma vez que 24,6% ocupavam essa função no Brasil, em Portugal esse número quase triplicou. Os Grupos 5 e 7 também tiveram um pequeno aumento, já os Grupos 6 e 8 não se destacaram (Quadro 2).

Essa análise estimula a se pensar que nem sempre os brasileiros inquiridos na Região Centro de Portugal com um nível escolar maior, ensino médio e/ou ensino superior, terão uma mobilidade profissional ascendente nessa região. Mesmo os que têm o curso superior completo ou pós-graduação estão trabalhando como churrasqueiro, garçom, atendente de mesa, lavador de pratos, limpeza, entre outros. O maior percentual de trabalhadores brasileiros está atuando no Grupo 4, ou seja, no comércio. Isso reforça a análise com base na teoria do mercado de trabalho segmentado. No entanto, aqueles que, no país de origem, trabalhavam na agricultura, ao chegarem na Região Centro de Portugal foram trabalhar no comércio, construção civil, entre outras, desempenhando, muitas vezes, as mesmas funções dos que têm uma escolaridade maior. Assim, nesse caso específico, pode-se afirmar que esses conseguiram uma mobilidade profissional ascendente, importante para a melhoria da qualidade de vida.

Considerações finais

O estudo proporcionou entender, no movimento migratório, até que ponto a escolaridade influencia na ascensão profissional do trabalhador brasileiro, na Região Centro de Portugal. Essa mobilidade territorial decorre da melhoria do sistema de comunicação, como

também da desestruturação interna do capitalismo e da imposição das regras da globalização que têm proporcionado um clima de instabilidade política, social e econômica. Isso tem criado rupturas e novos “muros invisíveis”, através da nova escravidão, da prostituição, do tráfico de pessoas e de órgãos, do desemprego, subemprego e dificuldade de acesso ao visto de trabalho, dentre outros.

A maioria dos inquiridos tem concluído o ensino médio. A mobilidade profissional é variável de acordo com a escolaridade: estacionária e/ou ascendente para quem tem escolaridade até o terceiro ciclo e descendente para quem tem o nível superior e pós-graduação. Isso mostra a fragilidade da relação educação e economia, pois já é perceptível, atualmente, a existência de muitos trabalhadores portugueses desempregados, com nível superior, ocupando empregos que, há vinte e cinco anos, estavam em mãos de trabalhadores com menor qualificação e dos imigrantes. Mesmo reconhecendo a importância da formação educacional na vida de homens e mulheres, salienta-se que, por si só, a qualificação não constitui um atributo de mobilidade ascendente no mundo do trabalho, sobretudo para a população imigrante.

No caso específico da realidade estudada, os brasileiros com formação universitária que migraram para Portugal, na década de 1980, tiveram maiores oportunidades de inserção no mercado de trabalho primário, com qualificação mais elevada e melhores salários, o que difere das oportunidades no presente momento. Na atual situação, dificilmente o imigrante com uma sólida formação educacional ocupa postos de trabalhos no segmento primário das economias semiperiféricas e centrais, a não ser que seja uma área estratégica da qual o país de acolhimento esteja a necessitar.

Referências

AQUINO, Maria Sacramento. **Educação e economia**: uma abordagem sobre investimento em capital humano na Bahia. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal da Bahia, Cruz das Almas, 2001.

BAGANHA, Maria Ioannis. Unbroken links: portuguese emigration to the USA. In: **THE CAMBRIDGE survey of world migration**. Cambridge: Cambridge University, 1995. p. 91-96.

_____. A cada Sul o seu Norte: dinâmicas migratórias em Portugal In: BOAVENTURA, S. S. **Globalização, fatalidade ou utopia?** Porto: Afrontamento, 2001. p. 135-159.

_____. Imigrantes lusófonos em Portugal. **Revista da Reitoria da Universidade de Coimbra**, U.C, Coimbra, p. 52/53, jan. 2005.

_____. Política de imigração: a regulação dos fluxos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 73, p. 29-44, 2005.

_____; GÓIS, Pedro. Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 52/53, p. 229-280, 1998/1999.

_____; MARQUES, J. C. **Imigração e política: o caso português**. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2001.

BECKER, G. S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education**. New York: Columbia University, XXII, 1964.

BENKO, George. **Economia, espaço e globalização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Mundialização da economia e metropolização do mundo: apontamentos de Geografia**. Lisboa: Universidade de Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 2000. (Séries Investigação, n. 9).

BLUNT, Alison; McEWAN, Cheryl. **Poscolonial geographies**. New York; London: Continuum, 2002.

BÖHNING, W. R. Elements of a theory of international economic migration to industrial nation states. In: KRITZ, M.; KEELY, C. (Ed.). **Global trends in migration: theory and research on international population movements**. New York: Center for Migration Studies, 1983.

CASTLES, Stephen. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios**: dos trabalhadores convidados às migrações globais. Lisboa: Fim de Século, 2005.

_____. KOSACK, G. **Immigrant workers and class structure in Western Europe**. London: Oxford University XV, 1973. p. 534.

CRAVIDÃO, F. D. **A população e o povoamento da Gândara**: génese e evolução. Dissertação (Doutorado em Geografia apresentada) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Comissão da Região Centro, Coimbra, 1992.

FONSECA, Maria Lucinda. **Portugal no fim do milênio**: imagens e itinerários de transformação social: dinamismo socioeconômicos e (re)organização territorial: processos de urbanização e reestruturação produtiva. Lisboa: I.E.G., 1996.

_____. **Dinâmicas de integração**: estratégias e protagonistas. In: CONGRESSO IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL: DIVERSIDADE, CIDADANIA E INTEGRAÇÃO., 1., 2003. Porto: ACIME, 2003. p. 108-140.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

MACHADO, Igor José de Reno. **Cárcere público**: processo de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

MALHEIROS, Jorge Macaísta. **Imigração na região da Lisboa**: os anos da mudança. Lisboa: Colibri, 1996.

_____. **Circulação migratória e estratégias de inserção local das comunidades católicas Goesa e Ismaelita.** Paris: Karthala, 2000.

MACHADO, Fernando Luís. Contornos e especificidades da imigração em Portugal. **Sociologia – Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 24, 1997.

PIORE, M. J. Notes for a theory of labour market stratification. In: EDWARDS, R. C. **Labour market segmentation.** Lexington, D.C.: Heath, 1975.

_____. **Birds of passage: migrant labour and industrial societies.** Cambridge: Cambridge University X, 1979. p. 229.

PORTES, Alejandro. **Migrações internacionais: origens, tipos e modos de incorporação.** Oeiras: Celta, 1999.

_____. **Estudos sobre as migrações contemporâneas: transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração.** Lisboa: Fim de Século, 2006.

SALES, Teresa. **Brasileiros longe de casa.** São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Hard-working newcomers: brasileiros imigrantes nos Estados Unidos In: BARRETO, António (Org.). **Globalização e migrações.** Lisboa: ICS, 2005.

SANCHIS, Enric. **Da escola ao desemprego.** Rio de Janeiro: AGIR, 1997.

SANTOS, M. G. C. **Modernidade, educação e mundo do trabalho: os desempregados de Santo António de Jesus/BA.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Internacional de Lisboa, Lisboa, 2003.

_____. **A comunidade brasileira no Distrito de Coimbra, Portugal.** In: SEMINÁRIO DE INVESTIGADORES E ESTUDANTES BRASILEIROS EM PORTUGAL, 2., 2005. Porto: BRASUP, 2005.

_____. **Novos rumos das migrações no Brasil.** In: SEMINÁRIO DA APEC, 10., 2005. Barcelona: APEC, 2005.

_____. A comunidade brasileira que cria laços. **Revista Rua Larga**, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006.

SCHULTZ, Theodore W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TÉCHIO, Kachia. **(In)documentados**: uma análise comparativa das estratégias de imigração e laços transnacionais de imigrantes brasileiros em quatro países europeus. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS: MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS, 30., 2006. Caxambu: ANPOCS, 2006. (mimeografado).

TODD, Emmanuel. **A ilusão econômica**: ensaios sobre a estagnação das sociedades desenvolvidas. Tradução de Maria Alice A. de Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

VITORIO, Benalva da Silva. **Imigração brasileira em Portugal**: identidades e perspectivas. Santos: Leopoldianum, 2007.

Revista do Instituto
do Instituto
stituto *grá*
Ge *e*
ráfico e História
H

Palestra



Palavras da Presidente

Consuelo Pondé de Sena
Presidente do IGHB

Há cento e dezessete anos esta Casa passou a ser a concretização do sonho de reconhecidos idealistas, movidos pelo desejo de conceder à Bahia um novo Instituto. Desejavam que o nosso Estado nada ficasse a dever às demais agremiações existentes em alguns estados brasileiros. Queriam, sim, que a Bahia se equiparasse às outras agremiações do gênero, fundadas a partir do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituído em 1838.

Com efeito, a matriz nacional, criada no Rio de Janeiro, semeou ideal e aliciou mentes esclarecidas de outras partes do território brasileiro, em especial Alagoas, Ceará, Pará e Pernambuco, que fundaram instituições semelhantes, com propósitos idênticos e revestidas do mesmo ideal.

A Bahia teria que possuir o seu Instituto, vez que o Instituto Provincial, datado de 1856, também chamado Instituto Histórico da Bahia, não tivera fôlego para superar as vicissitudes que empreendimentos dessa natureza costumam gerar. Feneceu, assim,

a obra criada por Correia Garcia, D. Romualdo Antônio de Seixas, Agrário de Menezes, Carneiro da Cunha, Belarmino de Aquino, Araújo Góes, Eunápio Deiró, Cônego Francisco Bernardino e Francisco José da Rocha.

Entretanto, a Bahia, de tantas e tão legítimas tradições, senhora de um passado histórico venerável, não poderia ficar sem uma associação, incumbida de estimular a pesquisa, possibilitar o encontro dos estudiosos da história, da geografia e das ciências afins, enfim, de um lócus de discussão e debate em torno dos assuntos pertinentes ao Estado. Para esse fim, reuniram-se, no salão do Grêmio Literário, às 12 horas do dia 13 de maio, conhecidos intelectuais, a fim de ser fundado o IGHB. A reunião foi aberta por Dr. Braz do Amaral, revestido do conceito e da autoridade do seu nome, que indicou o Dr. Tranquilino Leovigildo Torres para presidente da mesa provisória. Unanimemente aprovada essa indicação, assumiu a presidência o Dr. Tranquilino. Este convidou para secretários, os Srs. Dr. Antônio Calmon du Pin e Almeida e José Carlos Ferreira, nomes referendados pelos que ali se encontravam.

Quanto ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia nasceu da determinação e do entusiasmo do Dr. Tranquilino Leovigildo Torres, que envolveu outros companheiros na realização do seu sonho. Eram personalidades proeminentes da nossa elite intelectual. Cavalheiros de prol e de alta respeitabilidade na Cidade do Salvador, mercedores, portanto, do crédito e da confiança da sociedade baiana. Esses senhores não se propunham a criar uma instituição que desse continuidade à anterior, apesar dos apelos do orador sacro frei Francisco da Natividade Carneiro da Cunha. Este religioso falou em nome dos falecidos, protestando contra o uso do nome fundação, indicado para a novel entidade. Sua opinião foi refutada pelo eminente homem público Dr. Severino Vieira, sob a alegação de não ter a sociedade anterior “[...] deixado o menor vestígio de sua rápida passagem, a não ser o nome.” Todavia, restou um exemplar do seu periódico, tendo o antigo Instituto Histórico da Bahia funcionado apenas de 1856 a 1877. São somente oito fac-símiles de um periódico que circulou mensalmente entre 1863 e 1864, cuja edição foi providenciada pela Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, em 2001.

Prevaleceu, assim, a opinião abalizada do já mencionado sertanejo baiano, Dr. Severino Vieira, grande líder político que foi senador e governador da Bahia. Assim sendo, o atual Instituto não pode ser considerada continuação do primeiro.

A notícia da criação do IGHB, em 1894, confortou a todos os conterrâneos, que se constrangiam diante da incômoda situação da Bahia, então, em franca desvantagem em relação aos outros estados brasileiros, muitos deles destituídos do prestígio de que desfrutava o nosso, onde historicamente nasceu o Brasil. Muito mais tarde, ingressei na instituição e passei a fazer parte da sua diretoria.

Conheci o Instituto durante a minha infância, conduzida por meu pai, sócio da Casa e frequentador das solenidades aqui realizadas. Conduzida a este cargo, por determinação do seu, então Presidente de Honra, jornalista Jorge Calmon, aqui me encontro desde 1996, esperando concluir minha missão, desde quando apareça alguém com espírito público e disponibilidade para servir com desprendimento e devoção.

Tenho, até a presente data, cumprido fielmente a minha missão, na certeza de que não desmereci das esperanças e da confiança do meu saudoso amigo e professor, Dr. Jorge Calmon Moniz de Bittencourt.

Com grande sacrifício, a diretoria da Casa tem procurado atualizar os serviços do IGHB, oferecendo aos consulentes atendimento eficiente, além de adquirir modernos equipamentos para agilizar a prestação dos serviços, voltados para a comunidade. Para esse fim, conta com o apoio formal do Estado da Bahia, graças à compreensão do Governador do Estado, Sócio benemérito do IGHB, Dr. Jacques Wagner e a intermediação prestimosa e amiga do Dr. Fernando Schmidt, também Sócio desta Casa.

Quero, contudo, dirigir-me, especialmente, à figura de Jorge Calmon. A ele, neste dia especial para a Casa da Bahia, seus diretores e associados dirigem as recordações carinhosas e a profunda gratidão de tantos quantos aqui mourejam.

Sem jamais pretender alcançar a posição cimeira, cabia-lhe, como presidente atento, organizar as diretorias que se sucediam

nos últimos anos. Discreto, experiente e ponderado, aconselhava presidentes e diretores, removia dificuldades, apresentava soluções e obtinha parcerias, valendo-se do seu conceito e do elevado prestígio que desfrutava em nosso meio.

Por isso, culpo-o por estar ocupando a presidência desta Casa e, por sua causa, estar arrostando dificuldades, muitas delas herdadas de administrações anteriores, problemas, enfim, de difícil solução.

Não cabe aqui traçar a trajetória desta Casa, muito menos pronunciar uma oração. Compete-me, porém, ressaltar a colaboração de todos os diretores, especialmente do Secretário Geral, engenheiro Edmar Torres, cavalheiro de fino trato, dotado de experiência e calma, capaz de neutralizar os ímpetos dos emocionais.

Os funcionários e estagiários do IGHB também são credores do nosso maior reconhecimento pela dedicação e empenho em servi-lo.

A palavra de hoje é da competência do Orador Oficial, Professor Edivaldo Machado Boaventura que, mais uma vez, brindará a seleta assistência desta Casa, com a graça do seu verbo comedido, competente e, extremamente, agradável.

Discurso



Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2011

Edivaldo M. Boaventura

Sócio benemérito do IGHB e orador oficial

Mais um ano de realizações e de efetivos serviços prestados à comunidade das mais variadas formas. Com o tempo, o Instituto constituiu o acervo de objetos que fala da nossa história. Como organismo voltado para pesquisa, detemos os disponíveis recursos que a Bahia tem para saber do passado. O Instituto é o guardião das fontes documentais, de jornais, revistas, livros, documentos e fotos à serviço da comunidade. Com os programas de pós-graduação, de mestrado e doutorado, aumentou a procura ao acervo do Instituto. Uma terceira função bem determinada é a preservação do patrimônio cultural, destacando-se este prédio monumento, símbolo do centenário da independência na Bahia, em 1923. Uma quarta função se manifesta com as comemorações. Comemorações que lembram e educam pelas datas e pelos eventos importantes.

Dois séculos de imprensa e de biblioteca

Em 13 de maio de 1811, inaugurou-se a Tipografia de Manoel Antônio da Silva Serva, na Bahia. No dia seguinte, começava a circular a Idade d'Ouro do Brasil. Pela mesma época, o conde dos Arcos, eficiente governador, inaugurou a Biblioteca Pública da Bahia e Associação Comercial da Bahia. Comemoramos, assim, dois séculos de imprensa e de biblioteca. Juntemos, pois, as duas datas no mesmo espírito de continuidade nesses 117 anos da Casa da Bahia.

Sócio benemérito, orador oficial

Enalteço a memória dos confrades e o faço, pela primeira vez, na promovida condição de sócio benemérito. Distinção estatutária que muito me agrada e que mais ainda agradeço à presidente Consuelo Pondé de Sena, por marcar a minha trajetória institucional nesta casa. A frequência e o serviço levam-nos a realizar a carreira no Instituto, passando pelas categorias de sócios. Com cinco décadas como sócio, recebi o título de benemérito, que é antes de tudo um estímulo.

Por sua vez, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no ano passado, comemorei vinte anos de empossado. Ao tempo em que na joanina Academia da História de Portugal, no corrente ano, completei dez anos. Pelos níveis das entidades, não faz muito participei da criação do Instituto Histórico e Geográfico de Feira de Santana.

O outro lado do caminho

No conjunto comemorativo dos 117 anos, o Instituto recorda o ciclo vital e produtivo dos sócios que foram para o outro lado do caminho. É a imortalidade “o poder de uma vida que não tem fim”, sentença o pensamento paulino.

Componho mais uma vez a referência sentimental dos que partiram. É a homenagem da palavra, a lembrança dos confrades que passaram para a bíblica região do silêncio. Vamos repetir com Norberto Bobbio: “[...] nós somos aquilo que nos lembramos!” Este instante é todo construído de lembranças, momento de profundo sentimento e de crescente admiração.

Penso na convivência, no labor intelectual e na contribuição de Antony John Russell-Wood, Carlos Humberto Corrêa, Cláudio de Andrade Veiga, José Peroba, Kátia M. de Queirós Mattoso, Sebastião Heber Vieira Costa, Vasco de Azevedo Neto, Vivaldo da Costa Lima.

Nas academias, como neste Instituto de História, Geografia e Ciências afins, dois comportamentos se completam: conviver e disseminar o conhecimento. Irmanamo-nos para transmitir o que sabemos. Não nos basta romanticamente o convívio. O que nos move é o saber. É fornecer o suporte da experiência feita.

Anthony John Russell-Wood, um galês-baiano

Acredito que ninguém melhor do que Consuelo Novais Sampaio para recordar o sócio correspondente Anthony John Russell-Wood, seu orientador em The Johns Hopkins University (JHU). Um britânico do País de Gales que estudou por toda a sua vida o Brasil colonial, destacando a Bahia e alcançando Portugal.

Dentre os seus trabalhos, Fidalgos e filantropos, tem sido dos mais festejados. Embora lançado em 1968, dele só tivemos versão em português em 1982. Mais outros dois foram traduzidos por portugueses: Portugal e o mar, um mundo entrelaçado, foi vertido para o espanhol e para a nossa língua. Desenvolve a fascinante tese de que o mar foi elemento de integração do vasto império lusitano e não de separação como até então se afirmava. Pelo livro: Um mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América, recebeu o prêmio Dom João de Castro.

Lamenta Consuelo que não haja tradução para *The Black man in slavery and freedom in Colonial Brazil*, nem tão pouco para os inúmeros artigos. Era de disciplina férrea, paixão pelos estudos comparativos e pela interdisciplinaridade. Faleceu em 30 de agosto de 2010.

Carlos Humberto Corrêa, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, presidente do Instituto de Santa Catarina, estava em missão institucional, em La Paz, na Bolívia, quando faleceu, em 24 de novembro de 2010. Pertencia a inúmeras instituições culturais, como a Academia Portuguesa da História. Era mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, com doutorado em história econômica pela USP e titular de História da Federal de Santa Catarina. Presidiu o Instituto de Santa Catarina por treze anos, iniciou a publicação das coleções Catariniana, com clássicos da historiografia catarinense, e *Ensaíos* que são estudos pontuais sobre a história do seu Estado-membro. Destacava-se pelo companheirismo.

A sua bibliografia inclui História oral, teoria e técnica, considerado como o primeiro livro nacional sobre essa metodologia, publicações sobre teoria e história da cultura catarinense, história política catarinense e obras de divulgação de história.

Cláudio de Andrade Veiga, professor de língua e literatura francesas

Cláudio Veiga soube, disciplinarmente, construir uma obra coerente. Começando pela formação francesa, sobretudo com Pascal, contribuiu para a literatura brasileira, em especial para a baiana. Professor por toda a vida foi um dos últimos catedráticos do Colégio da Bahia. Marcou o ensino da língua e da literatura francesas, no Instituto de Letras da Ufba, do qual foi diretor. São dessa fase os trabalhos sobre

língua francesa: Vestibular do francês, Gramática nova do francês, Textos franceses, Introdução à poesia francesa até que chegou na monumental Antologia da poesia francesa, do século IX ao século XXI. A Antologia é o seu trabalho de maior fôlego. Para Jacques Salah: “[...] labor beneditino ao qual o professor Cláudio Veiga consagrou os seus mais legítimos instantes de lazer”.

Da matriz francesa, partiu Cláudio para a literatura comparada. A familiaridade com literatura francesa vai lhe permitir lançar pontes para compreensão de certos autores brasileiros, como Castro Alves e principalmente Caetano Moura. O livro *Um brasileiro soldado de Napoleão* é a sua biografia. É a sua obra mais notável que requereu muitas pesquisas no Brasil e nos arquivos franceses. Ocupou-se do árcade Pedra Branca, dos poetas Artur de Salles, Pethion de Vilar, Altamirando Requião. Com esses autores desenvolve uma clara linha de investigação da literatura baiana.

Enfim, Cláudio Veiga partiu das matrizes francesas e erigiu a sua obra de escritor, tradutor e de pesquisador de nossa literatura, constituindo-se em um ensaísta erudito.

Marca a vida do professor Cláudio Veiga a sua dedicação à Academia de Letras da Bahia. Tendo tomado posse em 1978, em 1980, foi eleito para presidente em sucessivas eleições, permaneceu na direção por 26 anos. No seu período, a Academia experimentou uma fase de alta representatividade, no desempenho de novas funções, tornando-se uma instituição cultural das mais expressivas e prestantes da Bahia. O Sodalício, reconhecendo o seu mérito, concedeu-lhe o título de sócio benfeitor.

O pediatra José Peroba

O médico José Peroba é bem o exemplo do estudante cearense que veio estudar na Faculdade de Medicina da Bahia e aqui permaneceu por toda a vida. Celebrou o centenário em vida, tendo falecido em 13 de agosto de 2010 com 103 anos. A sua atuação eficiente, humanitária e constante beneficiou várias entidades médicas com destaque para o

Hospital Martagão Gesteira, Posto de Saúde da Estrada de Liberdade, Pupileira, Sociedade Baiana de Pediatria e Hospital Naval. Notabilizou-se como médico pediatra acatado pela comunidade.

Kátia de Queirós Mattoso, historiadora greco-baiana

Kátia de Queirós Mattos nasceu na Grécia, estudou Ciência Política, na Universidade de Lausanne (Suíça), doutorou-se em História pela Universidade Paris IV, Sorbonne. Para o antigo doutorado de Estado, apresentou a tese que resultou na obra de referência *Bahia século XIX: uma província no Império*. O historiador Luiz Felipe de Alencastro a considerava: “[...] um inventário magistral da sociedade imperial baiana”. A obra é tão preciosa e volumosa que passou a ser conhecida pelos alunos como *Mattosão*.

Vindo ao Brasil, conheceu e se casou com o geólogo Sylvio de Queirós Mattoso. Morou na Bahia, ensinou na Universidade Católica do Salvador e também na Federal da Bahia. Transferiu-se depois para Paris, ensinou como titular de História do Brasil, na Universidade por onde se doutorou. Dedicou-se ao magistério e com paixão orientava teses. Confirma o professor Ubiratan de Araújo Castro, seu reconhecido orientando, “Kátia é a maior formadora de historiadores da Bahia”. Em vida, legou a sua biblioteca pessoal à Universidade Federal da Bahia. Outro livro seu muito conhecido é: *Ser escravo no Brasil*, publicado pela Hachette.

Possuía o doutorado honorífico pela Ufba e a cidadania baiana. Teria muito a dizer da nossa Kátia, prefiro encerrar com a dedicatória da sua obra monumental: “Para meus netos brasileiros – Mariana, Marcos Filho, Tomás, Tiago e Pedro – e meus netos greco-brasileiros – Michalis e Alexandros – para que conheçam e amem uma Bahia que é deles.”

Padre Sebastião Heber Vieira Costa e a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte

A plena aceitação do sacerdote pernambucano Sebastião Heber Vieira Costa pela comunidade baiana explica-se pela sua formação em Antropologia da Religião e pela abertura da sua sacerdotal personalidade. Houve, assim, o encontro do estudioso, formado pelo Pontifício Instituto Teresianum de Roma, em nível de mestrado e doutorado, com o universo religioso e místico da Bahia e do seu Recôncavo.

Padre Sebastião buscou na manifestação popular do culto à Nossa Senhora da Boa Morte, praticado pela irmandade de Cachoeira, a ancestralidade da Dormição de Maria, antigo culto que vem do Oriente Ortodoxo. Com o conhecimento da Antropologia da Religião, foi longe na busca dos antecedentes. Para nós, era mais uma festa religiosa sincrética católica recheada de negritude como tantas outras que mantivemos pela tradição. Soube apurar as aparências litúrgicas para ir ao fundo teológico da questão. Em seguida, investigou as Irmãs do Cajado, a Irmandade da Boa Morte de São Gonçalo dos Campos e as manifestações religiosas no Município de Santa Brígida.

Em menos de dez anos, integrou-se, plenamente, na comunidade acadêmica, foi membro deste Instituto, da Academia de Letras Mater Salvatores, Faculdade Dois de Julho, Universidade do Estado da Bahia e Fundação Visconde de Cairu.

Faleceu em Olinda, em 1º de fevereiro de 2011, onde vive sua família. “[...] Desapareceu, como surgiu entre nós, silenciosa e discretamente”, observa Consuelo Pondé de Sena: “[...] Diria que aqui chegou para marcar um tempo de celebração e amizade. E o fez, com tanto amor e disponibilidade, que conquistou uma legião de amigos. Amigos incondicionais, tal como era incondicional o seu afeto”.

Vasco de Azevedo Neto, do Oeste baiano ao litoral

O engenheiro Vasco Filho mudou-se com a sua família de Minas Gerais para a Bahia a fim de construir a estrada Bahia-Rio ainda na década de 1940, no tempo da Segunda Grande Guerra. O Departamento de Estrada de Rodagem, assim chamado, instalou-se em Feira de Santana e recebeu o apoio e o dinamismo da cidade Princesa. Ao longo dessa rodovia, percebe-se a iniciativa e o dinamismo da família do doutor Vasco Filho.

É nesse ambiente de construção e de iniciativas desbravadoras que podemos entender o nosso estimado companheiro Vasco de Azevedo Neto. Foi professor da Escola Politécnica, amigo dos estudantes, deputado federal por quatro mandatos. Vasco Neto, de meiga convivência, foi presença amena e cortês, neste Instituto e, de resto, em toda comunidade baiana. Faleceu aos 94 anos.

Dentre os seus projetos, defendeu, ao longo da vida, a construção da Ferrovia de Integração Oeste, isto é, do Oeste baiano até o litoral, no porto de Campinho, em Marauá. O seu sonho e o seu projeto vão bem mais longe. Idealizou uma interconexão deste porto até Iquitos, no Peru. A atualidade do seu projeto é marcante. Em publicação demonstrou a redução de custos do transporte de insumos e produtos diversos, o aumento da competitividade dos produtos do agronegócio e a possibilidade de implantação de novos pólos agroindustriais e de exploração de minérios, aproveitando sua conexão com a malha ferroviária nacional.

Vivaldo da Costa Lima e a cultura afro-baiana

É notável a contribuição de Vivaldo da Costa Lima para a antropologia do candomblé. Formado em odontologia, mas enveredou cedo para a antropologia. Participou da criação do Centro de Estudos Afro-Orientais com o professor Agostinho da Silva, viajou para a África e conheceu as práticas religiosas da Nigéria, do antigo Daomé.

A sua vasta cultura, conhecimento das línguas modernas e capacidade de leitura possibilitaram o conhecimento autodidata da antropologia. Espírito crítico e muito exigente, relativamente pouco escreveu para o muito que sabia. Confirma a assertiva do nosso Anísio Teixeira: “o baiano é ágrafo”.

Em março de 1966, Vivaldo iniciou o seu magistério regular no ensino superior, em substituição ao professor Thales de Azevedo, assumindo o ensino da Antropologia Cultural, no Curso de Ciências Sociais da Ufba. Inovou centrando a aprendizagem no fenômeno afro-brasileiro do candomblé. Em torno dessa temática, desenvolveu o programa. A escolha de um segmento de cultura para, em torno dele, fazer trabalhar uma classe, foi uma inovação como método de ensino. Até então predominava a aula informativa e explicativa na transmissão do conhecimento. A orientação era ir do segmento da cultura à teoria. Da organização global do candomblé, Vivaldo escolheu quatro temas: 1) da bata da baiana ao vestuário; 2) da culinária baiana aos costumes alimentares do homem; 3) da associação do culto do candomblé à crença; e 4) do ritual à liturgia das festas com calendário. Sou testemunha e registrei as “observações sistemáticas em sala de aula”, do professor Vivaldo, conforme aprendi com o doutor John Withall, discípulo do grande Karl Rogers, quando ensinava na Universidade de Chicago.

O início da erudita trajetória acadêmica de Vivaldo culminou com a emergência e com obras sérias publicadas. Vivaldo integra-se na linha da Antropologia de Nina Rodrigues, Manuel Querino, Arthur Ramos, Edison Carneiro, Roger Bastide, Thales de Azevedo e Pierre Verger.

O Instituto cumprimenta os familiares e amigos dos sócios falecidos e solicita um minuto de silêncio em sua homenagem.

Agradeço a presença de todos e mais ainda a atenção.

Salvador, 13 de maio de 2011



Biografia



Professor José Calasans examinando documentos
Fonte: Acervo pessoal do Prof. José Calasans.

José Calasans Brandão da Silva

Consuelo Pondé de Sena
Presidente do IGHB

Além dos ambientes colegial e universitário, convivi com o Professor José Calasans durante muito tempo no espaço privilegiado da Casa da Bahia, onde ele pontificava entre outros estudiosos e pesquisadores daquele Estado.

Alto, simpático, vistoso, impressionava pelos límpidos olhos, intensamente azuis, pelo porte altivo, pela juventude dos seus 30 anos, pela voz cheia, de timbre inconfundível e acento sergipano.

Cordial e comunicativo, cedo conquistou a simpatia dos alunos, entre os quais desfrutava de compreensível popularidade. Excelente expositor, era exigente sem ser severo, aproximando-se de cada discípulo em particular, concedendo-lhe atenção e escutando-lhe as inquietações. Dessa postura humana, quase paternal, decorria o grande apreço com que sempre foi considerado em todos os estabelecimentos de ensino em que lecionou nesta capital. E não foram poucos os colégios secundários que o tiveram como lente de história, tendo-se fixado na minha lembrança, além do Colégio N. Senhora Auxiliadora, o SS. Sacramento (Sacramentinas) e o Antônio Vieira.

José Calasans Brandão da Silva nasceu em Aracaju (SE) aos 14 de julho de 1915, sendo filho de Irineu Ferreira Silva e Noemi Brandão da Silva. Eram suas irmãs as senhoras Joana da Silva Ribeiro, casada com José da Silva Ribeiro, e América da Silva Fontes, casada com José Dominguez Fontes, que lhe sobrevive. Teve um irmão Francisco, falecido na juventude.

Na cidade natal, iniciou-se nas primeiras letras, estudando depois no Ateneu Sergipense para, mais tarde, transferir-se para Salvador, onde se matriculou na Faculdade de Direito da Bahia, diplomando-se no dia 8 de dezembro de 1937.

Após a formatura, voltou a Aracaju, exercendo o magistério e atuando no Instituto Histórico e Geográfico local, onde chegou a ocupar a presidência – biênio 1945/47. Também lecionou no Colégio Estadual de Sergipe e na Escola Normal Ruy Barbosa, sendo que, para acesso a esta última, teve que prestar concurso e apresentar a tese – Aracaju, Contribuição à História da Capital de Sergipe.

Contraiu matrimônio em Salvador, no dia 30 de dezembro de 1942, com Lúcia Margarida Maciel da Silva, da sociedade baiana. O casal fixou residência em Aracaju onde, no dia 21 de setembro de 1943, nasceu o primogênito, José. Volvidos sete anos o jovem par regressou a Salvador, nascendo-lhe a segunda filha Maria Madalena, no dia 29 de setembro de 1949. Aqui radicado, José Calasans dirigiu o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), de onde foi diretor de 1947 a 1963, dividindo seu tempo com as tarefas do magistério.

Calasans amou intensamente duas cidades: Aracaju e Salvador. Na primeira veio ao mundo, passou a infância e parte da mocidade. Na segunda, sua terra de adoção, viveu a maior parte da vida, nela repousando definitivamente após mais de meio século de permanência afetiva e efetiva. Costumava se definir “baiano, sem deixar de ser sergipano”, como lembra sua confreira, Maria Thetis Nunes, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Apesar desse “caso” amoroso com a Bahia, jamais negou suas origens, sendo fiel a sua terra natal até os derradeiros dias.

Foi em Sergipe, conforme anteriormente mencionado, que se iniciou no magistério e na pesquisa histórica, trabalhando também no

antigo SPHAN, (São Cristóvão) ao lado de Godofredo Filho, chefe do distrito do patrimônio histórico e artístico para a Bahia e Sergipe de 1939 a 1947. Escreveu em sua terra natal sobre assuntos a ela ligados, entre outros o ensaio Temas da Província, em cujas páginas tratou do ensino normal, do cancionero histórico e do Governo de Fausto Cardoso. Escreveu também Introdução ao Estudo da Historiografia Sergipana, Brício Cardoso e o Ensino Normal em Sergipe, Subsídios para o Cancioneiro Histórico de Sergipe, além de estudos esparsos em jornais e revistas, editados em 1992, pelo Governo daquele Estado, sob o título de Aracaju e outros estudos, incluindo sua tese de concurso sobre a capital sergipana.

Bem cedo ainda fora Calasans despertado pelo interesse de estudar a saga heróica de Canudos, acerca de cujo assunto sempre versara em suas aulas do curso secundário.

Muito cedo, também, escutei-o discorrer sobre aquela campanha sangrenta, os horrores da guerra, o livro Os Sertões e Euclides da Cunha. Para motivar os discípulos, ilustrava suas preleções com quadrinhas do cancionero popular, declamando-as em tom vibrante e cadenciado, a todos impressionando a sua invejável memória.

Por conta desse interesse e dos comentários que sobre o assunto eu fazia em casa, meu pai ofereceu-lhe carta manuscrita de Afrânio Peixoto, na qual o ilustre polígrafo referia-se a João de Souza Pondé, seu colega de turma, e ao livro do Conselheiro que este integrante do corpo médico da 4ª expedição lhe ofertara e hoje se encontra no Núcleo Sertão, do CEB da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Demonstrava interesse pelos alunos, deles aproximando-se além do habitual, naquela época de acentuado distanciamento entre mestres e discípulos. Costumava identificá-los pelas famílias a que pertenciam, sempre sabendo algo de um parente ou conhecido, especialmente quando se tratava de gente dos sertões da Bahia, destacadamente da zona de Canudos, dentre os quais me inseri pela vinculação com a vila de Itapicuru dos tempos do Conselheiro e dos meus ancestrais paternos.

Por tudo isso, nosso relacionamento jamais se revestiu daquela costumeira “impessoalidade”, com a qual muitos mestres do passado tratavam os seus discípulos.

Concluído o ginásio, e não o tendo mais como professor, reencontrava-o costumeiramente na sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia que, muito cedo, passei a frequentar. Na Casa da Bahia, onde havia ingressado em 1937, exerceu também a Vice-Presidência de 1970 a 1971.

Naquela Casa da História, continuei a manter vivo o nosso relacionamento afetivo, acompanhando-lhe as atividades na instituição e informando-lhe sobre o meu dia a dia no Colégio N. Senhora das Mercês, para onde fora transferida, a fim de cursar o colegial.

Daquela secular instituição guardo ternas lembranças do convívio com as Madres Ursulinas, com os professores Afonso Pitangueira, Antonio Dias, Armando Costa, Aurélio Laborda, Cassilandro Barbuda, Gelasio de Abreu Farias, José Newton Alves de Souza, Pe. Lemos, Percy Cardoso, Virgílio Oliveira e das amigadas que ali construí, muitas das quais se prolongaram na Faculdade de Filosofia, mantendo-se hoje, como ontem. Algumas delas aqui também se encontram e são elos fortes que se juntaram à minha corrente da vida: Aurora Sarno, Branca Hortélio, Beatriz Marcílio de Souza, Léa Sarno, Mona Harfush, Lígia Castro, Maria José da Silva Peixoto, Maria José Freire de Carvalho, Maria de Nazaré Faria Torres Homem, Nadja Cruz de Andrade, Rejane Mendes Moreira, Sonia Coni Campos, Wanda Santos Dias, Zilma Gomes Parente.

Concluído o Clássico, habilitei-me ao vestibular de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, para cujo curso sempre me senti vocacionada.

Todavia, circunstâncias do momento não me permitiram ter Calasans como professor na graduação, como julgava previsível. Por pouco tempo, apenas, deu-me aulas de História da América, tendo sido substituído pelo titular da disciplina, Prof. Jorge Calmon, que retornava às suas atividades, após cumprimento de mandato legislativo.

Na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Calasans já se submetera, em 1951, a Concurso de Livre Docência para a Cadeira de História do Brasil, a cujas provas assisti tendo apresentado a tese O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro. Nela o autor enfatiza os aspectos lendários e fabulosos do guia espiritual do Belo Monte, que a

tradição popular identificava com Santo Antônio, como lembra Roberto Ventura.

Em 1960, submeteu-se a concurso para a Cátedra de História Moderna e Contemporânea, com um tema da história portuguesa – Os Vintistas e a Recuperação Econômica de Portugal.

No mesmo ano, passara a ensinar História Econômica, na Faculdade da Praça da Piedade, então dirigida pelo saudoso Acadêmico Pinto de Aguiar. Na mesma época, esteve envolvido com os cargos de Diretor do Departamento Social de Vida Universitária (1965) e Vice-Diretor da Faculdade de Filosofia (1967). Naquela unidade de ensino foi ainda Chefe do Departamento de História, (1968 a 1974), mais tarde, de Geografia e de Antropologia, tendo também exercido a sua direção, de 1974 a 1975.

Membro do Conselho de Cultura do Estado da Bahia durante muitos anos, foi seu Presidente de 1973 a 1979.

Quanto a mim, só voltaria a tê-lo como professor no mestrado em História Social, no qual ingressei atraída pelo tema do ano – O Sertão. Naquela ocasião, tive-o como professor durante dois anos seguidos, escolhendo-o como orientador da dissertação que deveria apresentar em 1977.

Calasans gostava muito de conversar, seduzindo os ouvintes com sua alocação viva e convincente, entrecortada de observações curiosas e versos do cancionero popular, a que lhe serviam os prodígios da memória e a douta sabedoria.

Consultado por quantos se interessavam por Canudos, os Sertões e Euclides da Cunha, tornava-se receptivo às torrentes de questionamentos sobre esses temas. Jamais se negou a prestar seu auxílio a todos que o procuravam, não se preocupando, portanto, em guardar ciosamente para si o tesouro de conhecimento, acumulado por estudos e pesquisas sistemáticas ao longo de tantos anos.

Jamais dissimulou a sua simpatia pelo Conselheiro e seus seguidores. Para fundamentar os seus conceitos, viajou pelo interior da Bahia, procurando conversar com Francisca Macambira, Honório Vilanova, Manoel Ciriaco, Pedrão da Várzea da Ema e outras

testemunhas sertanejas, num constante empenho de escutar a versão dos vencidos.

Harmonizou, de maneira inovadora, como lembra Roberto Ventura, a versão oral com a pesquisa rigorosa dos manuscritos e documentos, a ponto de transformar a saga de Canudos num “mar de histórias”, contadas sob muitos ângulos e diversos aspectos. Sempre atribuiu igual importância tanto aos depoimentos orais e populares, quanto às interpretações impressas ou eruditas, conforme observa o mesmo professor de teoria literária na USP. Calasans refez a trajetória heróica do Conselheiro, desfazendo a velha imagem do fanático, místico e louco, convertendo-o num peregrino, num líder conselheirista, capaz de interpretar fielmente os preceitos religiosos e as concepções políticas do catolicismo tradicional, da Igreja do século XIX.

Graças a ele, ao seu modo humano e compreensivo de interpretar os comportamentos, Antônio Conselheiro emergiu das profundezas da execração pública para alcançar um lugar na história deste país, a história dos pobres, dos despossuídos, dos que nada têm, senão o dom da vida e a crença no Deus criador. Reviu grande parte dos conceitos emitidos por Euclides, cuja grandeza da obra sempre se constituía num obstáculo para avaliação mais isenta do lamentável episódio.

Por conta desse interesse, ao longo de cinquenta e poucos anos, Calasans penetrou fundamente nas pesquisas, escrevendo vários trabalhos sobre Canudos.

Esteve sempre envolvido com essa história, editando em anos sucessivos, numerosos artigos e variadas publicações.

Já em 1952, divulgou o curioso estudo intitulado A Guerra de Canudos na Poesia Popular. Em seguida, escreveu O Sebastianismo no Folclore de Canudos, o ABC de Canudos, Canudos na Literatura de Cordel, No Tempo de Antônio Conselheiro, Canudos – Origem e Desenvolvimento de um Arraial Messiânico, Antônio Conselheiro Construtor de Igrejas e Cemitérios, Antônio Conselheiro e a Escravidão, Os Jagunços de Canudos, Quase Biografia de Jagunços, Aparecimento e Prisão de um Messias, Notícias de Antônio Conselheiro, além de Algumas Fontes dos Sertões, Euclides da Cunha nos Jornais da Bahia, Euclides da Cunha e Siqueira de Menezes, Favila Nunes, Repórter em

Canudos. Em 1970, publicou Folclore Geo-histórico da Bahia e seu Recôncavo. Dando continuidade às suas pesquisas, divulgou em 1972, o trabalho Moreira César na Poesia Popular.

De 1979 a 1983, exerceu a função de Vice-Reitor da UFBA, tendo oportunidade de colaborar no Reitorado Macêdo Costa e posto em destaque sua brilhante atuação. Concluindo esse período, de 1984 a 1994, ocupou a coordenação do Memorial do Banco Econômico, onde realizou relevante trabalho cultural.

José Calasans ingressou na Academia de Letras da Bahia em 11 de novembro de 1963, ocupando a Cadeira nº 28. Presidiu a agremiação de 1971 a 1973. Nela esteve ao longo de 38 anos de sua produtiva existência até que a morte, ocorrida em 28 de maio de 2001, desfaleceu a cultura baiana e brasileira daquela marcante e querida personalidade. No Rotary Club da Bahia, a que era vinculado, foi presidente no período de 1963 a 1964.

O que cumpre ressaltar, acima de tudo, como iniciativa pioneira de Calasans é precisamente a dimensão que ele atribuiu ao episódio sangrento, ao qual dedicou a maior parte de sua vida, além do fato de ter estimulado inúmeros pesquisadores a explorar o rico veio desses estudos, de cujas trilhas têm resultado trabalhos de incontestável significação para a bibliografia nacional.

As sendas por ele descerradas formam hoje imensas clareiras na compreensão do lamentável épico, ocorrido nas “paragens ignotas” descritas por Euclides da Cunha.

Generoso e desprendido como raros, homem de espírito público incomum, doou à Universidade Federal da Bahia, em agosto de 1983, toda a documentação que reunira sobre Antônio Conselheiro, a Campanha de Canudos, os Sertões e Euclides da Cunha, a partir de cuja dádiva foi instituído o Núcleo Sertão, do Centro de Estudos Baianos da UFBA.



Revista do In
o Instituto
tit *ara*
Ge *e*
áfico e Histó
10

Acervo
Bibliográfico



José Calasans

A ARTE brasileira da coleção Odorico Tavares. Bahia: Museu de Arte da Bahia, 1981. il.

ABREU, Edith Mendes da Gama e. Sessão solene do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, comemoração de seu aniversário e homenagem aos sócios falecidos entre 1972 e 1973. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v. 87, p. 295-305, 1978.

AMADO, Jorge. **Jorge Amado comenta doze artistas da Bahia**: Betty King, Calasans, Caribé, Carlos Bastos, Emanuel Araújo, Floriano, Genaro, Hanser, Henrique Oswald, Jenner, Mário Cravo, Sônia Castro na agenda de 1972 para o Grupo Empreendimentos da Bahia. [S.l.]: Gráficos Brunner, [s. d.]. 68 p. il.

ARTE baiana hoje. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1983. 112 p. il.

BOAVENTURA, Edivaldo M. O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 2002. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v. 98, p. 217-231, 2003.

CALASANS, José. Álvaro Augusto da Silva. **Cachaça moça branca**: um estudo de folclore. Bahia: Secretaria de Educação e Cultura, 1951. 112 p.

_____. Fernão Cabral de Ataíde e a santidade do gentio. **Revista do Instituto Genealógico da Bahia**, Salvador, v. 6, n. 6, p. 89-92, 1951.

_____. **Fernão Cabral de Ataíde e a Santidade de Jaguaripe**. Bahia: S.A. Artes Gráficas, 1952. 56 p.

- _____. **A Santidade de Jaguaripe**. Bahia: S. A. Artes Gráficas, 1952. 57 p.
- _____. **No tempo de Antônio Conselheiro**: figuras e fatos da Campanha de Canudos. Bahia: Universidade da Bahia, 1959. 121 p.
- _____. **O Sebastianismo no folclore de canudos**. Bahia: S. A. Artes, 1959. 15 p.
- _____. **Os vintistas e a regeneração econômica de Portugal**. Bahia: Artes Gráficas, 1959. 181 p.
- _____. **Fausto Cardoso**. Bahia: [s.n.], 1970. 39 p.
- _____. **Os abc de Canudos**. Encadernado com Bonôco ou Bonocô – Hildegardes Vianna. Salvador: Comissão Baiana do Folclore, 1969. 22 p. (Cadernos Antonio Vianna, 3).
- _____. **Clodomir Silva e o folclore sergipano**. Encadernado com Beneditinos na Bahia – Paulo Jatobá; O ofício de Nossa Senhora – Hildegardes Vianna; Capoeira regional da Bahia – Jair Moura. Salvador: Comissão Baiana de Folclore, 1976. 22 p. (Cadernos Antonio Vianna, 4).
- _____. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v. 87, p. 71-81, 1978.
- _____. **Canudos na literatura de cordel**. São Paulo: Ática; Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984. 104 p. (Ensaios, v. 110).
- _____. **Miguel Calmon Sobrinho e sua época: 1912-1967**. Salvador: Museu Eugênio Teixeira Leal; Memorial do Banco Econômico, 1991. 269 p. il.
- _____. Favila Nunes, repórter em Canudos. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v. 90, p. 45-51, 1992.
- _____. Prefácios canudenses. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v. 91, p. 173-180, 1994.
- _____. **Antônio Conselheiro e a escravidão**. Salvador: Artes Gráficas, [s.d]. 6 p.

NOGUEIRA, Adalício Coelho. Discurso, na sessão de 3 de maio de 1948. **Rev. Inst. Geo. e Hist. da Bahia**, Salvador, v. 75, p. 101-111, 1948-49.

FACÓ, Luiz Carlos. **Sergipanos ilustres na Bahia**. Bahia: NSV, 1998. 206 p. il.

GUERRA, Guido. **A noite dos coronéis**. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2005. 2 v. p. il.

NÓBREGA, José Dionísio. Professor José Calasans e os Silveira em Canudos. **Rev. Inst. Geogr. Hist. Bahia**, Salvador, v. 101, p. 263-280, 2006.

OLIVA, Zitelmann de; CALASANS, José. **Discursos na Academia**: em sessão realizada a 24 de outubro de 1968. Bahia: Estuário, 1970. 49 p. il.

SILVA, José Calasans Brandão da. **O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro**. Bahia: Tipografia Benedita, 1950. 104 p.

_____. **A Revolução de 1930 na Bahia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1980. 92 p.

_____. **Subsídios a história das capelas de Monte Santo**. Salvador: Câmara do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Conselho Estadual de Cultura da Bahia, 1983. 10 p. il.

_____. **Cartografia de Canudos**. Bahia: EGBA, 1997. 145 p.

_____. A carta de Pero Vaz de Caminha. **Rev. Inst. Geogr. Hist. Bahia**. Salvador, v. 100, p. 307-312, 2005.

TAVARES, Odorico. **Canudos: cinquenta anos depois (1947)**. Introd. de José Calasans. Bahia: Fundação Cultural do Estado da Bahia; Conselho Estadual da Cultura; Academia de Letras da Bahia, 1993. 85 p. il.

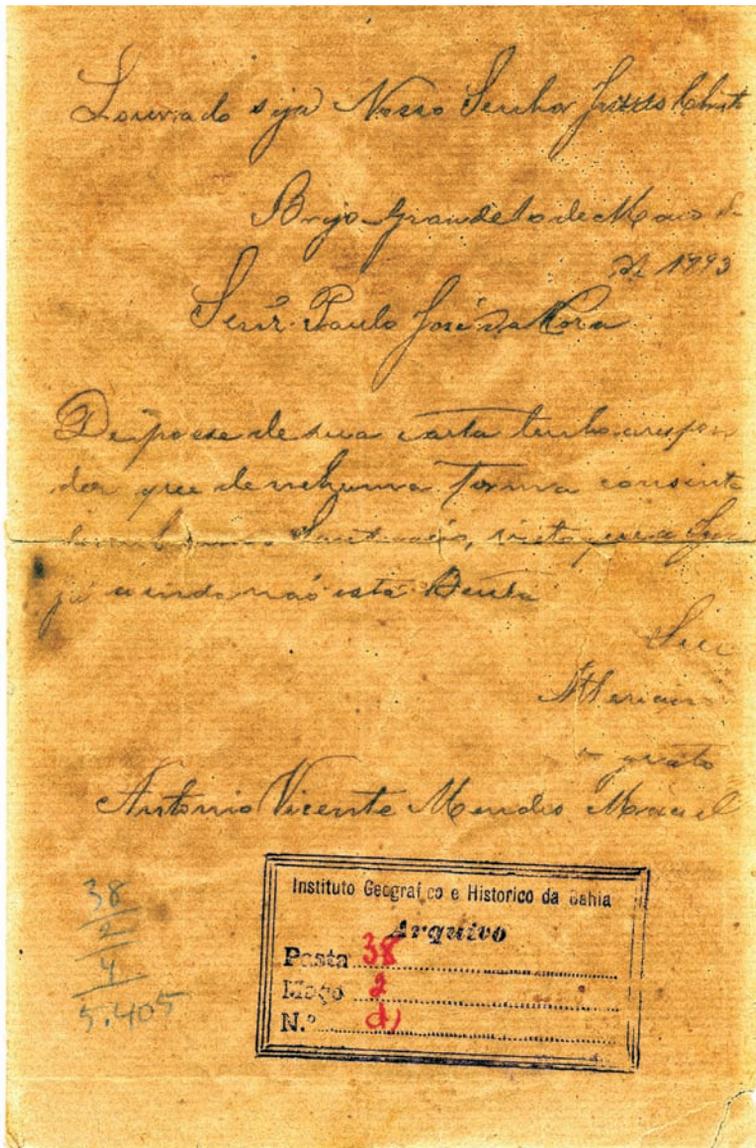
VASCONCELOS, Carmen. **Mestre de Canudos**. Salvador: Empresa Baiana de Jornalismo, 2004. 79 p. il. (Coleção Memórias da Bahia II, v.12).



Revista do Instituto
do Instituto
stido *gráf*
Ge *e*
ráfico e História
Th

Documento





Carta de Antônio Conselheiro para Felisberto Moreúo

Fonte: Arquivo de imagens do Acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.



Relatório



Relatório do Exercício de 2010

Biblioteca Ruy Barbosa

Durante o ano de 2010, a Biblioteca “Ruy Barbosa” do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia desenvolveu, como sempre, atividades inerentes a uma biblioteca, tais como: aquisição e registro do acervo (parte técnica), atendimento e registro de leitores nas pesquisas, informações para o mural sobre datas e eventos do Instituto, mantendo o propósito de ser um veículo de comunicação com os seus usuários. O desdobramento das atividades apresenta os seguintes dados:

Atendimento

Usuários registrados: 935

Consultas :

Jornais: 903

Revistas: 31

Livros: 940

Aquisição e Registro

Livros doados: 106
Livros encadernados: 245
Livros comprados: 3
Jornais encadernados: 12
Jornais reencadernados: 236
Livros e revistas inseridos no sistema: 313
Livros catalogados: 249

Descartes

Continuamos com o processo de descarte iniciado em 2008, enviando às bibliotecas da capital e do interior algumas duplicatas do nosso acervo, que são de seus interesses.

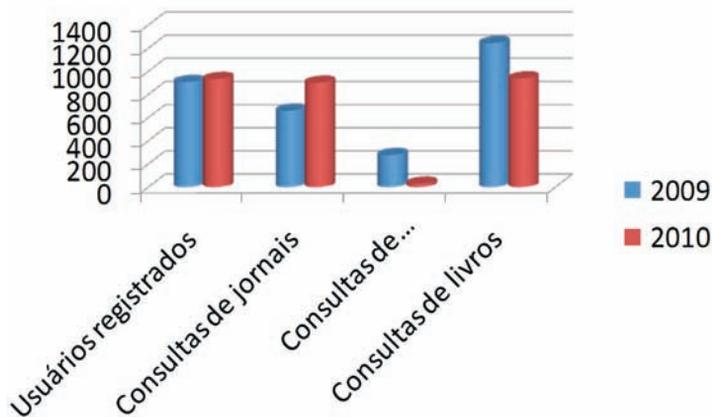


Figura 1 – Atendimento e consultas
Fonte: IGHB, Relatório de Exercício, 2010.

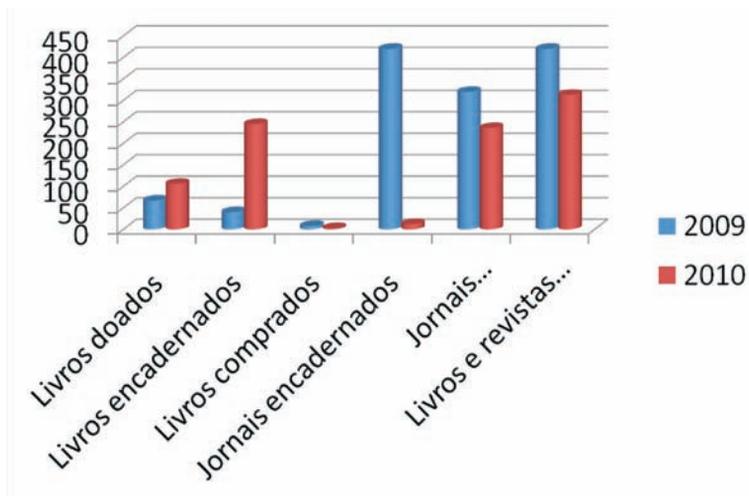


Figura 2 – Aquisição e registro
 Fonte: IGHB. Relatório de Exercício, 2010.



Resenha



CALASANS, José. **O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro**: contribuição ao estudo da campanha de Canudos. Salvador: Edufba, 2002. 101 p.

Proseador de palavra fácil e bem temperada, José Calasans era também bom ouvinte. Se muito falava, também escutava com respeitosa atenção os seus interlocutores. Se apreciava a tertúlia acadêmica, os verbos bem colocados e a conversa erudita dos intelectuais e literatos, não dispensava a boa palavra do homem simples, dos sem escola, dos narradores e memorialistas do povo. Escutava e anotava nas suas famosas cadernetas, preciosas auxiliares da sua prodigiosa memória, o que lhe parecia relevante, novo, passível de estudos e investigação. Catava informações aqui e ali, em fechados arquivos ou em ambientes livres, mesmo na rua, ao acaso, levado, unicamente, pelo prazer do papo. Contava, por exemplo, que, certa ocasião, em Salvador, ao atender pedinte que desejava uma esmola, de imediato perguntou a procedência do velho e após sabê-lo de Tucano, cidade localizada na região de Euclides da Cunha e terra natal de João Abade, famoso guerrilheiro nas lutas de 1896/1897, de chofre perguntou-lhe se já ouvira falar de Moreira César. Foi a senha para que o esmoler desfiasse umas “quadrinhas” sobre o inditoso Comandante da 3ª Expedição Militar contra Canudos. Como estava em companhia do Thales de Azevedo, observou: “Não tem muita gente que sabe história?”.

Faria uso constante da tradição oral em toda a sua obra, principalmente naquilo que produziu sobre Canudos. Todavia, não jogava palavras ao vento. Cotejava as informações recolhidas de oitiva, com o mesmo escrúpulo com que confrontava suas fontes escritas. Apurava, contrapunha dados, conversava com distintos narradores, repetindo temas, ratificando perguntas anteriormente formuladas a depoentes anteriores.

Muito embora fosse homem letrado, nascido de boa família, o que lhe possibilitou bons colégios e ingresso na prestigiosa Faculdade de Direito da Bahia, foi no convívio familiar que José Calasans

aprendeu valorizar a boa prosa. Ainda imberbe, nos idos da sua vivência na casa familiar da sua cidade natal, sua mãe recitava quadrinhas sobre Canudos. Nascida em 1885, dona Noemi tivera conhecimento do conflito que chegara até Aracaju, principalmente através da 2ª Coluna da 4ª Expedição, que, montada na capital sergipana e arredores, daí empreendeu marcha rumo ao sertão baiano.

Somavam-se a essa recitativa materna as visitas que frequentavam sua residência, pessoas idosas, cujas conversas transformaram o menino José em prematuro ouvinte daquelas reminiscências que recompunham antigos acontecimentos, costumes e histórias pitorescas que povoavam as memórias daqueles velhos amigos do seu pai. Estava nascendo, então, quem poderia supor, o “homem das glosas” que anos mais tarde daria forma ao indispensável “Cachaça, Moça Branca”, livro referencial sobre o folclore da “branquinha”, cuja principal matéria prima foi a lira popular, versos que Calasans recolheu entre os trabalhadores do Mercado Municipal da sua terra de nascimento.

O Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro, trabalho acadêmico publicado em 1950, não só assinala a “primeira valsa” do filho do Sr. Irineu e dona Noemi com os assuntos de Canudos, como traz em si a marca original que a oralidade popular imprime à história de Antônio Conselheiro e dos seus seguidores, protagonistas de um drama que, desenrolado nos ermos áridos da Bahia, chegou aos nobres salões da República, às redações dos jornais mais importantes do Brasil e às salas universitárias, até fazer-se presente nas conversas de confeitarias, quiosques, bondes e ruas badaladas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Canudos esteve entre os cristais da Colombo e os goles de parati, servidos nos botequins dos cortiços cariocas.

Ainda fortemente influenciado pela obra euclidiana – admiração que José Calasans jamais negou – o texto acrescenta e encanta, ao tempo em que retoca com novas cores a trajetória e o perfil do Beato de Quixeramobim e sua gente.

Como se desejasse preparar os seus julgadores, pois se candidatava a Docência Livre de História do Brasil na Universidade da Bahia, o moço sergipano ousa afirmar, digo ousa, pois naquelas quadras tal afirmativa soava quase sacrílega para os segmentos mais

conservadores, que “[...] Toda gente que estuda Antônio Conselheiro e seus sugestionados conhece, quase unicamente “Os Sertões”, que, em verdade, sendo o maior depoimento não é o único”. Ainda no corpo do texto introdutório, acrescenta uma alentada bibliografia, com trinta títulos, que permanecem fundamentais para quantos desejem enveredar pelos espinhosos caminhos da saga do Bom Jesus Aparecido e seus rebeldes do terço e do clavinote.

Metodicamente dividido em três temáticas, quais sejam, As fases do apostolado, com dois capítulos; A fase da Campanha, também em duas partes e A fase do Messianismo Conselheirista, ao que se segue as conclusões da tese, o então candidato, valendo-se primordialmente dos menestres do povo, reconta a história dos moradores da Tróia de Taipa, do jeito que o povo ouviu, decorou e foi passando adiante. É a verve do cego cantador, do poeta de cordel e seus livretos mágicos, do violeiro andejante a cantar de praça em praça, nas feiras, nos circos mambembes, nas vilas, povoados e lugarejos escondidos no oco do mundo.

Para cada etapa nomeada no índice, uma quadra, um versinho, retratos falados da alma peregrina do Bom Jesus Conselheiro, da sua gente laboriosa, crente e corajosa, do bom combate, lutado até os estertores finais da campanha sangrenta. Presentes, também, os algozes republicanos, como o Coronel Moreira César, talvez o mais temido de todos eles e, inequivocamente, o mais versegado.

José Calasans, contudo, não escapa ileso ao espírito do seu tempo. Como bem ensinou o velho Hegel, “[...] nos caracteres dos indivíduos mais notáveis manifesta-se o espírito universal da sua época”. Não fugiu à regra o mestre de Canudos. Reafirma, nas linhas conclusivas da sua obra, hipóteses e conceitos defendidos por autores que o precederam na narrativa do conflito e no delineamento da figura histórica de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro. Dessa forma, os combatentes conselheiristas são classificados “[...] como numeroso e agressivo grupo de fanáticos”, guiados por um líder carismático e somente capaz de conduzi-los por serem culturalmente atrasados.

Mas bom é saber que o mesmo autor dessas palavras confessaria, mais tarde, haver-se libertado do seu principal inspirador. Libertando-se do domínio euclidiano, abrindo as portas da “gaiola de ouro” que o mantivera prisioneiro como a tantos outros historiadores baianos e brasileiros, pode José Calasans dar importante contribuição aos estudos canudenses. Seus muitos títulos publicados, sempre caracterizados por amplo espaço conferido ao discurso popular, têm sido importante estímulo para o surgimento de novas pesquisas e publicações sobre a refrega entre republicanos e belomontenses.

Numa das quadras que recolheu para escrever sua obra pioneira, presente se faz o seu espírito de eterno aprendiz e de mestre apaixonado pelo seu ofício, e dela me sirvo para homenagear José Calasans Brandão da Silva, a quem tomo a liberdade de rebatizar “José dos Canudos”, na passagem do decenário da sua morte:

Quem ouvir e não aprender
Quem souber e não ensinar
No dia do Juízo
A sua alma penará

Manoel Antônio dos Santos Neto

Historiador e Pesquisador da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e do Centro de Estudos Euclides da Cunha (Ceec). Sócio Efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB).

Revista do In
do Instituto
stitit *aráp*
Ge *e*
ráfico e Histó
Th

Galeria de
Fotografias





Foto 1 – José Calasans, Bacharel em Ciências Jurídicas, turma de 1937, pela Faculdade de Direito da Bahia

Fonte: Acervo pessoal do Prof. José Calasans.



Foto 2 – José Calasans visita o set de filmagens do filme “Canudos”, do cineasta Sérgio Resende, a quem prestou consultoria
Fonte: Acervo pessoal do Prof. José Calasans.



Foto 3 – Assinatura no Livro de Posse para assunção no cargo de Vice-Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Fonte: Acervo pessoal do Prof. José Calasans.



Foto 4 – Discurso de posse no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.
Fonte: Acervo pessoal do Prof. José Calasans.

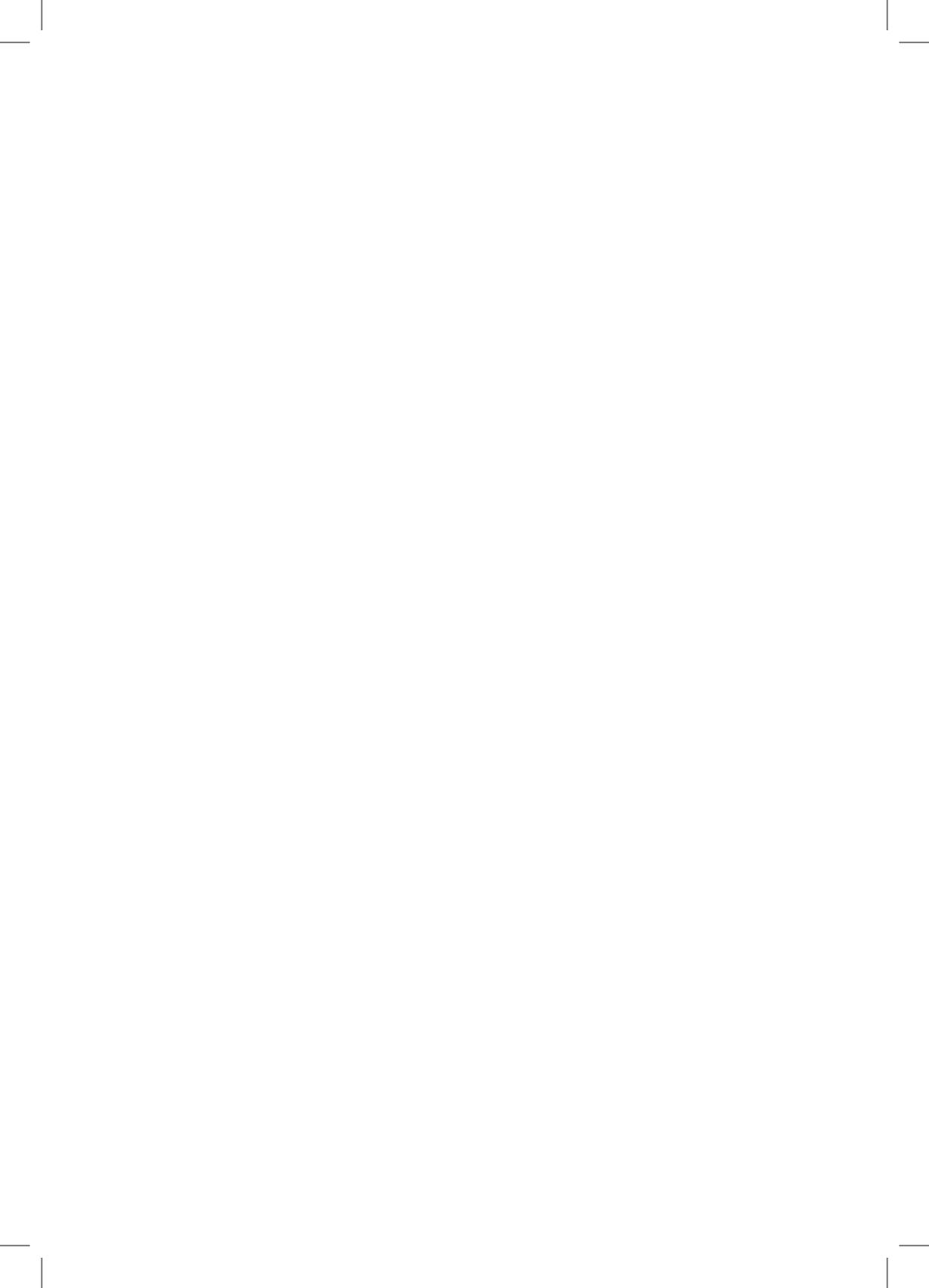


Foto 5 – O “marinheiro” José Calasans em Aracaju
Fonte: Acervo pessoal do Prof. José Calasans.



Foto 6 – Professor José Calasans e Pedro Calmon
Fonte: Acervo pessoal do Prof. José Calasans.

Memorial



Destacamento em operações no Estado de Sergipe

Ao pôvo e ás autoridades do Estado de Sergipe

Investido pelo Exm. Sr. Presidente da Republica da nobre e patriótica missão de restabelecer a ordem no Estado de Sergipe, entregando os poderes publicos ás autoridades legalmente constituídas, venho de pizar em terras sergipanas, onde disponho de fortes destacamentos de forças armadas sob o meu commando no Sul, Norte e Oeste deste Estado, auxiliadas por navios de Guerra, promptos todos esses elementos a executarem as ordens recebidas daquella alta autoridade, sitiando dentro de breve dias a cidade de Aracajú e suffocando a revolta, ahi existente.

Iniciando o restabelecimento da ordem faço publico, que nullos são todos os actos emanados dos revoltosos e que responsabilizados serão aquelles que os executarem.

Até que seja reempossado o Sr. Dr. Governador do Estado, serei como representante do Exm° Sr. Presidente da Republica, a autoridade local cujas determinações devarão ser rigorosa e rapidamente cumpridas afim de que sem delongas volte a está unidade da Federação o regimen da ordem de que foi violentamente afastada.

Espero que não terei occasião de exigir que sejam cumpridas minhas determinações, e que todos concorrerão espontaneamente para o restabelecimento da ordem, sem que seja necessario o emprego dos meios excepcionaes de que disponho conferidos pelo ESTADO DE SITIO, que, como sabeis, foi decretado para este Estado pelo praso de 60 dias.

Todas as autoridades deverão commigo se entender até que seja reempossado o Sr. Dr. Graccho Cardoso, no Governo do Estado.

Estancia, Estado de Sergipe em 25 de Julho de 1924.

(a) General **MARÇAL NONATO DE FARIA**,
Commandante das Forças em Operações.

Destacamento em operações no Estado de Sergipe

Fonte: Arquivo de imagens do acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

e)

Ao povo conterraneo de Sergipe!

A colonia sergipana de Alagoas, num gesto unanime de civismo, appella para os seus conterraneos, no sentido de evitar o inutil derramamento do seu sangue, neste instante extremo do Brasil.

Espera a grande colmeia sergipana de Maceió que os seus irmãos de Aracajú venham ao encontro das aspirações collectivas da Patria, coadjuvando em pról do restabelecimento da Lei e do imperio da Justiça.

A Revolução Brasileira é uma avalanche patriótica que se estende de norte a sul, num movimento unico de redempção.

Nada poderá deter essa torrente vertiginosa de opinião que vae reintegrar o Brasil na posse legitima dos seus desiguos constitucioaes. Já agora o Brasil é todo um grito de victoria que rebõa por todos os recantos, soerguendo a alma da Nação para a grande e completa reivindicacão liberal. Os sergipanos domiciliados em Maceió appellam para os seus irmãos de Aracajú, constituídos por seu governo, forças militares e povo em geral, afim de que sejam recebidas, pacificamente, as columnas da victoria que seguem, denodadamente, sobre a Capital.

E' o Brasil que marcha para salvar a Republica.

Conterraneos de Sergipe!

Recebei, todos vós, sergipanos, de braços abertos, os revolucionarios da Liberdade Brasileira. Juarez Tavora é o penhor da honra brasileira.

Este nome é a encarnação mais perfeita, na grande hora que atravessamos, do espirito em ansias da nacionalidade aviltada pelos falsos apóstolos.

Juarez Tavora é o symbolo do Brasil livre dos grilhões das tyrannias odientas.

Recebei em vossos lares, conterraneos, as legiões libertarias de Tavora.

São brasileiros que só desejam a nova Republica expurgada dos escravos brancos do despotismo.

Do vosso patriotismo tudo esperamos, conterraneos!

E' o Brasil que reclama a vossa cooperacão á causa sagrada da Republica.

Viva a Revolução!

Viva Juarez Tavora!

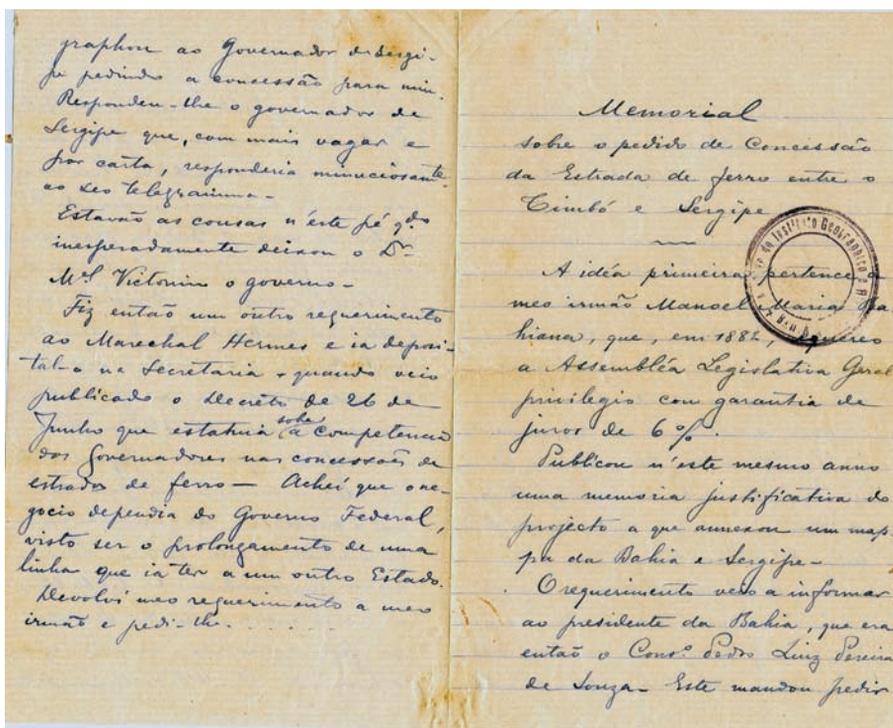
Viva Sergipe livre!

A COLONIA SERGIPANA DE ALAGOAS

27
2
5
4,6?

Ao povo conterraneo de Sergipe

Fonte: Arquivo de imagens do acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.



Memorial sobre o pedido de concessão a estrada de ferro entre o Timbó e Sergipe

Fonte: Arquivo de imagens do acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

informações a respeito a Diretoria das Obras Publicas e esta deu parecer favoravel em data de 12 de Junho de 1883.

Devolvido ao Governo Geral pelo referido Com.º Pedro Luis, com as competentes informações, foi ainda nos archivos da Assembléa Legislativa Geral o requerimento em questão.

Meu irmão acaba de tirar uma certidão da entrada d'esse requerimento na Secretaria da Assembléa e lavrou um protesto contra os novos pedidos, protesto que já teve entrada na Secretaria d'Agricultura -

Em Abril de 1889 meu irmão requereu de novo a concessão, mas d'esta vez dirigio-se a Assembléa Legislativa da Bahia pedindo o pri-

legio para a parte situada na Bahia Cabudo o imperio e ficando entretanto, an Assembléa Provincial, meu irmão encarregou-me de levantar de novo o pedido perante o então Governador D. Manuel Victorino Pereira - dirigindo-me a este na qualidade de procurador bastante de meu irmão e dizendo-lhe que ia requerer ao Generalissimo a concessão da estrada, fize em relatório que não o fizesse visto ter elle a competência para dar-me a concessão da parte de estrada contida n'este Estado. Para maior uniformidade de trabalhos e para que a parte de Sergipe me fosse concedida, como se requereu o honrado D. M.º Victorino Falle-

Memorial sobre o pedido de concessão a estrada de ferro entre o Timbó e Sergipe

Fonte: Arquivo de imagens do acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

- Memorial -

- 4 -

Por decreto de 2 de dezembro de 1890 o Govern^{to} do Es-
tado da Bahia concedeu ao engr.^o Luiz Augusto da Silveira
Bahiana privilegio por 50 annos para construcção, ar-
e-gas de uma estrada de ferro entre a estação do Fombó
e o Rio Real, limite da Bahia com Sergipe.

694
Assignado o contracto, deo o concessionario comecar
aos estudos definitivos da estrada no prazo estipulado
no contracto, sendo os estudos definitivos approvados por
acto de 17 de dezembro de 1892. pelo Governo.

A construcção da estrada, porém, não teve comecço por
motivos de força maior, como passa-se a expor.

O Estado da Bahia obrigou-se pela clausula 8.^a do
contracto a intervir junto ao Governo Federal afim de
que ao concessionario fossem concedidos os favores indi-
cados na mesma clausula, o que nunca fez, apesar das
reiteradas instanciaes do concessionario. Este, para não
perder tempo, visto ter capitães para dar comecço aos tra-
balhos de construcção da estrada, requereu ao Congresso
Federal pedindo os favores indispensaveis. Demorando
Congresso Federal em dar uma solucão ao pedido, fez o
concessionario segundo requerimento que, apesar dos
esforços do concessionario e por culpa do Governo da
Bahia não ter intervido, permaneceu na pasta de
uma das commissões da Camara durante tres annos
depois dos quaes deo. ella parecer, que foi approvado pela
Camara, sem discussão. O parecer dizia que a Cam-
ara reconhecia a utilidade da estrada, cujo traçado
entrava no plano de viação da Republica, mas...

10
6
1
1677

variava privilegio por 50 annos para construcção, e agora de uma estrada de ferro entre a estação do Timbó e o Rio Real, limite da Bahia com Sergipe.

Assignado o contracto, deo o concessionario commecç aos estudos definitivos da estrada no prazo estipulado no contracto, sendo os estudos definitivos approvados por acto de 17 de dezembro de 1872 pelo Governo.

A construcção da estrada, porém, não teve commecço por motivo de força maior, como passa-se a expôr.

O Estado da Bahia obrigou-se pela clausula 8.^a do contracto a intervir junto ao Governo Federal afim de que ao concessionario fossem concedidos os favores indicados na mesma clausula, o que nunca fez, apesar das reiteradas instanciaes do concessionario. Este, para não perder tempo, visto ter capitães para dar commecço aos trabalhos de construcção da estrada, requereu ao Congresso Federal pedindo os favores indispensaveis. Demorando o Congresso Federal em dar uma soluçã ao pedido, fez o concessionario segundo requerimento que, apesar dos reproves do concessionario e por culpa do Governo da Bahia não ter intervido, permaneceu na pasta de uma das commissões da Camara durante tres annos e mais dos quaes deo ella parecer, que foi approvado pela Camara, sem discussã. O parecer dizia que a Camara reatuecia a utilidade da estrada, cujo traçado entrava no plano de viaçã da Republica, mas que, em vista das condições financeiras da Republica não se achava mto. hospigiras, aguardasse o petiçionario ocasião oportuna.

Memorial sobre o pedido de concessão a estrada de ferro entre o Timbó e Sergipe

Fonte: Arquivo de imagens do acervo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Revista do In
do Instituto
stituto
Gráf
e
Gráfico e Histó
Th

**Espaço Aberto
Memorial
2 de Julho**



Reverência ao Dois de Julho

Consuelo Pondé de Sena

Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Encarno, neste instante, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), instituição encarregada de zelar pelos carros emblemáticos do Dois de Julho, conforme disposição do Major Cosme de Farias que, ao lado de um grupo de patriotas baianos, todos imbuídos de sadio desejo de cultuar e cultivar os brios cívicos, fez solene entrega dos símbolos patrióticos.

Além dessa vinculação afetiva à grande data, o edifício sede do IGHB foi inaugurado para, como monumento arquitetônico da cidade, marcar a saga heróica do 2 de Julho de 1923. Celebrava-se, naquela oportunidade, o centenário da vitória contra a dominação estranha e estrangeira, que tanto mal nos causava e tanto nos constrangia, sedentos que estávamos da conquista total da liberdade.

Esse é um mito da Casa da Bahia e do Estado da Bahia. Por essa razão os festejos do Dois de Julho são tão caros à Bahia e aos baianos, aos que dirigem e se associam à instituição cultural mais antiga do Estado, aos poderes públicos da Bahia, sejam os que representam as Vilas Confederadas, sejam os demais prefeitos de todos os municípios baianos. O sentimento de júbilo é de todos nós, irmanados no ideal comum e sintonizados com as aspirações da Pátria brasileira.

Daí a nossa defesa desse rico e simbólico patrimônio material e imaterial, que agasalhamos sob a nossa emoção e a nossa guarda, detentores que somos do mais rico acervo das e sobre as lutas empreendidas no território baiano, culminando com a vitória de 1823, quando rompemos definitivamente as amarras de Portugal, em benefício da completa e definitiva independência pátria.

Na sede do IGHB estão quadros de figuras vinculadas ao episódio do Dois de Julho, essas mesmas que são divulgadas anualmente pela imprensa, a fim de que a nossa gente conheça e identifique os vultos extraordinários dos combatentes, mas também saibam que a vitória é uma conquista dos guerreiros, dos soldados anônimos que lutaram, com denodo e patriotismo, sem aguardar o reconhecimento da História. Eram soldados, voluntários e milicianos, homens guiados pelo Visconde de Pirajá, por Silva Castro e outros, arregimentados de suas propriedades, sem prévio conhecimento da missão a cumprir, muitos escravos movidos pela esperança de se tornarem livres, com a obtenção da alforria.

A guerra foi intensa e cruenta, iniciando-se, a rigor, em fevereiro de 1822, ao ser nomeado Governador das Armas o brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo, incumbido de comandar as tropas baianas, em substituição ao baiano e brasileiro, Manuel Pedro de Freitas Guimarães.

Por conta daquela campanha memorável, estamos à espera do reconhecimento nacional da nossa data magna. Esforços têm sido desenvolvidos nesse sentido, por parte de vários dos nossos representantes na Câmara Federal, existindo, todavia, uma incompreensível desídia dos responsáveis pela tramitação do processo em curso, a fim de que seja aprovada nessa instância e possa merecer o apoio dos membros do Senado Federal.

Neste momento de expressiva manifestação cívica, na qual está envolvida grande parte do povo da capital e do Estado, quero de público, nesta praça histórica, agradecer ao DD. Governador do Estado, Dr. Jaques Wagner, a concessão da Medalha da Ordem 2 de Julho – Libertadores da Bahia ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em cerimônia realizada ontem à tarde, no Palácio Rio Branco. Ao fazê-lo retribui à Casa da Bahia o que a instituição tem

realizado ao longo de 117 anos de vida útil, significando, com o gesto magnânimo, o reconhecimento do Governo da Bahia, da sua gente e dos que reverenciam o brilhante desempenho da instituição na defesa e preservação dos ideais da liberdade e da independência.

Quero valorizar essa homenagem que muito desvanece a nossa Casa e aos que dela fazem parte, pois o reconhecimento do nosso trabalho é um alto prêmio aos nossos esforços, e um ato de justiça que o nosso Governador, baiano por opção e reconhecimento da Assembleia Legislativa do Estado, confere à Casa da Bahia, nos seus 117 anos de vida. Revelou com esse gesto magnânimo, que sabe ser justo e digno da nossa admiração. Bem entendeu sua Excelência que, premiando aos que fazem jus a essas dignidades, está praticando um ato sobrecarregado de baianidade.

A ele também se deve o decreto-lei que converteu o Hino Dois de Julho em Hino do Estado da Bahia.

Sois Baiano, Senhor Governador, por terdes recebido no dia 30 último a Cidadania Baiana e pela missão que tendes sabido cumprir com competência, sabedoria e sensibilidade, reveladas no trato competente, cordial e ameno com o povo deste Estado.

Transmito, neste instante, ao DD. Prefeito da Cidade do Salvador, governador desta cidade, Dr. João Henrique Barradas Carneiro, o significativo legado do povo baiano – os carros emblemáticos do Dois de Julho. Cabe-lhe, neste instante, a tarefa cívica e histórica de repassá-los à nossa gente, a fim de que se cumpra a tradição e se homenageiem os bravos heróis do Dois de Julho no patriótico desfile que sai da Lapinha e se dirige ao Campo Grande.



Um encontro singular: ao mestre Calasans

Roberto Nunes Dantas

Historiador e Documentarista da Universidade do Estado da Bahia
betodantas.canudos@gmail.com

A minha “história” com o grande mestre José Calasans teve início nos idos dos anos 1980, quando ainda estudante dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal da Bahia. Ali, como aprendiz curioso e entusiasmado com a perspectiva de uma futura carreira de historiador, fui seduzido, primeiramente, pelo reconhecido historiador baiano João José Reis, que me iniciou na pesquisa e me fez estudar, dedicadamente, sobre a rebeldia negra escrava na Bahia oitocentista. Assim, trabalho escravo e resistência negra foram os temas iniciais que me despertaram maior interesse, propiciando-me indispensáveis e prazerosas leituras, prática invariavelmente aconselhada pelo antigo mestre – e hoje grande amigo – João Reis.

Mas, ao mesmo tempo, deparei-me, em sala de aula, lá na saudosa Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, a movimentada “São Lázaro”, como aluno da disciplina Folclore, com a figura singela e inigualável do **Professor José Calasans**. Ao chegar, logo a todos demonstrou um jeito peculiar de repassar o seu profundo conhecimento, um modo inegavelmente sedutor de ministrar os conteúdos da referida disciplina, contando “causos”, recitando versos, lembrando velhas cantigas populares. Eram momentos

primorosos para jovens que, como eu, pouco conheciam acerca da realidade sertaneja. Absortos, aprendíamos os versos permeados de humor e denúncias que compunham os cordéis, os desafios vociferados pelos repentistas nas portas dos mercados e feiras livres do sertão, e tudo isso disponibilizado, diria mesmo afetuosamente, pelo nosso Mestre Calasans. Ficávamos realmente surpresos com a capacidade de memória daquele “velho jovem”, de bochechas recheadas e de fala mansa e compassada, propiciando-nos, com fidalguia e generosidade, qualificado conhecimento. Eram, certamente, as mais prazerosas aulas daqueles tempos!

Passados alguns anos, já no exercício docente na Uneb, e trabalhando no Centro de Estudos Euclides da Cunha, CEEC, reencontrei o Professor José Calasans. Era o mesmo senhor. Era a mesma generosidade. Era o mesmo ímpeto para falar das coisas do sertão e, em particular, das que ensejaram a vida de Antônio Conselheiro e do trágico Episódio de Canudos. Percebi, de imediato, que um interessante caminho se descortinava, no que se referia, é claro, ao meu envolvimento com os estudos sobre Canudos. Ali reencontrava o meu professor “contador de causos”, sabedor das mal aventuradas notícias do Peregrino Cearense, Antônio Conselheiro, e do seu instigante, resistente e solidário Arraial, o Bello Monte. Feliz reencontro!

Integrando a equipe de historiadores do CEEC, participei, em algumas oportunidades, de semanas culturais no Município de Canudos, bem como de pequenos colóquios e de importantes seminários, nos quais, indiscutivelmente, o nosso Mestre, aqui com justiça lembrado, presenteava-nos com o seu saber, provocava-nos para a continuidade dos estudos e pesquisas sobre o tema, apontando, com rara sensibilidade, os atalhos ainda pouco perscrutados, as dúvidas não totalmente dirimidas, as questões insuficientemente respondidas. Impressionava-me, nesses encontros, a sua incansável disposição para falar de Canudos, dos seus muitos e significantes atores, das polêmicas e mesmo das mentiras atribuídas ao conflito e à vida do seu maior líder. Todavia, impressionava-me mais ainda, e bem sei, a tantos outros, a sua humildade e a sua generosidade em disponibilizar seus conhecimentos, partilhando-os sem qualquer vaidade! Penso, inclusive, ser essa uma das

tantas qualidades com que o Professor Calasans atraía, cotidianamente, a quantos dele se aproximavam.

Dois “interesses” – permitam-me a expressão – seduziram-me naqueles novos “dias de Calasans”: um deles, dada à minha experiência acima relatada com o Professor João Reis, dizia respeito à verificação e, conseqüentemente, à importância, da presença do elemento negro, os ditos negros “13 de maio” a que tanto o nosso Mestre Calasans se referia, no Arraial do Bello Monte. O outro se relacionava com as chamadas “falas” da imprensa baiana, referentes à figura do Conselheiro e à própria Guerra que se abatia nos sertões baianos naqueles idos de 1896/97.

Iniciei, estando no CEEC, breve pesquisa no próprio acervo disponível no órgão, depois no setor de periódicos da Biblioteca Pública, lá nos Barris, e nos arquivos do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, na Piedade, ajuntando, e esse é mesmo o termo, reportagens diversas e artigos publicados nos poucos jornais a que tive acesso. Muitos exemplares, nessas duas últimas instituições, estavam sem a menor condição de consulta. Não levei adiante esse trabalho. Entretanto, o mais importante para a minha vida acadêmica é que já estava ganho, como estudioso da história, para a causa de Antônio Conselheiro e da efêmera existência da sua “Cidadela Sagrada”, onde foram, absurdamente, sacrificadas quase 20 mil almas.

Passados os anos, mergulhei, com afinco, num interessante projeto, voltado para o campo da oralidade temática em história, intitulado **“Os Intelectuais e Canudos; o discurso contemporâneo”**. Essa iniciativa, amadurecida no contexto das celebrações do centenário do fim da Guerra de Canudos, em 1997, tinha como objetivo primacial colher depoimentos da chamada intelectualidade brasileira que se debruçava sobre o tema Canudos, reunindo-os numa obra acadêmica. Nesse projeto, que afinal resultou em dois volumes, tive a grata parceria do Prof. Manoel Neto. Alguns dos ilustres depoentes dessa enriquecedora experiência nos foram indicados pelo querido mestre Calasans.

Partilhava, ao lado de outros colegas, naqueles dias difíceis de 1997, incômodas insatisfações para bem desenvolver o meu trabalho

no CEEC, e desiludido sofria com a falta de perspectivas para atuar, com profissionalismo e liberdade, nos campos que tanto me seduziam: na consecução de grandes efemérides abordando o tema Canudos e na produção de uma obra acadêmica mais elaborada, resultante de pesquisas mais apuradas que então suscitassem discussões e provocassem novas e tão necessárias interpretações acerca do tema Canudos. Em algumas oportunidades, lembro bem, visitamos, Manoel e eu, o nosso Mestre Calasans, ali no seu escritório, no Pelourinho. A palavra dele a mim confortava. Na real, implicava um terno, inteligente e necessário chamamento!

Assim, vencidas as barreiras e contornados alguns conflitos, publicamos as diversas e polêmicas leituras e interpretações sobre o tema Canudos, então defendidas pelos intelectuais do presente, aos quais chamávamos, durante as discussões que fazíamos na feitura da nossa obra, de “euclidianistas” e “conselheiristas”. Foi um trabalho exaustivo, complicado, de difícil condução, mas responsabilmente tocado frente às precárias condições de uma Universidade Pública como a nossa, sem recursos, pois carecíamos de viajar aos diferentes pontos desse imenso Brasil, para colher depoimentos, os mais indispensáveis.

Sim! Realizamos! E o momento de maior emoção foi quando levamos a obra pronta para o conhecimento do nosso Mestre. Ele, já no seu leito de morte, com a sua soberana simplicidade, com a sua paixão inabalável pelo tema de sua vida, chorou e, pela dificuldade da fala que já lhe acometia, fez questão de tocar as nossas mãos. O seu olhar de aprovação marcou-nos profundamente! A ele, como não poderia deixar de ser, dedicamos o Livro. Cumpre-me dizer que para esse trabalho, inúmeras vezes, o consultamos, buscando as suas sábias orientações. Em todas as oportunidades, ainda que gravemente enfermo, atendeu-nos e incentivou-nos. **O que mais posso falar desse homem apaixonado e apaixonante?**

Hoje, após todas essas inesquecíveis lições, depois de ter testemunhado o comovente envolvimento e a persistente ligação do professor José Calasans com o tema Canudos, de tê-lo conhecido de perto e de ter sido seu aluno, continuo, com dedicação, a “trabalhar” o tema Canudos, ministrando aulas no Curso de Extensão que criei e que

a UNEB acolheu e no qual abordo a saga de Conselheiro e o Episódio Canudos. Curso este que me dá, não só a prazerosa oportunidade de também atrair novos estudantes para o conhecimento de tão rica e bela temática, mas, ao mesmo tempo, de levá-los, duas vezes por ano, aos sertões de Canudos, onde eles se defrontam com os sítios da Guerra, demarcados pela UNEB no seu Parque Estadual, com os resultados preliminares da pesquisa arqueológica, constantes do Memorial Antônio Conselheiro, além da necessária experiência de trocar impressões e saberes com os jovens do lugar e de admirar as belas paisagens sertanejas. É que o nosso mestre sempre pontuava: “[...]Uma coisa é se falar de Canudos. Outra é pisar em Canudos”!

Mas o meu envolvimento com a história de Canudos, com a saga do Conselheiro e, conseqüentemente, com o drama e os sonhos de milhares de seus devotos seguidores, em sua maioria sertanejos verdadeiramente explorados pelos seus rudes e avarentos “patrões”, despertou-me, também, pisando aqueles solos ressequidos e pedregosos, para a realidade caótica em que vive, ou melhor, sobrevive a sua gente.

O mestre Calasans, muito sutilmente, já apontava para a necessidade de uma maior atenção e de um devido respeito para com aquela região historicamente sofrida e permanentemente relegada pelos poderes constituídos e cujas conseqüências ainda hoje, bem sabemos, são facilmente percebidas. Lembro-me que, em muitas de suas falas, o Velho Mestre reclamava do preconceito de alguns estudiosos, sejam os da História, sejam os de outras áreas afins, em “tratar” do tema Canudos e de suas poucas preocupações com as precárias condições em que vivia o povo sertanejo.

Testemunho, quando das minhas idas a Canudos e ao seu entorno, os índices preocupantes de alcoolismo, de drogas e de gravidez precoce relacionados à grande parte de sua juventude. Muitos jovens – e basta conversar mais detidamente –, em razão da real falta de perspectivas, de lá ainda debandam, iludidos por uma enganosa aventura de fácil conquista nas grandes cidades sulistas, nas quais, na verdade, moram em suas rudes periferias e, quando, evidentemente, conseguem alguma colocação, tornam-se subempregados, vítimas de toda espécie de discriminações, experimentam privações, não raro enveredam

pelo caminho tortuoso e efêmero da marginalidade, alguns até com dificuldades para o triste retorno. Verdade, também, que poucos, com demasiado esforço, vencem, alcançando os bancos universitários, constituindo-se, certamente, em minoria, entre os seus pares.

Hoje, estudo, trabalho e, porque não dizer mesmo, respiro Canudos, a sua história, como de resto a cultura e a religiosidade sertanejas. Dando continuidade aos ensinamentos do saudoso mestre, idealizei e atuo – dispondo da efetiva parceria de muitos colegas pesquisadores da UNEB e de outras instituições acadêmicas – em projetos de pesquisa e de extensão universitárias, tendo, da mesma forma, produzido alguns documentários temáticos e uma nova obra acadêmica, mais particularmente voltada àqueles chamados iniciantes ou curiosos dos estudos canudenses. Falo, com imenso prazer e dedicação, das andanças frequentes pelas belíssimas e singulares paragens sertanejas, em especial pelas históricas cidades que configuraram o dito “palco estratégico” da Guerra de Canudos, um labor cotidiano, um saudável exercício, a partir do qual ganho diletas amizades e o indispensável aprendizado sobre as coisas e fatos dos sertões.

Gostaria, portanto, quando desse momento de carinhosas lembranças e de justas homenagens ao nosso mestre José Calasans, de a elas humildemente me integrar, clamando aos jovens pesquisadores, em seus diversos campos investigativos, pela continuidade dos estudos e das reflexões sobre a vida de Antônio Conselheiro e do seu resistente Arraial do Bello Monte. **Salve Canudos! Salve o mestre Calasans!**

Um velho documento: anotações de um mestre

Manoel Antônio dos Santos Neto

Historiador do Centro de Estudos
Euclides da Cunha da Universidade do Estado da Bahia
mnbellomonte@gmail.com

Onde andará o mestre agora?
Recluso entre nuvens e alfarrábios?
Talvez repousando entre sábios
No refúgio luminoso da aurora.

Ausência, Manoel Neto

As anotações que sucedem a este texto, de autoria do professor José Calasans Brandão da Silva, morto em 28 de maio de 2001, nos foram entregues pela professora Walnice Nogueira Galvão quando a entrevistávamos em São Paulo, no ano de 1999, eu e o professor Roberto Dantas, para o nosso livro “Os Intelectuais e Canudos – O Discurso Contemporâneo”, v. 2, edição lançada em maio de 2001. Disse-nos, então, a professora Walnice que o texto lhe fora passado pelo próprio autor, como um roteiro para uma exposição que pretendia fazer durante encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, ocorrido em 1984, na cidade do Recife. Não sabemos

mesmo se o pronunciamento ocorreu, o que não invalida a importância do documento.

Os originais, por sinal, permanecem em nosso poder, mas o que não sabemos é se o mestre pautou sua fala de acordo com o esquema pretendido, vez que, costumava ele recorrer, com frequência, à sua prodigiosa memória, razão pela qual os textos preconcebidos sempre incluíam preciosas digressões, detalhes de antigas conversas de oitiva ou lembranças de observações grafadas em suas famosas cadernetas, alfarrábios para os quais destinou encaminhamento prévio, de acordo com instruções confidenciais a Dona Lúcia, sua dedicada companheira, antes da despedida definitiva. Ao que sei, aliás, as tais e preciosas cadernetas foram escrupulosamente destruídas de acordo com a vontade do ilustre anotador.

Filiado a uma corrente historiográfica mais preocupada em *narrar* que em *interpretar* os fatos históricos, como destaca o professor Jairo Nascimento, na sua obra “José Calasans e Canudos, a história reconstruída¹”, em trecho no qual afirma: “[...] Como homem do seu tempo, sua forma de escrever e conceber os estudos históricos pode ser caracterizada como positivista, não só por alguns temas e objetos da pesquisa, mas também pela postura teórico-metodológica, baseada na narração dos fatos históricos”. Postura, deduzimos, que o levou sempre a manter-se cautelosamente equidistante das formulações teóricas mais densas, muito principalmente nas publicações escritas, porquanto, nos encontros acadêmicos, científicos e culturais a que sempre comparecia, quando convidado, muito embora não fosse seu assunto preferencial, respondia sempre às indagações dessa natureza, ocasionalmente surgidas nos debates, com seu habitual bom humor, erudição e cordialidade. Muito embora vinculado a uma escola que Carvalho conceitua como positivista, Calasans jamais subestimou a importância da historiografia interpretativa, como revela sua análise do livro “Canudos, a guerra social²”, obra de um autor marxista e acentuadamente preocupado em explicar os fatos históricos, encadeá-los, dar-lhes uma leitura

1 NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. **José Calasans e Canudos: a história reconstruída**. Salvador: Edufba, 2008. 200 p. il

2 MONIZ, Edmundo. **Canudos a guerra social**. Rio de Janeiro: Elo, 1987. 321 p.

materialista dialética: “O Edmundo Moniz, na minha visão, ordenou a história de Canudos, indo buscar alguns elementos que jamais tinham aparecido, como o problema político baiano”. Escrita tendo por base conceitual o materialismo histórico, a publicação de Moniz insere, além de uma narração factual dos acontecimentos transcorridos nos sertões baianos, uma dialética avaliação conjuntural sobre a Bahia e o Brasil, considerando, inclusive, os antecedentes históricos que viriam a interferir nas tensões sócio-políticas à época dos sucessos de Canudos.

Intelectual e pesquisador de assuntos variados, tendo estendido seus estudos a temas como movimentos sócio-religiosos, Revolução de 1930, biografias, literatura de cordel, folclore e tantos outros, Calasans marcou sempre seus trabalhos pela persistente coleta de dados, pela metódica confrontação das fontes coligidas e pelo reconhecimento respeitoso à tradição oral, recurso a que recorreu com constância para elaborar grande parte da sua obra. Bom de conversa, José Calasans era igualmente bom ouvinte.

Gostava de trocar ideias com quantos o procurassem, idosos, jovens pesquisadores, curiosos ou autores de nomeada, mostrando igual interesse em palestrar com a gente do povo. Corrobora nossa afirmativa seu depoimento, concedido a Marco Antonio Villa e José Carlos Pinheiro³, quando, ao discorrer sobre suas pesquisas ainda em terras sergipanas, mencionando a busca de informações para o “Cachaça, Moça Branca”, contou: “[...] Todos os sábados à tarde, ia ao mercado e à praia. Quando eu chegava diziam: *chegou o homem das glosas*”. Relembrava saudosos e com pedagógica autocrítica seus encontros com Pedrão, Honório Vilanova e outros sobreviventes de Canudos, dos quais não teria extraído mais informações sobre a vida na vila conselheirista, “por não saber perguntar”, como, por vezes, modestamente afirmava. Aqueles que partilharam com ele os dias do Museu Eugênio Teixeira Leal, como uma de suas auxiliares, Mônica Teixeira, testemunharam seu apreço e curiosa convivência com os moradores do Pelourinho, onde funcionava a Instituição, parando sempre para um dedo de prosa, uma pergunta sobre a vida no lugar, enfim, para se enfronhar

3 VILLA, Marco Antonio. **Calasans, um depoimento para a história**. Salvador: Gráfica da Uneb. 1998. 140 p. il.

no ambiente do “Pelô”, carinhoso diminutivo usado pelos moradores do local para designar o famoso logradouro, o qual, divertidamente, incorporou ao seu vocabulário. Amava verdadeiramente a prosa do povo, não apenas se servia dela. Não foi sem resistência, todavia, que incorporou a narrativa das pessoas simples à sua produção acadêmica e intelectual. Na mesma entrevista com Villa e Pinheiro declara: “[...] O Hélio Viana examinando o meu trabalho estranhou a importância que dei às fontes orais⁴”. Ele se referia ao “Ciclo Folclórico do Bom Jesus Conselheiro⁵”, contribuição inaugural nos seus cinquenta e um anos de dedicação a saga canudense.

Mas é com “Fernão Ataíde e a Santidade do Jaguaribe”, opúsculo editado em 1952, que abordaria, com tintas mais intensas, o que se conceitua como religiosidade popular. Confessa: “[...] Sim, a “Santidade de Jaguaribe⁶ acabou me jogando nesse problema, digamos assim, messiânico”. Preparado para ser dito no II Congresso de História da Bahia, esse estudo que noticia acontecimentos verificados no século XVI no Recôncavo Baiano, quando investiga a rebeldia dos índios tupinambás contra o domínio lusitano, insurbodinação esta marcada singularmente pela união de componentes da cultura indígena com a realidade cristã, evidencia o pesquisador rigoroso e atento, consciencioso no trato das suas fontes e criterioso nas suas consultas bibliográficas, ao tempo que abre frestas para fazer penetrar a luz sobre um tema ainda encoberto pelas sombras obscurantistas da historiografia oficial.

Ao se preparar, em meados da década de 1980, para integrar conclave na Reunião Anual da SBPC, organizou “Esquema da comunicação a ser apresentado à Mesa Redonda sobre “Aspectos do Mundo Rústico”, patrocinada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Recife, julho de 1984”. O documento está estruturado de

4 CALASANS, José. **O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro**: contribuição ao estudo da campanha de Canudos. Salvador: Tipografia Beneditina, 1950.

5 Idem.

6 VILLA, Marco Antonio. **Calasans, um depoimento para a história**. Salvador: Gráfica da Uneb. 1998. 140 p. il.

forma didática, demonstrando que a alma do professor não abandonava o intelectual, ao contrário, amalgamava-se, possibilitando, assim, que o velho docente mantivesse sempre sua narrativa pedagógica, paciente e detalhada, transformando seus pares e ouvintes em atenta audiência.

Dividido em sete itens, nos quais vai apresentando suas fontes, o “Esquema” cita exemplos ilustres, cita leituras e delinea suas impressões sobre o tema abordado. Calasans inicia suas anotações falando da hierarquia no catolicismo popular, assunto para o qual teria sido despertado pelo velho Honório Vilanova, passando então “[...] a colher elementos sobre o assunto”⁷. Discorre sobre as diferentes graduações dessa suposta hierarquia, que ainda não mereceu de historiógrafos, sociólogos, antropólogos e especialistas em religião e religiosidade, interesse mais pormenorizado, averiguação mais sistemática.

Por “mundo rústico”, tema da Mesa organizada na SBPC de 1984, entendem-se as formas de vida e organização societária nas zonas rurais, em contraponto ao que, supostamente, seria o mundo letrado e culto das sociedades urbanas maiores e mais complexas. Percebe-se que tal conceito categoriza, preconceituosamente, as manifestações culturais expressas pelos setores dominados do mundo agrário, quais sejam, camponeses, agregados, pequenos proprietários e despossuídos de diferentes matizes, como índios, negros e suas diversificadas descendências. O que não é espelho da camada dominante é inferior, devendo ser combatido, substituído ou exterminado. Sobre o assunto, vale o alerta do professor Waldo Cesar inserido no artigo “O que é Popular no catolicismo Popular”: “[...] A noção geral de popular, em meados do século XIX (e ainda em muitos círculos deste final de século), era a de tudo que representasse o supersticioso, o grosseiro, curioso, vulgar”⁸

7 CALASANS, José. **Esquema da comunicação a ser apresentada à Mesa Redonda sobre “Aspectos do Mundo Rústico”**. In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, Recife, 1984. 2 p. Documento datilografado.

8 REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA. **Catolicismo popular**. Petrópolis: Vozes, 1976. v. 36, 280 p.

No que concerne aos ritos de fé e religiosidade desses segmentos sociais, amálgama do catolicismo ibérico, herdado dos colonizadores europeus, com crenças indígenas e africanas, podemos afirmar que é um universo povoado de beatos, peregrinos, rezadeiras, curadores e benzedoras; de terços e de patuás, de orações repetidas cotidianamente para proteger o corpo e salvaguardar o espírito, mundo onde os santos são interlocutores diretos dos seus devotos, credores de milagres e confidentes íntimos dos desejos materiais e dos anseios divinos de cada indivíduo ou de uma comunidade.

Assim, é que São José manda chuva, Santo Antonio é casamenteiro, São Pedro protege as viúvas, prerrogativas que os fazem adorados e respeitados, ao passo que igualmente os torna alvos de cobranças e represálias quando algumas aspirações não se cumprem. Por outro lado, promessa é dívida e deve ser paga escrupulosamente ao santo credor. Para as autoridades eclesiásticas e o clero católico, entretanto, tais práticas não se coadunam com a ortodoxia do culto, ferindo, frontalmente, as orientações de Roma, para quem o controle sobre esses grupos sociais e suas formas peculiares e autônomas de exprimir fé e religiosidade representam posição estratégica na sua aliança histórica com o Estado burguês e os grupos socialmente dominantes. Assim, considerando, é que Pedro Ribeiro de Oliveira define o catolicismo popular “[...] como um conjunto de representações e práticas religiosas, auto-produzidas pelas classes subalternas, usando o código do catolicismo oficial”. Ressalvando adiante: “[...] A auto-produção religiosa popular não fica, portanto, separada da produção oficial, mas guarda com ela uma relação dialética: ela exprime as condições de existência das classes dominadas e subalternas, fazendo uso dos códigos oficiais⁹.” A opinião semelhante expressa Luitgarde Barros: “[...] Olha, o catolicismo popular é uma vertente do catolicismo romanizado. A linguagem é a mesma, o mesmo mito e até têm problema comum, é que ele está sempre aquém da modernização, como o Vaticano”. Para ela, todavia, existe um ponto de ruptura que distancia os dois segmentos: “[...] O que caracteriza o catolicismo popular é que, quando o homem vive na sua integralidade material, sua crença

9 OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. **Religião e dominação de classe**: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985. 357 p.

católica, ele começa a reconhecer em determinadas pessoas o protótipo do que o Cristo recomenda. E, quando ele reconhece isso em alguém, este é o seu santo! Essa é a principal ruptura do Vaticano. Ele rouba do Vaticano o monopólio do sagrado”.¹⁰

Os peregrinos, beatos e Conselheiros que povoam a história do Brasil com enraizamento profundo na memória e na crença popular são em verdade representações genuínas deste chamado “mundo rústico”, do dito catolicismo popular. A mesma Luitgarde, há pouco referenciada, teoriza que “[...] O beato é a emergência dos sertanejos, o beato emerge deles!”¹¹. O discurso e a prática de cada um, ainda que em períodos e circunstâncias históricas diferenciadas reflete a profunda identidade com o mundo do qual emergiram. A leitura da Bíblia e de obras como “A Missão Abreviada”, “Lunário Perpétuo” e Horas Marianas¹², por exemplo, e a concretude de ações sociais que os transformam em lideranças amplamente reconhecidas e respeitadas pelas gentes humildes das pequenas cidades e vilas interioranas, rivalizando e muitas vezes ultrapassando o prestígio dos párocos locais constituíram uma ameaça ao monopólio do sagrado tão severamente preservado pela alta hierarquia católica. Ao romanizar-se no final do século XIX, a Igreja Católica através de sua mais graduada hierarquia – Cardeais e Bispos – planejaram e executaram medidas objetivando restituir aos párocos, sobretudo na zona rural do país, a autoridade eclesiástica e moral abaladas pela forte vinculação funcional e política com o Estado e as classes dominantes regionais e locais, atuando, corriqueiramente, como braço auxiliar desses setores. Dessa maneira é que as lideranças leigas, notadamente aquelas emergentes das classes subalternas nas quais se enquadram penitentes, beatos e conselheiros, lídimos representantes do catolicismo transgressor que santificava os seus eleitos e dialogava com o Superior sem a intermediação dos

10 NETO, Manoel; DANTAS, Roberto. **Os intelectuais e Canudos**: o discurso contemporâneo. Salvador: Eduneb, 2003. 302 p. il.

11 Idem.

12 Para melhor juízo sobre a formação cultural e o discurso religioso de Antonio Conselheiro é esclarecedor o trabalho de Bartolomeu Mendes de Jesus, *A Formação Intelectual e a Oratória de Antonio Conselheiro*, ensaio publicado em 1997, pela editora BDA.

padres foram estrategicamente afastados, colocados em plano inferior e submetidos mediante forte coação à autoridade da Igreja. Quem não negociou seu povo pereceu com ele, como ocorreu em Canudos, no Caldeirão Grande, no Contestado e em Pau-de-Colher.

Incontestável é que popularíssimo por suas pregações religiosas nas quais exortava os seus ouvintes ocasionais e seguidores contumazes a uma vida de trabalho e orações, Antônio Conselheiro foi ele próprio operoso construtor de igrejas, aguadas e pequenos açudes, reparador de cemitérios e outras edificações sacras, cuidando, com igual desvelo, da existência terrena dos seus seguidores, dando-lhes pão e trabalho, recorrendo, inclusive, à caridade pública para saciar a fome e a sede daqueles mais necessitados.

Trabalhou a vida toda, mourejou nas mais diversas profissões e fez do seu apostolado valiosa lição de exemplo moral e de trabalho honesto. Seguiu os ensinamentos do padre Mestre Ibiapina para quem o bom cristão não era aquele fervoroso tão somente nas orações e ofícios sagrados; o bom servo de Deus também se forjava na labuta e na solidariedade irrestrita aos mais pobres, tarefa que cumpriu como devotado operário de Cristo, ao construir as suas educativas “Casas de Caridade”, onde acolheu centenas de camponesas da Paraíba e adjacências.

Em momentos estratégicos da história brasileira, Antônio Conselheiro se colocou com independência e não se furtou de explicitar suas opiniões, mesmo quando divergiu da orientação da Igreja Católica, como quando se manteve em franca oposição ao regime republicano, em oposição à postura oficial da hierarquia eclesiástica dirigente, que buscava a reconciliação política entre a Igreja e o Estado, motivada por razões políticas e econômicas¹³.

Especulamos que o professor José Calasans Brandão da Silva, ao apresentar como teor da sua comunicação as informações que recolhera sobre a hierarquia do catolicismo popular, tivera em Antonio Vicente Mendes Maciel principal paradigma para formar um juízo sobre o que

13 Sobre o assunto sugerimos a leitura do livro **Religião e dominação de classe**, de Pedro Ribeiro de Oliveira, já citado neste texto.

lhe chegara pela prosa de Honório Vilanova e outros informantes, como também pelo que coligira em suas pesquisas arquivísticas, ao longo de décadas. Ajuizou, sem dúvida, sobre a força política e a capacidade de mobilização dessas lideranças e o papel histórico desses indivíduos nos inúmeros confrontos sócio-religiosos que irromperam na complexa transição do Brasil Monárquico para Republicano, período marcado pelo processo de romanização da Igreja Católica no país – ganhando força o poder papal e a reabilitação moral e intelectual dos párocos junto aos fiéis, ao tempo em que cuidava de esvaziar o papel das lideranças laicas nos cultos e no apostolado – mudanças estratégicas para os novos tempos, quando perdera status de religião oficial e extinguiu-se o Padroado dando lugar, agora, à liberdade de culto, ao ensino laico, ao casamento civil e outras substanciais alterações incluídas na Constituição Republicana de 1891¹⁴, medidas liberais e secularizantes.

Dez anos transcorrem do desaparecimento do professor e 27 nos distanciam das anotações redigidas para o Encontro da SBPC de 1984, decursos de tempo que não fizeram submergir, na obscuridade, a figura do mestre nem a sua obra. Quanto ao tema persiste atual apesar do incremento de estudos acadêmicos dirigidos para a compreensão das crenças populares. Se os Beatos hoje são poucos e os Conselheiros desapareceram, os penitentes ainda percorrem caminhos e rodovias amontoados em veículos precários, pousando em espaços públicos ou modestísimas pensões para pagar suas graças, reverenciar seus santos, professar sua fé. Descalços, por vezes, pobremente vestidos, contritos e obstinados, sobem de joelhos escadarias íngremes, carregam pesadas cruzes com o fito de depositar, ao fim da jornada extenuante, seus ex-votos, testemunhos incontestes da crença inabalável e do benefício conquistado, fruto do rogo ao Santo predileto e das orações repetidas horas a fio, muitas vezes, sob a luz tênue de um pequeno toco de vela. Assim são os homens e mulheres de fé dos sertões de ontem e de hoje. Ainda é tempo de aprender e tempo de contar como ensinou o mestre José Calasans Brandão da Silva.

14 Leitura esclarecedora sobre o tema é o livro **A Igreja Católica no Brasil República**, de Oscar Lustosa, Edições Paulinas: São Paulo 1991. 175 p.



Beatos e conselheiros

Manoel Antônio dos Santos Neto

Historiador do Centro de Estudos
Euclides da Cunha da Universidade do Estado da Bahia
mnbellomonte@gmail.com

Esquema da comunicação a ser
apresentada à Mesa Redonda sobre
“Aspectos do Mundo Rústico”,
patrocinada pela Sociedade Brasileira
para o Progresso da Ciência. Recife,
julho de 1984.

José Calasans Brandão da Silva
Faculdade de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade
Federal da Bahia.

1. Num encontro com Honório Vilanova¹, que viveu no arraial de Canudos, ouvi do centenário jagunço, que conhecera Antonio Vicente Mendes Maciel, no Ceará, como Beato, e foi depois vê-lo na Bahia como Conselheiro, explicando-me, então, que o BEATO² é uma categoria menor, pessoa que vive de rezar e angariar dinheiro para a Igreja, ao passo

1 Honório Vilanova. Irmão do famoso Antonio Vilanova, o mais importante e poderoso comerciante de Canudos. Nascidos em Assaré, no Ceará, migraram para a Bahia fixando-se em Vila Nova da Rainha, hoje cidade do Senhor do Bonfim, de onde se transferiram para Canudos.

2 Para o professor e historiador Marco Antonio Villa, autor do livro “Canudos, o povo da terra”, “[...] O beatismo brasileiro deve ser entendido como um elemento de continuidade da tradição profética judaico-cristã”.

que o CONSELHEIRO³ possui condições para pregar, dar conselhos, dirigir Beatos⁴. Despertado pela informação, passei a colher elementos sobre o assunto, aqui apresentados para debate sobre o tema.

2. Em fins do século passado, quando Antônio Conselheiro peregrinava pelos sertões baianos, existiam outros conselheiros. Na própria Bahia, vivia o Conselheiro Francisco⁵, apontado como construtor da Igreja do Cumbe⁶, hoje Euclides da Cunha; em Pernambuco morava o Conselheiro Guedes⁷, dono de uma engenhoca, vestido como frade carmelita e ledor da “Missão Abreviada”⁸.

3 Ratificando a informação colhida pelo professor Calasans junto a Honório Vilanova, Alexandre Otten no seu livro “Só Deus É Grande”, à pagina 146, afirma-se referindo ao título de Antonio Mendes Maciel: “[...] Conselheiro é aquele que fala, que dá conselhos. Um penitente ou beato não prega”.

4 Comprovando a informação de Honório Vilanova existe no acervo documental do Instituto Geográfico Histórico da Bahia – IGHB, bilhete de Antonio Conselheiro dirigido ao beato Paulo José da Rosa, incumbindo este de providências relativas à colocação de imagens no templo de Santo Antonio, construção da qual fora encarregado pelo Taumaturgo cearense.

5 De acordo com Dionísio Nóbrega, estudioso que mantinha com o mestre Calasans permanente diálogo e estreita convivência pessoal e intelectual, “[...] os mais velhos de Quijingue afirmavam que o Conselheiro Francisco era sergipano”, porém, desconheciam de que cidade daquele Estado. O mesmo Dionísio disse-nos que Francisco construiu a Igreja de São João em Quijingue e a antiga Igreja do Cumbe, hoje município de Euclides da Cunha, fato que José Calasans demorou em aceitar, convicto de que era ter o templo erguido por Antonio Conselheiro, sendo depois de muita insistência convencido pelo próprio Dionísio que recolhera informações na tradição oral daquelas cidades.

6 Antiga toponímia do hoje município de Euclides da Cunha. A mudança do nome da cidade ocorreu por iniciativa de José Aras, poeta, pesquisador e escritor nascido no lugar.

7 Não há muitas informações sobre este Guedes nos registros documentais e na tradição oral baiana. Sua atuação, ao que parece, esteve restrita aos sertões pernambucanos.

8 Bartolomeu Mendes em A Formação Cultural e Oratória de Antonio Conselheiro notifica: “[...] No que se refere à formação teórica e intelectual do Conselheiro era um dos seus livros prediletos, podemos dizer de cabeceira, “A Missão Abreviada”, obra de autoria do padre português Manuel Gonçalves Couto, cuja edição correta é de 1867.

3. A presença de outros Conselheiros no interior do Brasil leva-nos a conjecturar que a denominação Bom Jesus Conselheiro, dada pelos sertanejos a Antonio Vicente, seria um modo de distingui-lo dos demais, uma vez que seu prestígio e influência no seio da sociedade rústica, eram superiores ao de qualquer outro, explicação que invalida o juízo de Nina Rodrigues⁹, segundo o qual os apelidos de Antônio Conselheiro e Bom Jesus Conselheiro marcariam fase da psicose do peregrino cearense. (Convém esclarecer que, pessoalmente, Antonio Maciel jamais se dizia Conselheiro e sim Peregrino¹⁰).

Trata-se de um amontoado de meditações e instruções extraídas do Evangelho, bem como, resumos das vidas dos santos”. Ainda no título acima citado encontramos mais informações sobre o assunto: “[...] Complementava seu conhecimento lendo “As Novas Horas Marianas”, cujo autor era o padre Sarmento, que a editou no início do século XIX. Continha exercícios para orações, devoções e comunhão, práticas de piedade, ofício de Nossa Senhora e Defuntos. Corria os olhos também pelo “Lunário Perpétuo e Astrológico”, livro português cuja primeira edição brasileira data de 1703. O seu conteúdo revela os anos de boas e más colheitas, tendo como parâmetro a influência dos astros, trazendo informações sobre astrologia e orientações para a prática de medicina. Não descuidava também de estudar “As Práticas Mandamentais”, publicação de autoria do frade Manuel de Madre de Deus, que versa sobre reflexões morais atinentes aos Mandamentos da Lei de Deus e “os abusos que lhe são opostos”, incluindo ainda estudos sobre “práticas e missões e sobre as principais festividades do ano”, estando endereçado especialmente para “uso de reverendos párocos, capelães, pregadores e todas as pessoas que quiserem aproveitar de sua leitura”.

9 Raimundo Nina Rodrigues (1862/1906), maranhense, médico, etnógrafo, criminalista. Cientista e pesquisador renomado, Nina publicou “As coletividades Anormais” obra na qual defende, entre outros pontos de vista, a ideia de um Antonio Conselheiro insultado por surto psicótico, o que justificaria em parte seu comportamento exaltado e sua prática religiosa radical.

10 Ainda em janeiro de 1897, já tido e reconhecido por seus seguidores e boa parte da população sertaneja como Conselheiro, Antonio Vicente ainda se colocava com o simples peregrino, conforme atesta documento intitulado “Prédicas aos canudenses e discurso sobre a república”, encontrado pelo acadêmico de medicina João Pondé que participou da exumação do cadáver do célebre morador de Canudos, muito tempo depois publicado por Ataliba Nogueira, no seu livro “Antonio Conselheiro e Canudos”. Como reza a tradição, no que tange à prática religiosa dos peregrinos, Antonio Conselheiro se colocava como imbuído de uma ação missionária, penitência a ser

4. Em nosso século, conforme o depoimento do padre Heitor Araújo¹¹, os Conselheiros aparecem frequentemente. Surgem como simples Beatos e “[...] promovem-se por conta própria a Pais Conselheiros”. A declaração coincide com a notícia de Honório Vilanova.
5. Segundo o referido padre Heitor, há, nos grupos fanáticos, “privilegiados acólitos e auxiliares graduados”, que seguem orientação do Conselheiro. Assim ocorreu, também, com o Bom Jesus Conselheiro, cercado dos seus “apóstolos”, dos seus beatos, como fossem Paulo José da Rosa¹², o mais

cumprida por desígnio de consciência e inspiração divina. Assim se dispunha a construir 25 igrejas na Bahia e caminhar para onde os esperavam “os mal aventurados”.

11 O padre Heitor Otaviano de Araújo é descrito na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB, nº 90, edição de 1992 como fisicamente portador de “[...] Tez trigueira, tostada pelo sol abrasador do alto sertão, nas longas viagens a cavalo, ministrando os sacramentos instituídos por Jesus Cristo, lembrava o perfil de um jesuíta em missão catequista, nos primeiros séculos da civilização brasileira. Heitor Araújo esteve à frente das Paróquias de Remanso, Xique-Xique e Sento Sé, de onde extraiu ensinamentos e experiência para escrever “*Vinte anos de Sertão*”, provável fonte do professor Calasans ao citá-lo em suas anotações. Padre Heitor foi também professor do Seminário Central da Bahia, tendo igualmente trabalhado no Arquivo da Câmara Eclesiástica da Bahia, além de haver sido Assessor de Dom Augusto Álvaro da Silva, Cardeal da Silva, Arcebispo Primaz do Brasil.

12 Há controvérsia sobre o verdadeiro sobrenome desse acompanhante do Conselheiro, nascido em Nova Soure (antiga Natuba), Bahia. Para alguns estudiosos seria Paulo José da **Hora** e não da **Rosa** como tem sido usualmente grafado. Fato é que o beato Paulo José era pessoa de total confiança do Conselheiro, a quem acompanhava desde 1876, tendo sido preso na companhia dele em Itapicuru e também recambiado para Salvador. Em “Quase Biografia de Jagunços (O Séquito de Antonio Conselheiro)” encontramos o seguinte trecho sobre Paulo da Rosa (Hora?) escrito por José Calasans: “[...] Marcos Dantas de Menezes viu o beato Paulo no arraial do Bom Jesus. Velhinho, cabeça branca. Era encarregado de várias Missões, dentre as quais, supervisionar a construção da Igreja de Santo Antonio, em Canudos, o que cumpriu com devoção e desvelo. Desfrutava de absoluta confiança de Antonio Conselheiro”.

velho deles, José Venâncio¹³, Antonio Beatinho¹⁴, que se projetou nos instantes finais do Belo Monte¹⁵. Aos Beatos conferia Antônio Conselheiro certas missões, sobretudo de sentido religioso.

6. Outro aspecto a situar é o da formação intelectual dos Conselheiros, que precisam conhecer alguma literatura da Igreja. O Conselheiro Guedes e Antônio Conselheiro, de acordo com o que divulgaram jornais do tempo, liam a “Missão Abreviada” do padre Manuel Gonçalves do Couto, obra que se propunha ministrar conhecimentos a leigos, para suprir a ausência dos sacerdotes, nas povoações. Pesquisando a bibliografia dos nossos Conselheiros,

13 Repetindo frei João Evangelista do Monte Marciano que esteve em Canudos em Missão oficial, Euclides da Cunha denomina José Venâncio de “Terror de Volta Grande”, aludindo a sua participação no bando de Volta Grande, cangaceiro com atuação em terras da Chapada Diamantina nos idos de 1890. Merecedor da confiança de Antonio Vicente Mendes Maciel, José Venâncio, de acordo com Manoel Ciríaco, foi um dos encarregados de angariar fundos para a construção da Igreja Nova (Bom Jesus) a ser erguida em Canudos. Seus pais, Alexandrina e João Venâncio, eram moradores de Ipeiras, sítio localizado nas proximidades de Canudos, conforme pesquisas do professor Calasans.

14 Protagonista de uma das mais tocantes cenas descritas por Euclides da Cunha em “O Sertões”, quando após agitar uma bandeira branca em sinal de paz, no dia 2 de outubro de 1897, logrou conferenciar com o General Arthur Oscar de Andrade Guimarães, Comandante da 4ª Expedição Militar, do qual obteve garantias de vida para os prisioneiros, em sua maioria velhos, mulheres e crianças, os quais guiou até o acampamento militar, mas que foram barbaramente degolados, as mulheres seveiciadas e as crianças transformadas em troféus de guerra, sendo que algumas do sexo feminino vendidas por soldados e oficiais em prostíbulos interioranos ou entregues a famílias da capital da Bahia ou levadas para outros estados da Federação. Na descrição de Euclides da Cunha era “[...] Muito claro e alto, excessivamente pálido e magro, ereto, o busto adelgado. A barba rala e curta emoldurava-lhe o rosto pequeno...”. Antonio Beatinho foi assassinado no dia 3 de outubro de 1897, ele também vítima da traição e da famigerada degola largamente utilizada pelo Exército contra prisioneiros indefesos em Canudos.

15 Bello Monte, com dois L, era assim que Antonio Conselheiro rebatizou o arraial de Canudos, quando lá fez morada definitiva, a partir de 1893. Comprova tal afirmação manuscrito deixado por ele e publicado por Ataliba Nogueira em sua obra “Antonio Conselheiro e Canudos”, já referida nestas notas, no qual após a seguinte inscrição: “A presente obra mandou subscrever o peregrino Antonio Vicente Mendes Maciel, No Povoado de Bello Monte, Província da Bahia, em janeiro de 1897”.

devemos pensar em Horas Marianas, de frei Francisco de Jesus Sarmiento e a “Cidade Mística de Jesus” atribuído à venerável Maria de Jesus Agreda¹⁶.

7. Finalmente, em face das notícias acima alinhadas, formulando a hipótese de trabalho referente à existência de uma hierarquia no catolicismo da sociedade rústica no Brasil com Beatos e Conselheiros, submetemos a matéria aos ilustres participantes desta Mesa Redonda.

¹⁶ Maria Fernández Coronel y Arana (1602-1665) mais conhecida pelo nome de **Maria de Jesus de Ágreda**, foi uma religiosa abadessa de Ágreda, cidade situada na província espanhola de Sória, tendo nascido e falecido nessa mesma localidade. Além de freira da Ordem da Imaculada Conceição, foi ainda uma importante escritora mística espanhola.

Está faltando a biografia de Silva Serva

Luis Guilherme Pontes Tavares

Jornalista, produtor editorial e professor universitário

É do bibliófilo baiano Renato Berbert de Castro (1924-1999) o primeiro estudo substancial sobre a Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva, com a qual se inaugurou em 1811, na capital baiana, a indústria gráfico-editorial privada brasileira. Trata-se do livro “A primeira imprensa da Bahia e suas publicações”, editado em 1969, com o patrocínio do Governo do Estado. Seguiram-lhe dois estudos fundamentais: “A tipografia na Bahia”, dos professores Cybelle e Marcello de Ipanema, de 1976; e “A primeira gazeta da Bahia: Idade d’Ouro do Brazil”, da professora Maria Beatriz Nizza da Silva, de 1978. Os livros dos professores Ipanema e Nizza da Silva foram reeditados pela Edufba, respectivamente em 2010 e 2005, após revisão e ampliação do texto original. Berbert de Castro, o casal Ipanema e Maria Beatriz Nizza da Silva mantêm-se há cerca de 40 anos como únicas referências sobre o tema.

Lamento que o livro de Berbert de Castro – “A primeira imprensa na Bahia e suas publicações” – não tenha sido reeditado. Houve movimento nesse sentido, mas prossegue a resistência da família. Teria sido um marco neste bicentenário da imprensa baiana. Berbert de Castro manteve inédita a segunda parte do seu estudo porque ficara insatisfeito com a edição de 1969. Após sua morte, recebi a incumbência de reeditar o livro, ampliando-o com a segunda parte, de modo que o catálogo das obras das oficinas da família Silva Serva cobrisse todo o período de 1811 a 1846. Bati em portas dos setores público e privado e em 2008, cerca de 10 anos após os primeiros passos, o diretor da Editora da Universidade de São Paulo – Edusp –, professor doutor Plínio Martins Filho, abriu a perspectiva e criou as condições para a edição e impressão da obra. Em 2010, todavia, a família do finado bibliófilo não autorizou o prosseguimento do projeto. Se essa posição for mantida, os impedimentos só cederão em definitivo em janeiro de 2070 conforme preceitua a Lei dos Direitos Autorais.

É justa esta homenagem que presto a Renato Berbert de Castro. Temo que, na Bahia, outro não ousaria. Mas ele dedicou muitas atenções aos primórdios da imprensa baiana, sobretudo à Tipografia de Manoel Antonio da Silva Serva. Adquiriu em sebos nacionais e estrangeiros vários títulos impressos nela. Hoje, eles integram o acervo da Fundação Clemente Mariani. Berbert de Castro, em 1969, além de lançar o seu livro, organizou exposição comemorativa dos 150 anos da morte de Manoel Antonio da Silva Serva, ocasião em que expôs obras impressas na antiga tipografia. Fez mais: publicou em 1973 o fac-símile do “Almanach para a Cidade da Bahia, 1812,” reconhecido pelos estudiosos da história da imprensa nacional como o primeiro almanaque brasileiro; em 1982, publicou o fac-símile da pequeníssima coleção (apenas três números) da primeira revista brasileira. Trata-se do número 1 da Série “Documentos e Estudos de História e Literatura da Bahia do Arquivo Público do Estado da Bahia”, intitulado “Primeira revista literária brasileira: As Variedades ou Ensaios de Literatura”.

Desejo lembrar que as primeiras ações voltadas para as comemorações do bicentenário da imprensa da Bahia foram disparadas em 2001 quando um pequeno grupo de pesquisadores entregou à presidência da Associação Bahiana de Imprensa – ABI – o projeto

do Núcleo de Estudos da História dos Impressos da Bahia – Nehib. A esse Núcleo deve-se a iniciativa da Coleção Cipriano Barata, cujo selo identifica, desde 2005, livros afins com a história da imprensa na Bahia. Trata-se de coleção interinstitucional que nos últimos anos ajudou a publicar 10 títulos. Em 2005, estreou com “Apontamentos para a história da imprensa da Bahia”, de Aloyzio de Carvalho e outros sete autores; a segunda edição, revista e ampliada, de “A primeira gazeta da Bahia: Idade d’Ouro do Brasil”, de Maria Beatriz Nizza da Silva; e Nome para compor em caixa alta: Arthur Arezio da Fonseca, de minha autoria; em 2007 publicou a segunda edição do clássico “Anais da imprensa da Bahia”, de João Nepomuceno Torres e Alfredo de Carvalho, e a segunda edição, revista e ampliada, do “Apontamentos para a história da imprensa na Bahia. Em 2008 publicou “Memórias da imprensa contemporânea da Bahia”, obra organizada pelo professor Sérgio Mattos. “Semanário Cívico. Bahia, 1821-1823”, de Maria Beatriz Nizza da Silva, saiu em 2009 e, no mesmo ano, publicou “Haf na TB”. A passagem de Hamilton Almeida Filho na Tribuna da Bahia entre 1972 e 1973, de minha autoria. Em 2010 publicou a segunda edição, revista e ampliada, de “A Tipografia na Bahia”. Documentos sobre as origens e o empresário Silva Serva, de Cybelle e Marcelo de Ipanema. Foi possível por causa da parceria com a Edufba, com a Academia de Letras da Bahia, com o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, com a Empresa Gráfica da Bahia, com a Universidade Católica do Salvador e com a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

O décimo livro, com o selo da Coleção Cipriano Barata, está previsto para ser lançado pela Edufba, no próximo sábado, 14 de maio, data maior do bicentenário. É “Diário Constitucional”, um periódico baiano defensor de Dom Pedro – 1822, obra inédita da professora doutora Maria Beatriz Nizza da Silva, autora luso-brasileira que mais tem contribuído com os estudos sobre a história da imprensa da Bahia.

Cumprimento a Facom pela iniciativa deste seminário. Nutríamos a expectativa de que o bicentenário seria comemorado de modo mais efusivo. Contentemo-nos com esta frase, que serve para qualquer ação humana: fizemos o que foi possível. Em 1911, por ocasião do primeiro centenário da imprensa da Bahia, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia realizou sessão especial, conforme registro no

número de 1913 de sua revista. Além dos pronunciamentos, o IGHB lançou o livro “Anais da imprensa da Bahia”, de João Nepomuceno Torres e Alfredo de Carvalho, obra que reúne os verbetes dos periódicos que circularam na capital e no interior da Bahia entre 1811 e início de 1911; um tabloide com artigos e poemas a propósito da data e recebeu da Associação Tipográfica Bahiana o livro de autógrafo de todos os associados daquela agremiação fundada na segunda metade do século XIX. Tivesse se limitado à publicação dos Anais e 100 anos depois não superaríamos a qualidade do que foi feito em 1911. Sinto muito!

Neste 14 de Maio devemos lembrar, com razoável gratidão, do empresário português Manoel Antonio da Silva Serva, a quem passamos a admirar, devido às informações que Berbert de Castro, os Ipanema e Nizza da Silva nos transmitiram nos seus estudos a respeito dele e dos produtos que foram impressos na sua tipografia. Convém salientar que as informações sobre Silva Serva que constam no acreditado “*Diccionario*” de Sacramento Blake, monumental obra do final século XIX, estão equivocadas. Berbert de Castro não descansou na fama dessa obra e levantou novos dados a respeito. Silva Serva chegou à Bahia por volta de 1796 e instalou-se como comerciante, inclusive de livros e periódicos. Era o representante da Real Fábrica de Cartas de Jogar. Em 1800, portanto, poucos anos após seu ingresso na comunidade dos “homens de bem” de Salvador, ele ocupava a tesouraria da Irmandade de Nosso Senhor do Bonfim, ocasião em que teria proposto a fabricação de fitinhas (guias) para comercializar e obter fundos para a igreja, conforme apurou o jornalista Biaggio Talento, nas atas da instituição.

Em 1810, Silva Serva foi privilegiado pelo governador geral da Bahia, dom Marcos de Noronha e Brito, 8º Conde dos Arcos, no célere atendimento da solicitação que ele fizera ao príncipe regente dom João, para que lhe fosse autorizada a instalação de uma tipografia na Bahia. As providências de importação de prelo e tipos móveis da Inglaterra foram tomadas em paralelo. Em 13 de maio de 1811, ele inaugurou a tipografia e imprimiu, dentre outros papéis, o prospecto anunciando para o dia seguinte a estreia do Idade d’Ouro do Brazil. Esteve ativo à frente da tipografia até 1819, ano em que faleceu no Rio de Janeiro.

Foi a quarta e derradeira viagem de negócios que fez à sede da Corte e capital do Brasil.

Silva Serva imprimia livros, periódicos e demais papéis para a administração pública e para o comércio. Suas viagens ao Rio de Janeiro tinham o propósito de comercializar seus produtos, inclusive a assinatura do “Idade d’Ouro do Brazil”, e vender serviços gráficos. Entre 1811 e 1819, viajou uma vez para a Europa, de onde retornou com novos equipamentos e pessoal qualificado para a sua indústria. Nesse intervalo de tempo, tentou substituir importações pela fabricação, em Salvador, de prelos e tipos móveis, fato constatado pelos pesquisadores Cybelle e Marcello de Ipanema, que também localizaram, no Arquivo Nacional, a descrição física de Silva Serva feita por funcionário da Intendência do Rio de Janeiro, em novembro de 1818: “alto, gordo, rosto redondo, trigueiro e bastante barba”. A tipografia de Silva Serva foi a primeira escola de Artes Gráficas da Bahia. Audaz e destemido, ele solicitou autorização de empréstimo à Corte, com o propósito de instalar em Salvador uma fábrica de papel. Pretendia aproveitar a folha de bananeira para fazer a pasta apropriada. Não há informações, como outras tantas que faltam, sobre esse empreendimento.

Não vamos esperar mais 100 anos para lamentar que ainda não exista uma biografia de Manoel Antonio da Silva Serva, o primeiro empresário da indústria gráfico-editorial privada do Brasil.

Muito obrigado!

Referências

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Biográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. v. 6, p. 23.

CASTRO, Renato Berbert de. **A primeira Imprensa da Bahia e suas publicações**. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1969.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, n. 37-39. Salvador, Litho-Tipographia e Encadernadora Reis, 1913.

IPANEMA, Marcelo de; IPANEMA, Cybelle de. **A tipografia na Bahia**: documentos sobre suas origens e o empresário Silva Serva. Rio de Janeiro: Instituto de Comunicação Ipanema, 1977. 2. ed. Salvador: Edufba, 2010. (Série Origens das Artes Gráficas e da Imprensa no Brasil).

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A primeira gazeta da Bahia**: idade d'ouro do Brasil. 2. ed. São Paulo: Cultrix; Brasília: INL, 1978. 3. ed. Salvador: Edufba, 2005; 2011.

Agenda



CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

2011

| JANEIRO | |
|---------------------------|---|
| | FÉRIAS COLETIVAS |
| FEVEREIRO | |
| | CARNAVAL |
| MARÇO | |
| 28/03 a 05/04 | Exposição <i>As Igrejas e o Palácio</i> , com fotografias do engenheiro e fotógrafo José Spínola, pertencentes ao acervo do Crea-BA, comemorativa aos 462 anos de fundação da Cidade do Salvador. |
| ABRIL | |
| 05 | Palestra " <i>Igreja e o Convento de São Francisco da Bahia</i> ", ministrada pela Profª. Maria Helena Ochi Flexor. |
| 04, 14 e 28/04 | Curso: <i>SEMIÁRIDO BRASILEIRO</i> , ministrado pelo Engº Civil Manoel Bomfim Ribeiro. |
| MAIO | |
| 05, 12 e 19 | Curso: <i>SEMIÁRIDO BRASILEIRO</i> , ministrado pelo prof. Engº Civil Manoel Bomfim Ribeiro. Das 17h30 às 19h30, a sede do IGHB. |
| 13 | Sessão Comemorativa do 117º aniversário do IGHB |

| | |
|--------------|---|
| 26 | <p>Mesa-Redonda: Recordando José Calasans: – Mesa de Abertura: Prof^o. Consuelo Pondé de Sena, Prof^o Luis Henrique Dias Tavares, Prof^o Manoel Neto, Claude Santos. – Pré-Lançamento do documentário Professor José Calasans – tradutor do sertão, de Carlos Pronzato. – Inauguração de Placa alusiva ao decênio de morte – Encerramento</p> |
| JUNHO | |
| 14 | <p>Palestra A ameaça da Guerra de todos contra todos com o avanço da violência, ministrada pelo sócio do IGHB eng^o Fernando Alcoforado, às 17h30.</p> |
| JULHO | |
| 12 e 13 | <p>Ciclo de Debates: 200 anos de Mídia na Bahia: Dia 12 de julho – (terça-feira) – 14h – Credenciamento; 14h30 – Abertura; 15h – Nelson Cadena (Ufba) – Questões não respondidas sobre os primórdios da imprensa na Bahia; 15h30 – Consuelo Pondé de Sena (IGHB) – Algumas observações sobre a memória da Imprensa Baiana; 16h – Debate; 16h15 – Intervalo; 16h30 – Luis Guilherme Tavares (Nehib-ABI) – Bicentenário da Revista – As Variedades; 17h – Mônica Celestino – Jornalista Cosme de Farias e a imprensa de Salvador; 17h30 – Sérgio Mattos (IGHB – UFRB) – Os desafios do jornalismo na era digital; 18h – Debate e Encerramento.</p> <p>Dia 13 de julho – (quarta-feira) 14h – Pola Ribeiro (IRDEB) <i>Televisão e Cinema</i>; 14h30 – Claudio Cardoso (Ufba) – <i>Comunicação nas Organizações: Negócios, Transparência e Democracia</i>; 15h – Linda Bezerra (Rede Bahia – Correio) – <i>As rotinas de produção do jornalismo</i>; 15h30 – Debate; 15h45 – Intervalo; 16h – Washington José de Souza Filho (Ufba) – <i>Televisão na Bahia</i>; 16h30 – Giovandro Ferreira (Ufba) – Alguns desafios (atuais) da imprensa baiana no início do século XXI; 17h – Debate; 17h30 – Apresentação Musical.</p> |
| 15 | <p>Lançamento da 2ª edição da Relação do Festim e do livro D. Marcus de Noronha e Brito – 8º Conde dos Arcos.</p> |

| | |
|-----------------|---|
| 27 | Ciclo de Palestras – Preconceito na Fala, Preconceito na Cor , abordando temas: “ <i>Intelectuais na Diáspora Africana pós-abolição (Brasil-EUA): As táticas antirracistas de Manuel Querino e Booker T. Washington</i> ”, com Sabrina Gledhill. “ <i>Mulheres e Homens negros no poder: como proceder?</i> ”, com Jaime Nascimento, |
| AGOSTO | |
| 16 a 18 | Co-realizador do III Seminário José Calasans, no Museu Eugênio Teixeira Leal |
| 30 | <p>Mesa Redonda: 100 anos do Colégio Antônio Vieira Profs. Waldir Freitas Oliveira e Edilece Souza Couto. A trajetória do Colégio Antônio Vieira Professor Roberto Santos, Depoimento sobre o Colégio do meu tempo Prof. Edivaldo M. Boaventura, A República Portuguesa e o regresso dos jesuítas à Bahia Padre Domingos Mianulli, SJ, O Colégio agradecido.</p> |
| SETEMBRO | |
| 13 a 15 | <p>III Seminário A urbanização de Salvador em três tempos: Colônia, Império e República: 13h – Credenciamento 13h50 – Abertura Oficial: Assinatura de Termo entre o IPAC e o IGHB para o tombamento da Casa da Bahia. 14h – Palestra: Aterros de Salvador: um processo histórico – Prof. Dr. Marcos Paraguassú de Arruda Câmara (FAUFBA). 14h50 – Palestra: Hospital São Cristóvão dos Lázaros: Entre os muros da exclusão – Profa. Msc. Marcia Elizabeth Pinheiro (PPGAU-UFBA)</p> <p>III Seminário A urbanização de Salvador em três tempos: Colônia, Império e República: 13h – Credenciamento 13h50 – Abertura Oficial: Assinatura de Termo entre o IPAC e o IGHB para o tombamento da Casa da Bahia.</p> |

| | |
|---------|---|
| 13 a 15 | <p>14h – Palestra: <i>Aterros de Salvador: um processo histórico</i> – Prof. Dr. Marcos Paraguassú de Arruda Câmara (FAUFBA).</p> <p>14h50 – Palestra: <i>Hospital São Cristóvão dos Lázaros: Entre os muros da exclusão</i> – Profa. Msc. Marcia Elizabeth Pinheiro (PPGAU-UFBA)</p> <p>16h15 – Palestra: <i>O Celeiro Municipal de Salvador (1785-1866)</i> – Prof. Dr. Afrânio Simões Filho (PPGH-UFBA).</p> <p>17h10 – Palestra: <i>O abastecimento de carne verde em Salvador no século XIX</i> – Prof. Msc. Rodrigo Freitas Lopes (IAT-SEC)</p> <p>18h – Debate e Encerramento.</p> <p>14h – Palestra: <i>Mendigos e Vadios na Salvador do Século XIX</i> – Prof. Dr. Walter Fraga Filho (UFRB).</p> <p>14h50 – Palestra: <i>O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX</i> – Prof. Msc. Onildo Reis David (UEFS).</p> <p>15h40 – Debate</p> <p>16h15 – Palestra: <i>Hospedagem, serviços e atrativos para os viajantes estrangeiros na Bahia oitocentista</i> – Po^o Msc. Olivia Biasin Dias (PPGH-UFBA).</p> <p>17h10 – Palestra: <i>Salvador: uma cidade que nada tenha a invejar – considerações sobre alguns aspectos entre a atuação de Luiz Tarquínio como Intendente Municipal e a criação da Vila Operária da Boa Viagem</i> – Prof^a Msc. Maricélia Oliveira Santos(UNEB).</p> <p>18h – Debate e encerramento</p> <p>14h – Palestra: <i>Aguaceiro da Modernidade a Cidade do Salvador (1935-1945)</i> – Prof. Dr. Jorge Almeida Uzeda (UNIFACS/IFBA).</p> <p>14h50 – Palestra: <i>A Maternidade Climério de Oliveira e a Nova Medicina da Mulher na Bahia Republicana (1910-1927)</i> – Prof. Msc. Marivaldo Cruz do Amaral (UFRB).</p> <p>15h40 – Debate</p> <p>16h15 – Palestra: <i>O Problema Habitacional da Cidade do Salvador: 1920-1940</i> – Prof. Dr. Eivaldo Fagundes Neves (UEFS)</p> <p>17h10 – Palestra: <i>O abastecimento de água em Salvador: da Companhia do Queimado à EMBASA</i> – Prof. Esp. Jaime Nascimento (PPGAU-FAUFBA).</p> <p>18h – Debate e encerramento</p> <p>18h30 – Lançamento da coletânea <i>A urbanização de Salvador em três Tempos Colônia, Império e República – textos críticos de história urbana. Vols I e II.</i></p> |
|---------|---|

| OUTUBRO | |
|----------------------|---|
| 5 | Lançamento do Documentário JOSÉ CALASANS – Tradutor do Sertão , de Carlos Pronzato (cineasta/documentarista). |
| 6, 13, 20, 27 | Curso O rio São Francisco, ministrado pelo engenheiro civil Manoel Bomfim Ribeiro |
| NOVEMBRO | |
| 8 a 10 | <p>Seminário e Exposição Braz do Amaral: Vida e Obra, na sede do IGHB, das 14 às 18 horas, com a seguinte programação:</p> <p>08 de novembro de 2011 13h50 – Abertura: Prof^ª Consuelo Pondé de Sena – Presidente do IGHB 14h – Palestra: Braz do Amaral: Vida e Obra – Profa. Msc. Consuelo Pondé de Sena (Presidente do IGHB/Membro da Academia de Letras da Bahia) 14h50 – Palestra: Da sedição dos mulatos à Conjuração baiana de 1798: a construção de uma memória histórica – Profa. Msc. Patrícia Valim (USP) 15h40 – Debate 16h15 – Palestra: Braz do Amaral e a Escola de Belas Artes – Prof. Esp. Anderson Marinho (PPGAV-UFBA) 17h10 – Palestra: Recordações Históricas de Braz do Amaral – Prof. Dr. Luis Guilherme Pontes Tavares (ABI/ALBA) 18h – Debate.</p> <p>09 de novembro de 2011 14h – Palestra: O Braz do Amaral que conheci – Profa. Terezinha Guimarães (Instituto de Letras-UFBA/Afilhada de Braz do Amaral) 14h50 – Palestra: A História da Bahia de Braz do Amaral – Prof. Waldir Freitas de Oliveira (IGHB/ALB) 15h40 – Debate 16h15 – Palestra: A Independência da Bahia e a Produção Historiográfica de Braz do Amaral – Prof. Dr. Rinaldo Nascimento Leite (UEFS).</p> |

| | |
|-----------------|---|
| | <p>17h10 – Palestra: <i>Braz do Amaral: seus estudos sobre a Guerra de Canudos</i> – Prof. Ms. Vanderlei Marinho (IFET-BA). 10 de novembro de 2011</p> <p>14h – Palestra: <i>Questões raciais e formação do Brasil na obra de Braz do Amaral</i> – Prof. Ms. Sabrina Gledhill (Pós Afro CEAO-UFBA/IGHB)</p> <p>14h50 – Palestra: <i>Braz do Amaral e o Colégio da Bahia</i> – Prof. Ms. Débora Kelman de Lima (Colégio da Bahia)</p> <p>15h40 – Debate</p> <p>16h15 – Palestra: <i>Braz do Amaral e Ivo do Prado: debates sobre os limites ou fronteiras da Bahia e de Sergipe</i> – Prof. Ms. José Vieira da Cruz (IHGSE)</p> <p>17h10 – Palestra: <i>Braz do Amaral na Academia de Letras da Bahia</i> – Prof. Dr. Edivaldo Machado</p> <p>18h – <i>A Família Agradecida</i> – Eng. João Canna Brasil (Bisneto de Braz do Amaral).</p> |
| DEZEMBRO | |
| 20 | Confraternização natalina |

Revista do Instituto
do Instituto
stido Gráfico
Geográfico e Histórico
Historiográfico

Sócios



Sócios do IGHB

Presidente de Honra

Roberto Figueira Santos

Beneméritos

Antônio de Pádua Carneiro
Antônio José Imbassahy da Silva
Edivaldo Machado Boaventura
Fernando Paes de Andrade
Jacques Wagner
José Nilton Pereira Carvalho
Norberto Odebrecht
Paulo Renato Dantas Gaudenzi

Honorários

Fernando Manuel da Silva Rebelo
Fernando Schmidt
João Paulo Marques Sabido Costa
Joaquim Veríssimo Serrão

Efetivos

Adélia Maria Marelim
Adelindo Kfoury Silveira
Ademar Oliveira Cirne Filho
Adriano de Lemos Alves Peixoto
Adriano Eysen Rego
Adroaldo de Jesus Bérens
Alberto Pimentel Carletto
Aldely Rocha Dias
Alfredo Eurico R. Matta
Alírio Fernando Barbosa de Souza
Aloísio Palmeira Lima
Álvaro Pinto Dantas de Carvalho Jr.
Ana Elisa Ribeiro Novis
Ana Lúcia da Silva Teixeira
Anaci Bispo Paim
Angélica Maria da A. Reis Soares
Antônio Alberto Machado Pires Valença
Antônio Carlos Leão Martins
Antônio Ivo de Almeida
Antônio Lima Farias
Antônio Luiz Calmon Teixeira
Antônio Machado Pires Valença
Antônio Plínio Pires de Moura

Aramis de Almada Ribeiro Costa
Archimedes José Stiebler P. Franco
Arilda Maria Cardoso Sousa
Aristeu Barreto de Almeida
Aroldo Barreiros Cardoso
Arthur César Costa Pinto
Astor de Castro Pessoa
Ático Frota Villas Boas da Mota
Benedicto Alves de Castro Silva
Branca Hortélio Fernandes
Bruno Lopes do Rosário
Caio César Tourinho Marques
Caiuby Alves da Costa
Carlos Artur Rubinos Bahia Neto
Carlos Alberto Reis Campos
Carlos D'Ávila Teixeira
Carlos Roberto de Melo Kertesz
Carlos Roberto Santos Araújo
Carlos Martheo C. Guanaes Gomes
Célia Maria Leal Braga
César A. Borja Fernandez Cardillo
César de Faria Júnior
Cícero Vilas Boas Pinto
Cid José Mascarenhas
Claudelino Monteiro da S. Miranda

Clomir Gonçalves da Silva
Consuelo Novais Sampaio
Coriolano Alberto Oliveira F.
Denascy Phylocreon de Castro Lima
Dilton Domingos Gomes dos Santos
Dinorah Berbert de Castro
Djalma Navarro Falcão
Dorine Daisy Pedreira de Cerqueira
Elizabeth Paulina Gealh
Edivaldo Brito
Edmar Torres
Eduardo Meirelles Valente
Eduardo Morais de Castro
Ellen Melo dos Santos Ribeiro
Emilton Moreira Rosa
Epaminondas Costa Lima
Eraldo Dias Moura Costa
Erivaldo Fagundes Neves
Ernane Nelson Antunes Gusmão
Ernani Newton Quadros Cairo
Eugênio Walter Pinto Montalvão
Fernando Antônio de Souza
Fernando Antonio Gonçalves Alcoforado
Fernando de Souza Pedrosa
Fernando Santana Rocha

Francisco Benjamin de Carvalho
Francisco César Lins Santana
Francisco Jorge de Oliveira Brito
Francisco Neto de Borges Reis
Franklin de Carvalho Oliveira Junior
Fredie Souza Didier Junior
Gabriella Micks
Geraldo Dannemann
Geraldo Magalhães Machado
Gerana Costa Damulakis
Gerson Penna Neto
Gilberto Caetano de Jesus
Gilberto Sampaio Pithon
Gildásio Vieira de Freitas
Gláucia Lemos
Guilherme Cortizo Bellintani
Guilherme Requião Radel
Guarani Valença de Araripe
Gustavo Lanat Pedreira de Cerqueira
Helen Sabrina Gledhill
Helio de Oliveira Cardoso
Hélio José Bastos Carneiro de Campos
Hylo Bezerra Gurgel
Irtton Villas Leão
Itamar José de Aguiar Batista

Isadora Perez Alves
Israel de Oliveira Pinheiro
Ivan Guanais de Oliveira
Ivanilton Santos da Silva
Jaime Oliveira do Nascimento
Jan Maurício Oliveira Van Holthe
Jayme Newton Vasconcelos de Lemos
Jayme Ramos de Queiroz
Joaci Fonseca de Góes
João Alberto de Oliveira Matta
João Augusto de Lima Rocha
João Bosco Soares dos Santos
João da Costa Falcão
João Eurico Matta
João Justiniano da Fonseca
João Paulo Marques Sabido Costa
Joaquim Rodrigo de Souza Dourado
Jorge Falcão Paredes
Jorge Santana Bispo Júnior
Jorge Vaz Lordelo
José Antônio de Jesus
José Antônio de Mello Vicentini
José Augusto da Silva
José Bernardo Cordeiro Filho
José Carlos Augusto da Silva

José da Silva Gazar
José Dionísio Nóbrega
José do Patrocínio Coelho de Araújo
José dos Santos Pereira Filho
José Eugênio Tramontano
José Jorge Randam
José Jorge Sousa Carvalho
José Luiz Ganem
José Marcos Pondé Fraga Lima
José Nilton Alves Pereira
Josué da Silva Mello
Juracy Magalhães Neto
Kátia Maria Coelho de C. Custódio
Leda Lazara Pimentel Lopes
Lívia da Silva Modesto Rodrigues
Lizir Arcanjo Alves
Lourivaldo Valentim da Silva
Lúcia Maria da Franca Rocha
Luís Fernando Galvão de Almeida
Luis Guilherme Pontes Tavares
Luiz Antônio Cajazeira Ramos
Luiz de Pinho Pedreira da Silva
Luiz Gonzaga da Silveira
Luiz Ovídio Fischer
Luiz Vianna Neto

Luiza Maria Vasconcelos Vianna
Manoel Antônio dos Santos Neto
Manoel Bomfim Ribeiro
Manoel J. F. de Barros Sobrinho
Marcel Lavallée
Marcos Roberto de Santana
Maria Ângela Barreiros Cardoso
Maria Angélica Barreiros Cardoso
Maria Betty Coelho Silva
Maria de Vasconcelos Tavares
Maria Dulce Cardoso Cardoso
Maria Eleonora Cajahyba
Maria Helena Lanat P. de Cerqueira
Maria Luiza Pinto Leite Gonçalves
Maria Nadja Nunes Bittencourt
Maria Tereza Salles N. de Brito Matos
Mário de Mello Kertész
Mário Lindenor Bastos Brito
Mário Mendonça de Oliveira
Mauricio Tourinho Dantas
Mazinete Vasconcelos de Lemos
Miguel Angelo Almeida Teles
Milton Carlos da Motta Cedraz
Moacyr Pinheiro da Silva
Nanci Elizabeth Oddone

Nelson Almeida Taboada
Newton Cleyde Alves Peixoto
 Newton Oliveira
 Nilton José Costa Ferreira
 Orlins Santana de Oliveira
 Osvaldo de Almeida Bomfim
Osvaldo de Oliveira Bastos Neto
 Osvaldo Francisco Martins
 Pablo Sotuyo Blanco
 Paulo Costa Lima
Paulo Emílio Parente de Barros
 Paulo Faria
 Paulo Motta Alves Peixoto
 Paulo Segundo da Costa
 Pedro de Almeida Vasconcelos
 Pedro Faustino de Souza Pondé
Pedro José Galvão Nonato Alves
 Penildon Silva Filho
 Ramiro Senna Berbert de Castro
 Raul Affonso Nogueira Chaves Filho
Regina Stella Calmon Teixeira Dias Lima
 Renato Luís Sapucaia Bandeira
 Renato Simões Filho
Rita de Cássia Carvalho Rosado
 Rita Maria Cruz Pimentel

Rizovaldo da Silva Menezes
Roberto Figueira Santos
Roberto José de Souza
Roberto Nunes Dantas
Romário Costa Gomes
Rommel Robatto
Rosa Maria Cardoso de Santana Valente
Sérgio Augusto Soares Mattos
Sérgio Emílio Schlang Alves
Sérgio Fraga Santos Faria
Sílvia Athaide
Sônia Maria de Couto Jonas
Suzane Calmon Teixeira Dias Lima
Sylvio Bandeira de Mello e Silva
Sylvio de Carvalho Marback
Tasso Paes Franco
Tatiana Brito de Araújo
Ubaldo Marques Porto Filho
Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti
Vera Madalena P. Barreto de Araújo
Vicente Favella Filho
Victor Gradin
Waldette Maria dos Santos
Walter Luiz Brito dos Santos
Wellington Carlos Leão Sampaio

William Vieira do Nascimento
Wilson Thomé Sardinha Martins
Wilson Roberto de Mattos
Wolf Immisch
Yara Dulce D. Ataíde
Zilma Parente de Barros
Zita Magalhães Alves

Remidos

Abigail Maria de Souza Lordello
Adhemar Martins Bento Gomes
Adinoel Motta Maia
Afonso Maciel Neto
Aidre da Cunha Guedes
Alberto Sales Paraíso Borges
Almerindo César de Quadros
Almir de Oliveira Santos
Aloildo Gomes Pires
Álvaro Pinto Dantas de Carvalho
Angelina Nobre Rolim Garcez
Anna Amélia Vieira Nascimento
Antonietta D'Aguiar Nunes
Antônio Jesuíno dos Santos Neto
Augusto Manoel de Souza Braga

Cid José Teixeira Cavalcante
Clóvis Álvares Lima
Consuelo Pondé de Sena
Cydelmo Clydes Teixeira Cavalcante
Edivaldo Machado Boaventura
Edla Alcântara Angelim
Eduardo Jorge Mendes Magalhães
Eduardo Saback Dias de Moraes
Esmeralda Maria de Aragão
Everaldo Pedreira Rocha
Fernando da Rocha Peres
Francisco Pinheiro Lima
Gaspar Sadock da Natividade
George Alakija
Geraldo Dannemann
Germano Dias Machado
Germano Tabacoff
Gerson Pereira dos Santos
Guarani Valença de Araripe
Helena Margarida M. Abreu
Hermano Augusto Machado
Hildete Maria da Encarnação
Isaura Prisco Paraíso
Jairo Cunha
João Carlos Tourinho Dantas

João da Costa Pinto Victória
Jonas de Souza Carvalho
José Augusto Guimarães
José Francisco de Sá Teles
José Góes de Araújo
José Maria Magnavita
José Newton Alves de Souza
Joviniano de Carvalho Neto
Lamartine de Andrade Lima
Lúcia Maria Ruas Gaspar
Luis Henrique Dias Tavares
Manoel José Pereira da Silva
Maria do Carmo Sardinha Martins
Maria do Socorro Targino Martinez
Maria Helena Ochi Flexor
Maria Hilda Baqueiro Paraíso
Maria Inês Cortes de Oliveira
Maria Mercedes de Oliveira Rosa
Nelson Figueiredo Pondé
Nilton José de Souza Ferreira
Olga Magnavita Batista Neves
Remy Pompilho F. de Souza
Sílvio de Almeida Passos
Vitor Hugo Carneiro Lopes
Waldir Freitas Oliveira
Walter Carneiro da Silva

Correspondentes

Abilarde Duarte
Ademir Pereira dos Santos
Adilson César
Adolfo Morales de Los Rios Filho
Aidenor Aires Pereira
Alberto Almada Rodrigues
Alberto Frederico Lins Caldas
Alberto Martins da Silva
Alberto Venâncio Filho
Alceu Maynard de Araújo
Antonella Rita Roscilli
Antônio Augusto de Menezes Drumond
Antônio da Rocha Almeida
Antônio Dias Farinha
Antônio Ezequiel da Silva
Antônio Ferreira Paim
Antônio Pedro de Bacelar Carrilhas
Antônio Possidônio Sampaio
Armando Alexandre dos Santos
Arnaldo Arantes
Arno Wehling
Arraes de Vilhena Falcão
Artur Martins Franco
Aureliano Leite

Berthold Zilly
Cândido Vargas de Freire
Carlos Magno Estevanovic
Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança
Carlos Vianey Oliveira
Celso Jaloto Ávila Júnior
Cristóvão Dias de Ávila Pires Júnior
Cybelle Moreira de Ipanema
Daniel Antunes Júnior
Dario Teixeira Cotrim
Davis Ribeiro de Sena
Dick Edgar Ibane Grasso
Dino Willy Cozza
Douglas Apratto Tenório
Edmundo Aníbal Herédia
Edmundo Fernão Moniz de Aragão
Eduardo da Silva
Eliana Calmon Alves
Enélio Lima Petrovich
Epitácio Pedreira de Cerqueira
Esther Caldas Guimarães Bertoletti
Esther Regina Largman
Fernando Abott Galvão
Fernando da Costa Tourinho Neto
Fernando Hipólito da Costa
Francisco Peçanha Martins

Francisco de Vasconcelos
Gilfrancisco Santos
Gloria Kaiser
Guilherme Gomes da Silveira D'Ávila Lins
Gutemberg Medeiros Costa
Helena Parente Cunha
Hendrik Kraay
Henrique Pinto Rema
Hilton José Gomes de Queiroz
Hugo Ramírez
Ionam Galo Toscano Brito
Isidoro Vásquez de Acunã Garcia Delpostigo
Ivo Gastaldoni
Jair Fernandes de Moura
Janete Ruiz de Macedo
João Alfredo de Souza Montenegro
João Antônio da Silva Cezimbra
João Maurício de Araújo Pinho
Johannes Augel
Jorge Couto
Jorge de Souza Duarte
Jorge Forjaz
José Antônio Nunes Beja da Costa
José Arthur Rios
José Augusto Ventín Pereira
José Ibarê Dantas

José Mendonça Teles
José Pedro Nicodemos
Justino Mendes de Almeida
Kabengele Munanga
Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa
Luís Alberto Cibils
Luiz Alberto de Viana Moniz Bandeira
Luiz da Mota Menezes
Luiz de Barros Guimarães
Luiz Paulo Macedo Carvalho
Luiz Philippe Pereira Leite
Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros
Lydia Pinheiro de Araújo Sá
Marcus Joaquim Maciel de Carvalho
Marcus Soares de Albergaria da Costa
Marcus Vinícius Vilaça
Maria Beltrão
Maria Cecília Ribas Carneiro
Mário Portugal Fernandes Pinheiro
Max Justo Guedes
Melquíades Pinto Paiva
Miguel Maria Santos Corrêa Monteiro
Moema Parente Augel
Napoleão Tavares Neves
Olindo Herculano de Menezes
Paulo Coêlho de Araújo

Paulo Fernando de Moraes Farias
Paulo Roberto Pereira
Pedro Augusto de Freitas Gordilho
Plauto Afonso da Silva Ribeiro
Raimundo de Oliveira Borges
Raimundo Felipe Sobrinho
Raul Giovanni de Mota Lody
Raymundo Laranjeira
Ricardo de Carvalho
Roberto Casali
Rui Manuel Cordeiro de Vieira Rasquilho
Ruy N. Miranda
Sálvio de Figueiredo Teixeira
Sérgio Martínez Baeza
Túlio Vargas
Vamireh Chacon A. Nascimento
Veríssimo de Melo
Vicente Sebastião de Oliveira
Victorino Coutinho Chermont de Miranda
Wagner Eustáquio de Araújo
Walter Carvalho Merling Júnior
Washington Luís Andrade Araújo
Wellington Estevanovic
Wilson Estevanovic Neto
Wilson Gealh

Revista do In
do Instituto
stitit *ará*
Ge *e*
ráfico e Histó
H

Normas de Publicação



Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

Instruções aos Colaboradores

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB é uma publicação quadrimestral do Instituto Geográfico e Histórico que se constitui de um canal de disseminação das Ciências Histórica e Geográfica e da Cultura e Artes. Pretende divulgar textos de autoria diversa com rigor científico e metodológico. Aceita trabalhos que sejam classificados com os seguintes pré-requisitos:

- preencham o nível exigido de qualidade científica;
- atendam às normas de publicação;
- apresentem afinidades com a natureza da publicação.

Instruções Gerais

Processo de Seleção

As colaborações serão submetidas a pelo menos dois membros do Conselho Editorial da Revista ou Pareceristas *ad hoc* por eles indicados, sem identificação do autor.

Se o texto for aceito para publicação, a revista permite-se introduzir ajustes de formatação. Modificações de estrutura ou de

conteúdo, sugeridas pelos Pareceristas, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.

Artigos aprovados com restrições serão encaminhados para a reformulação por parte dos autores. Nestes casos, o Conselho Editorial se reserva o direito de recusar o artigo, caso as alterações neles introduzidas não atendam às solicitações feitas pelos Pareceristas.

O autor deve ser comunicado do recebimento da sua colaboração no prazo de até dez dias e do resultado da avaliação do seu trabalho em até 120 dias após a data da primeira comunicação.

A publicação de artigos não é remunerada, sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados serão de responsabilidade exclusiva de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do periódico.

Os originais não serão devolvidos.

A aceitação do texto para publicação implica na transferência de direitos autorais para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Serão remetidos a cada autor dois exemplares da edição em que for publicada sua colaboração.

Não serão aceitas colaborações que não atendam às **Normas** e à formatação fixada nas **Seções**.

- **Artigos** – textos produzidos de experiências desenvolvidas nas áreas de interesse da Revista. A sua estrutura formal incorpora a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Devem conter no mínimo 12 páginas e no máximo 25 páginas, resumo (conforme a norma NBR 6028/2003, Informação e documentação – Resumo – Apresentação, da Associação Brasileira de Normas Técnicas), palavras-chave e referências (NBR 6023/2002, Informação e documentação – Referências – Elaboração, da ABNT). O título, o resumo e as palavras-chave (*title, abstract and keywords*) devem ser traduzidos para a língua inglesa.

- **Palestras** – Texto de até 4 páginas resultado de palestras dentro ou fora do Instituto. Oriundos de convidados ou da Diretoria e/ou Conselheiros.
- **Discursos** – Texto resultado de pronunciamentos da Diretoria do IGHB ou de Conselheiros.
- **Biografia** – Textos de até 5 páginas, antecedendo uma fotografia, de figuras ilustres e históricos local, nacional e internacional que tenham relação direta com a história e a cultura baiana.
- **Acervo** – Relacionar por natureza de prioridade 10 títulos que constem no acervo da biblioteca.
- **Documentos** – Apresentação de documentos de valor histórico e geográfico de interesse da comunidade científica brasileira.
- **Relatório** – Texto de natureza institucional relacionado com as atividades do IGHB.
- **Resenhas** – Texto de até uma página de publicações lançadas recentemente (até dois anos anteriores à publicação da revista) sob a forma de resenhas, comentários.
- **Galeria de Fotografias** – Seção de 2 páginas contendo 4 fotos com os respectivos créditos.
- **Mapa** – (1)
- **Espaço Aberto** – Memorial 2 de Julho

Normas

Ilustrações – As tabelas, quadros e figuras (gráficos, desenhos, fotografias etc.) podem ser apresentados em páginas separadas indicando-se no corpo do texto os locais em que devem ser inseridos, ou inseridos diretamente no texto, nas extensões .tif ou .jpg. As ilustrações

devem necessariamente ser numeradas, tituladas e apresentar indicação das fontes.

Citações – Devem ser apresentadas de acordo com a NBR 10520/2002, *Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação*, da ABNT. As citações bibliográficas ou de *website*, inseridas no próprio texto, devem vir entre aspas ou em parágrafo com recuo e sem aspas, remetendo ao autor. Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, devem ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (a, b). Quando o autor faz parte do texto, este deve aparecer em letra cursiva. *Exemplo*: De acordo com Freire (1982, p. 35) etc. Quando o autor não faz parte do texto, este deve aparecer ao final do parágrafo, entre parênteses e em letra maiúscula. *Exemplo*: A pedagogia das minorias está à disposição de todos (FREIRE, 1982, p. 35). Para qualquer referência a um autor deve ser adotado igual procedimento. Deste modo, no rodapé das páginas do texto, devem constar apenas as notas explicativas **estritamente necessárias**, que devem obedecer à NBR 10520.

Notas de Rodapé – Devem ser exclusivamente explicativas contendo no máximo 3 linhas. Todas as notas deverão ser numeradas e aparecer no rodapé da página.

Referências – Deverão vir após a parte final do artigo, em ordem alfabética, a listas dos autores e das publicações, conforme a NBR 6023/2002, *Informação e documentação – Referências – Elaboração*, da ABNT. As referências bibliográficas devem conter exclusivamente os autores e textos citados no trabalho.

Alguns exemplos:

Livro com um só autor

JECUPÉ, Kaka. **Será a terra dos mil povos**: história indígena brasileira contada por um índio. São Paulo: Peirópolis, 1998.

Livro com três autores

NORTON, Peter; AITKEN, Peter; WILTON, Richard. **Peter Norton: a bíblia do programador**. Tradução de Geraldo Costa Filho. Rio de Janeiro: Campos, 1994.

Livro com mais de três autores

CASTELS, Manuel *et al.* **Novas perspectivas críticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Capítulo de livro

BARBIER, René. A escuta sensível na abordagem transversal. In: BARBOSA, Joaquim (Org.). **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 168-198.

Artigo de periódico

BITTENCOURT, Maria Nadja Nunes. A prática da escrita e da leitura na elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola. **Caderno Temático Projeto Político Pedagógico da Escola Comunitária**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 22-27, jul. 2004.

Artigo de jornais

SOUZA, Marcus. Falta de qualidade no magistério é a falha mais séria no ensino privado e público. **O Globo**, Rio de Janeiro, 6 dez. 2001. Caderno 2, p. 4.

Artigo de periódico (formato eletrônico)

TRINDADE, Judite Maria Barbosa. O abandono de crianças ou a negação do óbvio. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 ago. 2000.

Livro em formato eletrônico

SÃO PAULO (Estado). **Entendendo o meio ambiente**. São Paulo, 1999. v. 3. Disponível em: <<http://www.bdt.org.br/sma/entendendo/atual/htm>>. Acesso em: 19 out. 2003.

Legislação

SÃO PAULO (Estado). Decreto no 42.822, de 20 de janeiro de 1998.
Lex: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 217-220, 1998.

Dissertações e teses

BITTENCOURT, Maria Nadja Nunes. **O espaço para o imaginário no currículo de formação do professor de Letras da UFBA**. 1997. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

Trabalho publicado em congresso

LIMA, Maria José Rocha. Professor, objeto da trama da ignorância: análise de discursos de autoridades brasileiras, no império e na república. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORDESTE: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 13., 1997, Natal. **Anais...** Natal: EDURFRN, 1997. p. 95-107.

Orientação para a formatação dos textos

1. Devem ser digitados em extensão .doc, .txt ou .rtf, com letra *Times New Roman*, corpo 12, página em tamanho A-4, entrelinhas simples, sem fontes ou atributos diferentes para títulos e seções, tamanho da folha A4, margens 2,5 cm, parágrafo justificado.
2. Todas as páginas devem ser numeradas.

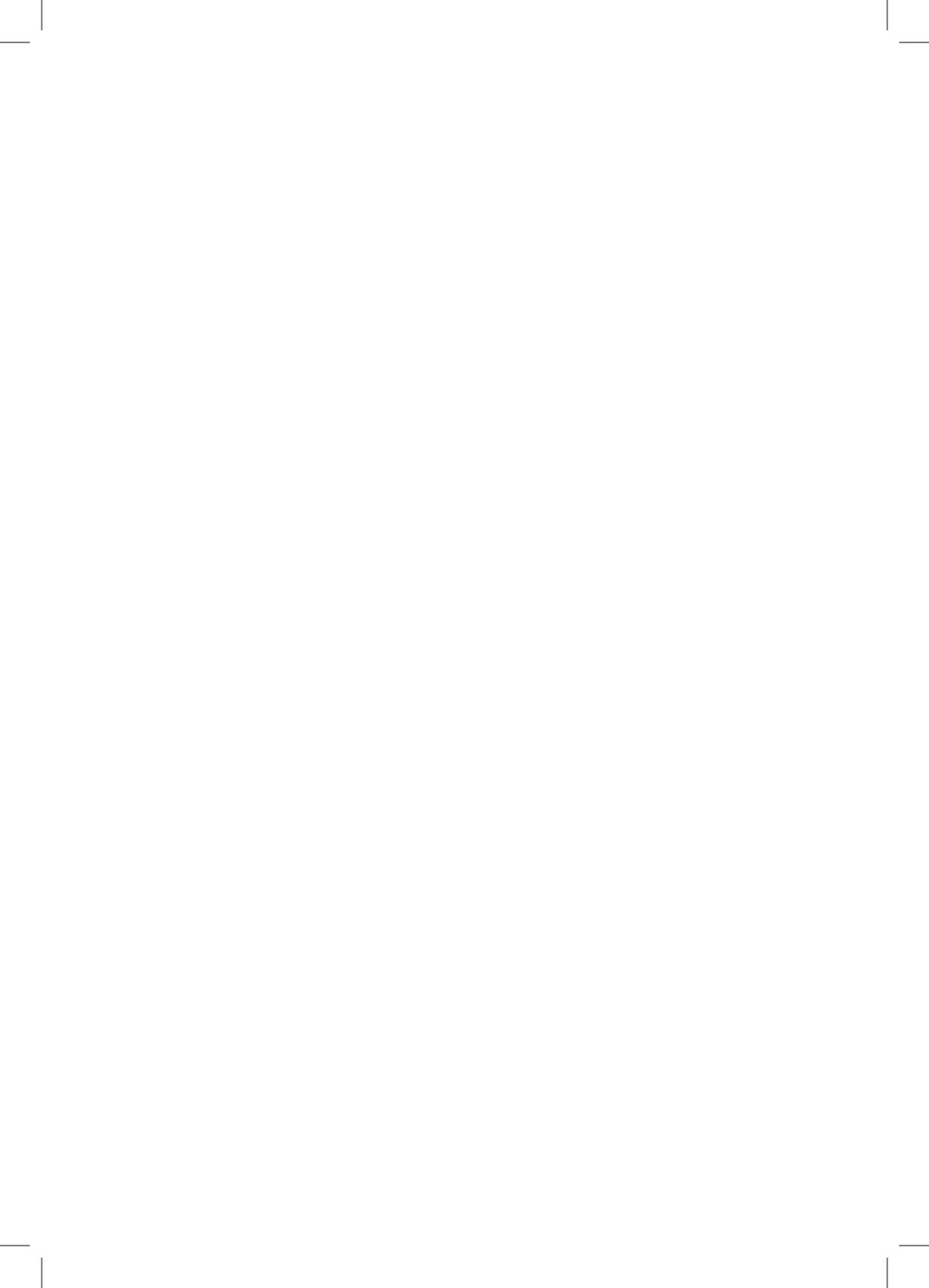
3. Deve-se evitar no texto o uso indiscriminado de siglas, excetuando as já conhecidas.
4. Os manuscritos devem ser enviados por e-mail ou via postal, indicando a **seção** a ser publicado, e obedecer às **normas** da revista.

Instruções para envio de originais

Os textos digitalizados devem ser enviados aos cuidados do editor científico da Revista do IGHB, respeitadas as orientações de apresentação e formatação fixadas, contendo obrigatoriamente, os dados pessoais e acadêmicos do autor ou autores na ordem a figurar na publicação (nome, endereço, telefone, e-mail, instituição de vinculação, mais alta titulação acadêmica e breve currículo para o primeiro autor; para os demais autores, nome e breve currículo).

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB

Av. Sete de Setembro, 94 A – Piedade
40060-001 – Salvador – Bahia
Tel. (71) 3329-4463 – Telefax (71) 3329-6336
www.ighb.org.br
revista@ighb.org.br

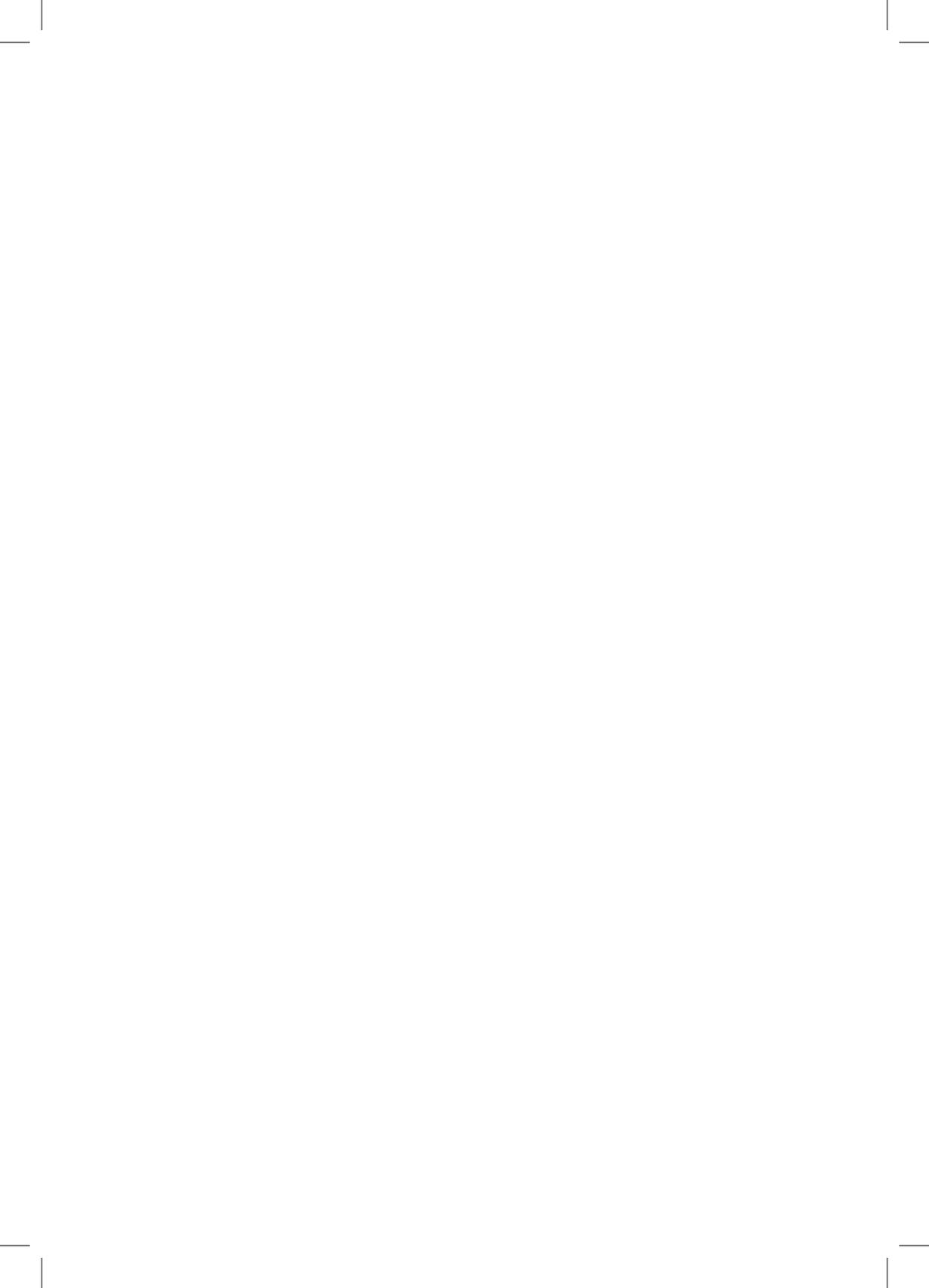


Aquisição de exemplares e endereço para correspondência

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – IGHB

Av. Sete de Setembro, 94 A – Piedade
40060-001 – Salvador – Bahia
Tel. (71) 3329-4463 – Telefax (71) 3329-6336
www.ighb.org.br
revista@ighb.org.br





Fonte: Times New Roman, 10
Capa: Papel Supremo 250 g/m²
Miolo: Papel Chamouis Boulk 90 g/m²
Impresso em 2011